

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MATHEUS MACHADO VIEIRA

“VICIADAS E PERVERSAS OU HONESTAS E RESPEITOSAS?”
A REPRESENTAÇÃO DO MATRIMÔNIO, DA MULHER E DA FAMÍLIA NO
DISCURSO RELIGIOSO E JUDICIÁRIO: PONTA GROSSA (1930-1945)

CURITIBA
2014

MATHEUS MACHADO VIEIRA

“VICIADAS E PERVERSAS OU HONESTAS E RESPEITOSAS?”
A REPRESENTAÇÃO DO MATRIMÔNIO, DA MULHER E DA FAMÍLIA NO
DISCURSO RELIGIOSO E JUDICIÁRIO: PONTA GROSSA (1930-1945)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em história.

Orientador: Prof. Dr. Euclides Marchi

CURITIBA
2014

Catálogo na publicação
Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Vieira, Matheus Machado

"Viciadas e perversas ou honestas e respeitosas?" a representação do matrimônio, da mulher e da família no discurso religioso e judiciário : Ponta Grossa (1930-1945) / Matheus Machado Vieira – Curitiba, 2014. 212 f.

Orientador : Profº. Drº. Euclides Marchi

Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

1. Casamento - História - Ponta Grossa (PR). 2. Família - Ponta Grossa (PR). 3. Mulher. 4. Casamento - Igreja Católica. I. Título.

CDD 306.8



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

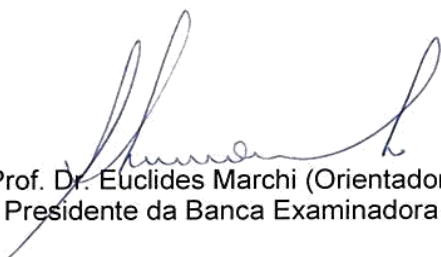
Rua Gal. Carneiro, 460, 7º andar, sala 716, fone/fax + 55 (41) 3360-5086,
80.060-150, Curitiba, PR, Brasil.

E-mail: cpghis@ufpr.br Website: www.poshistoria.ufpr.br

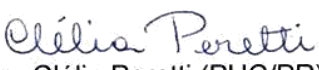
PARECER DA BANCA EXAMINADORA

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PGHIS/UFPR) para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **MATHEUS MACHADO VIEIRA**, intitulada: **Viciadas e Perversas ou Honestas e Respeitosas? A representação do matrimônio, da mulher e da família no discurso religioso e Judiciário: Ponta Grossa (1930-1945)**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua *Aprovação*, completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de **Mestre em História**.

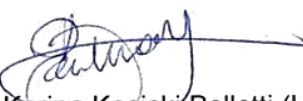
Curitiba, quatorze de março de dois mil e quatorze.



Prof. Dr. Euclides Marchi (Orientador)
Presidente da Banca Examinadora



Profa Dra Clélia Peretti (PUC/PR)
1º Examinador



Profa Dra Karina Kosicki Bellotti (UFPR)
2º Examinador

Não deixe que o passado lhe diga quem você é.
Diga a você mesmo o que você vai se tornar!

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é fruto de uma pesquisa que tenho desenvolvido não somente no decorrer desse mestrado. Trata-se de algo que comecei há algum tempo e, com muito esforço, consegui ampliar seus horizontes nos dois últimos anos.

E, como todo trabalho acadêmico, de seu início até a conclusão contou com o apoio de inúmeras pessoas que de alguma forma contribuíram para transformar o que, de início, era apenas uma ideia vaga em um projeto e, agora, um trabalho finalizado. Não citá-las seria algo de extrema injustiça. No entanto, todos sempre estarão em minhas lembranças e meu coração.

Agradeço de forma muito especial:

Ao professor Euclides Marchi, meu orientador, que sempre esteve presente em todos os momentos em que eu precisei nestes dois anos. Nunca deixando de atender aos meus pedidos, esclarecendo dúvidas em sala de aula, bem como em nossas reuniões de orientação. Agradeço acima de tudo ao professor Euclides por sempre ter me incentivado a pesquisa, a participar de eventos, a divulgar meu trabalho, por ter me feito acreditar que era capaz. Acima de tudo agradeço pelo companheirismo, humildade e gentileza em todos os momentos durante esse período. O Professor Euclides Marchi foi mais que um orientador para mim, foi um amigo.

A Karina Kosicki Bellotti, com quem aprofundei muito de meus conhecimentos teóricos na disciplina de Seminário II. Pessoa com que tive muita proximidade durante esse tempo na Universidade Federal do Paraná. A professora Karina mostrou ser uma pessoa muito receptiva e pronta a me atender sempre que precisei. Diverti-me muito em nossas viagens para os eventos de História das Religiões e nas aulas de Prática de Docência, em que, pela primeira vez, tive a experiência como professor no ensino superior. Fico muito grato por sua simplicidade acolhedora e sempre pronta a atender meus pedidos, seja em livros, artigos ou ideias para projetos futuros.

À professora Ana Paula Vosne Martins, pela leitura crítica de meu projeto logo que ingressei no programa. A submissão de meu trabalho a professores

pareceristas na disciplina de Seminário I rendeu-me um artigo e um capítulo de livro, algo que me deixou extasiado.

Agradeço a todos os professores da linha de pesquisa *Intersubjetividade e pluralidade: reflexão e sentimento na história* por proporcionar discussões riquíssimas nos seminários de linha. Agradeço em especial a Maria Cristina Parzowski, secretária do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Paraná por organizar nossa vida acadêmica, sempre tão burocrática e corrida.

Aos professores do programa de Pós Graduação em História de forma geral. À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa de estudos que viabilizou a compra de livros, viagens para eventos e o desenvolvimento desta pesquisa.

À minha querida amiga: Flora Morena Martini Araújo, que sempre me encheu de alegria e disposição com suas ideias sempre avançadas e muito compatíveis com as minhas. Ao meu amado amigo Reginaldo Cerqueira, por sua indispensável presença não somente em meu cotidiano acadêmico, mas em minha vida como um todo. À minha querida Naymme Moraes, por melhorar meus dias com sua elegância e bom humor. A Sabrina Demozzi, por ter se tornado minha primeira amiga curitibana e ter me recebido tão bem quando cheguei à Universidade Federal do Paraná. A Dalvani Fernandes, por ter me estendido a mão quando eu precisei e pela excelente convivência que tivemos.

Não esquecendo a todos os meus colegas da Pós Graduação: Carlos Eduardo Zlatic, Cidão Souza, Noemi Santos, Edinei Leal, Everton Oliveira, Pâmela Beltramin Fabris, Pérola Sanfelice, Rodrigo Cribari Prado, Thiago Ernesto Possiede, Thiago de Paula e Vanessa Bull. Também meus amigos da graduação em História, que foram tão simpáticos e acolhedores: Alexandre Cozer e Augusto Maynardes.

À minha amiga Emanuelle Adacheski, pela minuciosa e trabalhosa revisão gramatical e normativa deste trabalho. À professora Rosângela Wosiack Zulian, do Departamento de História da UEPG, por livros, ideias e por compartilhar comigo, nesses anos, sua brilhante pesquisa sobre Dom Antônio Mazzarotto.

Aos meus melhores amigos: Alvaro Daniel Costa, por sempre estar presente em todos os momentos de minha vida, bons e ruins. “Alvinho, o meu baixinho”. A Jefferson Ribas Oliveira, pelos dez anos de amizade incondicional. À minha querida Zilá Angelina Dal Col, não só pela presença em cada segundo em meu cotidiano

acadêmico, mas em minha vida. Tenho, além de um grande respeito, uma forte admiração por essa mulher, que é mais que uma amiga para mim.

À minha irmã Rafhaele Vieira, com quem eu tenho uma relação muito próxima. Pessoa que nunca deixou que o desânimo batesse à minha porta. Aos meus pais, Luimar Vieira e Rita Machado Vieira, que proporcionaram tudo na minha vida. À minha irmã Camila Vieira, que hoje tem um motivo a mais para sorrir, o meu sobrinho Pedro Lucas.

A todas as pessoas que me apoiaram nessa nova etapa que estou vivendo. Muito obrigado a todos!

[...] Milhares de mulheres assassinadas, mutiladas, surradas por seus maridos, companheiros, namorados: essas vidas pouco importam. Criou-se uma nova palavra, *feminicídio*, para designar o assassinato de centenas de mulheres. Meninas e jovens vítimas de tráfico internacional e nacional de mulheres destinadas a prostituição - seres humanos convertidos em orifícios a serem penetrados e usados, essas vidas não importam. Elas servem a um sistema fundado no e pelo patriarcado e pelo dispositivo da sexualidade, que destila, nos discursos fundadores do humano, na biologia, no sexo e nas práticas da sexualidade, a sagração da vida.

Tânia Navarro Swain. **Sobre a condição das mulheres**

RESUMO

Esta dissertação pauta-se na discussão do discurso católico e judiciário e seu papel na construção do casamento, da mulher e da família em Ponta Grossa, nos anos de 1930 a 1945. O discurso católico e o discurso judiciário são os objetos centrais desta proposta. Neles, são analisadas as representações da mulher, do casamento e da família. Os discursos religiosos estudados fazem parte de documentos eclesiásticos oficiais da Igreja Católica: duas encíclicas do papa Pio XI, *Casti Connubii* (sobre o matrimônio cristão, 1930), *Divinni Illius Magistri* (sobre a educação cristã da juventude, 1929) e as cartas pastorais do primeiro bispo de Ponta Grossa, Dom Antônio Mazzarotto. Uma das discussões apresentadas é a relação da Igreja Católica com o mundo moderno a partir de meados do século XIX e a primeira metade do XX. A posição da Igreja em relação à família, ao matrimônio e à mulher é parte de toda uma política do momento disseminada por Roma. Políticas que se pautaram na condenação à emancipação da mulher, no fortalecimento dos laços conjugais e na exaltação da família, aspectos estes presentes nas fontes eclesiásticas. No intuito de comparar os discursos da Igreja sobre o casamento, a mulher e a família, estes também são analisados por meio das leis de Estado. Para tanto, foram utilizadas fontes judiciárias, quais sejam, quatro processos da 1ª Vara Criminal da Comarca de Ponta Grossa. Os processos selecionados estendem-se do ano de 1940 a 1945. Para esta análise foram elencados como principais teóricos: Michel Foucault, Michel de Certeau, Pierre Bourdieu e Roger Chartier.

Palavras chave: Casamento, Família, Igreja, Justiça, Mulher.

ABSTRACT

The dissertation discusses the construction of an ideal marriage, woman and family by the Catholic and Judicial discourses in the city of Ponta Grossa from 1930 to 1945. The Catholic and judicial discourses are the main object of this study, as they convey representations of women, marriage and family. The religious discourses are found in the official ecclesiastical documents from the Catholic Church: two encyclicals by Pope Pío XI, and the pastoral letters from the first bishop of Ponta Grossa, Dom Antônio Mazzarotto. One of the presented discussions is the relation between Catholic Church and the modern world from mid-19th Century to 20th Century first half. The position of the Church related to family, matrimony and woman is part of a whole policy of the moment disseminated by Rome. Those policies were guided by condemnation of the women's emancipation, reinforcing the marital ties and fortification and the exaltation of the family. I analysed the State laws and judicial sources in order to compare their representations of woman, family and matrimony with the religious production. Therefore, I studied four lawsuits from the Ponta Grossa, dated from 1940 to 1945. The theoretical framework of this research comprehends the works of: Michel Foucault, Michel de Certeau, Pierre Bourdieu and Roger Chartier.

Key-words: Marriage, Family, Church, Justice, Woman.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – A IGREJA CATÓLICA: AUTOCOMPREENSÃO E CONSTRUÇÃO DE UM IDEAL DE SOCIEDADE PERFEITA	39
1.1 - Trento: a reafirmação de uma identidade católica	40
1.2 - Século XIX: a Igreja Católica em choque com a modernidade	43
1.3 - A Restauração Católica: “hierarquia e autoridade”	47
1.4 - A Romanização do Catolicismo brasileiro e a reaproximação do Estado na década de 1920	50
1.5 - A Igreja Católica no Paraná	63
1.6 - Ponta Grossa: desenvolvimento socioeconômico e cultural	69
1.7 - A religião em Ponta Grossa: a elevação da cidade a bispado (1926- 1930)	73
1.7.1 - <i>O projeto pastoral de Dom Antônio Mazzarotto</i>	76
CAPÍTULO 2 – O MATRIMÔNIO CRISTÃO: CONSTRUÇÃO E SACRAMENTALIZAÇÃO	81
2.1 - Sexualidade: o discurso fundador nos primeiros tempos	81
2.2 - Santo Agostinho: o casamento e a mulher	88
2.3 - A sacramentalização do casamento	92
2.4 - A idealização da mulher	96
2.5 - A mulher no discurso do Papa Pio XI	100
2.6 - O discurso católico sobre casamento e família no Brasil na década de 1930	109
2.7 - Dom Antônio Mazzarotto: carta pastoral “O Matrimônio Cristão”	112
CAPÍTULO 3 – CASAMENTO, FAMÍLIA E MORAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DE PROCESSOS CRIMINAIS	122
3.1 - A mulher e o casamento em Ponta Grossa: um estudo a partir dos processos crime (1940-1945)	125
3.2 - Processo Nº 317: Erondina e Rui	128
3.3 - Processo Nº 319: Maria e Raul	139
3.4 - Processo Nº 612: Ivo, Ricardo e Vitória	153

3.5 - Processo Nº 698: Albino e Verônica	162
--	-----

CAPÍTULO 4 – JUSTIÇA E RELIGIÃO: RESISTÊNCIAS E PROXIMIDADES NOS DISCURSOS SOBRE A FAMÍLIA E A MULHER EM PONTA GROSSA..... 171

4.1 - O discurso católico	173
---------------------------------	-----

4.2 - Processos criminais: os valores cristãos dentro do discurso jurídico	176
--	-----

4.3 - Diferenças e semelhanças entre fontes religiosas e os processos criminais ..	180
--	-----

4.4 - Moralidades compartilhadas: Igreja e Justiça em um só âmbito, a família.....	189
--	-----

CONSIDERAÇÕES FINAIS	192
-----------------------------------	------------

FONTES.....	196
--------------------	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	198
---	------------

SITES CONSULTADOS	206
--------------------------------	------------

ANEXOS	208
---------------------	------------

INTRODUÇÃO

“Todo discurso é carregado de valores ou produzido a partir de um ponto de vista ideológico, e assimilado com os valores sociais de uma dada sociedade. Ao passo que as *condições de seu reconhecimento dependem do poder*, isto é, das instâncias capazes de legitimar ou não sua aceitação no meio social”.¹

Muitas vezes, pergunta-se o que leva um pesquisador a estudar um determinado objeto. Ora, é compreensível que os motivos sejam diversos: a relação que o autor possui com o tema, a experiência que o faz se identificar com a pesquisa. Sabe-se que cada pesquisador carrega um pouco de si nos inúmeros trabalhos produzidos. No caso do objeto deste trabalho: *O Casamento, a Mulher e a Igreja*, parto da ideia de que o tema indissociavelmente fez parte de minha vida. Assim como todos os indivíduos, fui subjetivado pelo ambiente de minha formação. Este ambiente foi a família.

A família é a instituição onde se recebe boa parte dos valores que se carregam durante toda a vida: trata-se de um ambiente subjetivante. Na família, são absorvidos os mais variados discursos desde a infância. Muitos deles normatizadores e autoritários. Estes discursos constroem sujeitos e os direcionam na incorporação de aspectos morais e valores socialmente compartilhados. Por meio de inúmeras influências passadas pelos pais, desde a infância o indivíduo aprende a se portar na sociedade. O sujeito é direcionado a exercer padrões de comportamento, entre eles, os sexuais.

Esta divisão sexual caracteriza-se na separação das funções femininas e masculinas, nas atitudes de homem e mulher. Atitudes e comportamentos instituídos e legitimados exigidos pelo meio no qual se vive. Minha experiência pessoal foi muito marcada pela presença da religião católica. Esta particularidade religiosa sempre dividiu, separou e legitimou valores morais, bem como uma tradição patriarcal no âmbito em que eu vivia.

Mas, logo que adentrei o meio acadêmico, busquei intensamente entender os discursos disseminados pela família e pela religião. A problemática de meu trabalho de conclusão de curso durante a graduação na Universidade Estadual de

¹ CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. História e análise de textos. In: **Domínios da história**. Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p.378.

Ponta Grossa foi justamente compreender como se davam as interdições do discurso sexual nas famílias. Meu objeto central foi a mulher. Logo, não pude deixar de identificar essas interdições nos discursos das instituições sociais. A Igreja Católica foi de início meu objeto por essência.

Contudo, só pude compreender o discurso da Igreja a partir do momento em que busquei saber como esta instituição compreende a si mesma. Assim, os enunciados tradicionais da Igreja relacionados à família passaram a ter sentido para minha pesquisa, de forma que busquei problematizá-los. A Igreja, assim como a família, por meio dos discursos, delimita papéis e constrói representações de sujeitos ideais. Por esta via, a faceta em que me detive com mais afinco foi os discursos católicos sobre o casamento, a mulher e a família.

A presente pesquisa de mestrado é a continuação do trabalho que comecei há dez anos na graduação em História. Nesta dissertação, procurei fechar as janelas que ficaram abertas e responder questões que não foram respondidas naquele momento. Toda a problemática do atual trabalho leva a um único caminho: compreender como se constroem, reproduzem, se legitimam e se compartilham os discursos morais sobre o casamento, a mulher e a família. Para buscar a resposta, faço uso dos discursos que se proliferaram no âmbito religioso, judiciário e na subjetividade dos indivíduos envoltos nas grades de poder destas instituições.

O universo feminino sempre me intrigou devido ao fato de muitas vezes as próprias mulheres legitimarem discursos autoritários direcionados a elas mesmas. Neste trabalho, foi de grande valia compreender como a “dominada” legitima seu próprio “domínio.” Para aprofundar a questão da interdição do discurso sexual na família, elenquei no meu arcabouço de fontes a fala de uma instituição que, assim como a Igreja Católica, normatiza e pune: a justiça. Mas a pesquisa necessitava de um espaço e recorte temporal. A opção foi pela cidade de Ponta Grossa, por ter sido o local onde encontrei ricas fontes eclesiásticas e jurídicas para este trabalho.

Em quatro processos criminais da Comarca de Ponta Grossa, encontrei conflitos ligados ao casamento, à família e à sexualidade feminina. Estes processos forneceram a possibilidade de constatar que o domínio existe, mas a resistência e a tática indubitavelmente marcam sua presença no cotidiano do dominado. Juntamente com os processos, analisei a postura da Igreja Católica. Algo viabilizado por meio das duas encíclicas papais e de quatro cartas pastorais do primeiro bispo de Ponta Grossa, Dom Antônio Mazzarotto. Através destas fontes, foi possível

constatar que o modelo de família e mulher que a Igreja Católica almejava é o mesmo encontrado nos processos criminais, não obstante suas diferenças. Nos processos, esses discursos são captados por meio da fala dos juízes, dos promotores e de indivíduos envolvidos nos conflitos.

Com a análise dessas fontes, é perceptível a representação de um modelo feminino a ser seguido nas famílias de Ponta Grossa. Mas estes discursos não foram levados ao pé da letra pelas personagens reais que fazem parte dos processos. As resistências se fizeram presentes. Nas fontes jurídicas, nota-se que todas as pessoas eram católicas e defendiam um modelo de mulher pautado na obediência e na submissão aos homens. Estes, por sua vez, deveriam se direcionar à coragem, ao trabalho e à virilidade. Trata-se de famílias em que tais valores são cristalizados, e o discurso da sexualidade é interdito.

Segundo Michel Foucault, o discurso, quando socialmente aceito, não tarda a exercer seu poder. Para Foucault, seus locais de construção seriam inúmeros na sociedade, como a Família, a Igreja e o Estado. Neste arcabouço, também se incluem a escola, o exército, os hospitais e as inúmeras instituições sociais que criam a “norma”. Porém, o poder não se encontra somente nas instituições sociais: para Foucault, ele está disperso por toda a parte, em todos os locais e em todos os momentos de nossas vidas, no que o filósofo define como micropoderes.² Nessa perspectiva, os discursos estão presentes como o eixo central desta pesquisa.

Foucault percorre os diversos procedimentos que cerceiam e controlam os discursos na sociedade. Para ele, “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta o poder que queremos nos apoderar”.³ Para ele, todo discurso é apoiado por um suporte institucional, suporte que é sustentado pelo que ele denomina “vontade de verdade”. Esse suporte cria a exclusão, que é reconduzida por um compacto conjunto de práticas, como a pedagogia, os sistemas de livros e as sociedades dos sábios.⁴ Dessa maneira, pode-se acrescentar a Família, a Igreja e o Sistema Penal como instituições alicerçadas na sociedade e que tendem a manter um suporte de poder.

² FOUCAULT, Michel. **A Microfísica do Poder**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1998, p.8.

³ Id. **A Ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola. 2006, Contracapa.

⁴ Ibid., p.17.

O enfoque principal sobre a Família, a Igreja e o Sistema Penal se faz devido ao próprio tema deste trabalho: “O Matrimônio, a Mulher e a Família”. Um dos objetivos desta pesquisa é analisar as relações de domínio no casamento. Algo que é possível por meio da problematização das representações de mulher e família disseminadas pela Igreja Católica. Também pelo poder Judiciário e os indivíduos envolvidos nos conflitos das fontes criminais selecionadas.

A opção pelo recorte temporal 1930-1945 se justifica pelo momento vivido no Brasil e no mundo. Momento de mudanças e contestações advindas do mundo moderno, industrializado e em processo de secularização. Processo que começa no século XIX na Europa e nos Estados Unidos. Esse viés social chega ao Brasil no início do século XX. Para Nicolau Sevcenko⁵, o início do século XX foi o momento em que as relações sociais passaram por uma grande transformação no país. Fatos que ocorreram devido à expansão capitalista mundial, a industrialização e a difusão de ideais burgueses. O crescimento das cidades trouxe mudanças significativas nos comportamentos de comunidades outrora tradicionais. Essas mudanças chegaram a inúmeras cidades brasileiras, como Rio de Janeiro, São Paulo e, em menor grau, em localidades do interior do país.⁶

O recorte temporal também é justificado devido ao fato de 1930 ser o ano em que Dom Antônio Mazzarotto assumiu a Diocese de Ponta Grossa, iniciando seu trabalho pastoral e evangelizando as possessões eclesiais do bispado. O ano de 1930 também marca a data da publicação da Encíclica *Casti Connubi* do papa Pio XI, um documento pontifício de grande importância acerca da posição da Igreja sobre o matrimônio e a família. Trata-se de uma encíclica muito citada por Dom Antônio em suas pastorais quando se posiciona em relação ao casamento.

A decisão de fechar o recorte temporal no ano de 1945 obedece a periodização das fontes judiciais escolhidas. Os processos criminais que envolvem conflitos amorosos entre casais selecionados para esta pesquisa se fecham em 1945. Após esse ano, no Acervo do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa, não se encontra nenhuma outra fonte criminal que aborde a temática. Outra justificativa é analisar (1930-1945) como um período historicamente rico na história ocidental. O Brasil desse contexto se encontrava sob

⁵ SEVCENKO, Nicolau. Prelúdio Republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: NOVAIS, Fernando (coord.). **História da vida privada no Brasil v. 3:** da Belle Époque a era do rádio. São Paulo: Cia das letras. 1998, p.27-8.

⁶ Ibid.

o governo de Getúlio Vargas, presidente que teve grande influência do Cardeal Dom Sebastião Leme. Vargas apoiou a Igreja Católica em suas práticas de valorização da família e do matrimônio.⁷

Na conjuntura desta pesquisa, o mundo passava por um momento conturbado. O período entre guerras trouxe a emergência de governos totalitários na Europa. Os anos 1930 foram também um período de recessão econômica devido à quebra da Bolsa de Nova Iorque em 1929. No âmbito católico, o Vaticano estava sob a égide do pontificado de Pio XI, papa conservador que condenou o comportamento do mundo moderno, principalmente aqueles relacionados à moral e aos costumes.⁸ O lema do pontificado de Pio XI era restaurar toda a sociedade em Cristo: *Pax Christi in regno Christi*. Algo que inspirou Dom Antônio Mazzarotto em seu projeto pastoral para a Diocese de Ponta Grossa. Dom Antônio pretendia instituir o Reino de Cristo em seu bispado.

Nesse período, os Estados Nacionais europeus também se encontram amalgamados por um forte viés moralizador. Estratégia pautada na restauração dos costumes e da tradição familiar. Mark Mazower⁹ destaca o exemplo da Alemanha nazista, que, durante a década de 1930, insistentemente direcionou seus cidadãos na manutenção e na preservação da família por meio de manuais, tais como “O Manual da Família Alemã”. Segundo o historiador, esse material foi distribuído pelas autoridades nazistas, que rotineiramente o forneciam a todo casal jovem:

Dez mandamentos para a escolha do cônjuge:

1. Lembre-se que você é alemão.
2. Se é de boa cepa, não deixe de casar-se.
3. Mantenha o corpo puro.
4. Mantenha espírito e alma puros.
5. Como alemão, escolha para cônjuge alguém de sangue germânico ou nórdico.
6. Ao escolher o cônjuge, pesquise sua linhagem.
7. A saúde é uma condição prévia da beleza exterior.
8. Só se case por amor.
9. No casamento procure um sócio, não um companheiro para brincar.
10. Queira ter tantos filhos quanto possível.¹⁰

⁷ DEL PRIORE, Mary. **Histórias íntimas**: sexualidade e erotismo na história do Brasil. São Paulo: editora Planeta, 2011, p.121.

⁸ GUARIZA, Nádia Maria. **As Guardiãs do lar**: A valorização materna no discurso ultramontano. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 2003, p.21.

⁹ MAZOWER, Mark. **Continente sombrio**: a Europa no século XX. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Cia das Letras, 2001, p.86-8.

¹⁰ Ibid., p.86.

Essa preocupação com a família, segundo o autor, não se restringiu à Alemanha. Era um anseio da Europa como um todo após a Primeira Guerra Mundial. Tratava-se de um contexto em que “o Estado, tinha, portanto, que interferir na vida privada para mostrar às pessoas como deviam viver”.¹¹ Fato que, segundo Mazower, estava diretamente ligado “ao espectro político da Europa entre guerras, refletindo as tensões e ansiedades de um mundo inseguro, em que Estados Nação rivalizavam entre si, com suas populações dizimadas por uma guerra e ameaçadas pela perspectiva de outra”.¹²

Nota-se que, após a Primeira Guerra, foi maior a interferência dos Estados nos corpos dos indivíduos, em especial nos das mulheres. Para Mazower, “era necessário exorcizar uma assustadora assombração que surgira durante a guerra, a jovem mulher independente e emancipada, com lugar próprio no mercado de trabalho e o próprio salário”.¹³ A Igreja Católica, portanto, não se isola nesse contexto em sua defesa das tradições, da família e do matrimônio. Em alguns casos, mesmo que não oficialmente, essa tarefa foi defendida em parceria com os Estados.

No Brasil, o exemplo é a proximidade do Cardeal Dom Sebastião Leme com o presidente Getúlio Vargas a partir da década de 1930.¹⁴ A Igreja Católica brasileira, até a proclamação da República, era unida ao Estado, desligando-se dele em 1890. O poder judiciário, na Constituição de 1891, constituiu-se como um dos poderes do Estado. Em tese, um poder isento de influência religiosa. Contudo, nos processos criminais, percebe-se que muitos dos resquícios do padroado persistiram nas leis estatais, mesmo após a separação de 1890.¹⁵

¹¹ Ibid.

¹² Ibid.

¹³ Ibid., p.90.

¹⁴ GUARIZA, N. M. Op. cit., p.21.

¹⁵ Segundo os apontamentos do STF (Superior Tribunal Federal): o regime republicano promoveu uma transformação substancial nas instituições do Estado brasileiro e renovou práticas e costumes. Rompendo com o passado monárquico, os fundamentos da nova ordem constitucional enfatizavam a eletividade dos cargos e mandatos políticos. A proclamação da República abriu caminho para novas ideias que se inseriram no universo político brasileiro e contribuíram para a transformação do órgão de cúpula do Poder Judiciário em guardião da integridade da ordem constitucional. “Sob o regime republicano, o Judiciário, com especial destaque para o Supremo Tribunal Federal, passa a ostentar a condição de ator relevante no processo institucional brasileiro.” A partir daí, o Judiciário recebe o poder de efetuar o controle de constitucionalidade das leis e de quaisquer outros atos emanados do poder público do Estado brasileiro. Em suma, o judiciário passou a fazer parte de um dos três poderes da República. Neste sentido, as leis do Estado não deveriam estar ligadas a nenhuma confissão religiosa. O que se nota nos processos criminais analisados é que muito da influência cristã continuou permeando os julgamentos, os processos e o trâmite jurídico. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=165749>

Com a separação do Estado, a Igreja Católica perdeu alguns privilégios que possuía durante os períodos colonial e imperial. Não obstante, libertou-se de sua dependência. A instituição católica brasileira, nesse período, passava pelo processo conhecido como romanização ou enquadramento às diretrizes da Santa Sé. A romanização do catolicismo consistiu na afirmação da centralização hierárquica junto a Roma e na expansão universal, no âmbito católico, de um ideal evangelizador calcado nos sacramentos. Esse período da história da Igreja ficou conhecido como ultramontano.

Ivan Manoel analisa o ultramontanismo como uma ideologia conservadora incorporada pelo catolicismo em meados do século XIX. Seu intuito era enquadrar toda a Igreja Católica mundial dentro dos dogmas da Santa Sé, ou seja, a instituição como um todo deveria obedecer e seguir a autoridade do papa.¹⁶

Neste longo período de mais de um século, as características fundamentais da reação antimoderna católica permaneceram mais ou menos as mesmas: Na esfera intelectual, a rejeição à filosofia racionalista e à ciência moderna; Na política externa, a condenação à liberal democracia burguesa e o concomitante reforço da ideia monárquica; Na política interna o centralismo em Roma e na pessoa do papa e o reforço do episcopado; Na esfera sócio-econômica, a condenação ao capitalismo e ao comunismo e um indisfarçável saudosismo da Idade Média. Na esfera doutrinária, a retomada das decisões fundamentais do Concílio de Trento (1545-1563), que no século XIX, englobou também o combate ao espiritismo e formação do clero e na criação de colégios católicos, masculinos e femininos, para educação da juventude.¹⁷

Ivan Manoel afirma que a doutrina ultramontana deve ser entendida como um processo no qual a Igreja buscou reafirmar sua tradição. Característica que a acompanhou até o Concílio Vaticano II (1962-1965).¹⁸ Jessie Jane Vieira Souza entende a Igreja como um *corpo místico* que se move no tempo, no sentido de permanência, e atua no campo político com uma lógica própria.¹⁹

A Igreja Católica, na condição de corpo místico, construiu um determinado princípio teológico – e uma práxis – a respeito do trabalho, visto como o principal problema da moderna sociedade industrial. Logo, não analiso a instituição como aparelho ideológico do Estado, pois parto da premissa de

¹⁶ MANOEL, Ivan. **O pêndulo da história: Tempo e a eternidade no pensamento católico (1800-1960)**. Maringá: Uduem, 2004, p.9-11.

¹⁷ Ibid., p.11.

¹⁸ Ibid., p.10.

¹⁹ SOUZA, Jessie Jane Vieira. **Círculos Operários: A Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002, p.25.

que, ao estabelecer suas alianças, ela traçou sua pauta centrada na ideia de salvação.²⁰

Souza, em seu trabalho, adota o conceito de Roberto Romano, que também entende a Igreja como *Corpo Místico*. Nesse sentido, a autora acompanha e amplia Romano. Seguindo os caminhos de Souza, neste trabalho adoto esse conceito, que propicia o entendimento da Igreja Católica como uma instituição dotada de coerência própria, corpo místico que incorpora em sua tradição doutrinária os novos desafios impostos pelo poder temporal. Conforme as necessidades vividas pela instituição em cada contexto, ela tende a autocompreender-se de maneiras distintas.²¹ Dessa forma, torna-se possível captar os posicionamentos e práticas da Igreja Católica durante o período ultramontano.

O século XIX foi o momento em que a Igreja buscou repensar sua atuação no âmbito social. Para isso, procurou doutrinas em sua longa tradição teológica. Essa busca deveu-se à nova realidade com a qual ela se deparava: o mundo moderno. Calcada no princípio teológico de *guardiã moral do mundo*, segundo Souza, a Igreja se autocompreendeu, nesse período, como a *mãe, mestra e conselheira* de todas as horas²². Esse foi o momento em que a instituição colocou seu poder espiritual acima do temporal, negando a sociedade liberal e a separação entre Estado e Igreja. Logo, os interesses religiosos deveriam sobrepor-se aos Estados nacionais, segundo o posicionamento de alguns papas da época.²³

Para Roberto Romano, no século XIX, na ótica da Igreja, a política de salvação deveria predominar sobre o poder secular:

[...] Esse antimodernismo católico travejou a ideologia contra revolucionária defendida após 1789, no refluxo das restaurações, e exasperada contra os movimentos políticos e antirreligiosos burgueses ou proletários, sobretudo após 1848. O conceito de soberania é central, portanto, no choque entre política católica e laica. Enquanto a última aprofundou as noções de Estado como par articulado, a primeira tentou afirmar a universalidade do ser eclesiástico. Desse modo não só na Itália, mas também na Alemanha, na França e em quase todos os Estados modernos pós-revolucionários, a

²⁰ Ibid., p.25.

²¹ ROMANO, Roberto. **Brasil**. Igreja contra o Estado (uma crítica ao populismo católico). São Paulo: Kairós, 1979, p.62.

²² Definição adotada por Jessie Jane Vieira Souza ao analisar a Igreja Católica no século XIX. Op. cit., p.45.

²³ Papas como Pio IX (1846- 1878), Leão XIII (1878-1903) e Pio XI (1922-1939) se posicionaram a favor de uma sociedade restaurada em Cristo. O poder temporal deveria levar em conta o espiritual. Muito embora Leão XIII tenha reconhecido a autonomia estatal, o pontífice deixa evidente que o Estado deveria levar em consideração a longa tradição da Igreja como guardiã moral da sociedade. Ibid., p.47-52.

Igreja foi denunciada como instituição estrangeira, como Estado dentro do Estado, minando a soberania do poder laico.²⁴

Desse modo, centrada em uma pauta de salvação, de preservação da fé e dos costumes, a Igreja fechou-se aos desdobramentos da modernidade. O período ultramontano foi a ocasião na qual a instituição condenou com afinco as “consequências” da secularização social. Concomitantemente a isso, ela disseminou um longo processo de evangelização, na tentativa de restaurar a sociedade em Cristo. Uma das estratégias dessa restauração se deu na família. Nádia Maria Guariza aponta a mulher como o principal canal pelo qual a Igreja fez consideráveis investidas junto à família.²⁵

Pelas esposas e mães, seria possível reforçar o discurso calcado na ideia da guardiã do lar, dos costumes e da tradição. Tais atitudes da Igreja na época facilitam a compreensão de inúmeros discursos dirigidos à mulher nos documentos católicos do final do século XIX e da primeira metade do século XX. Em fevereiro de 1880, o papa Leão XIII publicou a encíclica *Arcanum Divinae Sapientiae*²⁶, documento dedicado à família e aos problemas pelos quais ela estava passando naquele momento. Entre as críticas do papa, o divórcio é colocado como um grande mal do século. Esse documento pontifício serviu de base para muitos outros que posteriormente abordaram o tema.

No século XX, a Santa Sé dedicou-se amplamente à discussão acerca da família e dos costumes. Algo que se tornou mais visível no pontificado de Pio XI (1922-1939). Para Guariza²⁷, esse pontífice demonstrou uma maior preocupação com questões relacionadas à família. Em seu pontificado, esse debate ganhou especial atenção. Em algumas de suas encíclicas, Pio XI abordou temáticas como a defesa do casamento tradicional e a condenação à emancipação feminina. Também discutiu como deveria ser a educação dos filhos nas famílias católicas. Entre essas encíclicas, destacam-se *Divini Illius Magistri* (Sobre a Educação Cristã da Juventude, de 1929) e *Casti Connubii* (Sobre o Matrimônio Cristão, de 1930).

²⁴ ROMANO, R. Op. cit., p.16-7.

²⁵ GUARIZA, N. M. Op. cit., p.21.

²⁶ PAPA LEÃO XIII. **Encíclica *Arcanum Divinae Sapientiae***. Sobre a constituição cristã da família. Petrópolis: Vozes, 1958.

²⁷ GUARIZA, N. M. Op. cit., p.21-2.

Para o sociólogo Clóvis Ecco²⁸, a família no mundo ocidental foi fortemente influenciada e ressignificada a partir das proposições da doutrina social da Igreja. A referida instituição, a partir de tal perspectiva, foi compreendida como *celula mater* natural e vital da sociedade. Tendo, portanto, a capacidade de estabelecer padrões morais, sociais e estéticos de comportamentos que são assumidos pelo indivíduo em sua realidade cotidiana. Na visão do sociólogo, a Igreja Católica entende e vê na família o átomo da sociedade civil e tem como uma de suas funções o gerenciamento dos interesses privados das pessoas, cujo bom funcionamento é imprescindível para a organização da vida social e o bem estar da coletividade.

A família, pela união “indissolúvel” do casamento, gera filhos e lhes proporciona uma primeira forma de socialização. Também dá garantia de continuidade da espécie humana e zela pela educação, pela cidadania e pela civilidade das novas gerações. Além do mais, espera-se que a família garanta uma continuidade entre o amor à família e à pátria, que são instâncias que se reproduzem tendo por base a hierarquia de valores alicerçados na tradição patriarcal, em que o patriarca possui hegemonia no poder de tomar decisões sobre a família e o capital.²⁹

O recorte temporal deste trabalho (1930-1945) é o período em que a Igreja Católica ainda carregava muito da doutrina do século XIX. Nesse momento, a instituição encontrava-se perpassada pela tradição ultramontana-tridentina. Tal postura reflete-se amplamente nos documentos do papa Pio XI (1922-1939) e do primeiro bispo de Ponta Grossa, Dom Antônio Mazzarotto (1930-1965). É recorrente nas encíclicas e cartas pastorais analisadas uma defesa da tradição e dos costumes e a condenação ao mundo moderno.

O período ultramontano é periodizado por Ivan Manoel de 1800 a 1960. A hierarquia católica nesses 160 anos compreendeu o catolicismo como a “única e verdadeira religião”. Antes do século XIX, a Igreja já se compreendia como única confissão cristã, porém, nesse século, tal pressuposto foi reforçado. Dessa maneira, cabe analisar a instituição em sua autocompreensão. Partindo das definições de Manoel, é possível dizer que a Igreja buscou em seu passado (Idade Média) a referência para adaptar-se à nova realidade dos séculos XIX e XX. O saudosismo

²⁸ ECCO, Clóvis. Ideário católico sobre família e sociedade a partir dos documentos da Igreja Católica. **Revista Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v.21, nº 4/6, Abr./Jun. 2011, p.289-90.

²⁹ Ibid.

medieval veio ao encontro da instituição, devido ao fato de ela entender o medievo como o seu “momento áureo”. A era medieval para a Igreja foi uma referência de “sociedade perfeita”. Uma sociedade que, segundo a instituição, vivia em harmonia, em que cada indivíduo desempenhava uma função designada por Deus.³⁰

Para Manoel, a Igreja compreendeu-se de diferentes formas ao longo de sua história. Em sua visão, o termo autocompreensão, além de um conceito, deve ser um alerta metodológico para os historiadores da Igreja: “Devido à longevidade de uma instituição com mais de dois mil anos, ao estudá-la, o historiador não pode cair em armadilhas aderindo a rótulos que facilmente são colocados à instituição”.³¹ Um exemplo desses rótulos é entender a Igreja como um corpo reacionário por natureza. O autor entende que a Igreja de Roma não foi sempre a mesma, não se pode vê-la como algo homogêneo.³² Na definição de Anton Weiler:

Não se pode duvidar que houvesse várias fases na autocompreensão histórica da Igreja. O que estamos vivendo hoje realça com uma clareza indisfarçável o fenômeno social psicológico da mudança da autoconsciência da sociedade eclesial católica que está se realizando em grupos grandes. De nada adianta querer negar que o conceito de Igreja como povo de Deus em Marcha que ficou familiar em largas rodas pela influência do Vaticano II revela uma consciência social psicológica evidentemente diferente daquele que estava presente na Igreja pós tridentina, como se vê na literatura eclesiástica daqueles dias. Mas, se esta evolução for reconhecida e aceita, resta o problema teológico quanto à identidade essencial desta Igreja através das várias formas históricas em que se apresenta.³³

Como aponta Weiler, a Igreja revela uma consciência social diferente em cada contexto, ou seja, autocompreende-se de formas distintas conforme a época a que está submetida. Nesse sentido, cabe analisar o conceito de identidade. A identidade católica de Trento não é a mesma do pós Vaticano II. Trata-se de duas épocas distintas nas quais a Igreja se autocompreendeu de formas opostas. Weiler também aponta as diferenças existentes dentro da instituição católica, uma heterogeneidade que propicia múltiplas autocompreensões:

Uma segunda dificuldade é esta: a evolução histórica da autocompreensão da Igreja não foi em linha reta. Grupos importantes na Igreja, originalmente uma, desmembraram-se institucionalmente; dentro de cada uma dessas Igrejas distintas existem diferenças marcantes em relação àquilo que é e

³⁰ MANOEL, I. Op. cit., p.11.

³¹ Ibid., p.11.

³² Ibid., p.8-9.

³³ WEILER, Anton. História eclesiástica como autocompreensão da Igreja. **Concilium Revista Internacional de Teologia**, nº67/7. Petrópolis: Vozes, Julho de 1971, p.806-7.

que foi visto como a essência da Igreja. Grupos sectários, tanto da direita como da esquerda, colocaram cada um os seus próprios acentos na autocompreensão da Igreja.³⁴

Partindo do pressuposto da existência de igrejas diferentes ao longo dos tempos, inutilizam-se os rótulos, e obriga-se ao estudo de uma Igreja em períodos específicos. Facilita-se, assim, a compreensão das atitudes tomadas pela instituição em determinados momentos.³⁵ No caso da presente análise, trata-se do período ultramontano, que resgatou as principais decisões do Concílio de Trento. Segundo Weiler, Trento deu suporte à instituição para a reafirmação de uma identidade.³⁶

O resgate das decisões do Concílio de Trento (1545-1563) para o âmbito moderno criou a possibilidade da construção de uma identidade católica em muitos padres e bispos formados sob essa égide. A rigidez, as verdades sobre a fé e o cunho autoritário do discurso religioso, característicos do período ultramontano, são perceptíveis em Dom Antônio Mazzarotto, primeiro bispo de Ponta Grossa, e no pontífice Pio XI (1922-1939).

A identidade ultramontana pode ser entendida por meio da disseminação de uma política da Santa Sé em âmbito mundial por meio da evangelização e romanização tridentina, posicionamento que buscou enquadrar a Igreja Católica nos ditames de Roma. Segundo a historiadora Rosângela Zulian:

É sabido que o Concílio Vaticano I (1869-1870) se posicionou como contrário à penetração do que chamava de “erros modernos”, pois a modernidade identificava-se com o laicismo, ateísmo, liberalismo, positivismo, feminismo, racionalismo e, no limite, o comunismo. Tais “novidades” eram consideradas inimigas mortais da sociedade, tanto por serem genericamente entendidas como ateístas, quanto por explicitarem formas de pensar que já não submetiam-se ao controle doutrinário da Igreja.³⁷

Esse posicionamento da Igreja Católica fortalece na instituição uma identidade própria. O “Eu” Igreja Católica Apostólica Romana e “os outros”, ou seja, os males advindos do mundo moderno. Nesse sentido, é possível fazer uma ponte com Stuart Hall, que compreende o conceito de identidade como algo que se

³⁴ Ibid.

³⁵ Ibid.

³⁶ Ibid., p. 806-8.

³⁷ ZULIAN, Rosângela. **Identidade e experiência**: uma escola confessional na República Velha. Curitiba: Editora Champagnat, 2005, p.41.

constitui relacionalmente. Identidade para Hall se compõe entre o sujeito e o mundo externo, bem como entre os diferentes grupos, que diferenciam o “nós” e o “eles”.

Segundo Hall, o fato de que projetamos a nós próprios nessas identidades culturais, ao mesmo tempo em que internalizamos seus significados e valores, tornando-os parte de nós, estes contribuem para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A identidade, então, conecta o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais em que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados.³⁸ Partindo de Hall, pode-se dizer que as identidades se constituem relacionalmente, e a identidade religiosa ultramontana é uma dentre tantas.

Calcada em uma identidade que a diferenciava e a encaminhou para o resgate de sua doutrina e tradição, a partir do século XIX, o ideal da Igreja Católica foi romanizar seu rebanho, desviando-o dos caminhos trevosos do mundo moderno. No Brasil, esse projeto foi encampado por bispos reformadores³⁹, tais como o bispo de São Paulo, Dom Antônio Joaquim de Melo (1852-1861), e o bispo de Mariana, Dom Viçoso (1844-1875). Em Ponta Grossa, a romanização foi posta em prática por Dom Antônio Mazzarotto. Dom Antônio, que era um homem culto, famoso por sua erudição e por sua eloquência, fora formado para as novas responsabilidades determinadas pela Igreja Católica.

Como Dom Antônio fora formado sob a rigidez de um seminário aos moldes tridentinos, é possível identificar em seus discursos a identidade católica ultramontana. Muito inspirado pelo pontificado de Pio XI (1922-1939), o bispo defendeu de forma ampla as verdades da fé, condenou os desdobramentos do mundo moderno e propôs como meta no bispado de Ponta Grossa a restauração da sociedade no *Reino de Christo*. Por meio da análise dos escritos de Mazzarotto, nota-se que ele pautou-se em uma postura conservadora, algo que não fugia à regra dos prelados de então.

³⁸ HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Guacira Lopes Louro e Thomás Tadeu da Silva. 7ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p.11-2.

³⁹ Entre os bispos reformadores que implantaram o catolicismo romanizado no Brasil destacam-se como os pioneiros: o bispo de São Paulo Dom Antônio Joaquim de Melo (1852-1861) e o bispo de Mariana Dom Viçoso (1844-1875). Ver: VIEIRA, Dilermando Ramos. **O processo de reforma e reorganização da Igreja no Brasil (1844-1926)**. Aparecida (SP). Editora Santuário, 2007, p.121-8.

O conceito de conservadorismo consiste na preservação da ordem vigente e propicia múltiplas formas de interpretação. Para Anthony Giddens⁴⁰:

[...] no passado o conservadorismo foi mais do que apenas uma reafirmação de como as coisas costumavam ser, em suas formas mais elaboradas, o conservadorismo discordou do Iluminismo e desenvolveu teorias sobre a sociedade que desafiavam as teorias do liberalismo vigente. As inúmeras formas de pensamento conservador ao longo da história rejeitaram o novo em favor do velho e se opuseram ao progressismo. Foram ideias que se pautaram sempre na tradição e na moral. Para os conservadores a soberania popular traz medo, risco e perigo.⁴¹

Para Giddens, o velho conservadorismo valorizava o passado, considerando o tempo como um criador de valor. Para atingir essa meta, os conservadores ativeram-se na manutenção da ordem e na hierarquia, algo que, para eles, deve ser passado de geração em geração. A Igreja Católica foi a instituição que, no século XIX, se pautou por esses valores e os defendeu. O conservadorismo católico foi um movimento que se ergueu em defesa de tais interesses, sendo antirrevolucionário e defensor das tradições. Sua presença mais atuante se deu com o advento do mundo moderno, ou seja, na sociedade dos séculos XIX e XX.

Além do conceito de conservadorismo, ao estudar a Igreja Católica, abraçou-se a opção do estudo das noções de *poder simbólico*, *campo* e *capital simbólico* de Pierre Bourdieu. Sua discussão sobre o *poder simbólico* – “que é o poder quase mágico das palavras que resulta em uma objetivação ou oficialização de uma norma”⁴² – encaixa-se no discurso católico, que é carregado de representações e exercido pelos detentores de um poder oficial (sacerdotes). Segundo Bourdieu, quando os indivíduos dizem coisas com autoridade para todos, e em nome destes, sancionam o dito pública e oficialmente, santificando-o e consagrando-o, de modo que o fazem existir como algo “digno” de existir. O dito passa a se incorporar na conformidade, na natureza das coisas, e os sujeitos passam a vê-lo como algo natural.⁴³

Para Bourdieu, existem vários campos de produção cultural, como o literário, o religioso e o político, com diferenças, semelhanças e particularidades.⁴⁴ O *campo*

⁴⁰ GIDDENS, Anthony. **Para além da Esquerda e da Direita**. Tradução de Álvaro Hattner. São Paulo: Editora da UNESP, 1996, p.34.

⁴¹ Ibid.

⁴² BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Berthand Brasil, 1998, p.15.

⁴³ Id. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1998, p. 46.

⁴⁴ PINTO, Louis. **Pierre Bourdieu e a teoria do mundo social**. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p.76.

pode ser entendido como uma estrutura onde atuam os agentes sociais, ou seja, “as várias organizações ou instituições”. Bourdieu procurou mostrar como o campo é apropriado ou interiorizado pelos agentes. Ao situar a sociedade em diferentes campos, ele compreende que os mesmos não são imóveis, mas dinâmicos, no sentido de que se movem e se transformam.⁴⁵ Ao se constituir o *campo* religioso, é preciso que indivíduos sejam investidos de *capital simbólico*. Em um campo, existem princípios de divisões internas. Essas divisões é que fazem surgir os conflitos e controvérsias ou as competições, que são vencidas por agentes que possuem mais *capital simbólico*.

Capital simbólico seria o poder pelo qual um “agente” é investido para que possa “professar a palavra”, ou seja, disseminar um discurso. No caso do cristianismo, os investidos deste capital são o sacerdote, o padre, o bispo, o pastor protestante ou o Pontífice Católico. Sendo o *capital simbólico* a capacidade de exercício de poder do qual um agente social é investido dentro de um campo, logo, quem possui mais “capital” exerce mais poder. Ex: no campo religioso, um bispo, em tese, possui mais capital simbólico que um padre, logo, exerce mais poder. Os sujeitos não investidos desse capital religioso, como lembra Bourdieu, são excluídos da legitimidade de professar o dogma.⁴⁶

As discussões de Bourdieu vêm ao encontro do discurso das cartas pastorais de Dom Antônio Mazzarotto, bem como das encíclicas do papa Pio XI. Nesses documentos, o exercício do poder advindo de um capital simbólico é nítido por parte desses sujeitos. O discurso desses agentes religiosos produz representações sobre diferentes temáticas.

Esta pesquisa analisa o discurso de outras instituições além da Igreja: trata-se da família e da justiça. Para uma abordagem metodológica que atenda ao pressuposto analítico de ambas, optei por alguns conceitos que proporcionam suporte teórico para uma problematização coerente. Esses caminhos metodológicos são a Análise do Discurso e o conceito de *representação*.

A Análise do Discurso ajuda a compreender o posicionamento de uma instituição como a Igreja Católica em determinados contextos, pois situa quem fala,

⁴⁵ PROENÇA, Wander de Lara. **O poder simbólico do carisma**: Surgimento e projeção de líderes neopentecostais no período da ditadura militar. Texto integrante dos Anais eletrônicos da XXII semana de História - “O golpe de 1964 e os dilemas do Brasil Contemporâneo”. Assis: UNESP, 19 a 22 de Outubro de 2004. p.3.

⁴⁶ BOURDIEU, Pierre. **A economia...** Op. cit., p.58.

para quem fala e, também, por que se está falando. A *representação* auxilia no entendimento do que as práticas discursivas constroem e legitimam. Nos casos analisados, trata-se dos papéis a serem desempenhados pelas mulheres, atribuídos pelos discursos religiosos, jurídicos e familiares.

Ao analisar o discurso religioso, pode-se partir da proposta de Eni Orlandi, que o define como uma enunciação autoritária, onde a reversibilidade tende a zero. Segundo Orlandi, o discurso religioso congela o locutor no local que lhe é de direito e paralisa o ouvinte no lugar que lhe é de dever. Nesse sentido, “há um agente exclusivo do discurso, a polissemia é contida e o assujeitamento torna-se um comando naturalizado”.⁴⁷

Em uma enunciação autoritária como a religiosa, a base da formação discursiva é o divino. Calcando-se na figura de um *Deus todo poderoso, sujeito máximo e imortal*, o discurso religioso naturalmente perpassa o âmbito social, pois aquele que crê tende a compartilhar desse universo simbólico. A proposta de Orlandi clarifica o entendimento do discurso religioso. Para os agentes que fazem parte dessa comunidade, esse discurso é a voz de Deus enunciada por um “porta voz” instituído que, por meio do ritual, professa a palavra, conforme situa Bourdieu⁴⁸.

Interpretando as colocações de Orlandi - e as contribuições de Bourdieu -, pode-se dizer que “os representantes de Deus na terra (os porta vozes) são interlocutores interpelados pelo divino, não restando em sua linguagem a possibilidade de existir um sujeito ativo, questionador das escrituras sagradas ou da divindade”.⁴⁹

A autoridade do discurso religioso pode ser percebida em inúmeras passagens das fontes analisadas, tanto as religiosas como as jurídicas. Ambas as fontes partem do ideal do sujeito falante, do enunciador investido para falar determinado discurso. No caso do papa e do bispo, trata-se da investidura do sagrado. Em relação aos juízes, promotores e advogados, a instituição discursiva coloca-se por meio das leis de Estado, que lhes autorizam a desempenhar posturas enunciativas, exclusivas aos “homens da lei”.

⁴⁷ ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A Linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.142.

⁴⁸ BOURDIEU, Pierre. **A economia...** Op. cit., p.87.

⁴⁹ ORLANDI, E.P. Op. cit. p.245.

José Luiz Fiorin⁵⁰ vê o enunciador como o suporte do discurso e não como o agente. Para o autor, agente é o indivíduo que recebe a enunciação. Em Fiorin, os indivíduos apenas reproduzem os discursos que assimilaram durante sua formação. Dessa forma, o discurso perpassa o indivíduo fazendo com que ele “não fale e não pense o que quer, mas o que a realidade impõe que ele pense”.⁵¹ Nos apontamentos de Fiorin, todo discurso tende a agregar uma ideologia. Logo, o catolicismo do século XIX, portador de um discurso, defendeu uma ideologia calcada no conservadorismo, ideologia defensora da autoridade e da hierarquia. Segundo Roberto Romano, no século XIX, o papa Pio IX (1846-1878):

[...] lamentava, na realidade, o retorno maquiavélico ao paganismo: a morte da divindade cristã, esteio dos antigos valores religiosos e políticos, consumou-se na consciência moderna. Mas, ao contrário das sombras absolutas, exorcizadas pelo pontífice, outros espíritos assumiram positivamente este acontecimento como o início de uma nova época.⁵²

Em suma, tratava-se de um período intranquilo para o catolicismo. Algo que gerou uma reação da Igreja em âmbito mundial: a restauração e a romanização católica.

O conceito chave que propicia o entendimento das facetas discursivas sobre o matrimônio, a mulher e a família são as *representações*. Na visão de Roger Chartier⁵³, a representação é algo que dá sentido a uma coisa ausente. Por outro lado, a representação aparece como a exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou alguém. A representação traz consigo a intenção de fazer com que a identidade do ser não seja outra coisa senão a aparência, ou que a coisa não exista a não ser no signo que a exhibe. Assim deturpada, a representação transforma-se em máquina, fábrica de respeito e submissão, num instrumento que produz constrangimento interiorizado.

As representações seriam as formas com as quais os indivíduos, contraditoriamente, constroem a realidade. Chartier também enfatiza as representações como discursos que não possuem neutralidade e que tendem a impor um projeto ou justificar para os próprios indivíduos as suas escolhas e

⁵⁰ FIORIN, José Luiz. **Linguagem e Ideologia**. 7ªed. São Paulo: Ática, 2000, p.43-4.

⁵¹ Ibid., p.43.

⁵² ROMANO, Roberto. **Conservadorismo Romântico**: origem do totalitarismo. São Paulo: Brasiliense, 1981, p.20.

⁵³ CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre Práticas e Representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo Lisboa. Coleção Memória e Sociedade. Difel, 1990, p.23-9.

condutas. As representações do mundo social, à revelia dos atores, traduzem as suas posições e interesses objetivamente confrontados e, paralelamente, descrevem a sociedade tal como os atores pensam que ela é, ou como gostariam que fosse.

Outra interpretação que se pode apontar acerca do conceito de representação em Chartier é que as representações constituem-se de embates e tensões entre diferentes grupos.⁵⁴ Logo, esses grupos desejam estabelecer os seus projetos, suas representações verdadeiras da realidade. Assim, observa-se no presente objeto de pesquisa a tentativa de o discurso católico estabelecer uma hegemonia discursiva, no que concerne à moral familiar, bem como ao esperado comportamento de uma mulher, projeto que pode ser analisado como uma estratégia.

Todavia, a imposição desse projeto católico e sua representação “verdadeira” de família e mulher também são identificados no discurso jurídico, nos posicionamentos de promotores e juízes. Através desse duplo discurso, da Igreja Católica e da Justiça, é possível identificar qual era o modelo ideal de família e o comportamento esperado para uma senhora casada, mãe e esposa. Essas discussões acerca das representações estão incorporadas nas análises dos discursos sobre a mulher, presentes nos documentos jurídicos e religiosos.

Este trabalho é constituído de personagens reais, indivíduos que fizeram parte da história. Pessoas que, por meio do discurso, construíram representações e encamparam projetos. Falo de sujeitos que desempenharam um intenso poder representativo nas instituições de que faziam parte. Um exemplo são os bispos católicos que encamparam o projeto romanizador no Brasil, no Paraná e em Ponta Grossa. Também os promotores e juízes que, por intermédio da lei, deixaram transparecer suas concepções de família e de mulher naquele contexto. Não de ser citadas as personagens sem nenhum poder religioso ou estatal, mas com voz, opinião, valores e ideais culturalmente legitimados. Falo das testemunhas dos processos criminais.

Entre os indivíduos analisados nesta pesquisa, destaca-se Dom Antônio Mazzarotto, um sujeito que teve uma forte representatividade institucional na Igreja Católica. As práticas discursivas de Dom Antônio estão diretamente conectadas à sua identidade cultural e religiosa. Pela eloquência e rigidez em sua escrita, nota-se

⁵⁴ Ibid.

claramente a incorporação do discurso conservador ultramontano em sua formação. A historiadora Rosângela Zulian⁵⁵, que estudou a fundo as raízes culturais de Antônio Mazzarotto, aponta que a rigidez fez parte de sua vida.

Antônio teve uma infância difícil, como tantos outros filhos de imigrantes. Seus pais eram italianos vênets que migraram da Itália para recomeçar a vida sob difíceis condições. Os pais de Mazzarotto, segundo a historiadora, eram pessoas rígidas, herdeiros da cultura camponesa vêneta, tradicionalista e católico-fervorosa. Nas palavras da autora, “tratava-se de um modo de vida que cristalizou-se no tempo e condicionou os modos de vida nas regiões de colonização no Brasil”.⁵⁶ No levantamento de Zulian, os pais de Mazzarotto impunham uma disciplina rígida aos filhos, conforme o depoimento de seu irmão, padre Jerônimo Mazzarotto:

[...] nós fomos criados com muita disciplina. Católicos praticantes, todas as noites reunidos na sala de casa, rezávamos o terço em família, antes de deitar. Papai tinha um temperamento austero: não era muito de rondas e boêmias, no armazém, como tantos outros italianos de origem.⁵⁷

Pelo depoimento do irmão de Dom Antônio, é notável a subjetivação sofrida pelo último, desde a infância, em uma família ligada a um tradicionalismo católico. Mais adiante, quando adentrou o Seminário Episcopal, em 1905, para tornar-se padre, Mazzarotto recebeu novas influências de um ambiente rígido e disciplinar. Tratava-se da instituição da qual ele veio a fazer parte: a Igreja Católica.

Quando se fala dos padres, papas e bispos ultramontanos, tal subjetivação não pode acontecer de outra forma. Esses indivíduos faziam parte de um corpo institucional, carregavam “a verdade” das ideias defendidas pela instituição a que pertenciam. No caso dos juízes, promotores e homens da lei de forma geral, o processo subjetivo perpassava seus corpos da mesma forma que os agentes religiosos; no entanto, com discursos no âmbito da lei.

Ao se deter nos escritos do papa Pio XI, do bispo Dom Antônio e nas posturas dos juízes, dos promotores, dos advogados e de todos os sujeitos envolvidos nos quatro processos, deve-se ter em mente que esses indivíduos foram formados em uma época e em um contexto. Em relação aos processos criminais, a

⁵⁵ ZULIAN, Rosângela. Um filho de imigrantes “genuinamente brasileiro”. In: PEDRO, Joana Maria. ISAIA, Arthur César. DITZEL, Carmencita de Holleben Mello (Orgs). **Relações de poder e subjetividades**. Ponta Grossa (PR): Editora Toda Palavra, 2011, p.277-97.

⁵⁶ Ibid.

⁵⁷ Ibid., p.293.

particularidade das personagens envolvidas em um discurso maior, ou hegemônico, faz com que legitimem valores ligados a uma moralidade. Essas moralidades fazem com que os sujeitos “fora da norma” sejam restituídos aos valores da família tradicional, uma moral compartilhada no cenário estudado.

Neste trabalho, entendo por “indivíduos que fogem à norma” as pessoas envolvidas nos processos criminais. “A mulher que trai o marido”, a que o desobedece, o rapaz “deflorador de donzelas virgens” e a moça de família que se comporta de “forma não recomendada”.

François Chatelet afirma que todas as sociedades estão subordinadas a algum tipo de moralidade. Essa moralidade está calcada em um conjunto de regras mais ou menos ordenadas nas quais estão presentes as permissões e interdições.⁵⁸ Michel Foucault⁵⁹, ao analisar a moralidade, a entende como o comportamento real dos indivíduos em relação às regras e valores que lhes são propostos. Foucault designa a moralidade como a maneira pela qual os sujeitos submetem-se mais ou menos a um princípio de conduta. Destaca, porém, que ao mesmo tempo em que eles obedecem a essa moral, resistem à interdição ou à prescrição que ela causa. Todavia, os sujeitos tendem a respeitar ou negligenciar esse conjunto de valores.

O aspecto da abordagem moral de Foucault aplica-se às fontes religiosas e jurídicas. Nos processos, existe uma moral que permeia as relações cotidianas dos sujeitos envolvidos nos conflitos selecionados, assim como a moral jurídica dos agentes da lei. Nas fontes religiosas, a moral se dá por meio do discurso religioso, que é calcado em normas e valores, em tese, “inquestionáveis”.

Essa moral aparece em ambas as fontes. Nelas, a representação social da família coloca-se por meio da figura do homem provedor e da mulher virtuosa, submissa e obediente. Mas esse processo não deve ser interpretado pelo vínculo da passividade dos sujeitos (leia-se: as mulheres), pois os indivíduos resistem e, à sua maneira, utilizam-se de táticas para burlar esse domínio. As táticas tornam-se claras nas análises feitas nos processos criminais, bem como as estratégias de controle da Igreja e do Judiciário.

Michel de Certeau aponta a forma como as táticas e estratégias materializam-se no cotidiano dos indivíduos, fazendo-os resistir aos discursos

⁵⁸ CHÂTELET, François. La ideologia del hombre. In: **Historia de las ideologias**. Madrid: Ediciones AKAL, 1989, p.479-92.

⁵⁹ FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 2**. O uso dos prazeres. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. 12ªed. Rio de Janeiro: Graal, 2007, p.26-8.

dominantes, bem como reafirmá-los.⁶⁰ A *tática*, para Certeau, é o movimento dentro do campo de visão do inimigo e no espaço por ele controlado.⁶¹ Certeau chama de *estratégia* o cálculo ou a manipulação das relações de força.

A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio para ser a base de onde se podem gerir relações, com uma exterioridade de alvos ou ameaças.⁶² Nesse sentido, as estratégias, quando problematizadas nesta pesquisa, são essencialmente postas em prática pelos discursos dominantes, quer dizer, os da Igreja e do judiciário.

Por meio do uso das táticas, Certeau não vê o indivíduo como um agente passivo na sociedade. Independentemente do domínio exercido pelo discurso, o sujeito tende, à sua maneira, a “escapar” ou “burlar” o socialmente instituído. O uso das táticas fica latente quando analisadas as posturas das mulheres envolvidas nos processos criminais: à sua maneira, tentam burlar o domínio instituído e o poder a que são submetidas.

Pode-se dizer que o contexto das fontes pesquisadas foi um período propício para instituições como a Igreja e a justiça disseminarem discursos que visassem à defesa da moral e dos costumes. Isto ocorreu devido às significativas mudanças sofridas na sociedade das primeiras décadas do século passado. Um dos destaques foi a maior visibilidade das mulheres nos espaços públicos, com sua concomitante inserção no mercado de trabalho.

Etelvina Trindade destaca que “o progresso das cidades trouxe consigo o progresso das mulheres”. As barreiras a elas impostas não conseguiram impedir sua presença marcante nos espaços públicos. Reivindicando gradativamente seus direitos, elas tentaram aproximar-se, mesmo que parcialmente, da meta mais cobiçada pelas lideranças femininas do período: a participação nos destinos políticos da nação.⁶³

Contudo, o casamento e a família continuaram a ser as instituições mais valorizadas na época. Segundo Mary Del Priore⁶⁴, o casamento, no início do século XX, foi perpassado por uma ampla valorização, principalmente, as representações

⁶⁰ CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano, as artes de fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994, p.45-8.

⁶¹ Ibid., p.97.

⁶² Ibid., p.93.

⁶³ TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. **Clotildes e Marias, mulheres de Curitiba na primeira República**. Curitiba: Farol do Saber, 1996, p.280.

⁶⁴ DEL PRIORE, Mary. Op. cit., p.163-71.

naturalizadas do papel feminino de mãe e esposa. Nas afirmações da historiadora, o reforço ao papel da “família tradicional”, do “homem provedor” e da mulher “rainha do lar” estendeu-se até a década de 1960. No período ao qual esta pesquisa se circunscreve, o papel mais importante para o homem era ser o provedor da família. O trabalho era sua razão de ser. A mulher, em contrapartida, revestia-se na submissão: ela seria a guardiã do lar, dos filhos e do marido.⁶⁵

Estudar “O Matrimônio, a Mulher e a Família” faz-se necessário, na atualidade, pois se vive um momento único, momento em que as estruturas que pareciam eternas, como o casamento e a família tradicional, vêm sendo questionadas. Primeiramente, com o movimento feminista nas décadas de 1960 e 70. Para Manuel Castells⁶⁶, a entrada da mulher no mercado de trabalho aumentou seu poder de competição junto ao homem, abalando a “legitimidade da dominação masculina”.

Para o sociólogo, atualmente, vivemos o momento da crise da família patriarcal. A dissolução dos lares, por meio do divórcio ou separação dos casais, constituiu o primeiro indicador de insatisfação com o modelo familiar baseado no comprometimento duradouro de seus integrantes.⁶⁷ No entanto, a crise da família patriarcal não significa em si o fim da família. O grande questionamento pauta-se sobre a família baseada no domínio masculino heterossexual que tem predominado há milênios. Não obstante, movimentos conservadores de cunho restaurador, em reação a essas conquistas, estão vindo de encontro às sociedades ocidentais com discursos que propõem a restauração dos costumes de outrora. Mas, neste trabalho, não serão discutidos tais movimentos.

Partindo desse pressuposto atual, é interessante reforçar o debate sobre as relações de poder existentes na família. Um dos caminhos é buscar no passado as inúmeras representações “forjadas” pelas instituições sociais. Nesta pesquisa, as análises se fazem em torno da Igreja Católica, com seu “ideal sagrado de família e mulher”, e também sobre o Poder Judiciário, que “cria a lei e institui a ordem”. O que será nítido no decorrer dos capítulos é que tanto o discurso da Igreja como o do judiciário sobre a mulher pouco se diferem. Ambos impõem a família, o lar, o

⁶⁵ Ibid.

⁶⁶ CASTELLS, Manuel. O Poder da Identidade. In: **A era da Informação: Economia e Cultura** vol. II. Tradução de Alexandra Lemos. Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, p.168.

⁶⁷ Ibid., p.172.

cuidado com os filhos e a obediência ao esposo como lugar “natural” para as mulheres.

Por meio dos discursos fundadores do cristianismo, será analisada a posição da Igreja Católica sobre o casamento e a sexualidade feminina. Esses discursos fundadores são as Epístolas de Paulo, a teologia de Santo Agostinho e o Concílio de Trento no século XVI. Nota-se a continuidade desses dogmas com a restauração dos valores cristãos, no século XIX e XX, pelo movimento ultramontano. Os discursos fundadores são resgatados por papas como Pio IX, Leão XIII, Pio XI e pelo bispo Dom Antônio Mazzarotto. Todos esses indivíduos fazem parte de uma longa tradição cristã que instituiu um comportamento sexual calcado na contenção, na culpa e na negação da carne. Logo, o âmbito para o exercício sexual restringiu-se ao casamento.

O matrimônio foi sacralizado no século XII, mas, mesmo casados os cônjuges, segundo a ótica católica, só deveriam praticar o ato sexual para a procriação. No entanto, essa contenção foi mais intensa com as mulheres e mais relapsa com os homens. Paulo, em sua Epístola aos Coríntios⁶⁸, instituiu a obediência das mulheres aos maridos. No século XX, Dom Antônio Mazzarotto faz o mesmo em suas cartas pastorais quando se refere às senhoras. Trata-se de um discurso de longa duração⁶⁹ no âmbito cristão.

Ao longo do trabalho, nota-se que a partir de Paulo, passando por Santo Agostinho e os padres da Idade Média, a sexualidade feminina foi silenciada. Tanto que as mulheres foram vistas por muitos teólogos medievais como a figura do mal, aquela que faria os homens saírem do caminho da virtude, e, além disso, o ideal cristão dos primeiros tempos estava resignado à virgindade.⁷⁰ Dessa forma, as

⁶⁸ **Coríntios I**, 7:1,9.

⁶⁹ A *Longa Duração* é um conceito utilizado pelo historiador Fernand Braudel em sua tese de doutorado de 1949 que se intitulava *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. Um conceito que introduziu uma nova maneira de abordagem histórica, aquela que ocorre na Longa Duração. Esse conceito introduzido por Braudel trata da história quase imóvel, que se interessa pelos fenômenos extremamente longos (evolução das paisagens, história do homem na sua relação com o meio). BRAUDEL, Fernand. A longa duração. In: **Escritos sobre a História**. Lisboa: Perspectiva, 1992.

⁷⁰ É a defesa de teólogos como Santo Agostinho, São Tomás de Aquino, Tertuliano, São João Crisóstomo e o bispo de Reims no século XII, Etiènne de Fougères. Santo Agostinho, por exemplo, afirmou que: “A mulher é um animal que não é seguro, nem estável; é odienta para tormento do marido, é cheia de maldade e é o princípio de todas as demandas e disputas, via e caminho de todas as iniquidades.” Ver: SANTO AGOSTINHO. **Confissões**. Coleção os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 2004. Mais informações sobre estes pensadores cristãos podem ser encontrados em: DUBY, Georges. **Eva e os Padres**: as damas do século XII. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

damas foram tidas como perigosas, sensuais, pecadoras, herdeiras de Eva. Para contrapor essa “figura diabólica”, a Igreja trouxe a imagem de Maria, a mãe piedosa.

Por meio de Maria, foram disseminadas inúmeras representações de modelos femininos que deveriam ser seguidos pelas boas e respeitosas senhoras cristãs. Tanto que, no século XIX, o Papa Pio IX promulgou a *Imaculada Conceição de Maria*.⁷¹ Segundo o papa, Maria teria concebido Jesus Cristo sem mácula, livre do pecado original. Um simbolismo altamente propagado no meio católico, um modelo a ser seguido pelas mulheres de então.

Para a realização desta pesquisa, foram utilizadas duas categorias de fontes: a primeira são documentos da Igreja Católica, quatro cartas pastorais de Dom Antônio Mazzarotto, primeiro bispo de Ponta Grossa (PR): *O Reino de Christo* (1930), *A Doutrina Cristã* (1931), *O Matrimônio Cristão* (1934) e *Males Gravíssimos* (1941). Também são analisadas duas encíclicas do papa Pio XI: *Casti Connubi* (Sobre o Matrimônio Cristão, 1930), e *Divinni Illius Magistri* (Sobre a Educação Cristã da Juventude, 1929). Essas fontes encontram-se disponíveis para consulta na Biblioteca Central da Universidade Estadual de Ponta Grossa e na Cúria Diocesana de Ponta Grossa. A segunda categoria de documentos são processos judiciais, fontes disponíveis no acervo documental do Departamento de História da UEPG. Para este trabalho, foram selecionados quatro processos envolvendo casamento, família e mulheres, nos respectivos anos de 1940, 1941, 1943 e 1945.

Sobre as designações “Viciadas e Perversas” e “Santas e Respeitosas” que dão título ao trabalho. Elas se baseiam na dualidade discursiva das fontes pesquisadas. Viciada é a designação que o réu do primeiro processo analisado aponta a sua noiva que o processava por defloração. Em sua versão, a noiva Erondina queria ter relações sexuais a todo o momento, se comportando como uma “viciada”, um comportamento não recomendado para uma moça de família na época. Perversa é a atribuição que o promotor público que conduziu o terceiro processo analisado aponta a ré Vitória. Vitória traiu o marido Ricardo com o amante Ivo, e com ele planejou o assassinato do cônjuge. Um comportamento que

⁷¹ Por meio da bula *Ineffabilis Deus*, de 1854, o papa Pio IX reafirmou a santidade de Maria, sendo que sua virgindade foi oficializada pela Igreja. Expôs o papa que Maria havia concebido Jesus Cristo sem mancha (mácula), ou seja, tocada pelo Espírito Santo, permaneceu livre de todo o pecado. Informações disponíveis em: PIO IX - Bula *Ineffabilis Deus* - Dogma da Imaculada Conceição. Disponível em: <http://www.montfort.org.br/index.php?secao=documentos&subsecao=decretos&artigo=20060220&lang=bra>.

desqualificou Vitória perante a sociedade da época, fazendo com que a mesma fosse classificada de perversa pela justiça. Já os termos “Santas e Respeitosas” são os conceitos disseminados pela Igreja Católica da época no que tange a mulher e ao que ela deveria ser, ou seja, uma respeitosa senhora de família.

No primeiro capítulo, será analisada a Igreja Católica a partir do movimento Ultramontano no século XIX. Será problematizada a compreensão que a instituição fazia de si, bem como a identidade católica tridentina reafirmada a partir do *Syllabus Errorum* de Pio IX. Esse capítulo também se aprofunda na compreensão da Igreja Católica como uma instituição que se move no tempo no sentido de permanência. Ao deter-me no estudo da Igreja a partir do século XIX, busco problematizar o choque do catolicismo com o mundo moderno e, também, as estratégias da restauração ultramontana. O capítulo enfatiza a romanização do catolicismo no Brasil e as relações da Igreja com o Estado após a separação de 1890. No Paraná, o trabalho detém-se na Diocese de Curitiba e em seu primeiro bispo, Dom José de Camargo Barros (1894-1904). Em seguida, será enfatizado o contexto da cidade de Ponta Grossa, sede do bispado que Dom Antônio Mazzarotto assumiu em 1930.

O segundo capítulo problematiza o matrimônio cristão, sua construção e sacramentalização. Serão abordados os ideais de virgindade e de negação do corpo pelos primeiros cristãos, bem como a incorporação desses valores pela Igreja ao longo dos séculos. Os discursos fundadores sobre a sexualidade, o casamento e a mulher serão dados por meio da análise bíblica de algumas passagens das Epístolas de Paulo. Também com os apontamentos de Santo Agostinho sobre o casamento, a mulher e o pecado.

Esse capítulo analisa como se deu a sacramentalização do casamento no século XII e a visão que os padres da Idade Média tinham das mulheres. Tal estudo fundador faz-se essencial para compreender as fontes eclesiais do século XX, pois se trata de uma longa tradição cristã, na qual os pontífices e bispos do século XX buscam referências. Pio XI cita Paulo e Santo Agostinho. Dom Antônio Mazzarotto, além de Agostinho e Paulo, recorrentemente se prende a exemplos dos primeiros cristãos em suas Cartas Pastorais.

Tanto o papa Pio XI, quanto o bispo Dom Antônio recorrem à tradição bíblica do Gênesis e colocam a queda de Adão e Eva como o símbolo maior do pecado. Nesse sentido, esse recuo historiográfico é indispensável à pesquisa, pois

todos os documentos eclesiásticos analisados têm como referência essa longa tradição quando se referem à moral, aos costumes, ao corpo e à sexualidade.

Em seguida, ainda no segundo capítulo, serão analisadas duas encíclicas de Pio XI: *Divinni Illius Magistri* (Sobre a educação cristã da juventude, de 1929) e *Casti Connubi* (Sobre o matrimônio Cristão, de 1930), destacando o ideal de sociedade perfeita, a condenação ao feminismo, à laicização da sociedade e às uniões não sacramentadas e a exaltação da família tradicional. Também será trabalhada a carta pastoral *O Matrimônio Cristão* (1934), de Dom Antônio Mazzarotto, que amplia esses princípios em âmbito local: a cidade de Ponta Grossa.

No terceiro capítulo, é feita uma análise densa dos processos criminais de Ponta Grossa do período de 1940-1945. Destacam-se quatro casos sobre casamento, família e a “quebra da conveniência” por parte das personagens envolvidas. O enfoque se dará sobre os modelos de mulher e de família representados nessas fontes por meio do discurso judiciário e dos indivíduos envolvidos em suas teias de poder.

O quarto capítulo se presta a um balanço do discurso religioso e judiciário. Um exercício comparativo que tende a analisar as semelhanças entre a posição jurídica e a eclesiástica sobre o casamento, a família e a mulher. Assim, levantam-se hipóteses acerca dos valores cristãos que permeavam a sociedade pontagrossense. Através das cartas pastorais de Dom Antônio Mazzarotto, *O Reino de Christo* (1930), *A Doutrina Christã* (1931), *O Matrimônio Christão* (1934) e *Males Gravíssimos* (1941), é possível dar-se conta de que a ampla gama de valores morais disseminados pela Igreja Católica eram, em grande medida, compartilhada pelos homens da lei (juízes, promotores e advogados). Também por todos os sujeitos envolvidos nos processos judiciais.

Por meio dessa comparação discursiva, levantam-se hipóteses sobre a legitimação de uma conveniência calcada em valores em que o indivíduo valia pela família e pela moral. A quebra com o código de comportamento existente em um contexto específico como esse gerou conflitos, punições e tentativas de regeneração de corpos que “fugiram à norma”. Esses corpos são as mulheres envolvidas nos processos criminais.

As representações dos modelos ideais de mulher e família em Ponta Grossa demonstram como o poder é exercido. Sendo o poder algo pelo que se luta,

Foucault⁷² o coloca como algo invisível que perpassa todos os âmbitos sociais e contribui para a construção de corpos dóceis. A Igreja, o matrimônio, a família e a justiça são os espaços nos quais este trabalho adentra para a análise do poder. Foucault também aponta as interdições como formas de controle do discurso, ou seja, para o filósofo, a interdição faz com que não tenhamos o direito de falar tudo e em qualquer circunstância.⁷³ Em Ponta Grossa, no período estudado, nota-se uma interdição nos discursos sobre a sexualidade feminina, o que será explorado nos processos criminais.

⁷² FOUCAULT, Michel. **A Microfísica...** Op. cit., p.218.

⁷³ Id. **A Ordem...** Op.cit., p.9.

CAPÍTULO 1 – A IGREJA CATÓLICA: AUTOCOMPREENSÃO E CONSTRUÇÃO DE UM IDEAL DE SOCIEDADE PERFEITA

Estudar a Igreja Católica é mergulhar em um universo ainda pouco entendido pelos que não compartilham de sua visão de mundo. A instituição religiosa que se faz presente há mais de dois mil anos na sociedade ocidental demonstrou, ao longo de sua história, um interesse não só pela preservação da fé e difusão de seu discurso, mas também pela conservação da moral e de valores tradicionais socialmente construídos. Ao longo de sua trajetória, a instituição foi criando princípios e dogmas calcados na tradição.

Estudar a tradição, a conservação dos valores morais, dos costumes e o resgate dos mesmos pela Igreja, no final do século XIX e no início do século XX, é necessário para compreender melhor o tema central deste trabalho: o matrimônio, a mulher e a família. Dentre os motivos norteadores da restauração católica, em meados do século XIX, estão o casamento e a família, pois, com os tempos modernos, surgem novas visões de mundo, novas possibilidades, questiona-se o casamento como algo indissolúvel. Pio IX condena esse posicionamento sobre o matrimônio no *Syllabus Errorum*, em 1864, como um dos perversos males da modernidade. Todavia, entender como a Igreja se compreendia nesse contexto é de grande valia para perceber porque a família foi tão valorizada em um momento em que ideias de secularização perpassavam a sociedade ocidental.

Uma das hipóteses que ao longo do trabalho serão identificadas é que, da família - mais especificamente pelas mulheres -, partia a ideia evangelizada; por ela, ditavam-se comportamentos e formas convenientes de viver. Pela família, a Igreja mantém seu *statu quo* de “mãe e mestra de todas as horas”.⁷⁴ Desse modo, cabe trazer a este estudo a contribuição de alguns historiadores da Igreja.

Roberto Romano vê a Igreja como uma instituição multicelular que traz dentro de si variadas tendências culturais e políticas.⁷⁵ Jessie Jane Vieira Souza, assim como Romano, a vê como um corpo místico dotado de coerência própria, com um projeto teológico-político, apreendido em uma tradição que se move no tempo

⁷⁴ Conceito desenvolvido pela historiadora Jessie Jane Vieira Souza em sua obra **Círculos Operários...**, Op. cit.

⁷⁵ ROMANO, R. **Brasil: Igreja...**, Op. cit., p.22.

com sentido de permanência, incorporando à sua tradição doutrinária os novos desafios que surgem com o tempo.⁷⁶

Um dos grandes desafios da Igreja foi se adaptar aos desdobramentos do mundo moderno, que, desde o Renascimento e a Reforma Protestante, não a deixaram sob um terreno sólido onde pudesse desfrutar de um compartilhamento harmônico de sua doutrina. Esses desafios aumentaram a partir do Iluminismo, no Século XVIII, e com o desencadeamento de uma sociedade calcada no capital, envolta pelo liberalismo burguês, no século XIX.

Dessa forma, a construção do ideal de sociedade perfeita, bem como autocompreender-se como corpo místico dotado de perfeição, foram os quesitos que a Igreja começou a estruturar a partir do Concílio de Trento, no século XVI. Tais quesitos foram readaptados para os novos contextos históricos que surgiram nos séculos posteriores. A identidade tridentina acompanhou a instituição nos momentos em que foi necessário conservar seus velhos costumes para novos fins. Um exemplo é a resistência à secularização da sociedade burguesa. As práticas e ações tridentinas estruturaram-se, na Igreja, até as vésperas do Concílio Vaticano II (1962-1965).

1.1 TRENTO: A REAFIRMAÇÃO DE UMA IDENTIDADE CATÓLICA

O Concílio de Trento (1545-1563) é considerado um acontecimento importante na história da Igreja Católica. Esse concílio possibilitou que a instituição se reafirmasse durante os desdobramentos da Reforma Protestante no século XVI. Trata-se de uma identidade que a sustentou durante os séculos seguintes. Trento legitimou as ações da Santa Sé até o Concílio Vaticano II (1962-1965). Esse fato é perceptível em grande parte dos documentos pastorais em voga até a primeira metade do século XX. O resgate do Concílio em diversas encíclicas e cartas pastorais mostra o poder simbólico que o mesmo representou para a Igreja. Pio XI (1922-1939) legitima-o em seu discurso pontifício, assim como Dom Antônio Mazzarotto, primeiro bispo de Ponta Grossa, em suas cartas pastorais.

⁷⁶ SOUZA, J. J. V. de. Op. Cit. p.25.

Rosângela Zulian⁷⁷ aponta Trento como a reafirmação da identidade católica, de modo que se deve compreender e problematizar possibilidades para o entendimento do *modus vivendi* da instituição a partir dos desdobramentos do Concílio. Segundo a historiadora, durante os cinco séculos seguintes a Trento, a instituição pôs em prática suas propostas. Carregou consigo seu legado e suas ações, as quais foram trabalhadas conforme a necessidade histórica da Igreja. A identidade tridentina torna-se mais clara quando se consegue compreendê-la por meio dos discursos de “verdade” disseminados pela instituição. Postura que se tornou mais presente no século XIX, devido à nova realidade da sociedade ocidental.⁷⁸ Com os desdobramentos do mundo moderno, a Igreja necessitou recorrer à sua longa tradição para se reafirmar como uma instituição que se considerava detentora da “consciência moral do mundo”.

As decisões tomadas no Concílio tridentino ganharam força no século XIX, fazendo com que o catolicismo reafirmasse sua identidade e buscasse um sentido para si. Naquele momento, foi construído um discurso autoritário indissociado do sagrado e fortemente conectado à nova realidade, combatendo-a, porém. Trento pode ser visto como a necessidade de afirmação cotidiana da instituição, ou seja, de se colocar como a representante de Deus na Terra, guardiã e defensora da fé. Esse concílio foi a alavanca inicial que despertou na Igreja uma reforma interior que gerou sua restauração e autorreconhecimento. Zulian define Trento como um símbolo, “algo que funcionou como uma força aglutinante, um elemento inspirador na tarefa de recriar a imagem da Igreja empreendendo a construção de uma instituição sólida e compacta, capaz de suportar as vicissitudes dos séculos”.⁷⁹

Outra característica do Concílio foi a promulgação de novas diretrizes para o clero católico, tais como o zelo dos papas, dos bispos, dos padres e dos

⁷⁷ Para a historiadora, a Igreja construiu sua última grande identidade quando realizou a façanha tridentina, “que marca uma das principais etapas da Contra-Reforma católica, em resposta aos anseios e questionamentos formulados, não só com Lutero, mas com a própria marcha do humanismo”. Através do Concílio de Trento (1545-1563), a Igreja criou um modelo que foi se consolidando até a Revolução Francesa; reelaborando-se no tempo, até muito recentemente inspirou a origem de certos movimentos restauradores e as práticas de alguns membros da hierarquia da Igreja que não conseguiram assimilar o Vaticano II em sua profundidade e na sua dinâmica, não obstante invoquem sua terminologia e discurso. ZULIAN, Rosângela. **Entre o Aggiornamento e a Solidão**: práticas discursivas de D. Antônio Mazzarotto, primeiro bispo diocesano de Ponta Grossa-PR (1930-1965). Tese de Doutorado apresentada à Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2009, p.26.

⁷⁸ Trata-se da sociedade que emerge a partir do final do século XVIII e concretiza-se no XIX, na Europa Ocidental. Sociedade calcada no capital, na separação entre Estado e Igreja e voltada para a razão e a ciência.

⁷⁹ ZULIAN, R. **Entre o Aggiornamento...** Op. cit.

missionários; o reforço da união entre Igreja e Estado, bem como as mútuas colaborações nos mais diversos âmbitos: social, político, econômico e cultural. Esses reforços, na visão do padre João Batista Libâneo, seriam indispensáveis para uma maior eficácia na solução de problemas materiais e pastorais.⁸⁰ Para o frater Henrique Cristiano José Matos, Trento vigorou até o Vaticano II, com adaptações ao contexto vivido nos séculos posteriores.⁸¹

Trento definiu, para a Igreja, um formato próprio, elaborou normas, conteúdos, matérias e prescrições que a dirigiram posteriormente. Segundo Matos⁸², entre os principais pontos que fizeram que o concílio tivesse se tornado uma força estruturante no âmbito católico, destacam-se:

- a) A capacidade de criação da Igreja na busca de uma identidade e de uma missão, independentemente das crises que a estavam afetando com o advento da Reforma Protestante e das futuras crises que viriam a afetá-la posteriormente.
- b) Trento inaugurou um modelo eclesial rígido e restaurador na Igreja.
- c) O concílio reforçou o dogma católico, a disciplina que, mesmo atacada nos séculos seguintes, foi algo que a contrastou com o protestantismo.

Pode-se dizer que Trento embutiu no clero romano uma noção estruturada da religião, designando-a como única e verdadeira, fazendo com que ela passasse a ter a necessidade de se reafirmar cotidianamente, condenando as “heresias” disseminadas pelo protestantismo. A missão tridentina possibilitou a construção de uma Igreja forte, hierárquica; um catolicismo calcado na norma institucional que passou a condenar “os erros” modernos.

Nos apontamentos de Zulian⁸³, Trento foi o primeiro momento em que a Igreja Católica se diferenciou, se autodefinindo entre o “nós” e excluindo os “outros”. O “nós” seria a Igreja única e verdadeira de Cristo, os “outros” ficou a cargo dos “hereges e cismáticos”, tais como os protestantes e, nos séculos posteriores, os maçons, os espíritas e as outras denominações.

O teólogo Hans Kung⁸⁴ destaca que a reforma católica de Trento só aconteceu por causa da pressão protestante. O clero, porém, nesse concílio,

⁸⁰ LIBÂNEO, João Batista. **A volta da grande disciplina**. Reflexão teológico-pastoral sobre a atual conjuntura da Igreja. São Paulo: Loyola, 1983, p.39.

⁸¹ MATOS, Henrique Cristiano José. **História do Cristianismo**. Estudos e Documentos. Vol. III. Período Moderno. Circulação interna *ad experimentum*. Belo Horizonte, 1989, p.10-2.

⁸² Ibid.

⁸³ ZULIAN, R. **Entre o...** Op. cit., p.29.

⁸⁴ KÜNG, Hans. **A Igreja Católica**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, p. 175.

afirmou-se, desafiando o protestantismo, colocando-o como um adversário permanente. Sem adentrar nas especificidades das decisões conciliares, pode-se dizer que o concílio estruturou hierárquica e disciplinarmente um modelo de clero e reforçou o conservadorismo nos assuntos de fé.

No século XIX, o Concílio de Trento foi reafirmado pelo movimento ultramontano, no sentido de redirecionar o clero para os sacramentos e reforçar a hierarquia. Essa medida consistiu em romanizar a Igreja e a obediência ao pontífice.

1.2 SÉCULO XIX: A IGREJA CATÓLICA EM CHOQUE COM A MODERNIDADE

O “longo século XIX” pode ser considerado o século das revoluções. Na visão de Eric Hobsbawm⁸⁵, esse século se abre com a Revolução Francesa (1789) e termina com a eclosão da Primeira Guerra Mundial (1914). O século XIX pode ser analisado a partir das consequências deixadas pela Revolução Francesa, pelas guerras napoleônicas, pelas revoluções liberais⁸⁶, pelo movimento operário, pela influência de socialistas e anarquistas, pela industrialização, pelo triunfo da sociedade capitalista, pelas descobertas da ciência, pelo aprimoramento da tecnologia e pelo domínio imperialista da Europa sobre o mundo.

Em 1815, após a derrota napoleônica, a tentativa de restauração das monarquias europeias anteriores a 1789, pelo Congresso de Viena, se mostrou não eficaz, pois os ideais da Revolução Francesa germinaram na materialização de uma nova sociedade. Essa sociedade dirigiu-se, então, rumo ao liberalismo burguês, ao

⁸⁵ Eric Hobsbawm contextualiza o século XIX, como sendo “o longo século XIX”. Segundo o autor, simbolicamente, começa em 1789, com a Revolução Francesa e termina em 1914, com a Primeira Guerra Mundial. Ao longo desse século, não só a França, mas toda a Europa, viveria momentos de grandes discussões e abalos consideráveis em sua estrutura social, econômica e cultural. Hobsbawm especifica a primeira fase, de 1789 a 1848, como o momento em que revoluções de cunho liberal e social sacodem a Europa. Em suas palavras: “A grande Revolução de 1789-1848, foi o triunfo da indústria capitalista; da classe média e da sociedade burguesa liberal; das economias e dos estados de uma determinada região geográfica do mundo (parte da Europa e alguns trechos da América do Norte), cujo centro eram os estados rivais e vizinhos, a Grã-Bretanha e França. As transformações de 1789 a 1848 é essencialmente o levante gêmeo que se deu naqueles dois países que dali se propagou por todo o mundo”. Ver: HOBBSAWM, Eric. **A Era das Revoluções (1789-1848)**. Tradução de Maria Tereza Teixeira. 25ªed. São Paulo: Paz e Terra, 2010, p.20.

⁸⁶ As revoluções liberais obtiveram uma mescla de interesses tanto da burguesia liberal quanto dos socialistas, que apoiavam a massa de trabalhadores que, nesse momento, já era significativa nos países mais desenvolvidos da Europa. O nacionalismo é outro fator de grande relevância nesse momento, pois fomentou esforços revolucionários para a unificação da Itália e da Alemanha, entre 1848 e 1870. Ver: Id. **A era do capital (1848-1875)**. 3ªed. Tradução de Luciano Costa Neto. São Paulo: Paz e Terra, 1977, p.29-46.

capital, ao trabalho assalariado, à industrialização e à separação entre Igreja e Estado. Em relação à religião, pode-se dizer que esse mundo moderno “foi hostil à mesma”.⁸⁷ A nova realidade, então estabelecida na Europa pós-revolucionária, onde os “privilégios das religiões oficiais foram abalados”, fez com que a Igreja Católica desencadeasse um processo de restauração de âmbito hierárquico-doutrinal.

Uma segunda visão sobre o século XIX entende que a força da tradição manteve-se em boa parte do continente, até o século XX, independentemente das mudanças ocorridas na Europa, no âmbito social, político e econômico, caracterizadas na visão clássica de Hobsbawm. Segundo o historiador Arno Mayer⁸⁸, até as vésperas da Primeira Guerra Mundial, as forças do Antigo Regime, que pareciam mortas, ainda possuíam uma grande representatividade na Europa. Nos apontamentos do autor:

Embora perdendo terreno para as forças do capitalismo industrial, as forças da antiga ordem ainda estavam suficientemente dispostas e poderosas para resistir e retardar o curso da história, se necessário recorrendo à violência. A Grande Guerra foi antes a expressão da decadência e queda da antiga ordem, lutando para prolongar sua vida, do explosivo crescimento do capitalismo industrial, resolvido a impor sua primazia.⁸⁹

Em meio a essas lutas ideológicas, a Igreja Católica reafirmou sua tradição. No oitocentos, a instituição perdeu muito de sua legitimidade de outrora com o triunfo do cientificismo, da secularização e da laicização, sendo os dois últimos legados da Revolução Francesa e da Americana. Também da urbanização e da industrialização da segunda metade do século XIX.

O processo de restauração católico visava reafirmar o consenso das decisões tridentinas no século XIX. Romanizar a instituição católica tornou-se a grande meta do Movimento Ultramontano. Esse movimento é posto em prática ainda

⁸⁷ Para Hobsbawm, “a própria sociedade, apesar de sua crescente laicização, estava preocupada com sua audácia. A descrença em Deus tornou-se relativamente fácil em meados do século XIX, pelo menos no mundo ocidental, já que muitas das ideias passíveis de verificação das escrituras judaico-cristãs haviam sido minadas ou mesmo desmentidas pelas ciências sociais históricas e, sobretudo, naturais.” Mas Hobsbawm não nega que a religião continuava a ser algo muito importante para a esmagadora maioria da população mundial que estava fora desse círculo do “progresso da ciência” na Europa ocidental. Como exemplos, o autor coloca o campesinato europeu e a grande massa de trabalhadores pobres das grandes cidades. Esses continuavam profundamente devotos e supersticiosos. Com exceções de algumas cidades do norte da Europa, como Londres e Paris. HOBSBAWM, Eric. **A Era das Revoluções...** Op. cit. p.347.

⁸⁸ MAYER, J. Arno. **A Força da Tradição: a persistência do Antigo Regime (1848-1914)**. São Paulo: Cia das Letras, 1987, p.13-25.

⁸⁹ Ibid. p.14.

com Pio IX (1846-1878). Nesse processo, o papa se tornou a peça chave da reação católica à modernidade. Em seu longo pontificado, Pio IX foi crítico em relação aos desdobramentos da sociedade oitocentista, posicionamento que ficou claro em 1864, quando foram publicados o *Syllabus Errorum* e a *Encíclica Quanta Cura*, ambos condenando os tempos modernos.⁹⁰

Hobsbawm, ao analisar o século XIX, aponta para a condição na qual se encontrava a Igreja Católica. Tratava-se de um período em que a ciência e as ideologias revolucionárias obtiveram um grande impacto social: “com o crescimento do mundo no século XIX, os estágios anteriores e infantis do homem, caracterizados pela superstição, teologia e especulação tinham acabado, o ‘terceiro estágio’ da ciência positiva de Comte havia chegado”.⁹¹ Hobsbawm não deixa de analisar os ataques que as igrejas sofreram nesse contexto em vários países europeus:

Os ataques a igrejas e, mais obviamente, a igrejas oficiais do estado e a Igreja Católica Romana Internacional - que clamava para si o direito de definir a verdade ou o monopólio de certas funções atingindo o cidadão (como casamento, enterro e educação) - essa atitude não implicava ateísmo em si mesmo. (...) na Alemanha Bismarck, que entrou numa *Kulturkampf* (luta cultural) amarga com a Igreja Católica em 1870-71, não pretendia certamente na qualidade oficial de luterano que a existência de Deus ou a divindade de Jesus estivessem em questão.⁹²

Pode-se notar que a questão, colocada de forma mais ampla nas nascentes nações europeias, como a Alemanha, é a não interferência da religião em assuntos reservados à esfera laica⁹³, como, por exemplo, a educação. A laicização nos países

⁹⁰ Em 1864, juntamente com a Encíclica *Quanta Cura*, o Papa Pio IX publica os 80 erros dos tempos modernos, reafirmando a autoridade da Igreja Católica Romana sobre a sociedade civil como um direito divino. Entre alguns dos erros da modernidade citados no *Syllabus*, estão: “3. A razão humana como árbitro único da verdade, sem ter relação nenhuma com Deus”; “6. A fé cristã como algo inútil que prejudica a perfeição do homem”; “15. Todo o homem é livre para professar a religião que julgue verdadeira guiado pela luz da razão”; “19. A Igreja Católica não é uma sociedade verdadeiramente perfeita e completamente livre, nem goza de direitos próprios e permanentes conferidos por seu divino fundador”; “55. A Igreja deve estar separada do Estado e o Estado deve estar separado da Igreja. 56. As leis morais não necessitam de alguma da sanção divina.” SOBRE O MATRIMÔNIO: “65. Não existem provas para admitir que Jesus Cristo elevou o matrimônio à dignidade de sacramento. 66. O sacramento do matrimônio não é mais que um elemento acessório do contrato e separável deste. 67. O vínculo do matrimônio não é indissolúvel por direito natural, em certos e determinados casos o poder civil pode sancionar o divórcio propriamente dito.” Esse são alguns dos vários quesitos que Pio IX enumera como os principais erros da sociedade liberal burguesa do século XIX. O papa condena, entre outras coisas, a educação laica, o socialismo e o questionamento da perfeição da Igreja Católica e seu direito “natural” de autoridade sobre os povos. Pio IX. *Syllabus Errorum*. Roma: 1864. Disponível em: www.statveritas.com.ar

⁹¹ HOBBSAWN, Eric. *A era do capital...* Op. cit., p.274.

⁹² Ibid.

⁹³ A Unificação da Alemanha, concluída em 1871, deu origem a um Império de predominância protestante. O primeiro ministro Bismarck viu nos católicos e socialistas a representação de um perigo

européus ganhou impulso no século XIX e pode ser designada como uma característica que distingue a sociedade liberal burguesa do antigo regime. Mas os conflitos da Igreja com a mentalidade das novas nações não deixou de ocorrer. Outro exemplo foram os episódios que ocorreram na Itália.

Durante o processo de unificação da península italiana, em 1871, os estados pontifícios foram conquistados, juntamente com a cidade de Roma, para integrarem o território italiano.⁹⁴ Na ocasião, o papa Pio IX ficou refugiado em Roma, devido ao confisco dos territórios da Igreja. A então “Questão Romana” só foi resolvida em 1929, no Tratado de Latrão, um acordo que o Papa Pio XI (1922-1939) firmou com o ditador fascista Benito Mussolini e que resultou na criação do Vaticano.

No século XIX, os ataques à Igreja Católica também vieram de inúmeros grupos⁹⁵, entre eles, os anticlericais, que, segundo Hobsbawm: “eram militantemente laicos, na medida em que propuseram tomar da religião qualquer status oficial na sociedade, deixando-a como uma questão puramente privada”.⁹⁶ Independentemente de toda a resistência à religião por parte de alguns grupos, Hobsbawm⁹⁷ afirma que o conservadorismo da Igreja Católica Romana nesse período fez com que a mesma negasse amplamente: “a emancipação da tradição, tanto para a sociedade, quanto para os indivíduos”.⁹⁸ Isso se deu no âmbito da ciência, da educação, no mundo do trabalho e nos costumes de maneira geral.

Em relação ao trabalho, a questão operária foi discutida tardiamente pela Igreja: somente no final do século XIX. Para evitar conflitos entre as classes, e com a incumbência de harmonizar as relações entre patrões e empregados, a postura

permanente; temia inclusive que a unidade recém-adquirida fosse prejudicada pela Igreja Católica, acrescida à circunstância de que os dois maiores adversários externos do império alemão, França e Áustria, eram países católicos. Adotou como seu o programa dos nacionais liberais contra as escolas confessionais e as congregações religiosas. Depois de ter rompido relações diplomáticas com o Vaticano, permitiu que fosse elaborado um conjunto de leis que submetia toda a vida eclesiástica ao controle do Estado, em nome da civilização moderna, sendo que os candidatos ao sacerdócio passariam por um rígido exame de cultura germânica (o termo *Kulturkampf*, empregado pela primeira vez, em 1873, por um deputado liberal, significa “luta de cultura”, indicando o conflito entre Bismarck e o partido católico na Alemanha). Logo desobedecidas, essas medidas, agravadas com a retirada da isenção do serviço militar para os clérigos, acarretaram fugas, prisões e exílios. AUBERT, R. A nova história da Igreja, apud ZULIAN, Rosângela. **Identidade e Experiência...**, Op. cit., p.95.

⁹⁴ BRUUN, Geoffrey. **La Europa del siglo XIX (1815-1914)**. México (DF): Fondo de cultura econômica, 1964, p.101-4.

⁹⁵ Hobsbawm destaca os anarquistas da Europa Ocidental como indivíduos de grande importância em relação à resistência a grupos conservadores como a Igreja, pois eram selvagememente anticlericais. In: **A era do capital...** Op. cit., p.278.

⁹⁶ Ibid. p.277.

⁹⁷ Ibid.

⁹⁸ Ibid.

explicitada em 1891, na encíclica *Rerum Novarum* do papa Leão XIII, foi a de uma solução cristã para a exploração capitalista da sociedade industrial.⁹⁹

Todos esses acontecimentos fazem com que o movimento ultramontano não se torne estranho aos olhos dos historiadores. O ultramontanismo propôs o resgate da doutrina da Igreja, reforçou sua identidade, seu simbolismo, sua tradição e seu *statu quo*. A partir dessas diretrizes, colocou em curso um amplo processo evangelizador mundo afora que tinha no Concílio de Trento seu maior guia.

1.3 A RESTAURAÇÃO CATÓLICA: “HIERARQUIA, AUTORIDADE E INFALIBILIDADE”

A partir do século XIX, a afirmação da infalibilidade papal trouxe consigo a legitimação da permanência e maior rigidez no que se refere aos dogmas católicos. O movimento ultramontano resgatou a ideia da conservação de uma Igreja forte que, nos dizeres de Araújo, “não se deixa abalar com os efeitos erosivos do tempo”.¹⁰⁰ Ivan Manoel vê o Ultramontanismo de forma não homogênea, destacando três momentos: o primeiro, entre 1800 e 1878, no qual se consolidam as diretrizes da reação conservadora da Igreja; o segundo, entre 1878 e 1903, quando se consubstancia o projeto de interferência no social; e o terceiro, entre 1903 e 1958, com os programas da Ação Católica.¹⁰¹

O ultramontanismo buscou inspiração nos valores da Idade Média, tida como o período áureo da instituição. Procurou enquadrar clero e laicato nos dogmas da Santa Sé. Partilhando da visão de Souza, pode-se dizer que a autoridade papal

⁹⁹ SOUZA, J. J. V. de. Op. cit., p.63.

¹⁰⁰ ARAÚJO, José Carlos. **A Igreja Católica no Brasil, um estudo de mentalidade**. São Paulo: Paulinas, 1986, p.23.

¹⁰¹ Ver: MANOEL, I. Op. cit. p.21. A *Ação Católica* foi um movimento desenvolvido por parte da instituição eclesiástica e que possuía o intuito de unir e coordenar os elementos católicos em geral, também organizar e intensificar um devotamento ativo a todas as obras e intenções católicas de piedade, de caridade e de cunho social. Esse movimento também fez com que a instituição se voltasse para o fortalecimento interno. Seguindo o modelo Italiano, dos anos 30 em diante, esse movimento torna-se por excelência um organismo de militância católica dos leigos. Em relação ao social, pode-se dizer que a Ação Católica idealizou construir associações profissionais (sindicatos, corporações) que fossem capazes de agregar todos os trabalhadores de uma mesma categoria, visando, sobretudo, aos interesses dos sócios de uma mesma profissão. A Ação católica vem ao encontro do projeto da “Neocristandade” promovido pela Igreja nas décadas de 1920 e 30, com o apoio do Estado. Este, nesse momento, vê na instituição eclesiástica um instrumento eficaz para moralizar o país e promover a “ordem” e a “autoridade”. Cf: MATOS, Henrique Cristiano José. **Nossa história 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil**. Vol. III. São Paulo: Paulinas, 2003. Coleção Igreja na história. p-66-79. Cf: SOUZA, J. J. V. de. Op. cit., p.166.

buscou afirmar a soberania da autoridade eclesiástica, que se sentia ameaçada pelo princípio da finitude da união com o Estado e pela razão moderna e antirreligiosa.¹⁰² Dessa forma, de meados do século XIX ao pós-Segunda Guerra Mundial, a Igreja fecha-se em seus dogmas, reforça a rigidez hierárquica e passa a promover um imenso processo de evangelização mundo afora.¹⁰³

O catolicismo ultramontano, a partir do *Syllabus* de Pio IX, se torna militantemente combativo, denunciava o progressismo como inimigo da razão, e o saudosismo medieval foi cada vez mais exaltado como modelo para a cristandade. O papa Leão XIII (1878-1903)

Tinha a convicção de que no passado católico havia um núcleo de verdades fundamentais inalteráveis capaz de se contrapor ao mundo variável, e se julgou autorizado a indicá-las como parâmetro para o conhecimento e para a nova organização do mundo. Buscava com isso colocar a Igreja católica novamente como a consciência moral do mundo e recuperar a tradição teológica fundamentada em normas reguladas por meio de leis precisas, que visavam inculcar valores comportamentais referidos ao passado, reconduzindo-a ao centro irradiador de uma determinada moralidade¹⁰⁴.

Em vista dos conflitos com o mundo moderno, diversos papas da época, como Leão XIII, buscaram trazer do medievo as filosofias lá estudadas e reelaborá-las para o novo contexto. A filosofia Tomista (advinda de São Tomás de Aquino) é um exemplo. O “tomismo” foi a tentativa do Papa Leão XIII de resgatar o sistema espiritual proposto por São Tomás de Aquino, na Idade Média, para enfrentar o racionalismo e o laicismo do século XIX. Na visão de Leão XIII, era necessário trazer essa teoria elaborada no século XIII e reelaborá-la para o novo contexto vivido.¹⁰⁵

¹⁰² SOUZA, J. J. V. de. Op. cit., p.56.

¹⁰³ Ivan Manoel especifica esse período a partir do ano de 1800 até o ano de 1960 em seu livro **O pêndulo da história...** Op. cit. Como se percebe, para o autor, a reação ao modernismo na Igreja vai da Revolução Francesa ao Concílio Vaticano II.

¹⁰⁴ SOUZA, J. J. V. de. Op. cit., p.50.

¹⁰⁵ Segundo Souza, São Tomás de Aquino, no século XIII, presenciou pela primeira vez a ameaça que o racionalismo poderia trazer à cristandade e à crença, quando os recém-descobertos escritos de Aristóteles forneceram novas fórmulas e métodos para o processo de conhecimento. Era necessário, então, encontrar uma solução para o contraste cada vez maior entre o conhecimento racional e as doutrinas reveladas. São Tomás considerou a razão um caminho para as verdades supremas, e a Igreja lhe pareceu forte para enfrentar o novo tempo e as novas ideias. Ele buscou provar que razão e revelação representam duas manifestações do mesmo espírito divino e que, entre elas, deveria reinar a plena harmonia. Foi nesse pressuposto que Leão XIII, no século XIX, se baseou para enfrentar os desdobramentos do mundo moderno. In: SOUZA, J. J. V. de. Op. cit., p.48-9.

Essa retomada, ou saudosismo medieval, foi uma forma de combate da própria instituição à disseminação das filosofias pós-Iluminismo e Revoluções Burguesas.¹⁰⁶

Manoel traz essa ideia quando estuda a posição de diversos papas da época. Assim, a rejeição católica à modernidade se explicitou cabalmente nos escritos de papas como Gregório XVI (1831- 1846), Pio IX (1846-1878), Leão XIII (1878-1903), Pio X (1903-1914), Bento XV (1914-1922), Pio XI (1922-1939) e Pio XII (1939-1958), realizando-se através de uma política em âmbito mundial que a historiografia batizou de ultramontanismo, Catolicismo Romanizado e Restauração Católica.

A partir do concílio Vaticano I (1870), a ideia da legitimidade do poder papal se firmou como parte das leis da Igreja. Essa discussão não parte da ideia de que, antes de 1870, a autoridade do papa não se colocava perante a hierarquia católica, porém, a partir dessa data, ela se pôs como uma verdade dentro da instituição. O dever do pontífice era representar a ordem divina na terra, para conciliar a religião com o mundo moderno e extinguir as rixas. Para tanto, a Igreja, aos poucos, tenta se reaproximar do Estado.

Restringindo-se ao contexto brasileiro, é necessário discutir a romanização¹⁰⁷ do catolicismo e seu papel na institucionalização da fé católica no

¹⁰⁶ Alguns historiadores usam indistintamente essa expressão tanto para designar os fenômenos históricos em que uma burguesia foi, se não protagonista, pelo menos a beneficiária do processo que abriu caminho ao capitalismo, quanto para designar o processo histórico que no Ocidente, entre aproximadamente 1770 e 1850, transformou a sociedade ocidental de aristocrática e feudal em burguesa e capitalista. Eric Hobsbawm, em “A Era das revoluções” (1789-1848), reflete sobre a importância do significado “Revolução” ou “Dupla Revolução” “Se a economia do mundo do século XIX foi formada principalmente sob a influência da Revolução Industrial Britânica, sua política e ideologia foram formadas fundamentalmente pela Revolução Francesa. A Grã Bretanha forneceu o modelo para as ferrovias e fábricas, o explosivo econômico que rompeu com as estruturas socioeconômicas tradicionais do mundo não europeu. Mas foi a França que fez suas Revoluções e a elas deu suas ideias, a ponto de bandeiras tricolores de um tipo ou de outro terem se tornado o emblema de praticamente todas as nações emergentes, e a política europeia (ou mesmo mundial) entre 1789 e 1917 foi em grande parte a luta a favor e contra os princípios de 1789, ou os ainda mais incendiários de 1793. A França forneceu o vocabulário e os termos da política liberal e radical democrática para a maior parte do mundo. Já a Grã Bretanha forneceu o modelo econômico. Esses dois modelos são denominados por Hobsbawm de ‘Dupla Revolução’”. (In: FLORENZANO, Modesto. **As Revoluções Burguesas**. São Paulo: Brasiliense, 1988, p.10-3). Já na visão de Christopher Hill, as “Revoluções Burguesas”, além de liquidar com a antiga ordem feudal absolutista, foram revoluções nas quais a burguesia se apropriou das forças populares para fazer a sua revolução, pois não foi a burguesia que conduziu os processos revolucionários e, sim, o povo. Isso pode ser identificado nas Revoluções Inglesa do século XVII e Francesa do século XVIII. In: MARQUES, Adhemar. et.al. **História Contemporânea através de textos**. São Paulo: Contexto, 2003, p.9-10.

¹⁰⁷ Segundo Azzi, a meta do projeto romanizador para o Brasil era substituir o modelo da Igreja de cristandade, restaurar o prestígio da Igreja e a ortodoxia dos fiéis, formar um clero zeloso e exemplar, pelo qual as crenças e as práticas religiosas se moldassem à fé católica apostólica romana. Esse modelo consistiu em afirmar, hierarquizar e direcionar a religião Católica segundo as diretrizes proferidas pela Sé romana. AZZI, Rioldo. O movimento brasileiro de reforma católica durante o

Brasil. Recuperar esse contexto é necessário para estabelecer um diálogo com as fontes a serem trabalhadas: documentos eclesiásticos que foram escritos com base nesse ideal, tais como encíclicas e cartas pastorais.

As encíclicas papais e as cartas pastorais dos bispos tiveram um papel preponderante nesse período. Ambas demonstraram, em seus conteúdos, uma luta contínua contra a modernidade e um esforço assíduo para reconduzir o “rebanho perdido” no caminho da fé católica. Era a tentativa de “reestabelecer”, instaurar tudo em Cristo, uma sociedade almejada pelo papa Pio IX (1846-1878). Sociedade que deveria estar calcada na moral cristã, na qual ordem, hierarquia e obediência são “naturais”.

Na visão católica, tratava-se de uma sociedade onde cada indivíduo desempenharia um papel designado por Deus, inquestionável, todavia, pelos homens. Um ideal de sociedade perfeita tal e qual almejava a Igreja ultramontana do século XIX. Sociedade irrestritamente ligada a uma “única e verdadeira religião”, a Católica.

1.4 A ROMANIZAÇÃO DO CATOLICISMO BRASILEIRO E A REAPROXIMAÇÃO AO ESTADO NA DÉCADA DE 1920

No Brasil, inquestionavelmente, o catolicismo contribuiu com a história e formação do povo. Desde o período colonial, a Igreja Católica marcou sua presença, em solo brasileiro, no trabalho de conversão dos índios, através de missões jesuítas, no desbravamento do território, na fundação de capelas e na instituição de paróquias. Por meio dos dízimos cobrados pelo Estado, até a separação, a Igreja manteve uma estrutura paroquial.

Uma das características do catolicismo brasileiro, desde os primeiros séculos de colonização, foi seu vínculo com o Estado, através dos direitos de “Padroado Régio”, sistema no qual Igreja e Estado, trono e altar, eram uma só instituição. Nesse sistema, cabia à religião subordinar-se ao Estado e a este promover e manter uma Igreja oficial, não somente com recursos, mas em seu

status de confissão. Esse processo pode ser identificado em Portugal, já no século XII, e é um vínculo que se manteve no império colonial luso durante séculos.

A partir das Cruzadas, estabeleceu-se o “ideal cristão” de missão que passou a ser um dever de todos os governantes dos Estados cristãos. Souza destaca que era necessário levar a “verdade” a outras regiões e povos, mantendo-se a hierarquia eclesiástica sob o controle estatal para a proteção e desenvolvimento da fé.¹⁰⁸ Os monarcas lusos, unindo os direitos políticos da nobreza aos títulos das ordens religiosas concedidos pelo papa, passaram a exercer o poder sobre o governo civil e religioso em Portugal e, conseqüentemente, em suas futuras possessões ultramarinas. Instituiu-se o Padroado, que dava direito aos reis de administrar a Igreja e o dízimo dos fiéis.¹⁰⁹

Sendo subordinada ao Estado, restava pouca liberdade para a Igreja desenvolver uma missão pastoral eficiente. No Brasil, as ordens advindas de Roma antes deveriam passar pelo *Placet*¹¹⁰ do Rei (período colonial) ou do Imperador (Império 1822-1889), distanciando as dioceses e o clero nacional da política da Santa Sé. No Brasil, o Padroado perdura até a Proclamação da República, em 1889. Porém, em meados do século XIX, esse cenário começa a ganhar ares de mudança quando, por volta de 1850, surgem no Brasil figuras como Dom Antônio Joaquim de Mello, bispo de São Paulo, e Dom Antônio Ferreira Viçoso, da diocese de Mariana, identificados com o catolicismo ultramontano vigente na Europa.

O processo de romanização do catolicismo brasileiro teve por principais protagonistas tais Bispos, intitulados reformadores.¹¹¹ Eles pretendiam substituir o “catolicismo colonial” pelo catolicismo universal, segundo o modelo romano.¹¹² Esses bispos, no esforço de trazer para o Brasil um clero formado na Europa, tinham como principal objetivo suprir o catolicismo de cunho popular com um catolicismo calcado nos sacramentos. Essa orientação estava relacionada ao plano eclesiástico da Reforma da Igreja Católica universal, que se pretendia centralizadora. Para

¹⁰⁸ SOUZA, J. J. V. de. Op. cit., p.103.

¹⁰⁹ Ibid., p.103.

¹¹⁰ *Placet* é o direito adquirido pelo monarca de vetar algumas determinações da Sé Romana. As bulas papais deveriam passar pelo crivo do governante para então entrarem em vigor. Isso se dava pelo fato de a Igreja estar subordinada ao Estado, fazendo do clero funcionários públicos.

¹¹¹ OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. Catolicismo popular e romanização do catolicismo brasileiro. **Revista Eclesiástica brasileira**. Vol. 36, fasc. 141, Março de 1976, p.131.

¹¹² Ibid., p.131-41.

perceber a intenção desse processo, convém lembrar brevemente a situação da Igreja Católica no Brasil.

O catolicismo no Brasil colonial e imperial, pautado no padroado, fazia dos bispos funcionários públicos encarregados das funções religiosas, dependentes da coroa portuguesa e, após a independência, do governo imperial. O sistema de padroado consistiu na submissão da Igreja ao Estado. Nesse sentido, ficava a cargo do Estado a construção de igrejas, de capelas, o estabelecimentos de ordens e de confrarias religiosas, assim como a designação de párocos e de bispos, a manutenção do culto e a subvenção do clero.¹¹³

A Coroa portuguesa - e depois o Império - regulava as reuniões dos conselhos e sínodos diocesanos; os padres e religiosos eram praticamente funcionários públicos; a Igreja brasileira dependia mais do Estado do que do papado, não existia uma organização central da Igreja e faltavam-lhe estrutura e recursos. No campo a Igreja apoiava e se confundia com as oligarquias rurais, nas cidades predominavam as irmandades, organizações cívico-religiosas de modelo europeu. O estado detinha todos os meios para impor a Igreja sua orientação, mesmo que em divergência com o papado e esforçava-se para que a Igreja se mantivesse frágil e subordinada.¹¹⁴

A Coroa sustentava a manutenção das atividades eclesiásticas, tanto que até mesmo as bulas papais dependiam da aprovação do governo para ter valor legal, e isso nem sempre era concedido. No Brasil, a partir do final do século XVIII até a segunda metade do XIX, o Padroado começa a dar seus primeiros sinais de desgaste. Houve uma profunda crise das ordens religiosas aqui estabelecidas: Carmelitas, Franciscanos, Beneditinos e Jesuítas. Os Jesuítas foram expulsos pelo Marquês de Pombal, em 1759.

Uma das consequências das medidas pombalinas pode ser sentida no impacto que teve na religião no Brasil, colaborando com seu enfraquecimento. Como lembra Oliveira, o sustentáculo da Igreja Católica no Brasil estava em franca decadência, no final do período colonial e durante o Império. Sendo assim, os bispos não podiam contar com as ordens religiosas para o exercício de uma pastoral reformadora. Ao contrário, tinham que esforçar-se para reformá-las.¹¹⁵

O clero secular encontrava-se, do ponto de vista eclesiástico, num estado deplorável. Muitos sacerdotes viviam em concubinato, praticavam a simonia,

¹¹³ Ibid., p.101.

¹¹⁴ Ibid., p.102.

¹¹⁵ Ibid., p.132.

dedicavam-se a atividades economicamente rentáveis e eram relapsos nos serviços religiosos não lucrativos. Os padres seculares interessavam-se mais pelas atividades políticas, através das quais galgavam os postos eclesiásticos, ou por uma carreira política do que pela cura de almas. Inclusive, podiam desrespeitar as sanções episcopais pelo recurso ao imperador, que tinha efeito suspensivo, minando assim a autoridade episcopal.¹¹⁶

Para Augustin Wernet, isso fragilizou o catolicismo brasileiro, trazendo à instituição uma crise a partir da segunda metade do século XIX.¹¹⁷ Essa crise teve seu início “simbólico” já em 1759, com a expulsão dos Jesuítas e de outras ordens. Isso trouxe uma emergência de repensar a Igreja no Brasil, desde sua estrutura e institucionalidade até as práticas de seus fiéis. Em vista disto, os bispos reformadores, a partir da segunda metade do século XIX, disseminaram algumas propostas para uma reforma na religião católica brasileira. As principais foram:

Voltar-se para os assuntos internos da Igreja, não assumindo cargos na política. Trazer da Europa na medida do possível, novas ordens e congregações religiosas que lhes servissem de apoio para a reforma da Igreja (padres da missão, irmãs da caridade, capuchinhos franceses e posteriormente, redentoristas, dominicanos jesuítas e outros). Instituir seminários fechados, rigoristas, como único meio para ingressar no sacerdócio. Assim formar sacerdotes com espírito clerical de intensa vida espiritual, cortados dos interesses familiares e políticos e que se dedicassem exclusivamente aos serviços religiosos.¹¹⁸

Essa ideia surge no Brasil já em 1840, quando o movimento dirigido pela hierarquia eclesiástica passou a defender uma Igreja voltada a Roma, e não mais uma instituição subordinada ao Estado, como havia sido até então. Esse processo objetivava realizar no Brasil a chamada “Reforma Católica”.¹¹⁹ Assim, delineava-se a romanização do catolicismo brasileiro, intensificada, principalmente, durante a primeira República (1889-1930). Entretanto, a prática do catolicismo popular continuou sendo mantida pelas camadas populares do interior ou por aquelas

¹¹⁶ Ibid.

¹¹⁷ WERNET, Augustin. **A Igreja Paulista no século XIX**. (a reforma de D. Joaquim de Mello 1851-1861). São Paulo: Ática, 1987, p.51.

¹¹⁸ SOUZA, J. J. V. de. Op. cit., p.132-3.

¹¹⁹ PEREIRA, Denise. **Um Bispo romanizador dentro de uma festa popular**: D. Antônio Mazzarotto e a Festa de Samt’Ana em Ponta Grossa - (1930-1965). Trabalho de Conclusão de Curso. Ponta Grossa: UEPG, 2006, p.11.

camadas sem atendimento de sacerdotes; mesmo no âmbito urbano, o catolicismo romanizado precisou de duas ou três gerações para se cristalizar.¹²⁰

A catolicidade dos leigos foi alvo dos bispos reformadores. Isso se deu, principalmente, através da substituição das devoções aos santos tradicionais, como Santo Antônio e Nossa Senhora do Rosário, por devoções em voga na Europa, principalmente, as devoções Marianas e as devoções ao Sagrado Coração de Jesus. Oliveira vê esse trabalho como algo que objetivava o desmantelamento da antiga estrutura religiosa de ênfase popular anterior à romanização.

Buscou-se enquadrar o laicato na estrutura clerical segundo o modelo romano. O clero passou a afirmar sua posição no campo religioso como único detentor dos rituais religiosos. Esse catolicismo romano seria um conjunto de práticas e representações religiosas marcadas pela ênfase nos sacramentos e, introduzido no Brasil por agentes especializados da instituição religiosa, configurou-se como um catolicismo onde a figura central é o padre, ministro dos sacramentos e detentor do poder de falar em nome de Deus para toda a comunidade religiosa.¹²¹

Pela ótica ultramontana, o padre deveria ser o “porta voz” dotado do poder de falar em nome da instituição. Conforme a visão de Bourdieu, o acesso aos instrumentos legítimos de expressão faz toda a diferença para que o “porta voz” obtenha reconhecimento. Logo, os padres e os bispos romanizados, como porta-vozes “dotados de cetro”, estavam autorizados pela Igreja a enunciar discursos em nome da fé católica.¹²²

Euclides Marchi¹²³ afirma que, gradativamente, bispos romanizadores, como Dom Antônio Ferreira Viçoso e Dom Antônio Joaquim de Melo, passaram a entender que uma reforma na Igreja Católica do Brasil deveria partir dos seminários. Com isso, formar-se-iam novos sacerdotes com espírito ultramontano, imbuídos de espiritualidade e de moral para uma reforma mais intensa.

Esses novos seminários, disseminados a partir de então, foram estabelecidos aos moldes recomendados pelo Concílio de Trento, ou seja, com a intenção de formar, para a Igreja, um clero intelectualmente instruído e diretamente

¹²⁰ Ibid., p.18.

¹²¹ OLIVEIRA, P. A. R. de. Op. cit., p.132.

¹²² 122 BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer. São Paulo: USP, 1996. p.89.

¹²³ MARCHI, Euclides. **A Igreja e a Questão Social: o discurso e a práxis do catolicismo no Brasil (1850-1915)**. Tese de Doutorado apresentada à Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 1989, p.104.

ligado às determinações da Santa Sé. Os reflexos foram mais tarde sentidos com a atuação de inúmeros bispos reformadores ultramontanos. No Paraná, destacaram-se: Dom José de Camargo Barros, 1º Bispo de Curitiba, (1894-1904); Dom Duarte Leopoldo e Silva, 2º Bispo de Curitiba (1904-1907); Dom João Francisco Braga, 3º Bispo de Curitiba (1908-1935); Dom Antônio Mazzarotto, 1º Bispo de Ponta Grossa (1930- 1965), entre outros.

Segundo Marchi¹²⁴, a essência da reforma ultramontana no Brasil consistiu em imprimir traços fundamentais do perfil tridentino ao padre, traduzido em dois aspectos independentes: “santidade moral e vida reclusa”. Com essa regulação, pretendeu-se alcançar a correção dos costumes, entre eles, a forte vigilância ao celibato, calcado na exigência da castidade. A formação romanizada do clero procurou afastar o padre dos negócios, da política, em suma, do mundo não eclesiástico. Contudo, não se deve encarar a romanização do catolicismo no Brasil como algo pacífico: muitas vezes, esse processo foi conflituoso, principalmente, por parte dos leigos e do clero indisciplinado, e nem sempre atingiu as metas propostas por Roma.

Com o decreto 119A de sete de Janeiro de 1890, Igreja e Estado separaram-se. A partir de então, o Estado brasileiro não mais estava vinculado a uma religião oficial. Essa separação, de início, não foi nada harmônica por parte da hierarquia católica brasileira. Isso pode ser entendido ao se analisar o simbolismo de que a Igreja gozava até 1889, galgando o posto de religião oficial do país. Pode-se dizer que, de um dia para o outro, esse posto foi perdido, colocando a Igreja Católica lado a lado com outras denominações religiosas, através da equiparação de credos na jovem República brasileira.

A liberdade de culto foi um duro golpe para a Igreja Católica, pois, mesmo estando sufocada e institucionalmente desestruturada nos últimos anos da monarquia, sentiu o lado negativo da separação, negatividade que pode ser diretamente associada à perda de sua influência junto ao governo.¹²⁵ Após a proclamação da República, a Igreja Católica brasileira sentiu-se perdida frente à nova realidade, havendo contestações por parte do episcopado devido ao decreto

¹²⁴ Ibid., p.104.

¹²⁵ A perda de influência junto ao governo foi algo que não aconteceu da forma radical, como foi colocado pelo episcopado após o decreto 119A. Durante a República Velha, é nítida a reaproximação da Igreja com os governantes, sendo que isso se torna mais claro a partir da década de 1920.

de separação. Tanto que, já em 1890, os bispos brasileiros tornaram pública sua posição frente à medida governamental.

A Carta Pastoral coletiva de 19 de Março de 1890, dirigida ao clero e aos fiéis, trazia três perguntas: *o que pensar da separação? O que pensar da liberdade de cultos? E o que fazer diante dessa nova situação?* O episcopado brasileiro questionou e colocou para o governo o anseio de viver “em uma pátria sem Deus”. Para Marchi¹²⁶, com essa atitude, o episcopado buscou fazer com que todos os governantes e governados, famílias e indivíduos e toda a sociedade respeitassem a religião e dela não se separassem.

Para a instituição, o receio da perda de influência poderia se refletir no comando moral da sociedade brasileira, algo que era passado não só pelas famílias católicas, mas, também, através do ensino religioso nas escolas públicas até 15-11-1889. Com a separação e a emergência de um Estado *não confessional*, as repartições públicas deixaram de ostentar símbolos religiosos, e o ensino religioso foi retirado do currículo escolar. Outra questão complexa para a Igreja foi a equiparação do catolicismo a outras crenças, como o protestantismo e o espiritismo, justamente, aquelas que ela havia tratado como seitas heréticas, dentre outras adjetivações. Tratava-se de algo inconcebível para uma Igreja que se autocompreendia como a única e verdadeira.

Os bispos viram na separação - e nos ataques que a religião católica estava sofrendo por parte de alguns grupos, como os anticlericais¹²⁷ - um dos males advindos do mundo moderno e de sua “falsa ciência”, pois, segundo eles, através dela “ridicularizava-se o culto católico desprezavam-se os sacerdotes, criticavam-se os dogmas e deturpava-se a moral”.¹²⁸ A elite intelectual brasileira do início da República estava ligada a correntes científicas e progressistas, de modo que associavam a Igreja ao atraso, a algo retrógrado, ineficiente e ocioso. A Igreja reagia, fechando-se em seus dogmas, ficando na defensiva quanto aos ataques, mas não deixando de se defender quando necessário.

¹²⁶ MARCHI, E. Op. cit., p.91.

¹²⁷ Balhana define os grupos anticlericais como aqueles que colocavam a Igreja Católica ultramontana como incompatível com a nova sociedade brasileira de então (Republicana e “Laica”). Influenciados por fortes valores positivistas, alguns intelectuais brasileiros contrapuseram-se de forma ferrenha ao clero católico e sua política romanizadora. Balhana resgata casos vigentes em Curitiba nos primeiros anos da República e as disputas ideológicas entre padres católicos e intelectuais paranaenses. BALHANA, Carlos Alberto Freitas. **Ideias em Confronto**. Dissertação de Mestrado. Curitiba: UFPR, 1980. p.97-126.

¹²⁸ Ibid.

Passados a efervescência e os embates mais duros dos primeiros anos da separação do Estado, a Igreja voltou-se para seu interior, na promoção da evangelização, na formação de sacerdotes e na criação de novas dioceses. Com essa atitude, aos poucos, ela volta a se reaproximar do Estado de forma amigável, não deixando de ter influência sobre os governantes. Segundo Dilermano Ramos Vieira¹²⁹, muitos governantes da República se declararam abertamente católicos, entre eles, o próprio Marechal Deodoro da Fonseca.

A influência religiosa na República se dá, em partes, por meio das ordens religiosas que aqui chegaram em número elevado, contribuindo para a abertura de novos Seminários e colégios. Esse clero de origem europeia e forte tendência ultramontana contribuiu, de forma ampla, na formação de novos sacerdotes. A formação de novos padres e bispos, com espírito de uma pastoral romanizada, foi o que faltara à Igreja, naquele momento, para a abertura de novas dioceses. Isso fez com que a instituição recuperasse parte de seu carisma com o Estado, perdida, em tese, com a equiparação do catolicismo a outros credos. É notável que a Igreja estava hierárquica e institucionalmente quebrada no final do império, faltava-lhe sacerdotes, dioceses e estrutura para o exercício de uma pastoral reformadora de fato, quadro que mudou com a República.

Segundo Libâneo¹³⁰, após a proclamação da República, o número de dioceses, seminários, bem como o contingente de religiosos, cresceu demasiadamente no Brasil, demonstrando a força da romanização, em curso desde o século XIX. A separação entre Estado e Igreja pode ser entendida como uma via de mão dupla para a instituição. Se, por um lado, a fez perder o posto de confissão oficial, por outro, esse fenômeno a libertou para se afirmar como instituição e promover definitivamente o processo de romanização e institucionalização hierárquica no Brasil. Araújo afirma que, nos trinta primeiros anos da República Velha, apesar das aproximações de caráter amigável, o decreto 119A foi mantido rigidamente.¹³¹ Dilermando Ramos Vieira traz os pontos principais do decreto:

¹²⁹ Deodoro e seus sucessores se afirmaram publicamente católicos, e isso, aliás, era tão natural que, aos 15-11-1890, na mensagem de abertura do congresso constituinte, o Marechal fez um agradecimento à providência por lhe haver consentido de ser elevado à magistratura suprema da nação. In: VIEIRA, D. R. **O Processo...**, Op. cit., p.360.

¹³⁰ Apud MARCHI, E. Op. cit., p.109-10.

¹³¹ Decreto 119A de 7 de Janeiro de 1890, promulgado pelo governo provisório, separou a Igreja do Estado. Mais tarde, foi ratificado pela constituição de 1891. ARAÚJO, J. C. Op. cit., p.23.

ARTIGO 2º- A todas as confissões religiosas pertencem por igual faculdade de exercerem o seu culto, regendo-se segundo a sua fé e não serem contrariadas nos atos particulares ou públicos, que interessam o exercício desse decreto. ARTIGO 4º- fica extinto o padroado com todas as instituições, recursos e prerrogativas. ARTIGO 5º- a todas as igrejas e confissões religiosas se reconhece personalidade jurídica para adquirirem bens e administrarem, sob os limites postos pelas leis concernentes à propriedade de mão morta, mantendo-se cada uma no domínio de seus haveres atuais, bem como dos seus edifícios de culto.¹³²

Se os anos iniciais da República foram de estranhamento nas relações entre Estado e Igreja, a década de 1920 foi mais sorridente para a última, quando a sua presença e atuação passaram a ser significativas em termos político-religiosos. A década de 1920, como afirmam alguns autores¹³³, é o período da *Reconquista* ou do *Renascimento* católico no Brasil, período em que, de certa forma, a Igreja se reaproximou do Estado. Essa reconquista ou reaproximação se deu por alguns motivos. Em primeiro lugar, devido à atuação de bispos e intelectuais católicos, como o jornalista Jackson de Figueiredo, e outros, como o crítico literário Alceu Amoroso Lima, que desejavam uma presença mais efetiva da Igreja na sociedade.

Segundo Azzi¹³⁴, essa concepção foi amplamente difundida pelos intelectuais católicos membros do “Centro Dom Vital”, fundado em 1922, cujo órgão de difusão era a Revista “A ordem”. O principal promotor dessa perspectiva foi o jornalista Jackson de Figueiredo, que possuía a seguinte ideia: “O Brasil, sendo um país eminentemente católico, deveria ser fiel a seu destino e subordinar-se aos princípios traçados pela Igreja”.¹³⁵ Como é comum entre os autores católicos, Jackson enfatiza o papel da religião no processo formador da nacionalidade. Para ele, tudo que o país era ou tinha devia-se à Igreja. Alceu Amoroso Lima, crítico literário, foi companheiro e sucessor de Jackson no “Centro Dom Vital”. Os preceitos seguidos por esses intelectuais eram o romanismo católico do século XIX, a rejeição dos ideais da Revolução Francesa e uma valorização da Idade Média. Também apresentavam a Igreja como a grande mestra e educadora da população.

Esse movimento católico procurou criar entre os fiéis a convicção de que a Igreja era a “legítima” representante da pátria brasileira, ou seja, o Brasil, como uma

¹³² Apud VIEIRA, D. R. Op. cit., p.539-40.

¹³³ Autores como Henrique Cristiano José Matos (2003), Rioldo Azzi (1997) e Jessie Jane Vieira de Souza (2002).

¹³⁴ AZZI, Rioldo. **História da educação Católica no Brasil**. Vol. II, consolidação da obra de Champagnat no Brasil (1922-1947). São Paulo: Loyola, 1997, p.31.

¹³⁵ VILLAÇA, Antônio Carlos. **O pensamento católico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p.163-7.

potência católica, deveria levar em conta as leis da Igreja. Segundo Antônio Carlos Villaça¹³⁶, Jackson de Figueiredo colocou no Centro Dom Vital a defesa da ordem instituída, pôs-se contra revoluções, lutou contra o individualismo liberal, contra o agnosticismo, contra o indiferentismo, pela implementação de um cristianismo mais ortodoxo.¹³⁷

Nesse momento, o patriotismo passou também a ser estimulado pelo próprio governo, marcado por uma orientação autoritária.¹³⁸ A Igreja dispunha-se a colaborar com o poder público, desde que seus interesses específicos fossem respeitados. Na visão de Azzi, a Igreja não hostilizava a República Velha por sua estrutura política ou social, mas, simplesmente, pela organização jurídica, que eliminara a posição que a instituição ocupava na época colonial e imperial.¹³⁹ Hostilidade não seria a palavra certa, pois apenas alguns atos da República obtiveram reprovação do clero católico brasileiro, entre eles, a equiparação de credo e a laicização das instituições públicas.

Para Matos, depois de fortalecer sua estrutura interna ao longo dos trinta primeiros anos da vida republicana, a “Igreja Oficial” começa, então, a reivindicar um lugar privilegiado na sociedade civil, a fim de restaurar nela o “Estado Cristão”¹⁴⁰, perdido, a partir de 1889, com os ideais laicizantes da República, que se declarou sem confissão, mas não ateia.

Esse panorama fica explícito na década de 1930, com a figura de Dom Sebastião Leme¹⁴¹ e sua política de aproximação com o presidente Getúlio Vargas. Alguns motivos podem ser elencados para esse vínculo: o próprio contexto vivido

¹³⁶ Ibid., p.163.

¹³⁷ Ibid., p.166.

¹³⁸ Algo que se acirrou principalmente durante a “Era Vargas”.

¹³⁹ AZZI, R. **História da educação...**, Op. cit., p.47.

¹⁴⁰ MATOS, H. C. J. **Nossa história...**, Op. cit., p.54.

¹⁴¹ Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra, o Cardeal Leme, (Espírito Santo do Pinhal, 20 de janeiro de 1882 — Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1942), foi o segundo cardeal brasileiro. Foi Arcebispo de Olinda e Recife e Arcebispo do Rio de Janeiro. Exerceu relevante papel nos dias finais da Revolução de 1930, quando convenceu o renitente presidente Washington Luís Pereira de Sousa a entregar o poder aos revoltosos. Getúlio Vargas, nas palavras de Matos, ficaria grato ao Cardeal-arcebispo por esse gesto, que favorecia o próprio Vargas. Entre os dois chefes, nascia, então, uma amizade que teria notável repercussão nos rumos do Estado e da Igreja. (Ibid., p.70). Em 1916, Dom Leme deixou momentaneamente o Rio de Janeiro para ser nomeado arcebispo de Olinda, e foi lá que começou a ganhar projeção nacional. Dom Leme via com grande preocupação a falta de influência da Igreja na sociedade. Um dos remédios que encontrou para reverter essa situação foi a busca constante - mas não exclusiva - de aproximação com as altas personalidades da política, para, através delas, alterar o laicismo institucionalizado. Ou seja, sem ser instruída na fé, a massa dos fiéis ignorava os ensinamentos da religião que professava, e, por isso, ela pouco neles influía. Dom Sebastião Leme propunha como solução pressionar o governo para conseguir para a Igreja a posição que lhe cabia por direito nos negócios públicos. Ver: VIEIRA, D. R. Op. cit., p.442.

nos anos 1930, anos de recessão econômica devido à crise de 1929; a emergência de governos totalitários em boa parte da Europa, como o fascismo de Benito Mussolini e o nazismo de Adolf Hitler. Deve-se também levar em consideração o “Grande medo vermelho”¹⁴² que assolou o mundo capitalista em crise nesses anos. Esses acontecimentos em âmbito mundial refletiram-se no Brasil. A Igreja Católica brasileira, naquele momento, aliou-se ao Estado Vargasista, anticomunista e defensor da ordem social, pressupostos defendidos por ela.¹⁴³

O grande medo dos Estados no mundo ocidental capitalista, nos anos 1930, era o “Comunismo”, pois essa década foi uma época propícia para as ideias de esquerda florescerem devido à crise econômica mundial e às reivindicações feitas por parte da classe operária. A Igreja Católica, nesse momento, aproximou-se do Estado contra o comunismo devido ao interesse comum entre ambos. Com essa reciprocidade, a Igreja pode desempenhar sua política pautada na “Restauração cristã”. A questão social, segundo Souza, fornecia à Igreja o discurso que legitimava

¹⁴² O medo vermelho seria a aversão ao “comunismo”, que, na época, acabou levando inúmeros países a governos totalitários. Após a Revolução Russa de 1917, difundiu-se mundo afora a ideia da Revolução. Na Itália, para acabar com a luta de classes, Mussolini, já na década de 1920, implantou um “governo forte” destinado a afastar “o perigo” de uma revolução socialista e a transformar a Itália em uma grande potência. Para isso, os fascistas se propuseram a esmagar os grupos de esquerda. (Ver: RICHARD, Lionel. **A República de Weimar**. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p.112-6). No que tange à Igreja Católica, nessa época, sem sombra de dúvida, é o comunismo o grande temor da instituição, que o apresenta como a grande revolução do ateísmo materialista, agente de desestabilização da ordem social. Como os sistemas totalitários da época defendiam valores como a religião, a pátria e a família, indissoluvelmente ligados à Igreja, a instituição encontra nos governos ditatoriais de direita um compartilhamento na defesa desses vínculos. No Brasil, é significativo durante a Era Vargas, mais especificamente a partir do Estado Novo, Igreja e Estado compartilharem o ódio ao comunismo. A própria repressão de Vargas ao partido comunista, em 1935, foi combinada com o apoio ao ativismo religioso na organização dos trabalhadores, pois ambos estavam comprometidos na vigilância contra a infiltração comunista. Os objetivos da Igreja, de forma mais ampla, eram, com o apoio do Estado, restabelecer a ordem cristã no Brasil. A Igreja sublinhava a “ordem cristã” e o Estado destacava “ordem e estabilidade”. Ver: DITZEL, Carmencita de Holleben Mello. **Manifestações Autoritárias: O integralismo nos Campos Gerais (1932-1955)**. Florianópolis: UFSC, 2004, p. 224-9.

¹⁴³ A Igreja, depois de sustentar uma luta secular contra o liberalismo e a burguesia, buscava, desde Leão XIII, um *modus vivendi* com os estados modernos burgueses. A Revolução Russa de 1917, seguida dos conflitos religiosos no México (1926-1936) e da guerra da Espanha (1936-1939), perfilou o comunismo como seu maior inimigo. Nesse contexto, os fascismos, e mesmo o nacional-socialismo, a falange na Espanha e o Salazarismo em Portugal são vistos pela Igreja como a única barreira militante que se ergue contra o comunismo. No afã de obter um *modus vivendi* que lhe resguardasse no Estado moderno os direitos religiosos mínimos, a Igreja mostrou-se disposta a concessões limites onde precisou, posteriormente, recuar, tanto em relação ao fascismo, com a Carta Encíclica de Pio XI, *Non Abbiamo Bisogno*, quanto de modo mais grave em relação ao nacional socialismo, com a encíclica *Mit Brennender Sorge*, de 14/03/1937. O comunismo foi condenado reiteradas vezes nas encíclicas de Leão XIII a Pio XI, mas de maneira extremamente dura na encíclica *Divini Redemptoris*, de 19/03/1937, publicada uma semana depois do nacional-socialismo, talvez para que a condenação ao nazismo não viesse indiretamente a fortalecer o campo socialista. Ver: BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a “Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização”. In: FAUSTO, Boris (org.) **História Geral da Civilização Brasileira**. Vol.4, Tomo III, O Brasil Republicano: economia e cultura. São Paulo: Difel, 1984, p.320.

a sua aproximação com o governo. Isso teria dado aos católicos os argumentos necessários para uma apologia ao chefe de Estado, pois:

[...] Nessa época o Estado afirma-se como uma “Religião”, ou seja, garantiu para si o depósito da fé, sua tangibilidade e sua transmissão por meio de dogmas, decretos e prescrições políticas e a Igreja Católica era vista como um exemplo acabado de corporação e, como tal tinha precedência sobre o Estado, servindo de padrão de organização para todas as instituições, corporações e partidos políticos.¹⁴⁴

No Brasil dos anos 1930, a Igreja Católica, sob o comando de Dom Sebastião Leme, passou a adotar sem reservas a restauração da ordem cristã. Dom Sebastião Leme empenhou-se para fazer da Igreja uma “grande força moralizadora”, capaz de “regenerar a sociedade”. Toda essa política de legitimação da fé católica no Brasil baseou-se no ideal de uma nova cristandade a ser conquistada no país.

Dom Sebastião Leme, já em 1916, em Carta Pastoral Coletiva do episcopado nacional, reagiu à apatia religiosa à qual, segundo suas palavras, “estava entregue o Brasil”. O bispo defendeu uma forte pregação doutrinal, combateu o ensino laico nas escolas e pediu o ensino facultativo da religião. A seu ver, “não se tratava de uma concessão de privilégio por parte do Estado, apenas um ato de justiça”.¹⁴⁵ Defensor do ensino católico, Dom Leme propõe, em sua pastoral de 1916, quando era bispo de Olinda, uma universidade católica: “A nós católicos se nos impõe o dever de darmos os passos necessários para que à mocidade estudiosa se abram escolas superiores francamente católicas”.¹⁴⁶ Nas palavras de Villaça¹⁴⁷, “Dom Leme foi um mediador nato”, sua figura e sua atuação como bispo de Olinda e, mais tarde, como Cardeal do Brasil, foram fundamentais para a reconciliação entre o catolicismo, a cultura e a política brasileiras.

Segundo Matos, na opinião dos bispos da década de 1920 em diante, a reconciliação da República com a religião tradicional salvaria o país de um eminente perigo de subversão política.

Nesse clima foi traçado o ideal da neocristandade, modelo de aliança entre Igreja e Estado. Não mais em termo de submissão, mais de ideal de colaboração, juridicamente assegurada. A argumentação seguia a seguinte lógica: em um país com predominância quase total de católicos a Igreja

¹⁴⁴ SOUZA, J. J. V. de. Op.cit., p.149.

¹⁴⁵ VILLAÇA, Op. cit., p.139.

¹⁴⁶ Ibid.

¹⁴⁷ Ibid., 136-41.

deveria ocupar por direito o espaço social e político correspondente a seu peso numérico. Além disso, como representante do poder espiritual, apenas ela poderia fundamentar os princípios de ordem e autoridade sem os quais a nação fatalmente se desintegraria, caindo em um caos especial.¹⁴⁸

A prática de tudo isso fica evidente quando se analisa a aproximação de Getúlio Vargas e Dom Leme, que iria dar à Igreja a chance de intervir na política do país. Para Matos¹⁴⁹, o projeto populista de Vargas recebeu apoio explícito da autoridade eclesiástica. Efetivamente, a ênfase dada pelo Estado Varguista à ordem, ao nacionalismo, ao patriotismo e ao anticomunismo coincidiria com o ideário católico da época, inspirado no modelo italiano. Ou seja, a política da ordem, da sociedade perfeita, do não radicalismo e da obediência a um chefe de Estado atendeu aos preceitos da Igreja Católica de então, que há muito vinha com uma política de restauração, com ênfase no projeto conservador ultramontano. Para tanto, princípios como ordem, obediência e não radicalizações sociais não foram estranhos à instituição.

Tanto, que, durante a ditadura do “Estado Novo”, houve uma continuidade nas relações entre Igreja e governo. Segundo Azzi, “Vargas sabia que o apoio da Igreja era muito precioso para seu governo”.¹⁵⁰ Nesse período, o cardeal Leme manteve as melhores relações pessoais com Getúlio. Por estar compactuada com o poder estatal, não existiu contestação por parte da Igreja com relação às injustiças praticadas em nome dos interesses políticos, nem a hierarquia eclesiástica levantou a voz em defesa dos direitos humanos. Ao contrário, o que houve por parte de muitos clérigos e leigos católicos foi a adesão plena ao Estado Novo e a exaltação de Vargas.¹⁵¹

Em âmbito nacional, em partes, é percebida uma forte mudança da Igreja Católica, desde o século XIX até a década de 1930. Essa mudança na instituição é sentida com o advento da romanização e com o enquadramento às diretrizes da Santa Sé. Há controvérsias sobre tal linearidade. Sabe-se que, na História, nada acontece de forma unívoca e organizada, como muitos historiadores, ao longo do tempo, acreditaram. Existem resistências, descontinuidades e revoltas a projetos totalizantes.

¹⁴⁸ MATOS, H. C. J. **Nossa história...**, Op. cit., p. 60.

¹⁴⁹ Ibid.

¹⁵⁰ AZZI, R. **História da educação...**, Op. cit., p.49.

¹⁵¹ Ibid.

Com a história da Igreja Católica no Brasil não é diferente. A romanização empreendeu esforços, se deparou com resistências, e não é possível afirmar que foi um projeto totalmente vitorioso, pois, como é de conhecimento de todos, no Brasil não existe um catolicismo e, sim, vários. Entretanto, os bispos romanizadores se esforçaram em instituir aqui uma religião tridentina, identificada com os ditames de Roma. Catolicismo em que hierarquia, ordem, obediência e verdade sobre assuntos de fé são normas inquestionáveis.

1.5 A IGREJA CATÓLICA NO PARANÁ

O Estado que hoje é o Paraná, até a metade do século XIX, mais especificamente 1853, era parte de São Paulo, denominado de 5ª Comarca do estado vizinho. Abrangendo um território imenso e sem fronteiras definidas, em 1853, o Paraná surge como província autônoma, com um grande sertão a ser desbravado e com algumas cidades em desenvolvimento, tais como a capital Curitiba, Paranaguá, no litoral, e pequenas vilas do interior, como Ponta Grossa e Guarapuava. Devido à maior parte de seu território não estar definido naquele momento, com grandes distâncias e regiões desconhecidas, o Estado do Paraná torna-se, para a Igreja Católica, uma terra de missão, onde o catolicismo romano ainda não havia sido implantado.¹⁵²

Do século XVIII até a proclamação da República (1889), a situação da Igreja no Paraná não era diferente da do restante do país. Nesse período, a instituição passava por uma profunda crise em seu corpo hierárquico, quadro que mudou um pouco com o advento da República e das práticas romanizadoras do catolicismo no Brasil. A Igreja, no Paraná do século XIX, era uma instituição simplesmente paroquial do tempo do Império. Balhana a define como um conjunto de pequenas paróquias, conservando as velhas tradições populares, sem missionarismo, sem ação social e burocraticamente desorganizada.¹⁵³

¹⁵² ZULIAN, R.; PEREIRA, D. Ponta Grossa: rumos aos pressupostos da romanização. **Revista de História Regional**. nº11, vol. 2, Inverno, 2006, p.80.

¹⁵³ BALHANA, Carlos Alberto. **Idéias em confronto**. Curitiba: Grafipar, 1981, p.10.

Segundo Elizabeth Johansen Capri¹⁵⁴, o descaso com a religião pela população paranaense, mesmo após a criação da Diocese de Curitiba, em 1892, era nítido. Notava-se a carência da participação popular. No relatório apresentado à Assembleia Legislativa, em 16 de Fevereiro de 1881, o presidente da província, Dr. José Pedrosa, lamentava o triste estado da religião na província:

Muito descurado, senhores, vai o culto público. Uns atribuem o mal, faltas as devidas raras exceções, ao pouco zelo dos párocos pelo interesse da Igreja; outros explicam com o indiferentismo do povo pela causa da religião. Sou levado a crer, pelo que vejo e sei, que a primeira causa tem bastante contribuído para gerar a segunda e que ambas unidas dão-nos o triste resultado que precisamos. Nunca houve é verdade, fanatismo entre nós, pois que o nosso povo mostra-se sempre tolerante e hospitaleiro para com todos, pouco cabedal fazendo dos sentimentos religiosos alheios. Os templos outrora enchiam-se de fiéis aos domingos, para ouvirem a missa conventual. Hoje rareiam os assíduos e, nesta capital, são os estrangeiros que se mostram mais devotos.¹⁵⁵

A queixa do presidente é reforçada com a recusa do primeiro Bispo de Curitiba, Dom José de Camargo Barros (1894-1904), de participar do primeiro congresso católico brasileiro. Dizia Dom José ao arcebispo da Bahia, em correspondência:

[...] infelizmente tenho quase certeza que desta diocese bem poucos, ou talvez nenhum (dos fiéis) irá. Tal é o estado de atraso religioso que aqui se nota, começar por esta capital. Não temos recursos materiais, não temos clero e quase posso dizer, não temos católicos.¹⁵⁶

Com essa breve exposição do bispo, é perceptível a quantas andava a situação da Igreja Católica no Paraná. Além de possuir um imenso território a ser atendido, a recém-criada Diocese de Curitiba sofria de uma rarefação de sacerdotes, como bem coloca Dom José de Camargo Barros. No entanto, com a introdução de novos bispos e dioceses no Paraná, essa situação sofreu mudanças significativas.

Dom José, ao assumir a Diocese de Curitiba, em 1894, tinha a incumbência de romanizar o território paranaense, que também abrangia o Estado de Santa Catarina, um processo conflituoso e multifacetado. O primeiro bispo do Paraná não

¹⁵⁴ CAPRI, Elizabeth Johansen. **De católicos poloneses a pontagrossenses católicos: A Escola Sagrada Família - 1933-1945**. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 2003, p.68.

¹⁵⁵ Apud ZULIAN, Rosângela. "A Nova Ponta Grossa: cidade religiosa? Catolicismo e Educação em Ponta Grossa (1889-1930). In: DITZEL, Carmencita de Holleben Mello, SAHR, Cicilian Luiza Lowen. **Espaço e Cultura. Ponta Grossa e os Campos Gerais**. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2001, p.338.

¹⁵⁶ Apud BALHANA. C. A. F. Op. cit., 1980, p.74.

deixou de relatar as dificuldades encontradas no Estado pelo isolamento em que a diocese se encontrava para comandar um território tão imenso. Em sua primeira carta pastoral de 1894, o bispo expõe que:

[...] Vamos para uma Diocese, novamente creada, onde tudo está por fazer e organizar. Compreendei que muito precisamos de vossa intelligencia, dedicada e constante coadjuvação [...]. A nossa querida Diocese de Corytiba, instituída pelos dous Estados, de Paraná e de Sancta Catharina [...]. Mas diz Sancta Thereza que as ovelhas que estão mais proximas do Pastor são sempre as mais reguladas e as mais amadas; e vós, senão pelo coração e pelos affectos, ao menos pela enorme distancia, estáveis muito afastados das Cathedras de vigilancia de vossos Pastores. Por isso não podemos talvez fazer-vos todo o bem que haviam planejado e que ardentemente desejavam realizar. Eis porque agora toca-nos fazer muitas cousas [...] esperamos empregar os nossos dias, as nossas forças e a nossa vida em prol dessa jovem e futura Diocese [...].¹⁵⁷

Nas palavras de Pereira e Zulian¹⁵⁸, para a Igreja da época, “os bispos foram com fé, coragem e tenacidade, implantando no Paraná o evangelho”.

Ao mesmo tempo em que organizava a infraestrutura diocesana, papéis e relatórios acerca de seu patrimônio, o bispo negociava com a Europa a vinda de novas ordens religiosas. O empreendimento que almejava era a constituição de colégios confessionais e seminários fechados para a formação do novo clero. O desafio de Dom José de Camargo Barros era imenso, mas, aos poucos, sua política romanizadora foi sentida. A instauração de um seminário episcopal foi uma das primeiras providências tomadas por ele e a primeira meta conquistada na capital paranaense.

Para prover o seminário de corpo docente, Dom José recorreu a uma congregação de missão. Em 27 de Janeiro de 1896, chegava a Curitiba o visitador da ordem dos Lazaristas do Brasil, padre Bartholomeu Sipolis, acompanhado dos padres Desidério Deschand e Guilherme Vollet. O seminário começou a funcionar no dia 6 de Março de 1896. No dia 12 do recorrido mês, assumia padre Benjamin Frechet como primeiro reitor. O seminário foi oficialmente inaugurado no dia 19 de Março, dia de São José, padroeiro do então primeiro seminário do Paraná.

A rigidez desses então novos seminários é explicitada por Vieira, quando analisa a hierarquia e a disciplina que se davam dentro dessas instituições para a

¹⁵⁷ CARTA PASTORAL, Dom José de Camargo Barros. **Saudando aos diocesanos no dia de sua sacração**. Roma, 1894, p.30.

¹⁵⁸ ZULIAN, R. W.; PEREIRA, D. Op. cit., p.71-92.

formação de religiosos. Segundo o autor, na maioria dos seminários instaurados no Brasil, durante o período em questão,

[...] o curso de teologia durava quatro anos e o currículo era exigente, constando de várias disciplinas, todas elas em consonância com o espírito tridentino: teologia, moral, dogmática, direito canônico, hermenêutica, exegese, eloquência sagrada, pastoral, ascética, patrística, história eclesiástica, hebraico e casuística.¹⁵⁹

O recém-criado Seminário de Curitiba atendia a esses requisitos. Era comandado pelos padres Lazaristas Franceses, ordem que trazia consigo práticas e discursos de um catolicismo tridentino. Nesse Seminário, em 1905, ingressou o jovem Antônio Mazzarotto para formar-se sacerdote. Filho de imigrantes vênets, nascido na colônia Santa Felicidade, em 1º de Setembro de 1890, Antônio iniciou seus estudos na escola local com o Padre Francesco Brescianini e, aos 15 anos, ingressou no seminário episcopal. É o início de uma longa carreira de dedicação exclusiva à instituição católica. Antônio é ordenado padre em 1914. Durante alguns anos, lecionou no próprio seminário. Tornou-se padre coadjutor da Catedral de Curitiba, cargo que exerceu até 1925.

Segundo o documento em comemoração ao Cinquentenário da Diocese de Ponta Grossa, de 1976, “a catedral lotava nas manhãs de domingo para ouvir a pregação do padre Antônio durante a missa das dez”.¹⁶⁰ No mesmo documento, padre Antônio Mazzarotto é retratado como um talentoso pregador. Tinha facilidade com as palavras, e suas pregações eram contundentes, calcadas nas verdades da fé católica, para ele, única e verdadeira. Antônio Mazzarotto logo se tornaria “o maior orador sacro do Paraná pela eloquência de sua palavra erudita e a profundidade de sua doutrina”.¹⁶¹

A profundidade de Antônio Mazzarotto com as palavras é resultado de sua dedicação pessoal e da rígida formação que teve durante seus anos de estudo no Seminário Lazarista. Devido ao destaque que ganhou como coadjutor da catedral, passou a dirigir a Congregação Mariana de Curitiba, em 1925, e ficou até 1929. Nesse ano, padre Antônio foi chamado por Roma para assumir a recém-criada

¹⁵⁹ VIEIRA, D. Op. cit., p.438.

¹⁶⁰ DIOCESE DE PONTA GROSSA. **Cinquentenário (1926-1976), no seu Jubileu Áureo**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1976, p.83.

¹⁶¹ Ibid.

Diocese de Ponta Grossa. Era o início de uma nova fase na vida do futuro Dom Antônio Mazzarotto.

Por meio da biografia de Dom Antônio Mazzarotto, é possível apontar a subjetivação sofrida em seu ambiente de formação. Nota-se a construção de uma identidade católica no indivíduo Mazzarotto. Por *subjetivação*, compreendo toda a carga simbólica e cultural recebida pelo sujeito no ambiente no qual ele é formado. Somos subjetivados na família, na escola, na religião; os ambientes nos quais convivemos cotidianamente são subjetivantes. Contudo, isso não quer dizer que o indivíduo seja de todo passivo à subjetivação, ou seja, aos discursos que recebe ao longo da vida. Reforçando esse posicionamento, adoto o que defendem Elias e Heller:

[...] Pode-se dizer com certeza, junto com o sociólogo alemão Norbert Elias a partir de seu livro “O Processo Civilizador”; que o homem é uma lenta e prolongada construção do próprio homem, “viver na incerteza é traumático”, disse Agnes Heller. “Viver na incerteza de significados e valores é ainda mais”, completa ela. Não podemos então escapar, nos alertou ainda essa mesma autora, pela omissão sistemática do pensar e refletir sobre a nossa condição primeira. Essa condição que nos remete a buscar uma resposta às seguintes perguntas: “como se deve pensar, como se deve agir, como se deve viver”?¹⁶²

Todavia, essa subjetivação propicia ao indivíduo construir-se como sujeito, identificar-se com algo, criar um universo simbólico, práticas e representações. Tudo isso é nítido no discurso de Dom Antônio. O bispo, em suas trinta e seis cartas pastorais publicadas durante os anos em que esteve à frente da Diocese de Ponta Grossa (1930-1965), trouxe para os fiéis não somente o posicionamento da Igreja sobre os mais variados assuntos, mas também expôs sua visão de mundo.

Em seus escritos, deixou transparecer suas crenças, representações e a subjetivação que sofreu ao longo de sua vida. Segundo Zulian¹⁶³, a identidade cultural de Dom Antônio fora formada desde a infância, em uma família vêneta de rígida tradição católica. Também, no seminário episcopal, quando começou os estudos eclesiásticos, e durante sua carreira como padre e bispo na Igreja Católica.¹⁶⁴ Para a autora, a infância de Antônio Mazzarotto não deve ter sido muito diferente da de seu irmão Jerônimo, oito anos mais jovem, nos permitindo assim

¹⁶² Apud EWALD, Ariane Patrícia; SOARES, Jorge Coelho. Identidade e subjetividade numa era de incerteza. **Revista Estudos de Psicologia**, nº12, v.1. 2007. p.23-30.

¹⁶³ ZULIAN, R. **Um filho de imigrantes...**, Op. cit., p.294.

¹⁶⁴ Ibid.

algumas aproximações: “[...] Na minha infância eu ia raramente a Curitiba [...] minha vida se circunscrevia a vir à cidade raramente, até o tempo do seminário”.¹⁶⁵

Nos apontamentos de Zulian, “a reprodução dos valores cultivados pela sociedade camponesa vêneta e seu universo simbólico, absorvidos desde a mais tenra infância, expressava-se nas práticas da família Mazzarotto”.¹⁶⁶ Nas palavras de Jerônimo, irmão de Dom Antônio:

[...] nossa vida em Santa Felicidade se resumia em ir de casa para a escola e para a Igreja, onde eu era coroinha [...] volta e meia, eu menino, enfrentava os campos, o mato, para ir ajudar na missa das capelas vizinhas de Santa Felicidade.¹⁶⁷

Os registros de Zulian fazem uma ponte com o conceito de identidade, pois, como foi dito, somos subjetivados e culturalmente nos identificamos com algo. Em Dom Antônio, identificamos

[...] elementos, em conjunto e, profundamente interiorizados, que favoreceram a construção de uma identidade portadora de um privilégio de “fazer ver a alguém o que ele é e, ao mesmo tempo, lhe fazer ver que tem de se comportar em função de tal identidade”.¹⁶⁸

Conectando-se a Hall, que entende a identidade como algo que se assume¹⁶⁹, pode-se analisar Dom Antônio como um sujeito que afirma uma identidade religiosa e, por meio dela, busca legitimar seu discurso. Dom Antônio propôs uma função social para aquilo que defendia. Concentrou-se nos posicionamentos defendidos pela Igreja de seu tempo; o discurso do bispo é parte do âmbito institucional no qual estava inserido. Seu discurso pastoral assumiu uma identidade católica tridentina, identidade pautada na tradição, nos valores morais e no conservadorismo.

Segundo Vieira¹⁷⁰, a disciplina dos novos seminários romanizados resultou na formação de um clero conservador e obediente às normas da Santa Sé. Sendo que a sisudez era a “nota característica dos padres jovens”. Uma das características de Dom Antônio Mazzarotto, perceptível em seus escritos, era a rigidez de seu

¹⁶⁵ Ibid.

¹⁶⁶ Ibid.

¹⁶⁷ Ibid.

¹⁶⁸ Ibid.

¹⁶⁹ Ver: HALL, Stuart. **Da diáspora identidades e mediações culturais**. Tradução de Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: UFMG, 2011, p.4. e Id. **Identidade cultural...**, Op. cit., p.11-2.

¹⁷⁰ VIEIRA, D. R. Op. cit.

discurso pastoral, bem como sua postura autoritária. A autoridade sobre as verdades da fé era parte de Dom Antônio, algo que o bispo levou consigo durante os anos em que esteve à frente da Diocese de Ponta Grossa. Antes de adentrar no discurso pastoral de Mazzarotto de forma mais ampla, cabe conhecer a característica do bispado de Ponta Grossa, a cultura e os costumes do rebanho que fora confiado ao bispo em 1930.

1.6 PONTA GROSSA: DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E CULTURAL

Ponta Grossa, no início do século XX, era um pequeno vilarejo que, aos poucos, ganhou ares de cidade. A “Camponesa” dos séculos XVIII e XIX aos poucos deu lugar à “Princesa” do século XX.¹⁷¹ Com sua história ligada ao movimento tropeiro, às fazendas de criação de gado e a um ritmo de vida rural, Ponta Grossa converteu-se num considerável centro urbano na região dos Campos Gerais, em finais do século XIX e início do XX.¹⁷²

O surgimento da cidade precede sua data oficial de elevação a freguesia, em 15 de Setembro de 1823. Desde o século XVIII, a região dos Campos Gerais fazia parte do histórico caminho das tropas. Esse caminho ligava Viamão, no Rio Grande do Sul, a Sorocaba, no interior de São Paulo, onde o gado trazido do sul era comercializado em uma grande feira. Nos caminhos por onde os tropeiros passaram, foram surgindo vilas, que se tornaram cidades, entre elas, Ponta Grossa. Segundo Maria Aparecida Cezar Gonçalves,

¹⁷¹ CHAVES, Niltonci Batista. “A Cidade Civilizada”: Cultura, lazer e Sociabilidade em Ponta Grossa no início do século XX. In: DITZEL, C. de H. M.; SAHR, C. L. L. Op. cit., p.65.

¹⁷² Geograficamente, os Campos Gerais situam-se no 2º Planalto Paranaense, limitando-se ao planalto Curitiba e ao planalto de Guarapuava. Região de solos arenosos e pouco férteis, propícios para a vegetação de campo. (MAACK, Reinhard. **Geografia Física do Estado do Paraná**. Rio de Janeiro: José Olympio. Curitiba. Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981). Ver Anexo p.8, p.425. 2. O termo *Campos Gerais* data, primeiramente, de 1638, quando Arthur de Sá e Menezes, Governador do Rio de Janeiro, escreveu ao Rei de Portugal informando sobre a descoberta de um caminho para as “Minas de Catagazes”. Entretanto, a identidade histórica e cultural da região remonta ao século XVIII, quando, graças aos ricos pastos naturais, abundância de invernadas com boa água e relevo suave, foi rota do tropeirismo do sul do Brasil, com o deslocamento de tropas de muare e gado para abate provenientes do Rio Grande do Sul com destino aos mercados de São Paulo e Minas Gerais. Nessa época, os campos naturais da região tornaram-se muito disputados, e a coroa portuguesa começou a expedir cartas de sesmarias em favor de homens a ela fiéis e de prestígio político local. Ver: PINTO, Elisabete Alves; GONÇALVES, Maria Aparecida Cezar. **Ponta Grossa: um século de vida (1823-1923)**. Ponta Grossa: Kugler, 1983, p.17.

Todo e qualquer viajante, comerciante ou aventureiro que se dirigisse por terra de São Paulo para o extremo sul do país, nos finais do século XVIII e nos inícios do século XIX, deveria atravessar as terras da Comarca de Castro, alcançando o Bairro de Ponta Grossa, que se constituía, à época, num local obrigatório de passagem, ligada que estava ao caminho de Viamão.¹⁷³

Ao ser elevada a cidade, em meados do século XIX¹⁷⁴, Ponta Grossa gradualmente foi se transformando em um centro polarizador de habitantes. Durante o século de sua criação, a economia da cidade concentrou inúmeras atividades, não somente a criação de gado em fazendas, mas, também, a produção de erva-mate, madeira e outros produtos. A presença de imigrantes, a partir de 1877¹⁷⁵, acelerou seu crescimento. Gonçalves destaca que,

Desde a década de 1850, Ponta Grossa exibe certas características urbanas, que se mostram revigoradas na década de 1870: inúmeras casas comerciais onde de tudo se vendia e que já clamavam por um banco para facilitar as transações; havia novas profissões como advogados e médicos e oleiros.¹⁷⁶

Com o aumento populacional, resultado do incremento na economia através da agricultura, do comércio e da indústria, Ponta Grossa chegou ao final do século XIX com ares de uma cidade que se modernizava. Em 1894, com a construção da estrada de ferro ligando-a a Curitiba/Paranaguá, e, em 1907, a São Paulo e ao Rio Grande do Sul, a cidade tornou-se o principal entroncamento ferroviário do interior do Paraná.¹⁷⁷ Nos anos seguintes, Ponta Grossa cresceu com a instalação de indústrias.¹⁷⁸ A demanda econômica e populacional gerou necessidades ao

¹⁷³ PINTO, E. A.; GONÇALVES, M. A. C. Op. cit., p.17.

¹⁷⁴ Ponta Grossa, até 1823, era bairro de Castro. Em 15 de Setembro de 1823, foi elevada a freguesia e paróquia, através de um alvará imperial. Em 1855, após a emancipação política do Paraná do Estado de São Paulo, Ponta Grossa foi elevada a vila. Anos depois, em 1862, a Lei Provincial nº 82 elevou a vila à categoria de cidade. Ver: FERREIRA, João Carlos Vicente. **O Paraná e seus municípios**. Maringá: editora Memória Brasileira, 1996, p.536. e PINTO, E. A.; GONÇALVES, M. A. C. Op. cit., p.29.

¹⁷⁵ Em Novembro e Dezembro de 1877 e Julho, Agosto e Outubro de 1878, chegaram ao município de Ponta Grossa 2381 russo-alemães, dos quais 1646 tinham mais de 10 anos, 461 tinham entre 10 e 3 anos e 274 com menos de 3 anos de idade. No território de Ponta Grossa, foi estabelecida a colônia Octávio - subdividida em 17 núcleos coloniais, afastados do centro urbano -, que recebeu os 2381 colonos russo-alemães. A presença desses elementos é atestada através dos registros de nascimentos, óbitos e casamentos encontrados na Prefeitura Municipal de Ponta Grossa e na Igreja Matriz. Ver: PINTO, E. A.; GONÇALVES, M. A. C. Op. cit., p.111.

¹⁷⁶ Ibid., p.31.

¹⁷⁷ MONASTIRSKY, Leonel Brizolla. A Mitificação da Ferrovia em Ponta Grossa. In: DITZEL, C. de H. M.; SAHR, C. L. L. Op. cit., p.39-40.

¹⁷⁸ As melhorias estruturais que vinham acontecendo na cidade desde o final do século XIX - tais como a instalação da malha ferroviária e a inauguração da estrada de ferro em 1894, a chegada da energia elétrica em 1905 e o saneamento da cidade com água encanada e rede de esgoto em 1912 -,

município, uma delas foi por energia elétrica, que, em 1905, foi inaugurada na cidade. As melhorias nas condições de vida da população também foram sentidas com obras de saneamento. A partir de 1912, Ponta Grossa passou a contar com água encanada e rede de esgoto.¹⁷⁹

Materializou-se no início do século XX uma cidade que foi ganhando ares de modernidade, conforme acontecia na maioria dos grandes centros brasileiros, como São Paulo e Rio de Janeiro. Porém, de forma mais modesta quando se direciona o olhar para o interior do Paraná. A percepção dessa modernização não escapou aos olhos de viajantes que passaram pela cidade no início do século XX, entre eles, o escritor paranaense Nestor Victor.

Em 1913, ele ratificou suas impressões sobre a cidade no livro “A Terra do Futuro”. No capítulo intitulado “A Nova Ponta Grossa”, assim escreve:

O hotel que fiquei achava-se na parte antiga da cidade, parte cuja área eu já conhecia de outros tempos e que não é nada sedutora. Ainda nos fala da alma meio dorminhoca e pesadona do antigo vilarejo que foi isto. [...] seriam, talvez, oito horas quando fui para a janela do hotel. Já se tinham aberto os estabelecimentos comerciais da vizinhança e era um tanto animado o trânsito das ruas. Quando estive em Castro, há vinte e tantos anos, a essa hora, ainda quase que toda a gente dormia ali, e é de presumir que o mesmo acontecesse nesta outra cidade dos Campos. O facto a que me refiro já representava, por conseguinte, agora, uma feliz modificação que o progresso trouxera aos hábitos da terra. [...] a noite eu já notara, entre os frequentadores dos clubs e dos cinemas, uma porção de indivíduos cuja linha já era muito diversa da do provinciano segregado, amatutado, canhestro, que eu conhecera outrora.¹⁸⁰

Nas palavras do escritor, nota-se uma forte conotação de um discurso progressista e urbano, algo que não fugia à regra nos escritos da maioria dos intelectuais brasileiros no início da República. Os discursos acerca do progresso e do civilizado, ambos importados da Europa, marcaram a elite brasileira nessa

fizeram com que, nas quatro primeiras décadas do século XX, Ponta Grossa se tornasse o principal polo industrial do interior do Paraná. Um número expressivo de indústrias fixou-se em Ponta Grossa, tais como: 7 indústrias de carne, 1 de cerveja, 7 de móveis, 19 de café, 1 de pregos, 3 de doces, 2 de massas alimentícias, 23 de roupas, 9 de cal, 4 de sabão, 36 de farinha, 2 de laticínios, 2 de tintas, 6 de calçados, 6 de bebidas alcoólicas, 15 de ferragens; além de 14 serrarias, 3 curtumes, 9 olarias, 4 marcenarias, 10 carpintarias, 6 funilarias, 16 ferrarias. Ibid., p.42.

¹⁷⁹ As melhorias sanitárias na cidade foram sentidas pelo então prefeito Theodoro Batista Rosas, que, em 1912, executou obras para melhoria desses serviços. Ver: PINTO, E. A.; GONÇALVES, M. A. C. Op. cit., p.44.

¹⁸⁰ VICTOR, Nestor. **A terra do futuro (impressões do Paraná)**. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1996, p.307-18.

época.¹⁸¹ Na descrição da Ponta Grossa de Nestor Victor, identifica-se uma cidade que estava absorvendo esses valores, crescendo materialmente e incorporando hábitos de uma sociedade burguesa, “deixando de lado” a “rudez camponesa” que a havia definido desde sua fundação, em 1823.

Identifica-se uma descrição equivalente sobre Ponta Grossa publicada no Jornal Curitibano *Folha da Manhã*, transcritas, em 1912, no jornal *O Progresso*, de Ponta Grossa. Na crônica, o professor, escritor e jornalista Raul Gomes comentava:

Tendo visto muita cousa, tendo ouvido muita cousa, tendo coligido optima qualidade de dados estamos em condições de, senão com brilho necessário, ao menos com fidelidade dizer nos nossos artigos o que é a victoriosa rainha dos campos. [...] pelas ruas movimenta-se gente em grande porção. Às lojas entram e saem cavalheiros e senhoras, azafamados e prestos. Carros, carroças, carrinhos cruzam-se, aquelles conduzindo passageiros, essas cargas e esses pequenos volumes. Nas grandes casas commerciaes o trabalho é enorme porque delas se abastece todo o interior do Estado. O movimento urbano ultrapassa o tamanho da cidade. Vê-se gente por toda parte. À noite o povo flana nas ruas, penetra as lojas, enche os três cinemas, frequenta os clubs. Ponta Grossa conta com 3.800 casas, sendo quasi todas de tijolos e de feitura sólida e resistente. A população da cidade é calculada em 15.200 almas e a do município em 20 mil espalhada por uma extensão aproximada de 36 léguas quadradas. [...] um dos segredos do progresso local, que transformou o burgo apagado há dez annos atrás na “urbs” agitada e triumphal de hoje foi indubitavelmente, a vontade enérgica e indomável do povo pontagrossense. Essa vontade poderosa é que vai fazendo surgirem os melhoramentos que outhorgarão à princesa dos campos o título incontestável de cidade ideal.¹⁸²

Reforçando a impressão de Nestor Victor, o professor Raul Gomes também se deparou com uma cidade em pleno crescimento, seja pelo comércio, seja pelo número de carros nas ruas, pelos cinemas e pelo contingente populacional que estava transformando o vilarejo apagado na “urbs triunfal”. Nas palavras de Raul Gomes, Ponta Grossa crescia e absorvia novos valores, assim como muitas cidades brasileiras no início do século XX. Sua proximidade com a capital Curitiba facilitava a chegada e a absorção de influências advindas dos grandes centros.

É evidente que a questão da modernidade na cidade, no início do século XX, é relativa. Para os moradores de Ponta Grossa, as diversões, os espaços e sociabilidades poderiam ser um espanto. Mas, aos olhos dos cariocas e paulistas, nem tanto. Nesse contexto, o que deve ser levado em consideração na cidade é a

¹⁸¹ Para Nicolau Sevcenko, as bases de inspiração das novas elites intelectuais brasileiras, no final do século XIX e nos anos iniciais do século XX, eram as correntes cientificistas, do darwinismo social do inglês Spencer, o monismo alemão e o positivismo francês de Auguste Comte. SEVCENKO, N. Op. cit., p.14.

¹⁸² Jornal “O Progresso”, nº588, 20 de Julho de 1912.

percepção que as pessoas tiveram de uma mudança que ocorreu em poucos anos. No final do século XIX, a cidade apresentava-se como um vilarejo “rústico”, algo que se contrapôs ao crescimento urbano das primeiras décadas do século XX.

1.7 A RELIGIÃO EM PONTA GROSSA: A ELEVAÇÃO DA CIDADE A BISPADO (1926-1930)

Ao se referir à religião em Ponta Grossa, pode-se dizer que a situação não era diferente do restante do Paraná, no início do século XX. Poucos padres, pouca missão e, por que não falar, poucos católicos.¹⁸³ A cidade que Dom Antônio Mazzarotto encontrou em muito se assemelhava à Curitiba com que Dom José de Camargo Barros deparou-se em 1894, quando assumiu o bispado paranaense. Nas Palavras de Zulian¹⁸⁴, “o Paraná em si caracterizava-se por uma terra de missão, onde o catolicismo romanizado haveria de penetrar. O Paraná era uma terra fértil para o catolicismo popular, muito mais expressivo nos lugares onde a Igreja era ausente”.¹⁸⁵

O trabalho de romanização no Paraná estava em andamento desde o final do século XIX, a partir dos esforços de Dom José de Camargo Barros e seus sucessores, Dom Leopoldo Duarte Silva (1904-1907) e Dom João Francisco Braga (1907-1935). A criação do seminário episcopal de Curitiba e a fundação de inúmeras escolas católicas em território paranaense contribuíram amplamente para o projeto romanizador no Estado. Capri destaca o papel que essas escolas católicas tiveram nesse processo, pois: “durante o processo de romanização da Igreja Católica no Brasil, a criação de escolas católicas dirigidas por congregações religiosas e, até mesmo o ensino da religião em instituições públicas adquiriu importância considerável”.¹⁸⁶

¹⁸³ Poucos católicos no sentido romanizado da palavra, pois o catolicismo ultramontano foi sendo implantado aos poucos no Brasil. No Paraná, boa parte do território, além de estar quase em nada provida de sacerdotes, era terra propícia à evangelização, pois o catolicismo romano ainda não havia chegado. Era alto o índice de catolicidade popular. ZULIAN, Rosângela. A vitoriosa rainha dos campos: Ponta Grossa na conjuntura republicana. **Revista de História Regional**. Ponta Grossa, v.3, nº2, 1998, p.37.

¹⁸⁴ Ibid.

¹⁸⁵ ZULIAN, R. W.; PEREIRA, D. **Ponta Grossa: rumo...**, Op. cit., p.80.

¹⁸⁶ CAPRI, E. J. Op. cit., p.83.

Na encíclica *Divini Illius Magistri*, de 1929, o papa Pio XI expõe que “a Igreja tem o direito de em qualquer lugar ou instituição vigiar pela educação moral e religiosa de seus fiéis batizados”.¹⁸⁷ Deparando-se com o pensamento católico da época, chega-se ao consenso de que a missão educacional não provinha de uma concessão humana, mas, segundo o pontífice, era um direito divino natural, imutável. Entendia-se que a educação não poderia ser abstraída da religião, de forma que as escolas deveriam subordinar-se a ela. Sobre essa questão, Pio XI expõe a “infalibilidade da educação católica”:

A este magistério foi conferida por Cristo a infalibilidade juntamente com o preceito de ensinar a sua doutrina; assim a Igreja foi constituída pelo seu divino autor coluna e fundamento de verdade, a fim de que ensine aos homens a fé divina cujo depósito lhe foi confiado para que o guarde íntegro e inviolável, e dirija e prepare os homens, as suas associações e acções em ordem à honestidade de costumes, integridade de vida, segundo a norma da doutrina revelada.¹⁸⁸

Capri complementa a intenção da Igreja acerca do ensino católico, afirmando que “o próprio estabelecimento de ensino também pode ser visto como um instrumento de divulgação dos valores e verdades propostos, pois a educação propõe uma prática”.¹⁸⁹

Marchi aponta que, no início do século XX, a educação foi muito debatida pela Igreja, sendo que a instituição disseminou de forma aberta, em seus documentos pastorais e pontifícios, a responsabilidade dos pais na formação dos filhos, pois

uma boa educação, austera e cristã era o melhor dos tesouros que os pais deixariam para os filhos. Aos pais caberia ensinar os conhecimentos celestes, os deveres da vida cristã, infundir o ódio aos vícios e amor às virtudes e finalmente dar o bom exemplo.¹⁹⁰

A educação religiosa foi uma das estratégias para acelerar a Romanização no Brasil, dessa forma, foi amplamente defendida pela Igreja Católica. Pela educação se constituiria uma via para normatizar a família, a criação dos filhos e o

¹⁸⁷ PIO XI. Encíclica *Divini Illius Magistri* (Sobre a Educação Cristã da Juventude). Petrópolis: Vozes, 1956, p.3.

¹⁸⁸ Ibid., p.6-7.

¹⁸⁹ CAPRI, E. J. Op. cit., p.85.

¹⁹⁰ MARCHI, Euclides. O Mito do Brasil Católico: D. Sebastião Leme e os contrapontos de um discurso. *História Questões & Debates*. Curitiba: ano 15, nº28, Jan/Jul de 1998, p.70.

comportamento feminino. Por meio dessas estratégias, a Igreja almejava atingir o ideal de sociedade perfeita proposta no Concílio de Trento.

Ponta Grossa foi palco de fundação de algumas Escolas Católicas, nos anos iniciais do século XX, entre as principais, destacam-se: o Colégio Sant'Ana¹⁹¹, fundado em 1905, pelas irmãs Servas do Espírito Santo; o Colégio São Luiz¹⁹², fundado pelos padres da Congregação SVD (Missionários do Verbo Divino), em 1906; e a Escola Sagrada Família¹⁹³, fundada pelas irmãs polonesas da Congregação Franciscana da Sagrada Família de Maria, em 1933. Dom Antônio Mazzarotto deu total apoio às escolas católicas. Quando assumiu a diocese, em 1930, reforçou o processo de evangelização que as instituições de ensino estavam implementando na sociedade princesina. Ao levar aos fiéis o catolicismo romano, condenando discursos que fugiam à regra pregada pela Igreja tridentina, as Escolas Católicas foram uma das principais estratégias de romanização.

A Igreja, sem a intervenção do Estado após a separação de 1890, iniciou o processo de abertura de novas dioceses para atender aos novos centros, aumentando assim a presença de religiosos estrangeiros no Brasil. Eles traziam em sua bagagem as ideias ultramontanas de centralização da Igreja na figura do

¹⁹¹ Em 1903, a Paróquia de Sant'Ana, em Ponta Grossa, foi confiada aos padres da Congregação do Verbo Divino, por determinação de Dom José de Camargo Barros, primeiro bispo de Curitiba, para o trabalho de pastoral paroquial. Entre outros trabalhos, fundaram uma escola paroquial mista que começou a funcionar com 30 alunos. A especificidade do trabalho educativo, somada à carência de sacerdotes, levou-os a pedir auxílio às Irmãs Missionárias Servas do Espírito Santo, de origem alemã, com as quais partilhavam o mesmo fundador. Três religiosas iniciaram os trabalhos escolares, em 1905: Irmã Regina, Irmã Dionysia e Irmã Suitberta, que fundaram a Casa das Irmãs Missionárias Servas do Espírito Santo, em 21 de março de 1905, e a primeira escola confessional católica estabelecida em Ponta Grossa, o Colégio Sant'Ana. A partir de 1908, suas atividades educacionais desdobraram-se em três escolas anexas: a Escola Alemã, a Escola Polonesa e uma escola para negros pobres que funcionou na sacristia da Igreja do Rosário, mantida pelos sócios da Fraternidade do Sagrado Coração de Jesus. O Colégio Sant'Ana vem funcionando ininterruptamente desde a data de sua fundação até os dias de hoje, formando gerações em toda a região dos Campos Gerais. ZULIAN, Rosângela. Colégio Sant'Ana. **Dicionário Histórico e Geográfico dos Campos Gerais**. Disponível em: http://www.uepg.br/dicion/verbetes/a-m/colegio_santana.htm.

¹⁹² Assim como as irmãs Servas do Espírito Santo fundaram uma escola para meninas, o Colégio Sant'Ana, em 05 de fevereiro de 1906, os padres da Congregação S.V.D. fundam uma escola, sob a direção dos padres da congregação, só para meninos: surge o Colégio São Luiz. Os Padres do S.V.D chegaram em Ponta Grossa em 1903, quando o pároco secular João Batista de Oliveira recebeu o padre verbita Aloys Berger como coadjutor, assim, até 1906, os padres verbitas já tinham assumido integralmente a Paróquia de Sant'Ana. (ZULIAN, R. W. **Entre o Atual e o Antigo**..., Op. cit. p.85). Informações também disponíveis no site: <http://www.santanapg.com.br/historico.php>.

¹⁹³ Em 1933, o bispo diocesano Dom Antônio Mazzarotto tomou a decisão de convidar religiosas polonesas da Congregação Franciscana da Sagrada Família de Maria para fundarem uma escola que deveria atuar diariamente com os filhos de descendentes de poloneses católicos estabelecidos na cidade. Para tanto, escreveu para a Madre Provincial da Congregação, estabelecida em Curitiba, irmã Bronislava Burlaga, solicitando a vinda de pelo menos três freiras para abrir um novo educandário. Em 11 de Fevereiro de 1933, as três irmãs escolhidas pela congregação para criarem a escola Sagrada Família partiram de Curitiba rumo a Ponta Grossa. CAPRI, E. J. Op. cit., p.116-34.

pontífice.¹⁹⁴ Dentro desse contexto, foi criada a Diocese de Ponta Grossa, em 1926, e, quatro anos depois, em 1930, Dom Antônio Mazzarotto foi nomeado o primeiro bispo.

Em 1926, havia um grande interesse em transformar a Diocese de Curitiba em Arquidiocese Metropolitana.¹⁹⁵ Dessa forma, ela seria desligada da Arquidiocese de São Paulo, à qual era subordinada até então. No decorrer do ano de 1926, Dom João Braga, então bispo de Curitiba, entrou em contato com a Santa Sé, mais especificamente com o Núncio Apostólico do Brasil, Dom Henrique Gaspari. O contato foi para esclarecer os detalhes e a divisão das novas dioceses que seriam criadas no Paraná. Juntamente com a Diocese de Ponta Grossa, foram criadas a Diocese de Jacarezinho e a Prelazia de Foz do Iguaçu.¹⁹⁶

Com a Bulla *Quum in Dies Numerus*, em 19 de Maio de 1926, do Papa Pio XI, a Diocese de Curitiba foi elevada a sede metropolitana e foram criadas novas dioceses, entre elas, a de Ponta Grossa. Mas a cidade teve que esperar mais quatro anos, até 1930, para ser provida de bispo. A Dom Antônio Mazzarotto coube esta missão.

1.7.1 O projeto pastoral de Dom Antônio Mazzarotto

Ao deixar suas atividades na Congregação Mariana de Curitiba, em 1929, Antônio Mazzarotto viaja a Roma, atendendo ao chamado da Santa Sé para seu novo desafio: ser o primeiro bispo da recém-criada Diocese de Ponta Grossa. Antônio Mazzarotto foi sagrado em Roma, em 23 de Fevereiro de 1930, pelo Cardeal Henrique Gaspari, Núncio do Brasil e representante do Papa Pio XI na ocasião. Mazzarotto tomou posse da Diocese no dia 3 de Maio do mesmo ano. Nos trinta e cinco anos de sua administração, o então Dom Antônio Mazzarotto, comandou intensamente seu projeto evangelizador, seja na escrita de suas cartas

¹⁹⁴ Sobre a multiplicação das dioceses, entre 1890 e 1930, foram criadas 56 dioceses, 18 prelazias e três prefeituras apostólicas, para as quais foram designados, no mesmo período, aproximadamente 100 bispos. A organização eclesial, com o advento da República, foi inteiramente estadualizada, pois a política de implantação das novas circunscrições respeitou as fronteiras territoriais dos Estados. Ao formar uma diocese em cada um dos estados brasileiros, pelo menos, a Igreja passou a dispor de um sistema interno de governo com a concentração de recursos organizacionais compatíveis às novas realidades externas e internas a ela mesma, tais como: dignitários, seminários, corpo eclesial e escolas. Ver: ZULIAN, R. W.; PEREIRA, D. Op. cit., p.71-92.

¹⁹⁵ DIOCESE DE PONTA GROSSA: Op. cit., p.67.

¹⁹⁶ Ibid., p.68.

pastorais - 36 ao longo de seu bispado -, ou nas visitas que fez questão de fazer a todas as paróquias e capelas de sua diocese.

Nas visitas pastorais às possessões eclesiais, Dom Antônio levou sacramentos a suas ovelhas, tais como: batismos, confissões, casamentos e a extrema unção aos doentes. Junto com os sacramentos, Dom Antônio levava a pregação de sua palavra evangelizadora e propagadora da fé Católica Romana. Era o projeto pastoral de Mazzarotto em ação, projeto já exposto em sua primeira carta pastoral “O Reino de Cristo de 1930”¹⁹⁷: “Cada pastor de almas é, pois, continuador da missão de Jesus e deve dizer de si o que de si afirmou o divino salvador: E mister que eu anuncie o Reino de Deus, que para isso é que fui enviado”.¹⁹⁸

Explicitando sua missão de Pastor de Cristo que tem a função de difundir o reino do senhor às ovelhas a ele confiadas, Dom Antônio reforçou seu projeto para a Diocese de Ponta Grossa:

Aos apóstolos, continuadores de sua obra, o Rei divino ordenou que não só dilatasse em todo mundo o seu reino visível que é a Igreja Catholica, mas também que com sua assistência formassem de cada alma um reino seu invisível e de cada coração um throno, onde ele se assentasse como soberano. Este o ideal que com seus clarões deve iluminar a nossa jornada terrestre, a minha e a de todos os cooperadores eclesiais e seculares que trabalham na cultura e amanho desta vinha do senhor, que é a nossa estremecida diocese.¹⁹⁹

Partindo do conceito de Bourdieu acerca do agente religioso, este é visto como um “porta voz” instituído para professar suas palavras em nome da instituição.²⁰⁰ Dom Antônio fora instituído como ministro de Deus, responsável por dilatar o reino dos céus na diocese que assumiu dois meses após sua sagração. Seguindo a mesma linha do então Papa Pio XI, *Pax Christi in regno Christi*²⁰¹, sua missão para a diocese estava diretamente alinhada aos ditames da Santa Sé. Dessa forma, Dom Antônio não hesitou em legitimar a infalibilidade do pontífice romano em seus escritos. Também seguiu as orientações do Concílio de Trento na defesa da fé, como afirma nas seguintes passagens da Carta Pastoral *O Reino de Cristo*:

¹⁹⁷ Primeira Carta Pastoral de Dom Antônio Mazzarotto, escrita em Roma na ocasião de sua Sagração. Nesse documento, o bispo expõe seu projeto pastoral, que seria implantado na Diocese que a ele estava sendo confiada pela Santa Sé.

¹⁹⁸ CARTA PASTORAL de Dom Antônio Mazzarotto. **O Reino de Cristo**. Roma: Tipografia Nazionale, 1930, p.6.

¹⁹⁹ Ibid., p.9-10.

²⁰⁰ BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas...** Op. cit., p.87-9.

²⁰¹ “A Paz de Cristo, no reino de Cristo”. CARTA PASTORAL de Dom Antônio Mazzarotto. Op. cit., p.10.

Da fé, ensina o Concílio de Trento que é o princípio da salvação, o fundamento e a raiz da justificação. Não se levanta um edifício sem alicerces que o solidifiquem, nem a semente germina e cresce em árvore, se não deita raízes, das quaes recebe a seiva vital. A fé é o fundamento do edifício de nossa santificação, é a raiz que recebe o succo vivificante da graça para enviá-lo á arvore de nossa justificação.²⁰²

Justificando a fé católica e sua “verdade incontestável”, Dom Antônio condena outras formas de ensinamentos que não a cristã, fazendo críticas ao mundo moderno e suas práticas não voltadas a Deus.

[...] Insistiremos na grave obrigação que assiste a todo o christão de não favorecer e antes combater a imprensa imoral, ímpia, herética e espirita que vae furtando o precioso thesouro da fé e da virtude para semear a descrença e propinar o vício.²⁰³

Também adverte os pais, educadores e padres sobre a importância de uma educação voltada à religião, algo que começava em casa, em uma família católica:

Pedimos, outrossim, com encarecimento aos paes, mestres, educadores, pastores de almas, ensinem a doutrina de Jesus a seus inferiores, porque a transgressão deste dever lhes pode ser causa eterna de perdição. A eles associem-se os catechistas voluntários que os ajudem na medida de suas forças a repartir a tantos famintos o pão das verdades eternas. E este o meio de prestar ao próximo a mais incomparável obra de misericórdia e a Deus o mais primoroso tributo de amor.²⁰⁴

Como se pode notar, o dever de difundir o reino cristão não se restringia somente aos sacerdotes: estava diretamente associado a uma obrigação dos bons católicos. Essa difusão deveria acontecer de pais para filhos, em uma família catolicamente estruturada. Ensinamentos que deveriam se estender a outros âmbitos sociais, como a escola, e, impreterivelmente, a Igreja. A postura de autoridade de Dom Antônio é sentida quando, em tom de ameaça, o bispo exalta que, ao não cumprir esse dever, pais, professores e sacerdotes estariam resignados à “eterna perdição”.

Pela postura materializada em sua primeira pastoral, nota-se a forma como Dom Antônio Mazzarotto iria conduzir a Diocese de Ponta Grossa. Sua missão pautava-se em difundir o reino do senhor, conforme os moldes que regiam o pontificado de Pio XI (1922-1939). Seguindo rigidamente as ordenações tridentinas,

²⁰² Ibid., p.11.

²⁰³ Ibid., p.15-6.

²⁰⁴ Ibid., p.14.

ligando-se de forma direta à postura da Santa Sé, defendendo os sacramentos, condenando a “corrupção dos costumes”, defendendo a fé católica, então “única e verdadeira” para o clero, legitimando a família cristã e perpetuando uma educação voltada aos ensinamentos da “Igreja de Cristo”.

Como “porta-voz” da instituição católica, Dom Antônio era dotado de um “capital simbólico” para falar em nome da fé cristã. Segundo Capri²⁰⁵, a partir do olhar da Própria Igreja Católica, Dom Antônio teria a função de procurar “atingir todos os seus filhos espirituais a fim de conhecer as necessidades da diocese, fazer chegar sua palavra evangelizadora, para sanar os erros, coibir os abusos”.²⁰⁶ Ao assumir a diocese, Dom Antônio tinha um trabalho imenso à sua espera, pois;

Em Ponta Grossa, tudo estava por fazer, num território imenso que incluía também a zona paranaense de Guarapuava e Palmas, havia apenas doze paróquias [...]. Dom Antônio dividiu seu trabalho entre os da sede e as apostólicas e cansativas visitas pastorais em que permanecia a maior parte do ano [...]. Dom Antônio aos poucos formou um grande patrimônio para a diocese pela aquisição de terrenos. Sua Excia criou novas paróquias, incentivou obras vicentinas, fundou o seminário colégio Josefino, adquiriu para a sede das associações e Ação Católica o colégio Sant’Ana e comprou para a diocese o colégio Santa Cruz de Castro [...]. Dom Antônio esmerou-se antes de tudo em ser o modelo do rebanho a si confiado, para depois evangeliza-lo através de palavras e atos.²⁰⁷

O primeiro bispo de Ponta Grossa fora formado a partir dos pressupostos romanizadores. Evangelizar era seu lema central, pautando-se por uma postura “conservadora”, pois a imagem de autoridade, severidade e defesa das verdades da fé caracterizava a maioria dos bispos da época. Dom Antônio não fugiu à regra vigente no período, reforçou o discurso autoritário para colocar em prática seu projeto evangelizador, trouxe à tona toda a experiência que adquirira em sua formação e durante os anos que atuou como padre coadjutor e presidente da Congregação Mariana em Curitiba.

Ao circunscrever-se aos escritos de um bispo diocesano como Dom Antônio Mazzarotto, formado em uma época e ambiente, um indivíduo que construiu convicções e verdades calcadas na fé e na instituição da qual era parte, o historiador deve ter em mente que todo indivíduo é subjetivado cotidianamente e constrói seu

²⁰⁵ CAPRI, E. J. Op. cit., p.68.

²⁰⁶ DIOCESE DE PONTA GROSSA. Op. cit., p.94.

²⁰⁷ Ibid., p.91.

universo simbólico. Logo, o ambiente subjetivante de Dom Antônio contribuiu para a constituição de sua figura autoritária, algo perceptível em suas cartas pastorais.

Uma característica de Dom Antônio Mazzarotto é a assiduidade na publicação das cartas, uma a cada ano de sua administração na diocese. As cartas pastorais de Dom Antônio referem-se aos mais variados assuntos: ao *Matrimônio Cristão*²⁰⁸, passando pelo *Reino de Cristo*²⁰⁹, *Doutrina Cristã*²¹⁰ e *Arca da Salvação*²¹¹, entre muitas outras. Seus escritos são caracterizados por uma profunda erudição, sua característica, bem como a postura autoritária. Neste trabalho, foco em especial a pastoral *O matrimônio Cristão*, do ano de 1934, documento em que o bispo diocesano defende o casamento cristão-católico e sua finalidade: a procriação. Nessa pastoral, Dom Antônio ainda discute inúmeros assuntos, tais como a questão da emancipação da mulher, as funções do casamento e os papéis que deveriam ser desempenhados pelos cônjuges, tanto o marido quanto a mulher, seja entre si mesmos ou na educação dos filhos.

É possível dizer que a pastoral de 1934 coloca-se como uma cartilha disciplinadora da família e da sociedade, bem como outras de suas cartas. Também me detenho nas cartas *O Reino de Cristo* (1930), *Doutrina Cristã* (1931) e *Males Gravíssimos* (1941), que, em muitos aspectos, reforçam esse discurso. A discussão sobre o casamento, a família e a mulher será aprofundada no próximo capítulo. Nele, serão tratados temas como: a sacramentalização do casamento, a demonização da figura feminina perante a Igreja, bem como as visões da família e da mulher nos discursos fundadores do cristianismo, e sua longa duração no discurso eclesiástico. Serão analisadas as encíclicas *Casti Connubi* (Sobre o Matrimônio Cristão), de 1930 e *Divini Illius Magistri* (Sobre a Educação Cristã da Juventude), ambas do Papa Pio XI. Também serão discutidas questões relacionadas à mulher e à família sob a ótica do discurso pastoral de Dom Antônio Mazzarotto.

²⁰⁸ Carta pastoral de 1934.

²⁰⁹ Primeira pastoral de 1930.

²¹⁰ Carta pastoral de 1931.

²¹¹ Pastoral de 1933.

CAPÍTULO 2 – O MATRIMÔNIO CRISTÃO: CONSTRUÇÃO E SACRAMENTALIZAÇÃO

O matrimônio é uma instituição que, ao longo do tempo, foi vista como um laço indissolúvel entre homem e mulher, sendo que possui uma história marcada pela contradição. A Igreja Católica Romana a partir do século XII, não mediu esforços para legitimá-lo. Mas por que o casamento foi necessário? O que levou a Igreja a constituí-lo como um sacramento? Ou, ainda, por que o mesmo se consolidou como um laço indissolúvel?

Para os diversos autores que trabalham o tema, o casamento foi criado essencialmente para controlar a sexualidade. Mas até que ponto isso foi possível, visto que, em sua versão cristã, o casamento não ganhou popularidade imediata? A sacramentalização do casamento foi um processo longo, que resistiu ao tempo, mas que acabou triunfando no ocidente cristão, com imposições rígidas para os cônjuges, principalmente para as mulheres.

O casamento sacramentado sob a égide cristã é herança de todo um processo delineado na Antiguidade tardia e, mais tarde, legitimado pela Igreja medieval. Todavia, pode-se dizer que, por meio da tradição bíblica do Novo Testamento, o apóstolo Paulo destaca-se como o fundador de uma moral sexual legada para o casamento, a família e a mulher.

Em termos historiográficos, acredito ser necessário recuperar a tradição cristã para entender o discurso eclesiástico dos séculos XIX e XX. Os pontífices e bispos desse período buscam na tradição bíblica e nos autores clássicos do cristianismo os suportes para sustentar seus discursos, algo nítido quando são analisados os escritos do pontífice Pio XI e do bispo diocesano Dom Antônio Mazzarotto.

2.1 SEXUALIDADE: O DISCURSO FUNDADOR NOS PRIMEIROS TEMPOS

Sabe-se que a negação da carne, a valorização da ascese da alma, o corpo silenciado e a bem-aventurança do espírito construíram-se como as essências da moral cristã, desde os primeiros séculos. Para os primeiros cristãos, o corpo material era algo ruim, pois pertencia ao mundo terreno, aquilo que carregava todos os vícios

humanos. O corpo, segundo Foucault²¹², para os cristãos primários, impreterivelmente deveria ser negado, castigado e punido, pois o verdadeiro gozo não estava na terra e sim no céu.

Muito embora se pense que Michel Foucault não possua ligações aprofundadas com pesquisas acerca do cristianismo, o filósofo vinculava-se intensamente com o mesmo. Foucault era de uma família de tradição católica, influência que não pode ser descartada em seu pensamento.²¹³ O filósofo deixa transparecer, em vários de seus trabalhos, questionamentos a respeito do cristianismo.

Pedro de Souza²¹⁴ afirma que, em Foucault, a religião deve ser compreendida em seus processos de individualização, subjetivação ou dessubjetivação, que foi o principal foco de seu interesse. Só a partir desse foco, relata o autor, “é que o cristianismo pode ser adequadamente compreendido em sua investigação como prática de si, bem como um dispositivo de saber e poder”.²¹⁵

Questões mais amplas sobre o cristianismo aparecem na obra de Foucault a partir de 1980, em seu curso “Do governo dos vivos”. Nesse curso, Foucault coloca a religião cristã como,

[...] uma religião que ligou absolutamente o reconhecimento da verdade divina (fé) à manifestação da verdade de si (a confissão). Ele inscreveu dois movimentos de circularidade perfeita: devo lançar luz sobre o que sou para aceder à luz divina e, em retorno, essa luz divina me ilumina sobre o que sou. Ora, essa definição colocada em 1980 não vale somente para o cristianismo medieval e tridentino, mas remonta aos primeiros padres cristãos gregos e latinos dos séculos II ao V.²¹⁶

²¹² FOUCAULT, Michel. O combate pela castidade. In: ARIÈS, Philippe (org.). **Sexualidades Ocidentais**. Tradução de Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Brasiliense, 1985, p.25-38. Esse artigo é parte da coletânea organizada por Philippe Ariès e André Béjin. Nele, Foucault aborda parte de sua obra inacabada *Confissões da Carne*, que não foi publicada a pedido do próprio autor. No artigo *Combate pela castidade*, Foucault trata do problema da fornicação e de como, para os primeiros cristãos, o ato sexual era desencadeador de todos os males e vícios. Mais informações sobre a ética cristã sob a perspectiva foucaultiana podem ser consultadas em: ARAÚJO, Inês Lacerda. **Foucault e a crítica do sujeito**. 2ªed. Curitiba: UFPR, 2008, p.156-60.

²¹³ Informações disponíveis em: <http://www.infoescola.com/psicologia/michel-foucault/>

²¹⁴ SOUZA, Pedro.; CANDIOTTO, Cesar (orgs.). **Foucault e o Cristianismo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p.17.

²¹⁵ Ibid.

²¹⁶ CHAVALIER, Philippe. O Cristianismo como confissão em Michel Foucault. In: SOUZA, P.; CANDIOTTO, C. (Orgs.). Op. cit., p.47.

Em relação ao homem cristão antigo, alega Chavalier²¹⁷, baseando-se em Foucault: “muito cedo o sujeito cristão se viu ligado pela obrigação a certos momentos de existência, de produzir uma verdade dele mesmo”. Não há dúvidas de que uma dessas verdades era sobre a sexualidade. Mas em que momento o corpo poderia se manifestar? Somente quando necessário, pois a propagação da espécie humana sobre a terra era uma realidade, necessidade bíblica.

Em Gênesis 1:27, 28, o discurso direcionado à procriação aparece da seguinte maneira:

[...] Criou Deus, pois, o homem a sua imagem, a imagem de Deus criou homem e mulher. E Deus os abençoou e lhes disse. Sede fecundos multiplicai-vos, enchei a terra e sujeitai-a, dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus e sobre todo animal que rasteja pela terra.²¹⁸

Essa passagem bíblica é muito conhecida por todos. Trata-se de um texto judaico que ganhou um grande peso na tradição cristã. Tanto que Dom Antônio Mazzarotto, na carta pastoral “O Matrimônio Christão”, de 1934, exalta que a obrigação dos casados era ter filhos: “Os casados que por qualquer motivo, não quizessem o encargo de muitos filhos, não lhes resta outro caminho a seguir, senão a completa abstinência ou a convivência como irmãos”.²¹⁹ Tal passagem da carta de Mazzarotto demonstra o peso da tradição bíblica do Gênesis nos discursos cristãos.

Na passagem bíblica, Deus disse a Adão e Eva, depois de tê-los criado, que o casal gerasse filhos e enchesse a terra com seus descendentes. No entanto, para os primeiros cristãos, como fazê-lo sendo o prazer carnal algo ilegítimo? Nesse sentido, o casamento foi apontado como o “mal menor”, indesejado, mas necessário para a multiplicação da espécie e a solução para as “aflições da carne”.

Nas afirmações de Ronaldo Vainfas²²⁰, o casamento na Baixa Idade Média não era muito bem visto pela Igreja, pois, para os primeiros cristãos, o ideal a ser atingido consistia na “virgindade”. A virgindade foi bastante valorizada dentro do cristianismo, tanto que nos relatos dos primeiros teólogos ela é repetidamente citada, principalmente nos discursos de Basílio de Ancira (“Da Virgindade”), Gregório

²¹⁷ Ibid.

²¹⁸ GÊNESIS 1:27, 28.

²¹⁹ CARTA PASTORAL de Dom Antônio Mazzarotto. **O Matrimônio Christão**. Ponta Grossa: Dioceses de Ponta Grossa, 1934, p.13.

²²⁰ VAINFAS, Ronaldo. **Casamento amor e desejo no ocidente cristão**. São Paulo: Ática, 1992, p.8.

de Nissa (“Tratado da Virgindade”), João Crisóstomo (“Da Virgindade”) e do próprio Apóstolo Paulo, que não deixou de falar em suas epístolas sobre “o bem de se manter casto”.²²¹

Na Primeira Epístola de Paulo aos Coríntios, o apóstolo cita, em inúmeras passagens, questões relacionadas à sexualidade, ao casamento e à mulher. Pode-se analisar o discurso paulino como “o discurso fundador” da moral sexual cristã. Um discurso que, posteriormente, teve continuidade na Igreja com Santo Agostinho (século IV), com São Tomás de Aquino (Século XIII), no Concílio de Trento (século XVI), com Pio IX e com Leão XIII (Século XIX), com Pio XI e com Dom Antônio Mazzarotto (século XX).

Paulo, nos livros I de Coríntios, 6, 9, 10, e I de Timóteo, 9-10, coloca uma lista de pecados em ordem hierárquica. Nesses dois textos, os pecados se dividem em:

- A. Os pecados contra Deus
- B. Contra a vida do Homem

²²¹ BASÍLIO DE ANCIRA: foi um padre, bispo e mártir cristão em Ancira, Galácia (atual Ankara, na Turquia). Basílio foi preso durante a perseguição aos cristãos de Juliano, o Apóstata. Corajosamente, ele foi até o imperador, que estava visitando Ancira, e professou abertamente sua fé e pregou contra os sacrifícios e oferendas ao imperador romano. Ao refutar abertamente um sacrifício em andamento com uma oração, foi preso imediatamente. Ele foi torturado, tiras de pele foram retiradas de suas costas, e executado em 26 de junho de 362 d.C., por uma surra com ferros quentes.

GREGÓRIO DE NISSA: Teólogo e filósofo cristão, nascido em Cesaréia, na Capadócia, na Anatólia, Ásia Menor, hoje Kayseri, na Turquia. Irmão de Basílio de Nissa, destaque na consagração do pensamento cristão e um dos personagens mais significativos da idade de ouro da *Patrística* e um dos precursores do trabalho de Santo Agostinho. Estudou em Cesaréia, Alexandria e Atenas e começou a vida como professor de retórica, até que se voltou para os estudos religiosos e para a devoção cristã (360). Foi consagrado bispo de Nissa, pequena localidade da Capadócia (371) por seu irmão Basílio, bispo metropolitano de Cesaréia. Deposto (376) por Valenciano, imperador arianista, doutrina que negava a divindade de Cristo, mas reconquistou o cargo (378), após a morte do imperador. Nos anos seguintes, desempenhou intensa atividade eclesial, visitou várias igrejas da Anatólia e participou do *Concílio de Constantinopla* (381), onde, com seus textos anti-heréticos, formulou a doutrina da *Santíssima Trindade*, utilizando argumentos inspirados na teoria das ideias de Platão. Sua obra teológica de maior destaque foi *O grande discurso catequético*. Também merece destaque o seu *Criação do homem*. A base de seu pensamento era: *A Sagrada Escritura é a norma e a lei de toda doutrina*. Na história do catolicismo, ficou conhecido como um dos três padres capadócijs, juntamente com o irmão São Basílio e São Gregório Nazianzeno, que reafirmaram no século IV a ortodoxia cristã frente às manifestações hereges. É festejado na Igreja Católica Romana em 9 de março.

JOÃO CRISÓSTOMO: São João Crisóstomo foi um teólogo e escritor cristão, arcebispo de Constantinopla no fim do século IV e início do V. Sua deposição em 404 produziu uma crise entre a Santa Sé e a Sé Patriarcal. Biografias disponíveis em: <http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/index.html?submit=Home+Page>.

Segundo o papa Pio XII, na encíclica *Sacra Virginitas* (A Sagrada Virgindade), de 1954, esses padres contribuíram para que, no decorrer dos séculos, suscitasse dentro da Igreja e se confirmasse nos cristãos de ambos os sexos o propósito firme de se consagrarem a Deus em perfeita castidade até à morte. PIO XII. *Encíclica Sacra Virginitas* (A Sagrada virgindade). Disponível em: http://www.vatican.va/holy_father/pius_xii/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_25031954_sacra-virginitas_po.html.

- C. Contra o corpo
- D. Contra os bens e as coisas
- E. Contra a palavra

Em relação aos pecados relacionados ao corpo, eles encontram-se divididos em quatro subgrupos, todavia, é necessário prestar muita atenção nos sentidos das palavras empregadas, pois algumas, posteriormente, assumiram uma ampla interpretação por parte da Igreja. Os subgrupos ligados aos pecados do corpo são:

- A. Os prostituídos ou (*fornicar*);
- B. Os adúlteros, os que seduzem a mulher dos outros e as mulheres que se deixam seduzir;
- C. Os molles (*malokoi*), mais tarde, na interpretação cristã, são designados por mollities, termo pejorativo que acabará sendo interpretado como masturbação;
- D. Os *masculorum concubitores*, ou seja, homens que dormem juntos;

Na Primeira Epístola a Timóteo, Paulo cita a mulher como introdutora do pecado no mundo²²²:

A mulher aprenda em silêncio com toda a submissão. E não permito que a mulher ensine, nem exerça autoridade de homem, esteja, porém em silêncio. Porque primeiro foi formado Adão depois Eva. E Adão não foi iludido, mas, a mulher sendo enganada, caiu em transgressão. Todavia será preservada através de sua missão de mãe, se ela permanecer em fé, e amor e santificação, com bom senso.²²³

Segundo Philippe Ariès²²⁴, a imagem negativa da mulher se aprofundou no decorrer da Idade Média, sobretudo entre o clero. Contudo, o que é identificado em parte dos textos paulinos é uma forte negação da carne e a condenação do prazer. Essas condenações são vistas quando ele condena a prostituição, o adultério, a masturbação e a homossexualidade.²²⁵ O combate paulino à carne, em partes, é

²²² Também encontram-se referências à mulher nos textos paulinos em: Efésios 4,5 e Colossenses 3,4.

²²³ 2 Timóteo, 11, 12, 13, 14, 15.

²²⁴ ARIÈS, P. Op. cit., p.52.

²²⁵ Muitos desses termos ganharam sentidos diferentes na sociedade moderna. Dessa forma, devemos tomar alguns cuidados quando os analisamos. Os textos bíblicos foram escritos em épocas

encontrado em algumas passagens de sua primeira Carta aos Coríntios. Nesse escrito bíblico, o historiador também depara-se com o posicionamento do apóstolo sobre o casamento.

Sobre o casamento, Paulo se posicionou da seguinte forma: “estás casado? Não procures separar-te. Estás livre de mulher? Não procures casamento”.²²⁶ Nessa passagem, nota-se o reforço da concepção do casamento como algo indesejável para os primeiros cristãos, porém um “mal menor”. O casamento seria necessário, segundo o apóstolo, somente quando não se conseguisse controlar os “vícios da carne”. Tal ideia é reforçada no versículo seguinte do livro I de Coríntios: “mas se te casares com isso não pecas; e também se a virgem se casar, por isso não peca. Ainda assim tais pessoas sofrerão angústia da carne, e eu quisera poupar-vos”.²²⁷ Ao término do capítulo VII de Coríntios, Paulo aconselha os viúvos a permanecerem castos: “A mulher está ligada enquanto vive o marido; contudo se falecer o marido, fica livre para casar com quem quiser, mas, somente no senhor [...], todavia, será mais feliz se permanecer viúva, segundo a minha opinião”.²²⁸

A problemática cristã da carne é marcada pelas contradições, pois, desde o tempo dos apóstolos até a contemporaneidade, o cristianismo impugnou diversas manifestações morais acerca do sexo, ora flexíveis, porém sempre presentes em todos os códigos, encíclicas e cartas pastorais da Igreja. O maior peso dessa moral, sem dúvida, foi “a recusa ao prazer”. A visão cristã colocou o prazer como um mal, um obstáculo à salvação e à vida eterna.

Para Foucault²²⁹, o cristianismo renunciou à carne, enxergou nela o mal, algo que impediria a ascese da alma e a purificação de si. Quando se remete aos primeiros cristãos, é difícil falar de uma moral única, pois esta só cristalizou-se de forma ampla a partir do século XII, com a consolidação do poder institucional da Igreja. Contudo, desse século em diante, inúmeras normas acerca da sexualidade e do controle do corpo foram impostas pelo clero, sob pena de excomunhão. Georges

e culturas distintas, em algumas, como a Grécia clássica, por exemplo, a homossexualidade possuía um significado distinto daquele que temos atualmente. Mais informações podem ser consultadas em: FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

²²⁶ I Coríntios 7,8. **A BÍBLIA SAGRADA**: Antigo e novo testamento. Tradução de João Ferreira Almeida. 22^{ed}. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

²²⁷ Ibid.

²²⁸ Ibid.

²²⁹ FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos** vol. 4. Estratégia Poder-Saber. 3^aed. São Paulo: Forense Universitária, 2012, p.362.

Duby aponta para a construção de um discurso sobre o sexo e o corpo da mulher pelos bispos do século XII.

Segundo Duby²³⁰, a maior preocupação da Igreja do Ocidente para com as damas se deu ao longo do século XII. Nesse século, os prelados se deram conta de que era necessário cuidar das mulheres desviando-as do mal. A obra de Duby aponta para as visões dos religiosos da Idade Média sobre a mulher, sendo que a identificação da figura feminina com algo perigoso permeava boa parte dos discursos de alguns bispos da época.

Entre os vários personagens trabalhados pelo autor acerca da demonização da mulher, destaca-se a fala do bispo Etiénne de Fougères²³¹. Para esse bispo medieval, “as damas são rebeldes, pérfidas e vingativas e sua primeira vingança é tomar um amante”.²³² Duby relata que, segundo o pensamento da Igreja da época, as mulheres “eram passivas aos homens em primeiro lugar pela questão natural, por serem fisicamente inferiores”²³³, especialmente, nos gestos do amor. “Seriam como objetos que os machos, jovens ou velhos espreitam, dobram à sua vontade, com os quais brincam”.²³⁴

Nessa linha de pensamento, o bispo Etiénne defendia que “a mulher é pecadora quando sai de seu papel, conseguindo ela própria seu prazer, quando se faz de homem”.²³⁵ Na visão desse personagem estudado por Duby, o homem, por natureza, se faz chefe da mulher, sendo que:

[...] é seu dever proibir o que a vê fazer abertamente e que desagrada a Deus. E se outras mulheres na casa suas filhas, suas irmãs e até as criadas da cozinha, repetem em coro os refrões que a Igreja reprova, ele de porrete na mão deve fechar-lhes a boca.²³⁶

²³⁰ DUBY, G. Op. cit., p.7-8.

²³¹ Étienne de Fougères era capelão de Henrique Plantageneta, um dos padres que oficializavam as liturgias na casa principesca. Servira tão bem seu senhor que, em 1178, se tornou bispo de Rennes. Foi um bispo consciencioso para guiar os homens para o bem, mais especificamente os homens da Igreja, a quem lhes impunha a castidade, encorajando nesses homens a luta contra os próprios desejos. Fougères escreveu em latim vidas de santos. A vida de Santo Firmat (*Vita Sancti Firmati*), a vida do Beato Vital de Savigny (*Vita beati Vitalis de Savigny*). Entre 1174 e 1178, ele escreveu para o francês o *Livro de Boas Maneiras*, um poema de 336 quadras octossilábico no qual se reporta às mulheres. Ibid., p.11.

²³² Ibid., p.14.

²³³ Inferiores, segundo o clero intelectual da Idade Média, relata Georges Duby. Ibid.

²³⁴ Ibid., p.29.

²³⁵ Ibid., p.14-5.

²³⁶ Ibid., p.30.

A obra de Duby mostra que a Igreja medieval construiu uma moral autoritária institucionalizada que não existia no início do cristianismo.²³⁷ Para os primeiros cristãos, questões relacionadas à virgindade foram mais importantes e buscadas amplamente. Mas era algo muito mais individual que universal. Segundo Inês Lacerda Araújo:

Para os primeiros cristãos o desejo é premente, perigoso e imoral. É preciso que a vontade não se deixe levar pelos movimentos do corpo. Do pensamento, dos sonhos, das representações de desejos. O grau máximo da castidade seria atingido pelos monges quando conseguissem controlar inclusive a poluição involuntária, e quando essa ocorresse não deveriam tomar consciência dela. Deixando-a como movimento involuntário do corpo sem relação com os desejos da alma.²³⁸

Sendo a virgindade o ápice a ser atingido, o casamento era, de certa forma, desprezado, pois, segundo os teólogos do tempo da Patrística²³⁹: “antes de tudo ao contrário da virgindade, o casamento impedia a ascese da alma pelo apego a carne”.²⁴⁰ Assim, ele tornava-se um obstáculo ao que seria a “contemplação” ou “purificação” da alma para os cristãos. No discurso de Paulo, o casamento seria necessário para controlar os vícios da carne. Mas Santo Agostinho enxergava o lado positivo do casamento, como a procriação e a fidelidade entre os cônjuges. Para Vainfas, Santo Agostinho talvez tenha sido o primeiro a destacar a relação entre sacramento e matrimônio, dizendo que Deus havia instituído-o no paraíso quando da criação de Adão e Eva.²⁴¹

2.2 SANTO AGOSTINHO: O CASAMENTO E A MULHER

Seguindo a linha de Paulo sobre a sexualidade, Agostinho de Hipona, ou Santo Agostinho (354-430), relatou em sua obra a necessidade de renúncia aos

²³⁷ Inúmeros autores trabalham com a institucionalização da Igreja na Idade Média. Destacam-se: Georges Duby, em sua obra *“As três ordens”*; Jacques Le Goff, em *“Os intelectuais da Idade Média”*; Marc Bloch, *“A sociedade feudal”*. Entre outros autores, também temos Ronaldo Vainfas, *“Casamento, amor e desejo no ocidente cristão”* e Huizinga, *“O declínio da Idade Média”*.

²³⁸ ARAÚJO, I. L. Op. cit., p.158.

²³⁹ PATRÍSTICA: Expressão alusiva aos padres da Igreja, ou seja, aos sacerdotes, que, entre os séculos II e V, organizaram as doutrinas da teologia cristã, procedendo, inclusive, à organização dos textos apostólicos (evangelho). A influência do platonismo e do estoicismo foi muito expressiva no pensamento desses teólogos, sobretudo os da Escola de Alexandria (Clemente, Orígenes, Anastásio). VAINFAS, R. **Casamento...** Op. cit., p.90.

²⁴⁰ Ibid., p.13.

²⁴¹ Ibid.

prazeres da carne para o gozo e bem aventurança da alma.²⁴² O combate de Agostinho aos prazeres terrenos contribuiu para legitimar uma pastoral cristã mais rígida, no que concerne à sexualidade. Sem adentrar profundamente no estudo de sua obra, pois não é a intenção da presente pesquisa, direcionarei esta análise para o entendimento da percepção que esse importante filósofo cristão teve acerca dos assuntos relacionados ao corpo, ao casamento e à moral.

A conversão de Agostinho ao cristianismo foi muito influenciada pela leitura das cartas de Paulo e por várias correntes filosóficas com as quais teve contato, a exemplo do platonismo e do maniqueísmo.²⁴³ Agostinho buscou no reino de Deus a Salvação do homem em contraponto ao mundo terreno, onde enxergou somente a perdição. Na fase final de sua vida, transformou-se em um pensador combatente e trouxe suas reflexões, como o caminho e o sentido da vida cristã.

A maturidade teológica de Santo Agostinho revestiu-se de um pensamento amplo sobre assuntos ligados à carne e aos prazeres terrenos. O teólogo viu no casamento algo preferível em contraponto às necessidades sexuais. Contribuindo, assim, com a ideia que, mais tarde, a Igreja tornaria o sétimo sacramento. Agostinho defendeu a procriação como a necessidade única do exercício sexual no casamento, sendo o celibato preferível. Segundo Carlos Alberto Maio:

²⁴² Devemos ter em mente que antes de sua conversão, que ocorreu aos 32 anos de idade, Agostinho havia entregado boa parte de sua vida aos prazeres e “vícios humanos”, principalmente durante sua juventude. SANTO AGOSTINHO. Op. cit., p.5-6.

²⁴³ Sem grandes aprofundamentos nessas correntes filosóficas, optou-se por colocar o essencial de cada uma.

Maniqueísmo: doutrina advinda de Maniqueu. Os maniqueus afirmavam a existência absoluta de dois princípios: o bem e o mal, a luz e as trevas. Segundo Carlos Alberto Maio, para os maniqueístas, a procriação significava a perpetuação da matéria má. Santo Agostinho, no decorrer de sua vida, abandonou essa doutrina, pois passou a legitimar a crença de que somente a intenção de procriar legitimaria as relações sexuais. Assim, podemos melhor entender porque, depois de sua sacramentalização, no século XII, o casamento se tornou o único âmbito para o exercício do ato sexual com o fim maior da procriação. Ibid., p.7. Ver também: MAIO, Carlos Alberto. **A Igreja, a mulher e o matrimônio cristão em Ponta Grossa - 1930-1965**. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista - UNESP. Assis, 1997, p.72.

Com relação ao platonismo na filosofia agostiniana, partes das questões relacionadas ao Ser ganharam vestimenta cristã por meio de Agostinho. A argumentação que centralizou a noção do “ser” originou-se na filosofia grega e foi sistematizada por Platão. A partir de então, percorreram um longo caminho até Agostinho. Sem aprofundarmo-nos nas discussões pré-platônicas e platônicas sobre o ser, o que causaria uma longa discussão, calquemo-nos na ideia de que, pela filosofia platônica, Agostinho construiu a doutrina metafísica do “bem e do mal”, revelando sua dependência filosófica em relação ao neoplatonismo de Plotino, no qual se encontra a mesma doutrina, despojada, no entanto, da vestimenta cristã. Santo Agostinho ligou definitivamente o pensamento cristão à filosofia platônica. SANTO AGOSTINHO, Op. cit., p.18-9.

A sistematização da doutrina do casamento, levada a cabo por Agostinho, fazia crer que somente a intenção de procriar legitimava as relações sexuais. Por isso no decorrer do período medieval, dentro do pensamento clerical hegemônico, o casamento era visto como inferior ao celibato.²⁴⁴

A crença do combate à concupiscência é tão forte em Agostinho que ele condenou veementemente sua vida anterior, envolta em prazeres e em sensualidade. Quando morreu, em 430, Agostinho deixou para o Ocidente um pensamento que reinou pelo menos durante sete séculos.²⁴⁵

José Américo Motta Pessanha, ao analisar Santo Agostinho, explicita os principais pontos do pensamento cristão dos primeiros séculos, período no qual Agostinho viveu. Segundo o autor, no século IV, quando da queda do Império Romano do ocidente, o cristianismo já não era uma fé tão nova assim: tinha quatro séculos de existência.²⁴⁶ Nesse contexto, a religião cristã encontrava-se baseada em uma doutrina puramente simples, constituída por algumas regras de conduta moral e pela crença na salvação por meio do sacrifício de Cristo. Nota-se, então, um cristianismo simples, sem uma doutrina filosófica fundamentada. Era uma religião que ainda não tinha um conjunto de ideias sistematizadas. Tratava-se de uma crença revelada.

Os primeiros padres da Igreja buscaram no terreno adversário, ou seja, nos filósofos gregos e em seus continuadores helênicos, o esforço de conciliação com as revelações cristãs.²⁴⁷ A Filosofia patrística não chegou a produzir um sistema completo da filosofia cristã, algo que coube a Agostinho e, mais tarde, no século XIII, a São Tomás de Aquino. Agostinho “buscou alcançar a fé exclusivamente por meio das escrituras, pelo que elas ensinam, colocando assim a fé como via de acesso a verdade eterna”.²⁴⁸

Na visão agostiniana, o pecado: “era uma transgressão da lei divina, na medida em que a alma foi criada por Deus para reger o corpo, o homem ao fazer mau uso do livre arbítrio inverteu essa relação, subordinando a alma ao corpo, caindo na concupiscência e na ignorância”.²⁴⁹ Em outras interpretações, Agostinho discutiu a problemática da carne. Para isso, não deixou de mencionar o pecado

²⁴⁴ MAIO, C. A. Op. cit., p.72.

²⁴⁵ SANTO AGOSTINHO, Op. cit., p.21-3.

²⁴⁶ Ibid., p.11.

²⁴⁷ Ibid., p.11-2.

²⁴⁸ Ibid., p.13.

²⁴⁹ Ibid., p.20-1.

original e a queda de Adão e Eva. Segundo Vainfas, Agostinho teve uma interpretação sexualizada do pecado original e as consequências desse ato,

Marcaram decisivamente o conjunto das éticas cristãs, dela resultando a concepção de um mundo entevado pelas aflições da carne, a visão do homem como um ser fragilizado pelo desejo e a identificação da virgindade, pureza e salvação. Foi também a sexualização do pecado original que estimulou a imagem diabolizada da mulher em oposição à imagem do “homem espiritual”, mais infenso ao pecado, embora responsável por ele sempre que agisse como Adão.²⁵⁰

Para Agostinho: “depois do pecado original, o homem ficou totalmente corrompido pela concupiscência e dependente, profunda e exclusivamente, da vontade de Deus na concessão da graça para a salvação”.²⁵¹ Nas afirmações de Pessanha, a história, vista pelo bispo de Hipona, era o resultado do pecado de Adão e Eva que se transferiu a todos os homens, sendo que aqueles que nele persistissem estariam construindo a cidade humana, onde são permanentemente castigados, em contraponto aos eleitos pela graça divina, que edificam a cidade de Deus e vivem *a bem aventura eterna*.²⁵²

Ao se referir às mulheres, Santo Agostinho enxergou nelas a figura revestida de simbologia inferior e restringiu-as ao espaço privado. Segundo Lemos:

O pensamento de Santo Agostinho contribuiu para solidificar a ideia de que a mulher representava um perigo para a vida ascética. O que antes os gregos consideravam um perigo para a vida política, no pensamento de Santo Agostinho migra para o ascetismo, algo tão necessário para os padrões monásticos da Idade Média.²⁵³

A autora complementa a visão do teólogo sobre a mulher afirmando que,

Apesar de admitir a racionalidade das mulheres, elas se tornaram, ao ver de Agostinho, simbolicamente identificadas com os usos instrumentais inferiores a razão. As leituras dos escritos platônicos influenciaram Agostinho e fizeram com que arquitetasse criteriosamente restrições socioreligiosas às mulheres que, conseqüentemente, foram assumidas pela Igreja de Roma. Essa construção ideológica ascética contribuiu mais uma vez para a maledicência da mulher.²⁵⁴

²⁵⁰ VAINFAS, R. Op. cit., p.83.

²⁵¹ SANTO AGOSTINHO, Op. cit., p.21.

²⁵² Ibid.

²⁵³ LEMOS, Carolina Teles. Maternidade e devoções marianas: uma ancora na manutenção das desigualdades de gênero. In: SOUZA, Sandra Duarte. (org.). **Gênero e Religião no Brasil: ensaios feministas**. São Paulo: Universidade Metodista, 2006, p.96.

²⁵⁴ Ibid., p.97.

Nos apontamentos de Lemos, Agostinho conseguiu “erigir minuciosamente argumentos que distanciaram as mulheres das capacidades intelectuais, portanto elas eram passíveis de serem controladas pelos homens, os detentores legais do poder sócio político”.²⁵⁵ Baseadas nas sagradas escrituras e, em grande escala, influenciadas pelos escritos de Paulo, as interpretações de Agostinho sobre a mulher e a sexualidade dominaram a Idade Média.²⁵⁶

2.3 A SACRAMENTALIZAÇÃO DO CASAMENTO

A sacramentalização do casamento se deu no século XII, depois de alguns séculos de discussões e dilemas dentro da Igreja. No entanto, o grande problema continuava sendo o ato carnal: como sacramentá-lo por meio do casamento sendo ele um “pecado”? Para Vainfas²⁵⁷, no século XII, os adeptos do matrimônio acabaram por prevalecer. Já no século IX, João Scoto admitiu que a reprodução da espécie humana era necessária e não poderia fazer-se *sine coitu*: admitia-se, pois, a cópula como parte integrante e obrigatória do laço conjugal, mas deveria ocorrer *sine ardore*, ou seja, o prazer no ato sexual deveria estar fora do leito conjugal, pois visava essencialmente à reprodução.²⁵⁸

Apesar da não obrigatoriedade de manter-se casto no casamento, a ideia de que o ato carnal só deveria ser exercido especificamente para procriar permaneceu forte. Para sacramentar o casamento, os padres não abriram mão de algumas condições ou exigências. Para isso, utilizaram o Evangelho como base legitimadora. Nessa linha, a monogamia estrita e a indissolubilidade formaram o principal corpo institucional do casamento cristão, em contradição com o concubinato e o divórcio. Também se exigiu dos cônjuges a entrega total de seus corpos um ao outro.²⁵⁹ Seguindo o modelo pregado por Paulo: “A mulher não tem autoridade sobre seu

²⁵⁵ Ibid.

²⁵⁶ Entre os que incorporaram e ampliaram Santo Agostinho, está São Tomás de Aquino. No século XIII, S. Tomás de Aquino idealizou o ascetismo sobre a virgindade feminina, o qual pensou como um modo de superação da natureza pecaminosa. Nesse contexto, estende-se o culto a Maria, com sua glorificação da virgindade. Ele atesta a vigência da opinião de que as mulheres devem ser purificadas de uma sexualidade corruptora. Contrapondo-se à figura de Eva, a pecadora, Maria é colocada como o modelo a ser seguido por todas as mulheres cristãs. Ibid., p.99.

²⁵⁷ VAINFAS, Ronaldo. Op. cit., p.31-2.

²⁵⁸ Ibid.

²⁵⁹ Ibid.

próprio corpo, mas é o marido que tem; e assim também o marido não tem autoridade sobre o próprio corpo, mas é a mulher que a tem”.²⁶⁰

Dessa forma, a institucionalização do casamento reafirmou uma visão repressora da sexualidade. O casamento foi a solução encontrada para o controle carnal, tornando-se assim o contraponto da virgindade, ou o “mal menor” (remédio contra a concupiscência), como lembra Agostinho:

Elevado a categoria de símbolo da união entre Cristo e a Igreja, como alternativa secundária, meio de aprisionar o desejo tirânico numa união estável [...] alternativa a fornicção, era o menor dos males; cárcere dos desejos, indissolúvel e monogâmico, o pior dos bens assim se pensava o casamento, fronteira entre o pecado e a virtude, o último grau da continência [...] o casamento foi assim hostilizado e deplorado enquanto instituição que permitia a manifestação do desejo e o desfrute da carne, mas foi também defendido ao menos como espaço alternativo ao prazer desregrado.²⁶¹

O modelo triunfou no século XII e XIII: “Impôs-se ao clero o celibato e aos leigos, nobres e camponeses, o casamento monogâmico e indissolúvel”.²⁶² Segundo Maio,

[...] é possível que a clericalização do matrimônio tenha sido resultado da Reforma Gregoriana, no século XI, onde a Igreja passou a defender o mesmo, por ocasião das heresias dos albigenses e cátaros, os quais eram contrários ao matrimônio e a propagação da espécie. Sob a garantia da monogamia (unicidade e indissolubilidade) o casamento passou a figurar como sacramento em 1184, sendo construída uma teologia matrimonial nos séculos XII e XIII.²⁶³

Maio enfatiza a teologia do período e sua defesa da família, reafirmando a necessidade do casamento calcada na procriação:

A teologia enfatizava a origem divina da família e reafirmava a necessidade primeira do casamento: a procriação. Os teólogos escolásticos retomaram

²⁶⁰ I Coríntios 7, 4.

²⁶¹ O verdadeiro problema a ser resolvido pelo clero era a “questão sexual”. Sabemos que o sexo, desde os primórdios do cristianismo, foi visto como um pecado, e, para regular o exercício desse “pecado”, a Igreja Católica o institucionalizou via casamento, controlando-o com a imposição de regras sexuais, inclusive destinando dias do ano para sua prática. Impôs ao matrimônio a indissolubilidade, a fidelidade entre os cônjuges (essa última valendo principalmente para a mulher). Também impôs uma finalidade para o sacramento, qual seja, exclusivamente a procriação. Assim, o prazer nas relações sexuais seria embutido de um forte ar de “pecado”. VAINFAS, R. Op. cit., p.14-21.

²⁶² Ibid., p.36.

²⁶³ MAIO, C. A. Op .cit., p.73.

Santo Agostinho para explicitar que a propagação dos filhos era a primeira, natural e legítima finalidade das núpcias.²⁶⁴

Nesse processo de sacramentalização do matrimônio, a Igreja afirmou o seu poder no Ocidente: “A sacramentalização do casamento foi a base, portanto, do triunfo político da Igreja, e matéria privilegiada da codificação moral da cristandade”.²⁶⁵

Os conselhos dos padres para os casais que sofriam de esterilidade era o de manter a castidade absoluta, assim vivendo como irmãos.²⁶⁶ Para o teólogo Johannes Grundel, o que fez a Igreja durante séculos ter visto o prazer sexual como algo negativo deve-se a inúmeras influências:

Em primeiro lugar a uma avaliação dualista do homem, bem como ao ideal estoico do homem sábio, do homem virtuoso. O homem sábio e virtuoso era aquele livre do prazer e de paixão, vivia sem afeições e dominava seus instintos irracionais, nada se devia fazer por causa do prazer.²⁶⁷

Em relação às formas jurídicas, toda a legislação da Igreja a respeito do casamento convergiu para o decreto de “Tametsi” do Concílio de Trento, no século XVI. Segundo Eduardo Hooarnaert²⁶⁸, “o decreto determinava que o consentimento matrimonial não realizado diante do sacerdote e de duas testemunhas fosse julgado inválido pela Igreja”. Para Maio,

A atitude da Igreja, ao celebrar a cerimônia com testemunhas, garantindo a publicidade e estudando os impedimentos, era voltada para a moralização da vida conjugal. Assim o decreto fazia do casamento um assunto definitivamente eclesiástico.²⁶⁹

Os padres conciliares calcaram sua atenção sobre os casamentos clandestinos, os concubinatos, que, na visão da Igreja tridentina, ameaçavam desmoralizar os costumes.²⁷⁰ Nota-se que essa atitude do Concílio de Trento vem

²⁶⁴ Ibid., p. 73.

²⁶⁵ Ibid., p. 36.

²⁶⁶ Atitude que Dom Antônio Mazzarotto, na década de 1930, teve em suas cartas pastorais. O bispo defendeu a castidade matrimonial de forma ampla para os casais que não pudessem ou não quisessem ter filhos.

²⁶⁷ GRUNDEL, Johannes. A moral sexual e matrimonial. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, v.31, n.123, p.581-9, set. 1971.

²⁶⁸ HOORNAERT, Eduardo. A Igreja latina diante do casamento. **Revista Eclesiástica Brasileira**. Petrópolis, v.27, nº 4, p.889-910, dez. 1967.

²⁶⁹ MAIO, C. A. Op. cit., p.76.

²⁷⁰ Ibid.

ao encontro da política da Santa Sé no século XIX e primeira metade do XX. Esse posicionamento é identificado no pontificado de Pio XI (1922-1939) e nas pastorais de Dom Antônio Mazzarotto (1930-1965), na diocese de Ponta Grossa. Trata-se de homens ligados à tradição da Igreja Católica. Em assuntos relacionados à moral, aos costumes e à sexualidade, o papa e o bispo retomaram os discursos fundadores, ou seja, Paulo, Santo Agostinho e a reafirmação do casamento como sacramento.

No que concerne ao casamento, o que pode ser constatado é que ele foi instituído no ocidente cristão, essencialmente, para conter o exercício sexual. Sua moral rígida, sem dúvida, foi muito mais relapsa com o homem e mais intensa com a mulher. Esta passou a ser designada de bruxa, sedutora, incitadora do pecado, aquela que faria o homem cair em “tentação” e cometer o “pecado da carne”. Segundo Duby, os padres da Igreja que, durante a Idade Média, escreveram sobre as mulheres “[...] são homens que se exprimem afogados em seus preconceitos de homem, forçados, além disso, pela disciplina de suas ordens a manterem-se afastados das mulheres, a temê-las”.²⁷¹

A problemática cristã da carne é complexa e está longe de chegar a um consenso. Contudo, para os historiadores do tema, como Mary Del Priore, esses discursos sobre a concepção cristã do casamento nem sempre foram seguidos à risca pelos fiéis católicos. Apesar de ser “o discurso triunfante”, por um lado, há uma diferença entre as práticas e as representações no que tange a esse sacramento. Del Priore²⁷², ao estudar as uniões conjugais no Brasil colonial, trouxe o exemplo das uniões não sacramentadas.

Segundo a autora, apesar de no período existir uma verdadeira cruzada espiritual pela regulamentação da vida das pessoas, por meio da ética, da catequese, da educação espiritual, pelos sermões e pela Inquisição, na América Portuguesa não faltaram casos que fugiam à regra. Havia inúmeras pessoas que viviam em concubinato, quebrando as normas instituídas pela Igreja; homens casados que possuíam amantes morando sob o mesmo teto, e mulheres que, apesar da repressão, tinham filhos com outros homens que não seus maridos.²⁷³ Por

²⁷¹ DUBY, G. Op. cit., p.7-8.

²⁷² DEL PRIORE, Mary. **História do Amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2005. Estudo no qual a historiadora analisa o Amor no Brasil, desde os primórdios da colônia no século XVI até o final do século XX, discutindo suas práticas e representações.

²⁷³ Ibid., p.22.

essa via, se pode perceber que, apesar das pressões do Estado e da Igreja para regulamentar as uniões, não faltaram aqueles que utilizaram de diversas táticas²⁷⁴ para fugir ao institucionalmente proposto.

2.4 A IDEALIZAÇÃO DA MULHER

Como se pode intuir, o discurso que se tentava construir nos primeiros tempos cristãos era o da exortação da virgindade ou do “amor casto”. Apoiando-se nas Sagradas Escrituras, diziam os primeiros padres (do tempo da patrística) que “Cristo era celibatário e Maria, sua mãe o concebera virgem”.²⁷⁵ O peso que isso exerceu na própria construção da sexualidade no ocidente foi imenso, devido à criação do “mito da Virgem Maria”, “Maria, a mãe virgem” (no sentido agora de casta, “intocada” e “assexuada”). Nas afirmações da socióloga Silvana Motta Ribeiro:

[...] a Igreja procurou ao longo dos tempos identificar a mulher ora com Maria, mãe, esposa e virgem, ora com Eva relacionando-a com o pecado e a decadência, no entanto Eva sempre foi a figura mais ao alcance da instituição para relacioná-la com a mulher, pois para a Igreja, a figura de Eva demonstra “o que a mulher é, enquanto Maria pauta-se naquilo que a mulher deveria ser”. Como para todas as mulheres pautar-se em Maria é algo inatingível, por Maria ser mãe, esposa e ao mesmo tempo virgem, a figura de Eva é a que domina as representações infligidas às mulheres.²⁷⁶

Para Ribeiro, não há dúvidas de que o discurso oficial da Igreja veio a fundamentar a perpetuação da desigualdade dos sexos e que, a par de um discurso histórico factual construído, foi-se desenvolvendo uma argumentação teológica que

²⁷⁴ Michel de Certeau analisou as práticas cotidianas por tudo aquilo que compõe a vida diária, como o ato de falar, ler, comer, caminhar, cozinhar, conversar, escrever etc. Essa construção do cotidiano por meio de práticas é parte daquilo que Certeau chama de *táticas*. Certeau parte da ideia de que os indivíduos empregam táticas na vida cotidiana porque sua liberdade de manobra é restrita, pois a operam dentro de limites estabelecidos pelo grupo social, que tende a seguir o discurso dominante. A tática seria a maneira pela qual o indivíduo promove o seu “escape” ou “fuga” do domínio a partir da criatividade ou da inventividade. Dessa forma, foge-se um pouco à ideia da estrutura fechada, na qual os indivíduos são passivos a tudo e a todos. No entanto, deve-se ter em mente que o domínio está presente e instituído. CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano. 1**, as artes de fazer. 19ªed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis. Vozes, 2012, p.45-8.

²⁷⁵ VAINFAS, R. Op. cit., p.10.

²⁷⁶ RIBEIRO, Silvana Motta. **Ser Eva e dever ser Maria, paradigmas do feminismo no cristianismo**. Comunicação apresentada ao IV Congresso Português de Sociologia. Universidade de Coimbra, 2000. Texto Disponível em: https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5357/1/MotaRibeiroS_EvaMaria_00.pdf.

deu suporte a todo um processo estigmatizador da mulher.²⁷⁷ Todavia, a figura de Maria, além de considerada verdadeira para os que creem, tornou-se;

Aquela que protege e livra de todos os perigos; é a infalível intercessora. Como para os devotos de Maria não é muito nítida a distinção entre mãe humana e a mãe Maria, serão estes traços que caracterizarão a mãe humana. Sendo assim, as concepções de maternidade humana (da mãe) e da maternidade de Maria se fundem criando a figura da maternidade sagrada.²⁷⁸

A utilização da Virgem Maria como o exemplo maior de mãe e esposa perfeita pode ser relacionada ao que Bourdieu denomina de *poder simbólico*²⁷⁹, que é o poder de construção da realidade e que estabelece uma ordem. Sendo a Virgem Maria o símbolo maior da mulher mãe e virgem, transforma-se em um instrumento, por excelência, de integração social, pois os símbolos tornam possível um consenso acerca do sentido do mundo e contribuem fundamentalmente para sua ordem e integração moral. Por conseguinte, o símbolo não deixa de ser um instrumento de dominação.²⁸⁰

O poder simbólico é o poder de constituir algo, fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar uma visão de mundo, é um poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força. Também é o poder das palavras e daqueles que as pronunciam, é o poder da ordem ou da sua manutenção. Esse poder possui a força de constituir e de enunciar.²⁸¹ É o poder exercido porque é reconhecido pelo corpo social, sendo assim, não é estranho entender o “mito da Virgem Maria”, um elemento simbólico, sagrado, quase mágico e socialmente reconhecido.

A representação de Maria como o oposto de Eva, como o exemplo da mulher virtuosa, paciente, companheira, boa mãe e esposa, perpetuou-se por séculos no ocidente cristão. A figura mariana foi fortemente resgatada no século XIX, quando o então papa, Pio IX (1846-1878), reafirmou sua santidade, imputando à mãe de Cristo o dogma da *Imaculada Conceição*. Esse dogma afirma que Maria, quando concebeu Jesus Cristo, permaneceu intacta, sem mancha (mácula, a partir

²⁷⁷ Ibid.

²⁷⁸ LEMOS, C. T. Op. cit., p.84.

²⁷⁹ BOURDIEU, P. **O Poder...**, Op. cit., p.10-5.

²⁸⁰ Ibid.

²⁸¹ Ibid.

do latim). A Imaculada Conceição afirma que, desde o início, Maria fora preservada por Deus, sendo que viveu uma vida totalmente livre do pecado.²⁸²

Como se apreende, desde os primeiros discursos de cunho teológico, é comum encontrar menções ao “sexo virginal”, baseando-se na ideia de que Cristo foi concebido “assexuadamente”. Portanto, é possível compreender o motivo pelo qual a sexualidade sempre foi hostilizada pela Igreja de Roma. Essas questões são historicamente sustentadas no ideal de castidade, tendo como base o “pecado original”. O pecado original, segundo Le Goff, foi uma invenção cristã, pois, no Gênesis, aparecia ligado ao conhecimento e à obediência devida a Deus, e não ao sexo²⁸³, ou seja,

[...] seria por ceder à tentação de conhecer, por querer igualar-se a Deus e por desobedecer a ele na busca desse conhecimento que, na narrativa bíblica, o homem teria pecado pela primeira vez. Os hebreus concebiam, pois, o pecado original como desobediência a Deus estimulado pela vontade de conhecer [...] inclusive no tocante à diferença entre os sexos, mas não exclusivamente no domínio do sexo. E ainda o relato bíblico só admitia a consumação do pecado com a adesão do homem à vontade de saber.²⁸⁴

Contrapondo Eva e o pecado original, a figura da “Virgem Maria” seria a representação da grande guardiã da pureza, o modelo a ser seguido pela mulher. Seria a boa mãe e esposa, acima de tudo, casta. A figura de Maria perpetuou-se no ocidente cristão através dos séculos, a mulher que seguisse o modelo mariano seria “honrada e digna”, as “outras” estariam imediatamente identificadas com a figura da mulher diabólica, devassa sexualmente insaciável.²⁸⁵

Tais representações da mulher são algumas dentre tantas construídas por parte do clero cristão e que, ao longo dos séculos, perpassaram o imaginário dos indivíduos, imbricando no cultural da sociedade cristã. O domínio masculino não foi

²⁸² Vale ressaltar que o referido dogma surgiu à medida que a Igreja Católica sentia a necessidade de enfrentar algum problema de fé e de adesão à doutrina. Por exemplo, no caso da maternidade de Maria: o fato de Maria ser uma criatura e, portanto, sujeita ao pecado, tornava-se um obstáculo para a concepção de uma maternidade perfeita, dificultando assim a adesão dos fiéis. O problema foi resolvido pelo magistério da Igreja: em 8 de Dezembro de 1854, o papa Pio IX atestava que, no momento de sua concepção, a mãe de Jesus havia sido preservada e isenta de toda a mancha do pecado original. Surgia o dogma da Imaculada Conceição. LEMOS, C. T. Op. cit., p.100.

²⁸³ LE GOFF, Jacques. *Le Refus Du Plaisir. Historie*, nº spécial: 52-59, 1983, p.54.

²⁸⁴ Ibid.

²⁸⁵ DUBY, G. Op. cit., p.11-4. Nessa obra, o historiador francês estuda a fundo a construção das mulheres no ocidente por meio da visão cristã medieval. Pautando-se nos discursos de bispos e intelectuais do século XII, Duby analisa as visões e o que a mulher representava para esses homens. Essas representações, de certa forma, moldaram uma visão universal das mulheres no mundo cristão.

sustentado até hoje sem as bases institucionais que o legitimaram. Essas bases, sem dúvida, foram a Igreja, o Casamento, a Família, o Estado e suas leis, um indissociavelmente ligado ao outro.

Entendo as questões relacionadas ao domínio masculino a partir das análises de Bourdieu. O sociólogo compreende a dominação como algo naturalizado em boa parte das sociedades.²⁸⁶ Para ele, esses locais de dominação são imensos, e as lutas feministas assumiram um papel original e bem definido no seio dessa dominação, que, na maioria das sociedades, se encontra na família, no âmbito doméstico e do trabalho e nas questões mais banais do cotidiano:

[...] Inscrita nas coisas, a ordem masculina se inscreve também nos corpos através das injunções tácitas, implícitas e rotineiras da divisão do trabalho ou dos rituais coletivos ou privados. [...] nas regularidades da ordem física e social impõem e inculcam as medidas que excluem as mulheres das tarefas mais nobres, assinalando-lhes lugares inferiores, ensinando-lhes a postura correta do corpo, atribuindo-lhes tarefas baixas, penosas e mesquinhas.²⁸⁷

Bourdieu também explicita suas análises quando expõe o quão naturalizadas se tornam as ações cotidianas de desigualdades dos sexos:

[...] a divisão dos sexos parece estar na ordem das coisas, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa por exemplo, cujas partes são todas sexuadas), em todo mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e ação.²⁸⁸

Em instituições como a família, por exemplo, essa desigualdade, para Bourdieu, torna-se mais latente, o que ficará evidente nas fontes eclesiásticas e judiciárias. Neste trabalho, a família é averiguada como uma instituição social, logo, as contribuições de Berger e Luckmann tornam-se indispensáveis para compreender essa institucionalização. Ambos analisam as instituições como tipificações habituais formadas por tipos de atores, ou seja, só existem porque são partilhadas por uma sociedade, caso contrário, não se sustentariam como tais.

A institucionalização ocorre sempre que há uma tipificação recíproca de ações habituais por tipos de atores. [...] qualquer uma dessas tipificações é

²⁸⁶ BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Tradução de Maria Helena Kuhner. 4ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005, p.18.

²⁸⁷ Ibid., p.34-5.

²⁸⁸ Ibid., p.17.

uma instituição [...] as tipificações das ações habituais que constituem as instituições são sempre partilhadas. São acessíveis a todos os membros do grupo social particular em questão, e a própria instituição tipifica os atores individuais assim como as ações individuais. [...] Por exemplo, a instituição da lei [...] as instituições implicam, além disso, a historicidade e o controle [...] é impossível compreender adequadamente uma instituição sem entender o processo histórico em que foi produzida. As instituições também pelo simples fato de existirem controlam a conduta humana estabelecendo padrões previamente definidos de conduta, que a canalizam em uma direção por oposição a muitas outras direções que seriam teoricamente possíveis.²⁸⁹

Para os autores, as instituições só existem porque são socialmente sustentadas. Um modo de agir, uma lei ou uma prática só institucionalizam-se quando há um consenso. Aplicando isso ao casamento, à família e à religião, pode-se dizer que lá estão somente porque, em um determinado momento, foram institucionalizadas e socialmente aceitas. Sendo socialmente aceitas, essas instituições não tardam a proliferar seu poder e ofazem via controle da conduta humana, pelo estabelecimento de padrões de comportamento. Todavia, no presente trabalho, não se exclui a tática ou a resistência, ou seja, os sujeitos não são analisados como totalmente passivos ao domínio das instituições sociais.

Um dos enfoques aqui discutidos é, justamente, a questão do poder, principalmente, o poder existente em instituições como o casamento. Para melhor compreender essa dinâmica, a abordagem das fontes se faz indispensável. De início, será analisado o discurso eclesiástico da década de 1930. Primeiramente, com as encíclicas *Divinni Illius Magistri* e *Casti Connubii*, do papa Pio XI, de 1929 e de 1930, respectivamente. Também será discutida a carta pastoral *O matrimônio cristão* (1934), do Bispo de Ponta Grossa, Dom Antônio Mazzarotto.

2.5 A MULHER NO DISCURSO DO PAPA PIO XI

Para entender o discurso eclesiástico da década de 1930, é necessário conhecer o contexto em que foi produzido. Até agora, pode-se compreender como se deu a institucionalização do casamento, um mal menor para a Igreja, pois o ideal cristão baseado na problemática cristã da carne centrava-se na renúncia de si em detrimento da ascese da alma. O ascetismo, segundo os primeiros cristãos, só

²⁸⁹ BERGER, Peter; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**, tratado de sociologia do conhecimento. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. 24ªed. Petrópolis: Vozes, 2004, p.79-80.

poderia acontecer por meio da castidade e da purificação do corpo. Contudo, o casamento acabou sendo a alternativa para o desejo, e sua sacramentalização institucionalizou o sexo, fazendo dele o espaço para seu exercício. Independentemente de se tornar um sacramento, o ato sexual no casamento deveria seguir rígidos padrões normativos, sendo a procriação o motivo triunfante de sua necessidade.

O casamento institucionalizado propôs o controle da sexualidade, principalmente a feminina. Socialmente legitimado, foi envolto pela aura da indissolubilidade, algo dado como verdadeiro e inquestionável, não somente pela instituição católica que o instituiu, mas pelos fiéis que o legitimaram. Os protestantes, a partir da Reforma, no século XVI, também se posicionaram acerca do casamento. Eles não o mantiveram como um sacramento aos moldes do catolicismo, mas condicionaram a visão do matrimônio como uma dádiva, obra do criador.²⁹⁰ No âmbito católico, o sacramento sobreviveu às mudanças culturais ocorridas ao longo dos séculos, chegando ao século XX com a permanência de sacramento indissolúvel.

É importante compreender que, por meio das mudanças advindas da sociedade moderna, o discurso católico passou a ser mais rígido em muitos aspectos. Os valores tradicionais da família e a relação entre os sexos estavam mudando na sociedade ocidental, desde a secularização dos costumes. Processo que, simbolicamente, inicia no século XVIII, com o Iluminismo, segue pela Revolução Francesa, intensifica-se no século XIX, chegando ao XX.²⁹¹

As consequências dessa secularização concretizaram-se na sociedade burguesa que se estabeleceu a partir do século XIX, sendo a emancipação da mulher um de seus inúmeros reflexos. Hobsbawm afirma que, apesar de modesta, a emancipação feminina foi aos poucos se tornando um fato na Europa, em meados do século XIX:

²⁹⁰ KUHN, Adriana. **Gênero e religião: a sexualidade na história da Igreja**. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/A/Adriana_Kuhn_24_B.pdf

²⁹¹ Essas mudanças não devem ser encaradas como algo dado da noite para o dia. Trata-se de um processo lento, que teve forte oposição por parte de moralistas e conservadores. Instituições tradicionais como a Igreja Católica resistiram ao máximo aos novos valores da modernidade, entre eles a emancipação feminina, a separação entre Igreja e Estado, a dissolução dos laços sociais do Antigo Regime, entre outros. HOBBSAWM, Eric. **A Era do Capital...** Op. cit., p.276-81.

[...] a emancipação feminina era ainda muito modesta a essa altura, mesmo tendo o período produzido um pequeno, mas sem precedente número de mulheres ativas em campos até então restritos a homens e onde de fato elas se distinguiram notavelmente. Eram figuras como Rosa Luxemburgo, Mme. Curie, Beatrice Webb. O período ainda assim era suficientemente amplo para produzir não apenas um punhado de pioneiras, mas, dentro dos meios burgueses, uma espécie de nova, “a nova mulher”, sobre a qual, de 1880 em diante, os observadores do sexo masculino teorizaram e discutiram.²⁹²

Na contramão dessas mudanças de valores, a Igreja colocou em prática um projeto de restauração doutrinária que teve como objetivo a conservação dos costumes e da tradição, postura estratégica da reação católica ultramontana. O papa Pio XI (1922-1939), personagem atuante desse projeto conservador no século XX, aprofundou as normas da política romanizadora da Santa Sé. Quando assumiu o trono de São Pedro, propôs um audacioso programa para “tomar a Igreja presença ativa em uma sociedade cada vez menos confessional”.

Segundo a enciclopédia católica digital *Frates In Unum.com*, o papa Pio XI era o pontífice dos desafios, tanto que foi eleito de surpresa, no dia 6 de Fevereiro de 1922, depois de apenas sete meses de sua designação como arcebispo de Milão.²⁹³ Segundo a reportagem da jornalista italiana Andrea Tornielli, publicada no site *Vatican Insider*, em 29-08-2011:

O caráter forte e determinante de Pio XI se impôs desde as primeiras horas que se seguiram a sua ascensão ao solo de São Pedro. Papa de corajosas encíclicas contra o fascismo (*Non Abbiamo Bisogno*-1937), nazismo (*Mit Brennender Sorge*-1937) e o comunismo ateu (*Divini Redemptoris*-1937). [...] seu caráter forte não lhe impedia de se comover, como testemunham as expressões em favor dos judeus pronunciadas em 6 de Setembro de 1938.²⁹⁴

Na visão do pontífice, só haveria paz e prosperidade para o mundo mediante uma efetiva recristianização da sociedade, tarefa considerada primordial para o catolicismo de então.²⁹⁵ Segundo Matos, Pio XI promoveu uma militância dos católicos para combater o laicismo. A Restauração Católica encontrou nesse papa

²⁹² Id. **A era dos impérios (1875-1914)**. 7ªed. Tradução de Sieni Maria Campos & Yolanda Steidel de Toledo. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p.272.

²⁹³ Informações disponíveis em: <http://fratresinunum.com/2011/08/31/pio-xi-o-papa-dos-desafios/>

²⁹⁴ Reportagem disponível em: <http://vaticaninsider.lastampa.it/>.

²⁹⁵ MATOS, H. C. J. **Nossa história...** Op. cit., p.56.

uma poderosa força propulsora. O pontífice não escondeu sua simpatia por governos fortes²⁹⁶, aos quais a Igreja se juntaria para garantir seus direitos.

Segundo Guariza²⁹⁷, em Pio XI, encontra-se uma maior preocupação com questões relacionadas à família tradicional cristã. Nas colocações da autora, esse debate ganhou especial atenção no discurso do pontífice. Pio XI abordou assuntos como a defesa do casamento tradicional e a condenação à emancipação feminina. Também discutiu a educação dos filhos nas famílias católicas, questões que outros papas, como Leão XIII, já haviam abordado no século XIX.

Com um discurso de cunho “militar”, ele condenou a “depravação moral” à qual o mundo moderno estava expondo os indivíduos que, em tese, outrora se voltavam “exclusivamente para Deus”.²⁹⁸ A peculiaridade de Pio XI foi a grande preocupação com a moral e com os valores familiares, tais como o casamento e educação dos filhos. Não que houvesse a ausência dessa preocupação nos papas anteriores e posteriores a Pio XI. Leão XIII (1878-1903), já mencionava na encíclica *Arcanum Divinae Sapientiae*, “Sobre a constituição cristã da família”, de 1880, questões relacionadas ao matrimônio cristão e à família. No entanto, esses debates se tornaram mais intensos no início do século XX.

Segundo Guariza²⁹⁹, no século XIX, o grande combate dos papas em suas encíclicas se dá contra o mundo moderno, contra os Estados não mais ligados à religião, contra o socialismo e contra o cientificismo. Os papas da primeira metade do século XX ainda manifestavam essa cruzada, mas adicionaram outras discussões em suas encíclicas, como a condenação à emancipação feminina, a legitimação do casamento sacramentado e críticas profundas às novas pedagogias modernas “não confessionais” de educação dos jovens, algo muito presente em Pio XI.

²⁹⁶ Durante a década de 1930, o mundo conviveu com diferentes manifestações e expressões do pensamento autoritário. O declínio do projeto liberal democrático, entre outros fatores, propiciou a ascensão de partidos, movimentos e governos com forte apelo junto aos imaginários sociais por se apresentarem como solução dos problemas deixados pela liberal democracia, sobretudo após a crise de 1929. Sendo esses governos anti-comunistas e guardiães da ordem, características indissolúveis da Igreja, a instituição não tardaria a aproximar-se dos mesmos. No Brasil, podemos citar o exemplo de Dom Sebastião Leme e Getúlio Vargas, a partir da década de 1930. DITZEL, C. de H. M. **Manifestações Autoritárias...** Op. cit., pp. 96-108 e 224-9.

²⁹⁷ GUARIZA, N. M. Op. cit., p.21.

²⁹⁸ Algo muito discutível a questão da “exclusividade a Deus”, mas, no saudosismo que a Igreja Católica tinha da Idade Média, essa exclusividade era muito presente. Na visão dos pontífices ultramontanos, a modernidade, com o advento da razão, havia deixado a figura divina em segundo plano.

²⁹⁹ GUARIZA, N. M. Op. cit., p.20.

No que tange à família e às mulheres, a Igreja, sob a égide de Pio XI, se posicionou na continuidade, legitimando a família tradicional, o que fica muito claro em duas de suas encíclicas: *Divinni Illius Magistri*, de 1929, e *Casti Connubi*, de 1930. Nessas encíclicas, o pontífice romano discursa em favor da família, da indissolubilidade matrimonial, da educação cristã da juventude e contra a emancipação feminina.

Na encíclica *Casti Connubi*, o pontífice faz uma crítica à emancipação da mulher:

[...] No entanto nem essa emancipação da mulher não é verdadeira, nem razoável e digna liberdade que convém a cristã e nobre missão da mulher e esposa; é antes a corrupção da índole feminina e da dignidade materna e a perversão de toda a família, enquanto o marido fica privado de sua mulher, os filhos de sua mãe, a casa e toda a família da sua sempre vigilante guarda. Pelo contrário, essa falsa liberdade e essa inatural igualdade com o homem redundam em prejuízo da própria mulher; porque se a mulher desce daquele trono real a que dentro do lar doméstico foi elevada pelo evangelho, depressa cairá na antiga escravidão, tornando-se como no paganismo, simples instrumento do homem.³⁰⁰

Legitimando a instituição que representava, o pontífice se pauta nos papéis sexuais normatizados na família, delimitando uma função à mulher. Sua emancipação fugia à norma e quebrava o ciclo familiar, o qual pode ser representado pela ótica do casamento cristão: geração de filhos sob a guarda de uma mãe católica obediente e um pai católico provedor. Nota-se um grande enaltecimento da mulher “rainha do lar”, tanto que, para o pontífice, o lar assemelhava-se a um trono real, no qual a mulher se colocava como a “monarca absoluta”, contudo, quem por direito deveria governar a família era o homem.

Em seguida, o posicionamento de Pio XI, na encíclica *Divinni Illius Magistri*, ao defender a educação cristã da juventude.

[...] O primeiro ambiente natural e necessário da educação é a família, precisamente a isto destinada pelo criador. De modo que em geral a criação mais eficaz e duradoura é aquela que se recebe numa família cristã bem ordenada e disciplinada, tanto mais eficaz quanto mais clara e constantemente aí brilha, sobretudo o bom exemplo dos pais e dos outros domésticos.³⁰¹

³⁰⁰ PIO XI. **Sobre o matrimônio cristão.** Encíclica “*Casti Connubii*”. 4ª ed. São Paulo: Vozes, 1956, p.33.

³⁰¹ Id. **Sobre a educação cristã da juventude.** Encíclica *Divinni Illius Magistri*. 4ªed. São Paulo: Vozes, 1965, p.35.

Nessa encíclica, o pontífice defende que a educação pertence, em primeiro lugar, à família, a qual deveria ser disciplinada e ordenada. Em sua fala, toda e qualquer forma não cristã de família e de educação não têm validade, pois a família, em sua visão, se pautava em uma “norma e disciplina”. Escandalizado com a “corrupção dos costumes”, Pio XI desaconselha aos pais optarem por uma educação não católica aos filhos, criticando a educação secular. O pontífice defende a Igreja Católica, pois a ela,

[...] tudo pertence de modo sobreeminente, por dois títulos de ordem sobrenatural que lhes foram exclusivamente conferidos, pelo próprio Deus, e por isso absolutamente superiores a qualquer outro título de ordem natural.³⁰²

Autocompreendendo-se como a guardiã das verdades universais, a instituição agiu em sua defesa quando se sentiu ameaçada com doutrinas que questionaram seu “direito natural” de educar cristãmente (leia-se educação laica secularizada). Pio XI imputa aos pais católicos o dever de educar os filhos por meio da palavra divina e afastar a prole dos “perigos” do mundo moderno:

[...] Devem, portanto, os pais esforçar-se e trabalhar energeticamente por impedir qualquer atentado nessa matéria, e assegurar de modo absoluto que lhes fique o poder de educar cristãmente os filhos, como é da sua obrigação, e principalmente o poder de negá-los àquelas escolas em que há o perigo de beberem o triste veneno da impiedade.³⁰³

Afastar os jovens do “veneno da impiedade”, na concepção do papa, seria retirá-los de ambientes que propagassem a descrença, questionassem a Igreja e a estrutura tradicional da sociedade. Ao criticar os métodos não cristãos de educação, Pio XI reforça a crença no pecado original, se opondo à educação sexual, seja em casa ou nas escolas, aconselhando os pais a não tratarem com os filhos sobre tal assunto:

Tal e tão grande é a nossa miséria e a inclinação para o mal, que muitas vezes até as coisas que se dizem para remédio são ocasião e incitamento para o mesmo pecado. Por isso importa sumamente que um bom pai quando discorre com o filho matéria tão lúbrica, esteja bem atento, e não desça a particularidades e aos vários modos pelos quais esta *Hidra Infernal* envenena uma tão grande parte do mundo, não seja o caso que, em vez de

³⁰² Ibid., p.3.

³⁰³ Ibid., p.8.

extinguir este fogo, o sobre ou acenda imprudentemente no coração simples e tenro da criança.³⁰⁴

Percebe-se a negação por parte da Igreja de uma educação que incitasse assuntos relacionados à sexualidade. Como foi visto, o sexo se tornou algo com restrita função no cristianismo, a procriação. Seu local confinou-se no casamento, logo, esclarecer os filhos seria algo inaceitável para a instituição: o bom católico não deveria sequer pensar no assunto. Foucault aponta as áreas onde os discursos exercem interdições; a sexualidade seria um desses segmentos:

[...] em uma sociedade como a nossa, conhecemos é certo, procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar também é a interdição. Sabe-se bem que não se tem o direito de se dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim não pode falar qualquer coisa.

As interdições que atingem os discursos sobre a sexualidade são abertas nos posicionamentos da Igreja Católica, tanto em Pio XI como no bispo Dom Antônio Mazzarotto. Os discursos católicos do período estudado reforçam a problemática cristã da carne e a crença na sexualização do pecado original.

Outra questão perceptível na Encíclica *Divini Illius Magistri* é a defesa do pontífice na desigualdade de gênero no tocante à educação. Pio XI afirma que o filho homem deveria ter uma educação diferente da filha mulher:

O criador ordenou e dispôs convivência perfeita entre os dois sexos somente na unidade do matrimônio e gradualmente distinta na família e na sociedade. Além disso, não há na própria natureza, que os faz diversos no organismo, nas inclinações e nas aptidões, nenhum argumento donde se deduza que possa ou deva haver promiscuidade, e muito menos igualdade na formação dos dois sexos. Estes segundo os admiráveis desígnios do criador, são destinados a completar-se mutuamente na família e na sociedade, precisamente pela sua diversidade, a qual, portanto, deve ser mantida e favorecida na formação educativa, com necessária distinção e correspondente a separação, proporcionada às diversas idades e circunstâncias.³⁰⁵

Com esse posicionamento, o pontífice almejava manter a família cristã nos moldes tradicionais hierárquicos, onde cada indivíduo desempenharia seu papel, ou seja, pai provedor casado catolicamente com uma mulher submissa, obediente boa esposa e educadora exemplar dos filhos. Trata-se da manutenção de uma

³⁰⁴ Ibid., p.14.

³⁰⁵ Ibid.

circularidade, pois, quando adultos, esses filhos casariam, formariam família e constituiriam novos católicos, proliferando assim a “sociedade perfeita almejada pela Igreja”.

Deve-se ter em mente que, dentro desse modelo tridentino de família defendido pela Santa Sé, não se questionava a desigualdade entre homens e mulheres, entre pais e filhos, ao contrário, legitimava-se. A preocupação de Pio XI nessas encíclicas é com “a corrupção dos costumes”, pois ela estava “acabando com a disciplina social” que, para o papa, começava na família. Essas normas são facilmente notadas em inúmeras passagens de seus escritos. Como no posicionamento do pontífice sobre o matrimônio na Encíclica *Casti Connubii*:

O Matrimônio não foi instituído nem restaurado pelos homens, mas, por Deus; não foi pelos homens, mas, pelo restaurador da própria natureza, Cristo Nosso Senhor, que o matrimônio foi resguardado por leis, confirmado e nobilitado. Por isso essas leis não podem depender em nada das vontades humanas, nem sujeitar-se a nenhuma convenção contrária dos próprios esposos. É essa doutrina a doutrina da sagrada escritura, a constante e universal tradição da Igreja, a definição solene do sagrado Concílio Tridentino que, servindo-se das próprias palavras da sagrada escritura proclama e confirma que a indissolubilidade do matrimônio, bem como sua unidade e estabilidade, provêm de Deus, seu autor.³⁰⁶

O matrimônio sacramentado pela Igreja Católica é colocado pelo pontífice como única forma legítima de união entre homem e mulher. Para entender essa ampliação nas discussões em torno da defesa da família tradicional e do casamento cristão, é possível apontar alguns episódios que marcaram o âmbito social nas primeiras décadas do século XX. Entre eles, o casamento civil, o início dos questionamentos da estrutura familiar patriarcal por parte de alguns grupos, como feministas e anarquistas, e também a perda do espaço religioso em nações que se declararam, em sua maioria, “laicas”.

Outro episódio, não menos importante, foram as primeiras “rachaduras no muro da repressão sexual”. No início do século XX, falou-se e produziu-se muito sobre sexo, principalmente, por parte da literatura médica e psiquiátrica. Os esportes, o cinema, a dança, o rádio e as revistas foram fontes de informações relevantes às pessoas que a esses veículos tinham acesso, sendo que os últimos inegavelmente contribuíram para formar novas opiniões, questionando pensamentos tradicionais.

³⁰⁶ PIO XI. **Sobre o matrimônio cristão**. Op. cit., p.2.

Esses fatos, que, notadamente, foram sentidos pelos conservadores da época e também encarados, na maioria das vezes, como a quebra de uma estrutura que parecia eterna, sem dúvida, causaram uma grande preocupação no âmbito católico. A instituição não demorou a disseminar uma “cruzada” contra o que, na sua visão, eram as “consequências negativas da modernidade”. A defesa da família seria a via necessária para a instituição recuperar seu “carisma perdido” para os novos tempos. Pela família, a religião católica garantiria sua permanência como estrutura de poder e influência social. Na citação abaixo, o pontífice Pio XI discursa contra o mundo moderno e seus “males gravíssimos”, entre eles, “o repúdio ao matrimônio cristão e indissolúvel”:

Infelizmente, contudo, quando desta Sé apostólica, como de um observatório, olhamos a nossa volta, verificamos na maior parte dos homens, juntamente com o esquecimento desta obra divina de restauração, a ignorância total da altíssima santidade do matrimônio cristão. Vós o verificais, tão bem como nós, veneráveis irmãos e o deplorais conosco. Eles desconhecem essa santidade, ou negam-na impunemente, ou ainda apoiando-se sobre os princípios falsos de uma moralidade nova e absolutamente perversa, calcam-nas aos pés. Esses erros perniciosíssimos e estes costumes depravados tendem a insinuar-se mais profundamente; por isso em razão da nossa missão de Vigário de Cristo na terra, de supremo pastor e mestre, julgamos que nos competia levantar a nossa voz apostólica para afastarmos dos pastos envenenados as ovelhas que nos foram confiadas e tanto quanto em nós caiba, conservá-los disso imunes.³⁰⁷

Analisando o discurso de Pio XI, que tem como base o poder da instituição católica, pode-se entender melhor a ânsia da Igreja quanto à necessidade de reconhecimento do mundo social. Nesse período, ela se colocava como a “guardiã das verdades” e “a representante de Cristo na Terra”, cabendo-lhe levantar a voz para afastar seus fiéis de caminhos “trevosos” que, na passagem acima, são representados com a expressão “pastos envenenados”, assimilação facilmente identificada aos novos caminhos trilhados pela modernidade ocidental. Como porta-voz instituído para falar em defesa da família, na luta contra os deturpadores da tradição, o papa não deixa de pedir auxílio ao Estado, na tentativa de criar um pacto de aproximação amistosa com o poder. Para tanto, recorre a Santo Agostinho:

[...] Santo Agostinho na sua época, podia desafiar todos os adversários da Igreja Católica – e nós em nosso tempo podemos repetir como ele – pois bem, aqueles que dizem ser a doutrina de Cristo inimiga do Estado, que nos deem súbditos, maridos, esposas, pais, filhos, patrões, criados, reis, juízes,

³⁰⁷ Ibid.

finalmente contribuintes e empregados fiscais, como doutrina cristã manda que sejam, e atrevam-se depois a dizer que é nocivo ao Estado, ou melhor, não hesitem um instante em proclamá-la a grande salvadora do mesmo Estado em que ela se observa. [...] quanto mais o governo temporal se coordena com o espiritual mais o favorece e promove, tanto mais concorre para a conservação do Estado.

Em sua relação amistosa com o Estado, a Igreja procurou desenvolver uma pastoral restauradora de forma mais intensa. Na Itália, a aproximação de Pio XI com Mussolini é forte a partir da década de 1920, mais especificamente no ano de 1929, com a criação do Vaticano, na assinatura do Tratado de Latrão. Souza afirma que uma das preocupações de Pio XI era voltar-se para as boas relações da Igreja com o Estado, que, segundo o pontífice, era “insubstituível para o preenchimento do vazio existente na relação entre os católicos e os governos”.³⁰⁸

2.6 O DISCURSO CATÓLICO SOBRE CASAMENTO E A FAMÍLIA NO BRASIL NA DÉCADA DE 1930

O que é perceptível acerca da instituição católica no Brasil, nas décadas iniciais do século XX, é seu grande crescimento, principalmente, por via das novas dioceses que estavam sendo criadas desde finais do século XIX. Em meados da década de 1920, a instituição volta a ganhar espaço junto ao Estado, separados oficialmente, mas unidos por relação amistosa.

Quando Getúlio Vargas subiu ao poder, em 1930, a aproximação da Igreja com o Governo Federal foi intensa. Por meio da “amistosidade”, a instituição defendeu seus ideais. Algo que impulsionou esse vínculo foram as relações de Dom Sebastião Leme com Getúlio Vargas. Segundo Del Priore, no Brasil, o vínculo de Dom Sebastião Leme com Vargas foi tão intenso que, durante o Estado Novo, a Igreja se tornou uma grande aliada na consolidação de uma ética cristã baseada na valorização da família, do bom comportamento, do trabalho e da obediência ao

³⁰⁸ Forte opositora do liberalismo e do socialismo, a Igreja propôs uma terceira via baseada na “harmonia de classes”. Dessa forma, podemos melhor entender a aproximação do papa com Mussolini, pois o viés calcado no corporativismo de classes adotado pelo fascismo teve grande acolhida na política da Santa Sé. Devido ao apoio dado ao regime pelo sumo pontífice, em retribuição, o Duce decretou o catolicismo a religião oficial da Itália. SOUZA, Jessie Jane Vieira. Uma sociedade *juxta jotum naturare* ou um corporativismo incompleto?. **Revista Topoi**, v.7, nº 13, Julho-Dezembro, 2006, p.426.

Estado:³⁰⁹ “Durante esse período o operoso bispo aproveitou para valorizar o sacramento do matrimônio entre a gente que vivia em ligações consensuais”.³¹⁰

Dom Leme valorizou a família defendendo uma educação rígida por parte dos pais católicos. Para Marchi, muito antes de ser instituído Cardeal do Brasil, quando ainda era arcebispo de Olinda, Dom Leme já defendia em suas pastorais a instrução religiosa por meio do lar;

[...] as ideias recebidas no colo materno eram aquelas que mais durariam, por isso não bastava a instrução religiosa administrada na escola. A instrução a partir do lar era a principal responsável pela formação do espírito e do caráter.³¹¹

Ou seja:

[...] aos pais caberia ensinar os conhecimentos celestes, os deveres da vida cristã, infundir ódio aos vícios e amor às virtudes e finalmente deveriam dar o bom exemplo. Baseada na moral e na fé católica, a obrigação de educar os filhos era imposta por lei natural e divina, da qual os pais não poderiam se eximir. Uma boa educação austera e cristã era o melhor dos tesouros que os pais deixariam para seus filhos.³¹²

Esses aconselhamentos estavam presentes no discurso de Dom Leme e, para ele, a família guardava consigo princípios e costumes indissolúveis que estavam nas mãos dos pais, aos quais cabia repassar à prole. Analisando os desígnios pregados pela Igreja Católica de então, tanto o pontífice quanto os prelados estariam contribuindo para a formação de uma sociedade restaurada em Cristo. Nota-se que a Igreja Católica brasileira não foi diferente ao se manifestar a respeito da moral e dos costumes tradicionais. Os bispos reformadores, durante o século XIX, e seus herdeiros, no início do XX, tiveram a tarefa de trazer à tona o catolicismo ultramontano. Foram prelados que contribuíram de forma abundante para a formação de um novo clero e laicato, ambos voltados aos sacramentos, hierarquia e obediência a Roma.³¹³

³⁰⁹ DEL PRIORE, M. **Histórias íntimas...** Op. cit., p.121.

³¹⁰ Ibid.

³¹¹ MARCHI, Euclides. Igreja e povo: católicos? Os olhares do Padre Júlio Maria e de Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra sobre a catolicidade do brasileiro na passagem do século XIX para o XX. **Revista História: Questões e Debates**, Curitiba: Editora UFPR, nº55, p.83-110, jul/dez. 2011, p.108

³¹² Ibid., p.108-9.

³¹³ Devemos ter em mente que houve muitos conflitos e resistências à romanização por parte do clero “indisciplinado” e dos fiéis voltados às práticas do catolicismo popular. Esse cenário não fez do Brasil um país de catolicismo único, mas de vários catolicismos, sendo que tal quadro, ao longo do século XX, fomentou uma grande autonomia religiosa na população indiferente ao catolicismo oficial.

No que se refere aos valores familiares, na visão dos bispos brasileiros, além de Dom Leme, que propagou uma pastoral em nível nacional³¹⁴, em escala regional, pode-se partir das análises de Dom Antônio Mazzarotto. O primeiro bispo de Ponta Grossa, em suas cartas pastorais, mais especificamente na carta *O Matrimônio Cristão*, de 1934, se posicionou da mesma forma que Pio XI em relação à mulher e à família, sendo que, a partir de seus próprios referenciais, ampliou tal discurso. Dom Antônio publicou, durante os anos que esteve à frente da diocese de Ponta Grossa, 36 pastorais³¹⁵, citou questões relacionadas à família em outros de seus escritos, mas deteve-se mais firmemente ao assunto na pastoral de 1934.

Muito embora o discurso da Igreja sobre o casamento se fizesse de forma a atingir os fiéis, normatizando as uniões conforme os ditames da instituição, a doutrina aplicada ao cotidiano dos católicos ganhou especificidades conforme as particularidades regionais que, em muitos casos, demonstravam comportamentos que fugiam às normas da Igreja. Dom Antônio, quando assumiu a Diocese de Ponta Grossa, em 1930, por meio de visitas pastorais, empenhou grande esforço para sacramentar uniões “ilícitas”, os famosos concubinatos (então condenados pela instituição como um pecado mortal), fazendo com que o ideal de “família perfeita” aos moldes cristãos atingisse “suas ovelhas”.

BELLOTTI, Karina Kosicki. História das Religiões: conceitos e debates na era contemporânea. **Revista História Questões e Debates**, nº55, Curitiba: UFPR, Jul/Dez. 2011, p.26-7.

³¹⁴ Devido à sua posição de arcebispo do Rio de Janeiro e Cardeal do Brasil, Dom Sebastião Leme teve uma influência em âmbito nacional.

³¹⁵ Segue a relação de suas demais cartas pastorais: O Reino de Christo (1930), Doutrina Cristã (1931), Magia Espírica (1932), Arca da Salvação (1933), O Matrimônio Cristão (1934), Tríplice horrenda escravidão (1935), A respiração da alma (1936), Os canais da Graça (1937), Vida essencialmente ativa (1938), Membros do Corpo Místico (1939), Operários da Vinha (1940), Males Gravíssimos (1941), O Vizinho, a Vítima, o Alimento (1942), Remédio eficaz (1943), Morrer para viver (1944), Manancial de graças (1945), O Aqueduto (1946), Tribunal de Misericórdia (1947), O supérfluo dos pobres (1948), Lugar de expiação (1949), A Geêna do Inferno (1950), Perseguições vantajosas (1951), A nossa Pátria (1952), *Admirabile Sertum* (1953), *Alma Emiliae Praeses* (1954), *Deo Gratias* (1955), Nobilíssima missão, dever gravíssimo (1956), A nossa Pátria (1957), Defesa e conquista (1958), Vida da Alma (1959), A grande viagem (1960), Solene Assembleia (1961), Milícias Celestes (1962), Preparação e fruto (1963), Parecenças com o Divino Modelo (1964), Obras da Palavra e do Silêncio (1965).

Disponível em: <http://www.diocesepontagrossa.com.br/index.php?setor=HISTDIOCESE05>.

2.7 DOM ANTÔNIO MAZZAROTTO: CARTA PASTORAL “O MATRIMÔNIO CRISTÃO”

Uma carta pastoral é um documento eclesiástico oficial da Igreja Católica, geralmente, escrita por bispos e arcebispos. Seu intuito é mostrar a posição dos prelados sobre as diversas temáticas que se fazem presentes nas sociedades em determinada época. É também uma forma de evangelização do povo católico, levando sempre em conta a visão de mundo da instituição. O termo pastoral, segundo Zulian;

remonta ao cristianismo nascente e tinha o objetivo de orientar, exortar ou admoestar as comunidades de acordo com as necessidades ou problemas. São metaforicamente qualificadas de pastorais. O pastoreio principal atividade econômica da sociedade hebraica, tornou-se a figura bíblica, adotada até os dias de hoje. O discurso religioso cristão apropriou-se da atividade para se fazer entender, refletindo-se na concepção hierárquica da Igreja, cujos funcionários são pastores do rebanho cristão, os fiéis.³¹⁶

Zulian acrescenta que “o discurso religioso é elaborado por homens que vivem ou viveram em uma construção histórico-social determinada, todavia esses documentos trazem a visão de mundo e a subjetividade daqueles que o produziram”.³¹⁷ Dom Antônio Mazzarotto, a exemplo, fora formado em uma época e ambiente determinados, subjetivado por inúmeros discursos, ele carregou consigo valores que o construíram socialmente, fazendo-o elaborar verdades e militar por meio das palavras. Dom Antônio trouxe para os fiéis do bispado de Ponta Grossa não somente o posicionamento da Igreja sobre os mais variados assuntos, foi além: expôs sua visão de mundo, compartilhou seus sentimentos.

Na carta pastoral “O matrimônio Cristão”, de 1934, o bispo de Ponta Grossa defende o casamento indissolúvel e o bom comportamento feminino perante o marido (pautado na obediência). Sua proposta para ambos os cônjuges é de uma disciplina, no que tange à sexualidade. O matrimônio para o bispo: “[...] exige igualmente a intervenção de Deus. E o sentimento do amor, é o perfume do amor, de um amor casto, de um amor casto e recto, o que attrae duas almas bem formadas a se unirem pelo laço sagrado do casamento”.³¹⁸

³¹⁶ ZULIAN, R. **Identidade e experiência...**, Op. cit., p.31.

³¹⁷ Ibid.

³¹⁸ CARTA PASTORAL, Dom Antonio Mazzarotto. **O matrimônio Cristão**. Ponta Grossa, 1934, p.6.

Nota-se, na fala de Dom Antônio, a defesa do amor no matrimônio, que, comparado ao amor divino, seria um “amor casto”. Para o bispo, não se pode colocar o matrimônio entre os contratos comuns, pois, ao casarem-se, os cônjuges cedem seus corpos um ao outro; por meio dessa questão, ele desaconselha aos casados e futuros cônjuges tratar o corpo como uma mercadoria com a qual se pode negociar.³¹⁹ Posicionamento que soa como uma crítica direta ao casamento civil, em voga no Brasil, depois da separação entre Igreja e Estado. Na fala de Antônio Mazzarotto, os que espoliassem contra a conjugalidade, naturalmente, deveriam ser excomungados, afirmando o consenso sobre o casamento apresentado no Concílio de Trento, no século XVI.

[...] O Concílio de Trento fulminou excomunhão contra os que afirmassem não ser o matrimônio própria e verdadeiramente um dos sete sacramentos da lei evangélica instituído por Nosso Senhor Jesus Cristo. De maneira queridos irmãos e filhos, que sem o sacramento, não podem os cristãos edificar esse santuário augusto, fundar essa sociedade divina que se chama família.³²⁰

No trecho seguinte, Dom Antônio fala dos bens da manutenção do sacramento, que deveria ser vivenciado no amor, na sobriedade, castidade, fidelidade e paciência.

[...] A graça do sacramento se faz mister para aperfeiçoar esse amor, torná-lo sóbrio, casto, forte, fiel, paciente e perseverante. A elevação do matrimônio à dignidade de sacramento é mais uma prova da compassiva bondade de Jesus e mais uma aplicação dos fructos e dos merecimentos infinitos de sua paixão e morte, cujo décimo nono centenário estamos comemorando.³²¹

Para Dom Antônio, só existiria paz e progresso na sociedade se ela estivesse calcada na moral cristã ensinada pela Igreja Católica; uma das essências dessa moral, segundo o bispo, estava na família e no matrimônio:

[...] só reinará paz e o progresso, se os homens pautarem a sua vida pela moral que lhes ensina a verdadeira religião. E pelo contrário, onde quer que se vá implantando a irreligião e a impiedade, ter-se-ão que deplorar discórdias, injustiças, luctas fratricidas, costumes depravados ou outros efeitos perniciosos. Solapar a família, em que se alicerça a sociedade é a principal preocupação do inimigo do gênero humano. Bem sabe o demônio

³¹⁹ Ibid., p.7.

³²⁰ Ibid., p.8.

³²¹ Ibid.

e os que lhe secundam a obra deletéria que, desmoralizada a família, se arruína a sociedade. E como a base da família é, entre os christãos, o sacramento do matrimônio, contra ele é que os inimigos de Deus e da pátria desembestam suas iras e sarcasmos, seus erros e negações.³²²

É perceptível a crítica intensa aos “deturpadores da moral”, “propagadores da irreligiosidade”, “difusores de costumes depravados”, mas quem seriam esses indivíduos na concepção do bispo? O final do século XIX e as primeiras décadas do século XX presenciaram a emergência de anticlericais, comunistas, anarquistas e feministas, não somente na Europa, mas de forma expressiva no Brasil. No Paraná, podem-se citar os anticlericais como um grupo que marcou presença nesses anos.³²³ Tratava-se do momento em que novos costumes difundiam-se; a emergência de uma sociedade secularizada, urbana, calcada no ideal de progresso, fez com que a “tradição” fosse questionada por parte da sociedade. Contudo, por meio da autocompreensão que a Igreja fazia de si, esses novos costumes soaram como uma rachadura que necessitava ser consertada antes que a estrutura moral da religião, da família e do matrimônio desabasse como um edifício em ruínas.

De tal modo, é notável que a condenação aos desdobramentos da modernidade, em termos de hierarquia, perpassaram a instituição como um todo, de Roma às dioceses. Na pastoral de 1934, o bispo também condena, veementemente, as uniões não sacramentadas pela Igreja. Assim como Pio XI, Mazzarotto critica o casamento civil:

Em nossas longas viagens pastoraes pelo inhospito sertão da Diocese, verificamos, não poucas vezes, que desviados por pessoas sem fé, nem moralidade, ou victimas da própria ignorância, julgam alguns filhos nossos que o chamado matrimônio civil basta e que o verdadeiro matrimônio religioso não é senão um accréscimo dispensável ou mera cerimônia. Funestíssimo erro esse que, pretendendo estabelecer a família com um contracto inválido e sacrílego, a destróe pela base, privando-a da graça do sacramento e expondo-a ao choque das mais violentas paixões.³²⁴

Não somente o casamento civil foi alvo da Igreja Católica. Os casais que viviam em concubinato e constituíam família são reprimidos pelo bispo. Em tom de ameaça, ele discursa sobre essas uniões:

³²² Ibid., p.3-4.

³²³ Mais informações sobre o anticlericalismo no Paraná podem ser encontradas em: BALHANA, C. A. de F. **Ideias em Confronto**. Op. cit., p.57-96; ZULIAN, R. **Identidade...**, Op. cit., p.83-5.

³²⁴ CARTA PASTORAL. Dom Antônio Mazzarotto. Op. cit., p.15.

Se coabitardes e viverdes como casados, sereis, por Jesus e pela Igreja considerados concubinários, peccadores públicos e, como taes, excluídos do santo sacramento, vossos filhos serão ilegítimos, e, morrendo neste estado escandaloso de uma união ilícita é certa a perdição e a condenação de vossas almas.³²⁵

Dom Antônio complementou e ampliou o discurso de Pio XI acerca do casamento e da família, citando-o inúmeras vezes em seu discurso pastoral.

Vendo o santo padre, Pio XI, com seu olhar clarividente e paternal, as calamidades que, como torrentes, ameaçam inundar o gênero humano e procurando pôr-lhes um dique, escreveu elle ultimamente, entre outras, duas momentosas e luminosas Encyclicas, uma das quaes versa a educação christã da juventude e a outra o matrimonio christão. [...] urge nos tempos que correm, instruir e educar christamente a infância e a mocidade, primeiro no lar doméstico e depois na escola official, para que não assoberbem os povos infortúnios de todo o gênero e se não percam eternamente tantas almas.³²⁶

Em Dom Antônio, a semelhança com Pio XI é viva em vários aspectos: na defesa da educação cristã, na legitimação do matrimônio e na condenação dos costumes seculares. Segundo o bispo, pela família, manter-se-iam os “valores essências” da sociedade. Fazendo suas as palavras do apóstolo Paulo, Dom Antônio legitima o casamento e a submissão da mulher:

[...] attentae, filhos muito amados, nas palavras do Apóstolo: “as mulheres sejam sujeitas a seus maridos como ao senhor; porque o marido é a cabeça da mulher, assim como Christo é a cabeça da Igreja; e ele mesmo é o salvador de seu corpo. Assim como a Igreja está sujeita a Christo, assim também as mulheres o estejam em tudo a seus maridos”. [...]

Tendo como base o discurso fundador de Paulo sobre a mulher, Dom Antônio coloca a Igreja Católica como a Esposa de Cristo. Compara a obediência da instituição às leis de Deus à obediência que a esposa deveria ter com o esposo, também faz uma analogia à hierarquia que deveria perpetuar na família. Mazzarotto coloca Jesus como o marido, a Igreja como esposa e os fiéis como os filhos.

[...] Desposando Jesus a Igreja, defende-a contra os inimigos, desvela-se pelo seu bem e por ella dá a sua vida divina e derrama o seu sangue preciosismo. Por seu turno, a Igreja ama o esposo divino, propaga-lhe o evangelho, estabelecendo-lhe o reino na terra e por este meio lhe povoa o do céu. Aos mysticos esposos celestiaes imitam os cônjuges christãos. Amam-se, perdoam-se, defendem-se, amparam-se. A doce autoridade do

³²⁵ Ibid., p.9.

³²⁶ Ibid., p.4.

marido é obedecida pela esposa que o cerca de uma coroa de filhos, em os quaes se perpetua o nome da physionomia de ambos.³²⁷

Em relação à mulher, a posição de Antônio Mazzarotto é a mesma do discurso oficial da Santa Sé no período. Mas qual seriam os possíveis motivos do reforço de tal posicionamento, além daquele calcado na longa tradição da Igreja, que remonta ao início do cristianismo, ao discurso fundador de Paulo e à problemática cristã da carne? É evidente que uma das razões são as primeiras incursões de mulheres, que floresciam desde o século XIX, momento em que elas passaram a exigir maior participação política e social, marcando sua presença nos espaços públicos.

Essas mudanças foram sentidas pela Igreja nesse período, sendo a emancipação da mulher criticada por Pio XI na encíclica *Casti Connubi*. Dom Antônio Mazzarotto, por meio de seu discurso pastoral, reafirma o papel tradicional das senhoras e aconselha as fiéis de seu bispado a seguirem o exemplo da Virgem Maria:

[...] Vós dedicadas esposas e mães, olhae sempre para a santíssima Virgem Maria. Segui-lhe a piedade, a paciência, a modéstia, o retiro, o amor ao lar, o espírito de oração, a dedicação ao trabalho, o respeito e a obediência ao esposo. Tereis nessa soberana senhora o modelo mais acabado de como haveis proceder como esposas e como mães.³²⁸

Respeito e obediência ao esposo é um quesito que define bem a posição da Igreja em relação à mulher no casamento. Como grande devoto da Virgem Maria³²⁹,

³²⁷ Ibid., p.11.

³²⁸ CARTA PASTORAL. Dom Antônio Mazzarotto. Op. cit., p.13

³²⁹ Segundo Zulian, o marianismo estava presente na vida de Dom Antônio Mazzarotto, em sua prática discursiva, organizando e norteando suas reflexões. Maria, mãe de Jesus, recebe de Dom Antônio uma carta a ela especialmente dedicada, trata-se da carta pastoral “O Aqueduto”, de 1946. Ao que parece, Maria foi uma das poucas mulheres a quem Dom Antônio demonstrou especial apreço. Nos apontamentos da historiadora Rosângela Zulian, entre as mulheres citadas nas 36 cartas pastorais do bispo (1930-1965), Maria ganha grande destaque. Outras mulheres foram citadas em menor grau, a maioria delas são santas da Antiguidade Tardia e Idade Média, também dos séculos XIX e XX. Trata-se de mulheres que tinham em comum a opção à vida consagrada e à virgindade; todas tiveram vida e morte atravessadas pelo sofrimento consentido em nome da fé, também tinham especial devoção e modelo de vida acrescido a Maria. Para Zulian, esses foram os traços determinantes para sua presença e vozes nas escrituras do bispo. Dom Antônio priorizou as consagradas, religiosas e/ou virgens (21, pois Sant’Ana e Santa Felicidade foram destacadas exatamente por sua maternidade); 7 morreram através de martírio cruento (Cecília, Cristina, Catarina de Alexandria, Felicidade, Filomena, Inês, Maria Goretti), e uma por martírio branco (Maria Egipcíaca); 8 apresentaram uma forte relação com a espiritualidade mariana, ou testemunhando aparições, ou através de visões de Maria (Sant’Ana, Brígida, Catarina de Siena, Teresa de Ávila, Margarida Maria Alacoque, Bernadete Soubirous, Gema Galgani, Lúcia); quase todas tiveram uma

o bispo não deixa de invocar a mãe de Cristo em inúmeras passagens de suas pastorais, vendo nessa senhora o modelo mais acabado de esposa e mãe para as mulheres católicas. Como há uma normatização para as esposas, também há na carta de 1934 conselhos para o marido:

Vós queridos esposos e Paes, escolhei como vosso protector e modelo, a São José; imitai-lhe a puríssima afeição a Santíssima Virgem Maria, o solícito cuidado em attender as necessidades domésticas e a contínua diligencia em defender a família das perseguições, como o augusto chefe deste sagrado lar salvou Jesus da morte [...] sede firmes e fortes em não consentir com aqueles que como mestres, vos substituem, abusem da sua autoridade, para delirem do coração de vossos filhos aqueles são princípios da moral christã, em que ides educando e formando.³³⁰

Como se apreende, os papéis femininos e masculinos são estruturados no discurso religioso de forma a não haver reversão, ou seja, a Igreja delimita as funções que homens e mulheres deveriam exercer no casamento e na família. Um discurso autoritário, que se colocava de forma “inquestionável” para os membros deste “corpo místico”. Dom Antônio aconselha os chefes de família a se inspirarem no modelo de São José, incitando-os a atender as necessidades domésticas, defender a família, provendo-a das dificuldades e exercendo sua autoridade de pai e esposo. Na contramão, imputa à mulher a obediência, o recato, a dedicação aos filhos e a obediência ao marido.

O discurso de Dom Antônio fazia parte de um contexto, em que era de comum acordo, na Igreja, o não questionamento da esposa ao esposo; a família era o espaço onde deveria perpetuar a autoridade masculina. Esse papel “natural” que cabia à mulher é defendido pela cúpula católica. Assemelhar-se à pureza, à obediência, ao amor, à guarda e à submissão de Virgem Maria colocava-se como regra para as “boas e respeitadas senhoras católicas”. Dom Antônio, a partir de seus referenciais, reafirmou essa postura em âmbito regional, aconselhando suas fiéis a seguirem o exemplo dessa senhora venerada de forma intensa pelos católicos.

Em relação à sexualidade do casal, a castidade é elevada a prática sagrada, como faziam os primeiros cristãos. Nesse sentido, a função do ato no casamento reafirma-se pelo bispo, sendo a procriação a necessidade única das núpcias.

experiência de grande sofrimento, em especial perto da morte. ZULIAN, R. **Entre o Aggiornamento...**, Op. cit. p., 184-6.

³³⁰ CARTA PASTORAL. Dom Antônio Mazzarotto. Op. cit., p.17.

[...] Dos casados exige Deus, pratiquem entre si aquela virtude da castidade que nelles se chama conjugal. As profanações do sacramento do matrimônio, com que se também viola a castidade, são pecados abomináveis aos olhos puríssimos de Deus. E que para nesse ponto delicado, não haja quem se iluda, basta dizer que commetem enorme peccado os que directamente impedem o fim primário do matrimônio, que é a procriação da prole. Os casados que por qualquer motivo, não quizessem o encargo de muitos filhos, não lhes resta outro caminho a seguir, senão a completa abstinência ou a convivência como irmãos.³³¹

Reforçando o discurso sobre os “benefícios” do casamento, Dom Antônio combate, veementemente, a infidelidade conjugal, condenando os apetites da carne:

Que nunca irmãos caríssimos, o vosso coração se desmande, vilmente arrastado por tão cruel e ignóbeis paixões. Correspondei fielmente com as bênçams de que o sacramento do matrimônio é fonte e não a estanqueis com as vossas infidelidades. Luctae constante e indefessamente contra os apetites desregrados da carne e do interesse e contra o mephítico ambiente do mundo corruptor. Não esqueçais, porém, que mais do que as outras, vence nessa lucta quem é assistido pela graça de Deus, a qual se alcança pela oração, acompanhada pela fuga das ocasiões perigosas e da mortificação das potências interiores e dos sentidos exteriores.³³²

Ao término da carta pastoral, Dom Antônio dirige-se aos padres, aconselhando os sacerdotes a ler e comentar na “Santa Missa” sua carta pastoral. Uma forma eficaz de difundir para os fiéis católicos o posicionamento oficial da Igreja sobre casamento e moral familiar.

Os nossos Reverendos Padres, que tem cura de almas, leiam e commentem esta nossa carta, na Sancta Missa, nas capellas e em seguida archivem-na, fazendo dela menção no livro Tombo. Dada e passada nesta cidade de Ponta Grossa, sob o signal e sello, no dia 23 de Fevereiro de 1934, quarto aniversário de nossa sagração.³³³

Toda ideia, concepção ou prática não traz consigo neutralidade, e o discurso religioso não foge à regra. Para Orlandi, o discurso católico se realiza no sujeito pela sua total adesão. Ele reflete em si a palavra divina, no sentido do espelho, da repetição, sendo assim, tal discurso é marcado pela submissão. Isso propicia múltiplas espécies de manipulação.³³⁴ Quando Dom Antônio Mazzarotto defende um ideal de casamento e de mulher em sua carta pastoral, é provável que entendesse

³³¹ CARTA PASTORAL. Dom Antônio Mazzarotto. Op. cit., p.13.

³³² Ibid., p.14.

³³³ Ibid., p.17-8.

³³⁴ ORLANDI, Eni Pulcinelli. Os falsos da forma. In: **Palavra, fé e poder**. São Paulo. Pontes. 1987, p.15.

que as mulheres estavam fugindo aos postulados da instituição católica, ou seja, ao seu papel de mães e esposas.

Quando o bispo demoniza as uniões não sacramentadas e o casamento civil, sabe-se que tal postura foi um reflexo da política romanizadora da Igreja no Brasil. Aqui, a instituição seguiu o modelo pregado pela santa Sé, condenando o mundo moderno e a consequente secularização social. Uma política que recorreu à tradição para resgatar valores considerados, pela Igreja, verdades inquestionáveis. Podem-se apontar inúmeras hipóteses para a insistência dos discursos da Igreja na normatização da mulher e da família; optei por uma delas.

Ao fortalecer as famílias católicas e a hierarquia que nela se dava por meio de um discurso, a instituição religiosa garantiria sua existência. Uma possibilidade de análise das questões aqui expostas é partir da ideia de circularidade, ou seja, apontar que um pai católico provedor, casado catolicamente com uma mulher que seguisse os moldes almejados pela Igreja, o de boa mãe, esposa, dona de casa e educadora exemplar dos filhos, seria a garantia da formação de adultos católicos que, em tese, casariam, formariam família e manteriam essa circularidade. Por outro lado, deve-se ter em mente que o conservadorismo aqui estudado, parte do discurso oficial da Igreja Católica, não se faz exclusivamente nela; esse discurso perpassa outros segmentos sociais, tais como a educação, a política e a justiça, como será perceptível a partir da análise dos processos criminais.

Outra questão fundamental é compreender que a Igreja sempre vem depois da sociedade. O descompasso vivido pela Igreja Católica no início do século XX, devido às mudanças sociais, é justificável, pois, calcada em sua longa tradição, a instituição não se adaptaria à modernidade de uma forma branda. Compreendo o período ultramontano como uma luta discursiva, uma estratégia do catolicismo para manter a tradição e trazer para si os fiéis em uma Igreja forte e romanizada.

O que é possível perceber nessa explanação a respeito do casamento é que o desejo sexual e a condição feminina no Ocidente estão indissociavelmente ligados. Seu triunfo foi legitimado por meio do ideal de negação do corpo e de ascese da alma. Partindo dos discursos fundadores do cristianismo, como Paulo e Santo Agostinho, esse quadro foi reproduzido ao longo dos séculos, principalmente, por instituições como a Igreja e a família.

As instituições proliferam um discurso, impondo um padrão a ser seguido, mas, como se vive em uma sociedade plural, criam-se formas de conviver com

inúmeros discursos socialmente construídos.³³⁵ “Inventa-se o cotidiano” ou apropria-se de um discurso, reelaborando-o, à maneira de cada um.³³⁶ No entanto, os indivíduos o fazem pautando-se no consenso maior, no discurso defendido ou legitimado em uma sociedade, ou seja, tendem a aproximar-se do “conveniente” ou socialmente aceito.

Essas hipóteses tornar-se-ão mais claras nos casos que serão expostos no próximo capítulo, por meio do estudo de fontes judiciárias. Nos processos analisados, inúmeros valores assemelham-se à mesma moral defendida pela Igreja, tais como a defesa do casamento, da família e da submissão da mulher. Valores compartilhados e até legitimados pelo discurso judiciário, mas, principalmente, pelos inúmeros indivíduos envolvidos em cada caso. O que se pode perceber é que réus e testemunhas presentes nessas fontes absorvem, à sua maneira, todo o arcabouço discursivo imposto pelas instituições. Trata-se de pessoas comuns de um espaço e tempo específico, a cidade de Ponta Grossa na década de 1940.

Nesses processos, especificidades locais acerca do matrimônio se manifestaram, por exemplo: mulheres que traíam os maridos, homens que abusavam de jovens virgens, mulheres que burlavam o padrão de castidade imposto pela Igreja fazendo sexo antes do casamento. Esses exemplos estarão mais claros quando forem abordados seus inúmeros conflitos.

Em Ponta Grossa, é possível identificar todos esses discursos por meio da postura judiciária, que, assim como a Igreja, legitimava o matrimônio e a família tradicional. Através das práticas cotidianas dos indivíduos envolvidos em cada conflito, será possível ver as formas pelas quais se davam as relações sociais no casamento, na família, no comportamento das mulheres e nas relações sociais.

³³⁵ Segundo Nietzsche, a verdade é criada; John Dewey afirma que nós criamos a realidade. Historiadores culturais, sociólogos, antropólogos e outros estudiosos envolveram-se nesse debate partindo da ideia de que a realidade é socialmente construída pelos indivíduos. Como exemplos dessas construções, podemos citar a construção de gênero, da nacionalidade, de uma doença, da família, da fé, dos papéis sexuais etc. Peter Berger e Thomas Luckmann justificam a construção da realidade, de um lado, pela relatividade social, por exemplo: o que é considerado real para um monge tibetano pode não ser considerado real para um homem de negócios norte americano; o que é considerado real por um criminoso não é para um juiz de direito, pois os conhecimentos de cada um são diferentes, cada um insere-se em um contexto social específico. Através desses contextos, é que os indivíduos constroem uma realidade ou uma verdade. No entanto, a tentativa da sociologia, da história e das outras ciências humanas, atualmente, é compreender de que modo um conhecimento chega a ser estabelecido como realidade, como ele constrói-se. Para Berger, o conhecimento do senso comum deve ser o foco central das ciências sociais para se entender o que é o *socialmente construído*, pois é esse conhecimento que constitui o tecido de significados sem o qual nenhuma sociedade poderia existir. BERGER, P; LUCKMANN, T. Op. cit., p.11-31; BURKE, P. Op. cit., p.108

³³⁶ Conceitos trabalhados por Michel de Certeau em *A Invenção do Cotidiano*, Op.cit., p. 45-9, onde o autor discute os conceitos de práticas, táticas e estratégias.

Enfim, será possível analisar qual era a relação desses indivíduos com os valores da moral conjugal defendida por instituições como Igreja e Justiça. Também será possível identificar as interdições cerceadas por ambas no que concerne à sexualidade.

Até que ponto esses discursos obtiveram receptividade no casamento, nas famílias e nas mulheres de Ponta Grossa? Como ideais de honra, sexualidade e valores legitimados por instituições como a Igreja Católica e o Judiciário aparecem nessas fontes? Como envolviam as personagens estudadas? Que discursos e representações estes produziam?

CAPÍTULO 3 – CASAMENTO, FAMÍLIA E MORAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DE PROCESSOS CRIMINAIS

Até o momento, pode-se observar como se constituiu o discurso eclesiástico católico sobre a normatização da mulher e da família. Algo que remete aos discursos fundadores do cristianismo. A teologia cristã dos primeiros tempos estruturou-se em uma visão de mundo calcada no domínio masculino. Tal discurso impôs à mulher um lugar na sociedade, restringindo-a ao casamento, à maternidade e ao lar. Trata-se de “verdades” que se firmaram na construção dos papéis femininos.

Para a Igreja Católica, o modelo ideal de mulher estava na Virgem Maria, “livre do pecado”, mãe e esposa. Contrapondo-se a Eva, “pecadora”, “decadente” e “imoral”. Esses discursos sobre a mulher são vivos nas fontes eclesiásticas. Tanto em Pio XI como em Dom Antônio Mazzarotto, tal postura é reafirmada. Dessa forma, cabe buscar a recepção desses discursos e como eles se colocaram em uma época e cultura específicas: a cidade de Ponta Grossa do início dos anos 1940.

As fontes utilizadas neste capítulo são quatro processos da 1ª Vara Criminal de Ponta Grossa. Fontes criminais disponíveis no acervo do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG. Na pesquisa, analiso os processos nº 317, nº 319, nº 612 e nº 698, respectivamente, dos anos 1940, 1941, 1943 e 1945. Comecei a estudar esses processos no ano de 2004, quando dei início à Iniciação Científica na graduação. Naquele momento, pensei em uma pesquisa que abrangesse família e casamento. No acervo de processos criminais, tive contato com essas fontes.

À primeira vista, foi encantador me deparar com tudo aquilo, ao mesmo tempo, foi preocupante, pois pensei: “por onde vou começar a pesquisar com tantas informações disponíveis?”. Com auxílio de minha professora orientadora na época, elaboramos uma questão de partida que visava abranger um estudo de mulheres e família, bem como a religião católica. Nesse momento de minha vida acadêmica, eu também fazia parte do grupo de estudos de religiões e religiosidades da professora Rosângela Zulian³³⁷, e foi nesse momento que tive contato com as cartas pastorais

³³⁷ Possui graduação em História e Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, mestrado em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (1998) e doutorado em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (2009). Atualmente, é professora adjunta da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Tem experiência na área de História, com ênfase em Cultura e religiosidade, atuando principalmente nos seguintes temas: catolicismo; hierarquia católica,

de Dom Antônio Mazzarotto. A ideia de unir fontes judiciais e eclesásticas fez com que surgisse um projeto e um trabalho de conclusão de curso que hoje estou aprofundando nesta dissertação.

Justificado o que me levou aos processos, posso dizer que a proposta deste capítulo é trabalhar com uma instituição normatizadora como a Igreja: a Justiça. O poder jurídico se apropriou, em partes, dos mesmos discursos do cristianismo para imputar a ordem e instituir a família como a célula base da sociedade, porém, isso não é oficialmente explicitado no discurso judiciário. Todavia, na leitura de cada processo, analisando a postura dos juízes, dos promotores, dos réus e das testemunhas, pode-se chegar a tal posicionamento. É notável que tanto a religião católica como as leis de Estado defendem a família, a moral e os “costumes”.

Assim como a Igreja, o discurso jurídico imputa à mulher o casamento, a maternidade e a obediência. Ao homem, o trabalho, o sustento da família, a honestidade e a honra como valores essenciais. Ao marido, era dado o pleno direito sobre a mulher e os filhos, algo presente no código civil de 1916³³⁸: trata-se do pátrio poder.

romanização, discurso religioso, religiosidade e identidades; representações. Informações disponíveis em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4778605Z0>. Acessado em 09-01-2014.

³³⁸ O Código Civil de 1916 é uma legislação fortemente revestida por um ideal conservador, onde a mulher está em segundo plano, submetida ao homem em suas atitudes mais básicas. Como exemplo, citemos alguns artigos que especificam em que e a que a mulher estava submetida a seu pai ou marido: o artigo 240 colocava-a em situação inferior ao homem quando dizia: *A mulher assume pelo casamento, com os apelidos do marido, a condição de sua companheira, consorte e auxiliar nos encargos da família*. Observa-se, ainda, no artigo 242, a proibição de alguns atos da mulher sem a autorização do marido: *A mulher não pode sem o consentimento do marido: praticar atos que esse não poderia sem o consentimento da mulher; II Alienar ou, gravar de ônus real, os imóveis de seu domínio particular, qualquer que seja o regime dos bens; III alienar os seus direitos reais sobre imóveis de outrem; IV aceitar ou repudiar herança ou legado; V aceitar tutela, curatela ou outro múnus públicos; VI litigar em juízo civil ou comercial, a não ser nos casos indicados nos arts, 248 e 251; VII exercer profissão; VIII contrair obrigações que possam importar em alheação de bens do casal; IX aceitar mandato*. Os artigos citados deixam indubitavelmente a mulher em segundo plano. Algo que chama atenção é o artigo VII que proíbe a mulher de exercer profissão, ou seja, trabalhar fora de casa. O Código de 1916 também sustentava a vontade paterna no artigo 186; caso houvesse discordância entre os cônjuges, o artigo 380 dava ao homem o exercício do pátrio poder permitindo-o a mulher somente na falta ou impedimento do marido. O artigo 385, dava ao pai a administração dos bens do filho, à mãe somente no caso da falta do cônjuge varão. Somente em 1962, com o Estatuto da Mulher Casada, é que foram revogados alguns artigos do Código de 1916. Tais como o artigo 393, que retirava da mulher a obrigação de submeter-se ao pátrio poder. Quanto ao artigo 380, que dava ao marido o exercício do pátrio poder somente na falta da esposa, tal estatuto concedeu para o homem e a mulher o direito do exercício desse poder. Podemos dizer que o Código Civil de 1916 é permeado por uma visão patriarcal e foi promulgado quando o casamento era a única forma de constituição da família, sendo que nesta imperava a figura do marido, ficando a mulher em situação submissa e inferiorizada. BRASIL. Lei nº3.071, de 1º de Janeiro de 1916. **Código Civil Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2000. Estatuto da Mulher Casada, disponível em: <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1962/4121>.

Toda essa discussão tornar-se-á mais intensa quando forem abordados os quatro processos criminais, que refletem de forma nítida tais questões. Nessas fontes, inegavelmente, existem discursos normatizadores e a tentativa de domínio da figura feminina, mas, também, há a resistência desses corpos, nem sempre dóceis.

Em “Vigiar e Punir”, Foucault analisa a formação dos *corpos dóceis* a partir do século XVIII, com o advento da sociedade burguesa. O *corpo dócil*, para Foucault, é o corpo perpassado pelo poder disciplinar, útil, produtivo, dominado por inúmeros mecanismos de controle e obediente. Em suas palavras, “um corpo que pode ser manipulado, treinado, que obedece, responde e se torna hábil”.³³⁹

Muito embora esteja presente a docilidade nos corpos analisados nesses documentos, nos quatro casos, as mulheres envolvidas também são dotadas de inúmeras táticas para burlar o poder instituído por meio da criatividade. Michel de Certeau delimita o que entende por *Táticas*. Em suas palavras:

[...] Tática é a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o outro. A tática é o movimento dentro do campo de visão do inimigo e no espaço por ele controlado. A tática não tem a possibilidade de dar a si mesmo um projeto global. A tática é a arte do fraco, é determinada pela ausência de poder, tática é astúcia.³⁴⁰

Nos processos, de início, localiza-se a cena onde se construíram os discursos, as partes neles envolvidas e como se colocam os conflitos existentes nessas fontes. A *cena*, para Dominique Maingueneau, pode ser interpretada como “o lugar onde se fala e as condições para a produção enunciativa daquele que fala”.³⁴¹ Maingueneau classifica a cena enunciativa em três vias: Cena englobante, genérica e cenográfica.³⁴²

Qual o posicionamento do juiz, do promotor público, do delegado de polícia, dos advogados de defesa, em cada processo? Partindo do conceito de Bourdieu, trata-se de autoridades instituídas para falar em nome da lei, assim como os bispos

³³⁹ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. O nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987, p.177.

³⁴⁰ CERTEAU, M. Op. cit., p.91-7.

³⁴¹ MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. 3ªed. Tradução de Freda Indursky. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 1997, p.29-34.

³⁴² Ibid.

e o pontífice romano em nome da fé.³⁴³ Quais representações de mulher e família perpassaram na voz das testemunhas desses processos? Como esses ideais arquitetaram-se?

3.1 A MULHER E O CASAMENTO EM PONTA GROSSA. UM ESTUDO A PARTIR DE PROCESSOS CRIMINAIS (1940-1945):

O início do século XX traz consigo modelos e comportamentos diferentes para as mulheres. Nesse momento, os questionamentos feministas começaram a despontar, e as mulheres passaram a reivindicar maior espaço na sociedade, algo que ocorreu em boa parte do mundo ocidental, nesses anos. Nos Estados Unidos, segundo Nancy Cott:

No início do século XX, a linguagem feminista tornou-se mais familiar para os americanos. A partir dos anos 20, em decorrência da modernidade e da realidade de uma sociedade industrial-burguesa os anseios de liberdade e individualidade das mulheres não mais poderiam ser ignorados pelos agentes sociais. A mulher moderna americana foi vendida juntamente com a urbanidade e o esplendor material da produção em série da nova era. Para as jovens dos anos 20, o reconhecimento da sexualidade feminina tornou-se menos uma questão de rebeldia do que uma forma de se alinhar com um comportamento dominante. Os escritores populares e intelectuais desencadearam uma onda de escárnio contra a moralidade sexual vitoriana, tida como repressiva e hipócrita. De forma velada, o cinema, as revistas populares e os anúncios publicitários trouxeram a “excitação” do sexo para a ordem do dia.³⁴⁴

Nos comentários de Hobsbawm, do outro lado do Atlântico, as mulheres inseriram-se no mercado de trabalho desde o século XIX, devido à industrialização, principalmente, na França e na Inglaterra, onde foi mais intensa. Com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), as fábricas ficaram desprovidas de mão-de-obra masculina, pois a maioria dos homens estava envolvida no conflito. Assim, as mulheres passaram a desempenhar os trabalhos antes realizados por eles, fato que volta a se repetir na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Apesar da força das

³⁴³ Segundo Pierre Bourdieu, o ato de instituir consiste em constituir alguém ou colocar um indivíduo como um “porta voz” dotado de poder pleno para falar ou agir em nome de algo ou alguém. Para Bourdieu, o “porta voz” só existe porque é reconhecido pelo grupo que compartilha de determinado discurso, fazendo com que haja a legitimidade discursiva. BOURDIEU, P. **A economia das trocas linguísticas...**, Op. cit., p.83.

³⁴⁴ COTT, Nancy F. A mulher moderna e o estilo americano dos anos vinte. In: PERROT, Michelle; DUBY, Georges. **História das mulheres no ocidente**. Vol. 5. Porto, Portugal: Afrontamento, 1991, p.95-9.

autoridades, após esses conflitos, para trazer as mulheres de volta ao lar, o período de guerras, de certa forma, levou-as a conquistar alguma independência em relação aos homens.³⁴⁵

O comportamento das mulheres nos anos 1920 soou estranho para os conservadores, como relata o historiador Mark Mazower ao analisar as *Garçonnes* francesas:

As *Garçonnes* da década de 1920, esfuziantes mocinhas de cabelos encaracolados e quadris esguios, revelavam um egoístico amor ao prazer e um medonho desinteresse pelo futuro da nação: “fumando, cortando o cabelo, vestindo calças compridas ou traje esportivo [...] as mulheres parecem cada vez mais com seus companheiros” escreveu um francês horrorizado. Como tais andrógynos poderiam transformarem-se em mães responsáveis?³⁴⁶

As inquietações femininas dos anos 20 chegam ao Brasil. Aqui, a partir da década de 1920, o movimento de mulheres contou com várias adeptas que reivindicaram gradativamente seus direitos; elas tentaram se aproximar, mesmo que parcialmente, da meta mais cobiçada pelas lideranças femininas no período: a participação nos destinos políticos da nação. É o que Getúlio Vargas vai conceder em 1934, o direito ao voto feminino e a maior participação social da mulher na sociedade brasileira, tanto que o governo promulgou o novo Código Eleitoral pelo Decreto nº 21.076, garantindo, finalmente, o direito de voto às mulheres brasileiras.³⁴⁷

Mesmo assim, em 1937, Bertha Lutz³⁴⁸ apresentou à Câmara Federal o projeto que ficou conhecido como “Estatuto da Mulher”, que visava estabelecer leis

³⁴⁵ HOBBSBAWM, E. **A Era dos Extremos**. O breve século XX. 2ªed. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Cia das Letras, 2001, p.51.

³⁴⁶ MAZOWER, M. Op. cit., p.90.

³⁴⁷ A Assembleia Constituinte assegurou, em 1934, o princípio de igualdade entre os sexos, o direito ao voto e a regulamentação do trabalho feminino com equiparação salarial entre homens e mulheres. MIRANDA, Maria Bernadete. Homens e Mulheres- a isonomia conquistada. **Revista Eletrônica: direito, justiça e cidadania**. V.2, nº1, 2011, p.10.

³⁴⁸ Bertha Maria Julia Lutz (São Paulo, 1894 - Rio de Janeiro, 1976) foi uma das figuras pioneiras do feminismo no Brasil. Seu pai, Adolfo Lutz, era oriundo de uma família suíça; sua mãe, inglesa. Era zoóloga de profissão. Estudou ciências naturais em Paris, na Sorbonne, com especialização em anfíbios anuros. Depois de tomar contacto com os movimentos feministas da Europa e dos Estados Unidos, Bertha criou as bases do feminismo no Brasil. Foi a fundadora da Federação Brasileira para o Progresso Feminino, em 1922, após ter representado o Brasil na assembleia geral da Liga das Mulheres Eleitoras, realizada nos Estados Unidos, onde foi eleita vice-presidente da Sociedade Pan-Americana. Foi eleita suplente para deputado federal, em 1934, após fracassar em duas eleições. Em 1936, assumiu o mandato. Suas principais bandeiras de luta eram mudanças na legislação trabalhista com relação ao trabalho feminino e infantil e, até mesmo, a igualdade salarial. Em 1937, com o golpe do Estado Novo, perdeu o mandato. SCHUMAHER, Schuma.; BRAZIL, Érico Vital (Orgs). **Dicionário**

de proteção ao trabalho feminino e alterar o papel da mulher na sociedade familiar, além de estabelecer uma série de medidas emancipacionistas. Esse projeto nunca foi aprovado, mas teve algumas propostas incorporadas à CLT em 1947.³⁴⁹ No entanto, o trânsito entre o almejado e a conquista não se fez de forma automática, especialmente, em se tratando de uma sociedade conservadora como a brasileira.

Todo esse histórico é necessário para a abordagem dos processos criminais de Ponta Grossa. O contexto em que ocorreram situa a cena, algo imprescindível para melhor compreender o comportamento de cada indivíduo presente nesses documentos. Que tipo de mulher o judiciário considerava conveniente, que discursos o mesmo vinculou para as que “fugiam à norma”; em que as testemunhas contribuíram para a legitimação de tais discursos?

Quando se estuda processos-crime, lembra Sidney Chalhoub, nada do que é descrito é fútil. É importante a análise do contexto e a descrição das contradições existentes, as incoerências, as construções ou ficções. O interessante, ao se analisar uma história ali contida, não é descobrir “o que realmente se passou”, e sim tentar compreender como se produzem e se explicam as diferentes versões que os diversos agentes sociais envolvidos apresentam para cada caso. As diferentes versões produzidas devem ser vistas como símbolos ou interpretações cujo significado cabe ao historiador desvendar.³⁵⁰

Para Chalhoub, é só a partir da análise das versões e no contexto de cada processo, na observação constante de cada repetição entre as falas, que se podem desvendar significados e penetrar nas lutas e contradições que se expressam nessas leituras. Como se dão as relações de poder dentro de um casal, de uma família ou de um grupo? Chalhoub responde que essa tarefa árdua e detalhista de desbravar os discursos, os sentidos, os atos e as representações expressos em uma fonte criminal, cabe ao historiador.³⁵¹

Sueann Caulfield, que acompanha e amplia Chalhoub quando analisa processos, em suas análises sobre casos de defloração feminino no Rio de Janeiro, no início do Século XX, expõe:

Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade. Biográfico e ilustrado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. p.106-12.

³⁴⁹ MARQUES, Teresa Cristina de Novaes; MELO, Hidete Pereira de. **Que sejam felizes para sempre!** A mulher e seus direitos na sociedade conjugal. Um exame do Estatuto Civil da Mulher Casada de 1962. Disponível em: http://historia_demografica.tripod.com/bhds/bhd39/estatuto.pdf

³⁵⁰ CHALHOUB, Sydney. **Trabalho, lar e botequim.** O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.21.

³⁵¹ Ibid., p.23.

As questões sociais e jurídicas relativas à honra pessoal eram particularmente complexas, pois, como herança colonial, eram influenciadas pelas variáveis de gênero, cor, raça e classe. As questões que tratavam das condições de vida da mulher, sua participação social, e especificamente sua honra sexual, mereciam cuidados especiais dos pensadores reformistas e conservadores, esses especialmente preocupados com as possibilidades de importação da "desordem econômica e devassidão social" que assolavam a Europa nos loucos anos que deram início ao século 20.³⁵²

O trabalho de Caulfield, juntamente com o de Chaloub, são referências para quem se propõe a estudar processos criminais, questões relacionadas à moral e à honra feminina. A historiadora norte-americana propõe uma ampla análise sobre a modernidade e os valores patriarcais no Brasil, como ambos foram encarados por juristas nas décadas iniciais do século XX e o insistente apego a modelos sexuais antigos. Caulfield também problematiza como esses discursos refletiram-se no cotidiano da população do Rio de Janeiro, mais especificamente das classes populares. Exercício que, aos moldes da autora, desenvolvo quando analiso Ponta Grossa, com o adicional da influência do discurso católico.

3.2 PROCESSOS Nº 319: ERONDINA E RUI

De início, será analisado o caso de Erondina e Rui, processo nº319, da cidade de Ponta Grossa, do ano de 1940. Em dezembro de 1940, Rui Cordeiro namorava a jovem Erondina há um ano. Dizendo gostar muito dela, resolveu pedi-la em casamento, assim, os dois tornaram-se noivos. No entanto, com o passar do tempo, Rui notou uma visível mudança no comportamento da noiva. Segundo seu depoimento na delegacia, ela começou com “liberdades” e passou a não mais manter o “respeito” que tinha pelo noivo, ao se portar como uma mulher “indecente”.³⁵³ Às vezes, aproveitando-se de que estavam a sós, Erondina, na fala do acusado, praticava atos “libidinosos”. No depoimento prestado por Rui, a questão torna-se mais clara:

Rui Cordeiro: Brasileiro com 24 anos de idade, operário, solteiro, católico, alto, magro, dentes mal conservados, sabendo ler e escrever disse: que o declarante há cerca de um ano começou a namorar uma moça de nome

³⁵² CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra**: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro, 1918-1940. Campinas, Ed. da UNICAMP, 2000.

³⁵³ As aspas contidas nas expressões fazem parte dos autos.

Erondina Ferreira Nascimento, a qual naquela época estava namorando um militar, cujo nome o declarante ignora, que nos primeiros meses de namoro, o declarante vendo que tudo ocorria em ordem e por gostar de Erondina, resolveu pedi-la em casamento. No dia em que se tornaram noivos o declarante notou visível mudança no comportamento de Erondina, pois, a mesma começou de liberdades e não se mantinha com respeito o que chamou a atenção do declarante; que alguns dias o declarante visitava sua noiva indo à casa do irmão da mesma, de nome Ubirajara sendo que a noite ele e sua esposa recolhiam-se deixando o depoente a sós com Erondina, a qual se aproveitando então que estavam a sós começava a pegar no declarante, passando-lhe a mão pelo membro, tirando-o para fora enfim praticando todo o tipo de libidinagem e indecência com o declarante. Assim foram passando-se os dias e Erondina sempre provocava o declarante a fim de satisfazer sua sensualidade e volúpia, pois a mesma é muito histérica, não tendo o declarante nunca concordado com tal comportamento da noiva. Que em dezembro passado (1940), Erondina começou a apalpar o declarante como em outras vezes, até que o mesmo terminava; recebendo Erondina o esperma na mão e em dado momento ela pediu para que o declarante chupasse os seus seios e que o mesmo não queria fazer até que Erondina retirando o sôten apresentou-lhe o seio onde o declarante mordeu a fim de ver se a mesma sossegava; que a cada encontro Erondina apresentava-se mais histérica querendo a todo o momento ter relações sexuais com o declarante sendo que este se esquivava por não querer infelicitizar quem quer que seja; que no dia 24 de dezembro a noite sendo véspera de natal, o declarante foi visitar a sua noiva, e depois de ter Ubirajara e sua esposa recolhido-se. Erondina começou a provocar o declarante levantando a saia e sentando em seu colo, passando a mão em seu membro viril até que enfim convidou o declarante para copular; tendo sido repelida, Erondina contou ao declarante que não era mais moça e que o mesmo poderia certificar-se naquele momento;³⁵⁴

Rui disse que nunca concordou com o comportamento da noiva. Não se conformava com sua “ânsia sexual” (grifo meu). Quando Erondina lhe disse que não era mais virgem, Rui ficou impressionado, não só com a confissão, mas também com as “habilidades” dela na hora das intimidades, relata em seu depoimento:

[...] que devido aos atos indecentes de Erondina a qual fazia tudo para o declarante; esta havia conseguido na farmácia uma peça vulgarmente conhecida por “Camisa de Vênus” usando o mesmo por solicitação da própria Erondina, a qual não queria ficar grávida, pois há tempos que desejava satisfazer seus desejos carnavais e não queria que ficasse qualquer vestígio da cópula, que assim sendo e estava o irmão de Erondina deitado no quarto ao lado. Erondina foi ao quarto para certificar-se que seu irmão estava realmente dormindo, voltando em seguida sem saia e calças, dizendo ao declarante que não havia perigo; o declarante colocou a Camisa de Venus no pênis e ficou sentado na cadeira enquanto Erondina suspendia o resto de suas roupas deixou que o declarante descesse as suas para em seguida sentar sobre seu membro. Notou o declarante que seu membro penetrava com facilidade na vagina de Erondina e que não havia vestígio algum de sangue, bem como a “Camisa de Venus estava em perfeito estado que assim o declarante ficou ciente de que Erondina lhe falava a verdade quando confessou-lhe não ser mais Virgem e que seu ex-namorado cujo nome não quis revelar é que havia a deflorado há muito

³⁵⁴ Processo nº319, Caixa 3. Acervo de processos crime do Departamento de História da UEPG.

tempo; que assim o declarante passou mais uns tempos tendo relações a pedido de Erondina, mais uma ou duas vezes; sendo que nessas ocasiões é que o declarante tomou conhecimento que Erondina era uma moça conhecedora de meios empregados por uma mulher viciada para satisfazer seus desejos indecentes; que o declarante por ser homem e frequentar casas de tolerância, admirou-se com os conhecimentos de Erondina e os meios utilizados pela mesma para satisfazer a si própria; que o declarante soube pela própria Erondina que por ocasião de ter mantido relações com seu ex-namorado sendo ainda ingênua havia ficado grávida e que então uma senhora ensinou como provocar um aborto o que foi feito para Erondina que assim pode encobrir sua falta e que agora só andava com homem que usasse meios de evitar filhos; que o declarante pode afirmar não ter ele sido o deflorador de Erondina e afirma que a mesma falou agora dizendo que o fato ocorreu em dezembro, por não poder provar, caso fosse dizer que era mais recente, pois Erondina sabe muito bem que os médicos decorridos quarenta dias não podem precisar a época em que verificou-se o defloramento, facilitando-lhe assim a situação, para apresentar-se como uma vítima que o declarante nada mais tem a declarar. Podendo apenas firmar sua inocência no presente caso. Nada mais disse e lhe foi perguntado.³⁵⁵

Na fala de Rui, pode-se perceber abertamente a sua posição em relação aos comportamentos femininos que “fugiam à regra”. Para Rui, a noiva ideal deveria ser recatada e virgem, ao contrário de Erondina. Rui também declarou que, na época em que a conheceu, ela havia terminado um relacionamento com um militar, ou seja, na versão de Rui, ele não foi o primeiro namorado de Erondina.

Antes de analisar a versão de Erondina, é interessante prestar atenção nos detalhes da fala de Rui. Quando ele diz que sua noiva possuía um comportamento com o qual não concordava ou que ela havia passado a ter “liberdades”, uma dessas liberdades, sem dúvida, seria o exercício sexual para satisfação própria. Algo “indesejável” para uma “moça de família”, “honesta”, casadoira e “virtuosa”, como a maioria das mulheres deveria ser até o casamento. Rui identificou a quebra dessa norma na noiva, sendo que, em seu depoimento, classificou seus atos como “libidinagem” e “indecência”.

Rui também reafirmou sua posição “dominante de homem” ao dizer que frequentava casas de prostituição e conhecia bem o comportamento das mulheres que exerciam tal função, não deixando de associá-las às práticas empregadas por sua noiva. O depoimento de Rui é coberto de juízos de valor, no qual deveria prevalecer a virilidade masculina e o recato feminino no que tange à sexualidade. Ao designar Erondina de histérica, viciada e indecente, Rui desqualificou sua futura esposa, se posicionou declaradamente no sentido de não concordar e não querer

³⁵⁵ Ibid.

para si, como mãe de seus futuros filhos, uma mulher com tal comportamento. Nota-se que Rui declara-se católico quando lhe é perguntada sua religião, algo corrente nos processos crime estudados, como aparecerão nos outros casos. Para Rui, Erondina estava mais próxima da “imoralidade” que da “virtude”.

Erondina, ao manifestar seus desejos, não só deixou o noivo surpreso como também sem condições de conviver com um comportamento que, na época, não era permitido para uma mulher “honrada”. “Honra” era então o conceito mais utilizado para descrever uma mulher e, por muito tempo, foi utilizado pelo judiciário. Para Caulfield³⁵⁶, o conceito de “honra” sofreu inúmeras interpretações dos juristas brasileiros e consequentes mudanças. Desde a promulgação do Código Penal de 1890, o defloramento foi considerado crime contra a família. Tratava-se de um ato que manchava a então honra da mulher, pois tal crime era interpretado como uma afronta ao que o sexo feminino tinha de mais valor, sua virgindade.

Segundo a historiadora, com o advento da modernidade nas décadas iniciais do século XX e a emergência de uma nova mulher, que passou a desempenhar múltiplas formas de comportamento, os crimes contra a honra também passaram a ser repensados. Inúmeros juízes conservadores e antimodernos uniram suas forças para acabar com o crime de defloramento; não que concordassem que o crime fosse uma barbárie arcaica e fruto de pensamentos retrógrados de uma sociedade patriarcal, ao contrário. Para esses juízes, a honra a ser defendida deveria se dar somente à “verdadeira mulher”, que obrigar-se-ia a ser virtuosa, inocente e recatada; em suas interpretações, isso não cabia à mulher moderna.

A lei, na visão de Caulfield, deveria proteger apenas aquela jovem cuja inocência e ingenuidade a levasse a acreditar em promessas de casamento e a cometer atos que não podia compreender muito bem. Essas novas interpretações desembocariam na extinção do crime de “defloramento” e sua reversão para o de “sedução” no novo código penal de 1940. No novo código, somente adolescentes até 18 anos seriam enquadradas como vítimas desse crime, algo que, no código de 1890, se estendia às mulheres de 21 anos de idade. São novas interpretações jurídicas do conceito de honra, porém, o viés patriarcal não deixa de existir, visto que o ranço contra a mulher moderna torna-se nítido no crime de sedução, devido à diminuição da idade das vítimas de 21 para 18 anos.³⁵⁷

³⁵⁶ CAULFIELD, S. Op. cit., p.193.

³⁵⁷ Ibid.

Retomando o processo de Rui e Erondina, é perceptível a tentativa do noivo Rui de esquivar-se do ato. Na fala da vítima, o noivo Rui, em certa ocasião, passou a duvidar de sua “pureza”, pedindo para que a mesma provasse se ainda era virgem. Erondina concordou em se entregar ao noivo, pois, segundo ela, o amava e tinha esperança de logo casar. Como nota-se em seu depoimento:

Erondina Ferreira, com vinte e um anos de idade, doméstica, católica, sabendo ler e escrever disse: que a declarante namorou acerca de um ano um rapaz de nome Rui Cordeiro, operário e residente nesta cidade; tal namoro foi prosseguindo e tendo a declarante cada vez mais criado amizade até que em junho do ano anterior contrataram casamento, motivo pelo qual a declarante frequentava a casa da mãe de seu noivo e esse frequentara a residência do irmão da declarante, onde esta encontra-se hospedada; que assim foram passando-se os meses e a declarante depositava intensa confiança em seu noivo a quem dedicara todo o seu amor, dando-lhe toda a sua amizade que no dia 24 de dezembro passado pelas 23 horas a declarante encontrava-se em casa de seu irmão Ubirajara em companhia de seu noivo Rui, sabendo que Ubirajara e sua esposa haviam se recolhido ao seu quarto, deixando a declarante só com Rui na sala; assim que ficaram ambos conversando até àquela hora, Rui alegando que a declarante devia sua honra para outro, pediu que a mesma lhe provasse o contrário e tanto insistiu neste ponto até que a declarante concordou em se entregar a Rui por ser o mesmo seu noivo e pelo amor que lhe dedicara que na ocasião em que estavam copulando Rui deu uma mordida no seio da declarante, da qual resultou uma inflamação sendo que a mesma até agora purga, que a dentada acima proferida, foi dada por Rui; alguns dias antes de 24 de dezembro não podendo a declarante precisar a data, que depois da noite de 24 de dezembro a declarante ainda manteve relações sexuais com Rui inúmeras vezes nunca tendo falado a pessoa alguma por ter esperanças de casar, visto tratar-se de seu noivo; que a declarante não ficou grávida, julga que devido a conselhos de Rui, pois esse ensinou-a que tomasse uma caneca de água com sal bem forte assim evitaria a gravidez e a declarante seguindo tais conselhos crendo que a salmoreia é que evitou a gravidez se continuasse a cerca de um mês. No dia 19 de Janeiro, Ubirajara irmão da declarante, recebeu uma carta de Rui desfazendo o noivado, alegando seu estado de saúde e falta de recursos para casar no momento em que em vista da citada missiva a declarante contou o fato a sua prima Eufrosina Ferreira, sendo que para esta a declarante contou o ocorrido alguns dias depois de ter mantido relações sexuais com Rui, e depois da carta contou aos demais parentes; que a declarante em vista da situação criada, resolveu mandar um intermediário saber se Rui por um modo amigável repararia o mal praticado, tendo o mesmo recusado-se; em virtude de que se viu forçada a recorrer a esse meio; que a violência usada por Rui para conseguir seus intentos foi a promessa de desfazer o noivado por saber que a declarante não era mais moça honrada, e para provar-lhe o contrário entregou-se a Rui e se assim procedeu foi por ama-lo, que a declarante afirma por juramento que nunca manteve relações sexuais com outro homem qualquer sendo seu noivo Rui Cordeiro Antunes, quem a defloraria, motivo pelo que pede para que lhe seja feita justiça, pois o que acima declarou é a expressão da verdade. Nada mais foi dito e perguntado.³⁵⁸

³⁵⁸ Processo nº319. Op. cit.

A carta de Rui desfazendo o noivado alegava problemas de saúde por parte do réu e, naquele momento, ele não possuía condições financeiras para casar. A família de Erondina mandou um intermediário saber se Rui repararia de modo amigável o “mal” praticado. Rui acabou recusando a proposta de “reparação”, levando o pai da vítima, o senhor Otávio Ferreira, a denunciá-lo. Pode-se perceber que, tanto na versão de Rui quanto na de Erondina, o que permeava o caso eram os conceitos de “decência”, “honra” e “respeito”. Nota-se, ao analisar esse processo, o quanto os indivíduos envolvidos estavam amalgamados nos inúmeros discursos vigentes na época a respeito da mulher, da família e dos comportamentos sexuais. Pode-se dizer que, no contexto estudado, havia por parte das personagens uma interdição no que tange aos discursos sobre a sexualidade. Algo evidente no depoimento das testemunhas. A primeira delas é o senhor Zyres Natal:

[...] brasileiro, casado, católico, com vinte e sete anos viajante comercial, sabendo ler e escrever, residente nesta cidade, aos costumes não disse nada, disse: que no dia trinta de Março último (1941), o depoente procurado pelo senhor Otávio Ferreira (pai de Erondina), residente em Irati, telefonicamente solicitando para que em companhia do senhor Teodorico Martins, residente nesta cidade averiguasse o que de anormal se passava com sua filha de nome Erondina que explicitou o depoente por telefonema ter sabido naquela localidade que sua filha acima citada tinha sido deflorada pelo seu ex-noivo Rui Cordeiro, que Rui havia escrito uma carta a Erondina, desmanchando o noivado retirando sua palavra empenhada que após o telefonema o depoente procurou o senhor Teodorico Martins e em companhia deste e do senhor Luiz Vieira (tio de Erondina) dirigiu-se a casa em que reside a senhorita Erondina, a fim de ouvi-la tendo a mesma declarado que confiando na palavra de seu noivo Rui, entregou-se ao mesmo, dado a afirmativa que por todos os meios foi posto a prova, o depoente e os que acompanhavam dirigiram-se a residência do senhor Rui, a fim de ouvi-lo a fazê-lo cumprir com seu dever de homem que em princípio Rui se pôs em estado de susto e no decorrer da conversação externou os seus sentimentos com os seguintes dizeres: “que de fato tinha a obrigação de casar com Erondina, mas que seu estado de saúde e mais a situação financeira não lhe permitiam conforme a carta que escreveu a Ubirajara, irmão de Erondina, visto que as suas despesas com o médico e que o seu salário reduzido como empregado de uma serraria poderiam atestar; que digo que ele Rui estava disposto a resolver satisfatoriamente essa situação sem intervenção das autoridades competentes. Coincidindo esses seus desejos com os dos que lhe ouviam, dado isso o depoente convidou-o a comparecer em sua residência as treze e trinta horas daquele dia a fim de combinarem o auxílio em qualquer circunstância que o depoente poderia prestar-lhe. Que a hora combinada Rui não compareceu, tendo pelas 14h20min chego em companhia do segundo sargento Joaquim Ribas seu padraсто que expôs em detalhes a situação de seu enteado Rui e que o mesmo não era responsável pelo defloramento de Erondina, que o depoente interpolando para Rui perguntou-lhe quantas vezes esteve ele com Erondina depois de tê-la deflorado, pelo que Rui respondeu três vezes com ela; que pelas prerrogativas do sargento Joaquim Ribas em não querer aceitar a culpabilidade de seu enteado o depoente desistiu de cooperar para que esse assunto fosse resolvido amigavelmente entre as duas famílias que

o depoente afirma ser a expressão da verdade. Nada mais disse e lhe foi perguntado.³⁵⁹

Ao esmiuçar atentamente o depoimento do senhor Zyres, que era amigo dos tios de Erondina, apreende-se que os conceitos de honra vigentes na época são perceptíveis em sua fala. Quando ele designa como “o dever de um homem” reparar o “mal concedido” a uma mulher, nota-se quanto os valores calcados no matrimônio, na família e na moral estavam presentes nesse indivíduo. A própria questão do defloramento de uma mulher ser considerado uma grande ofensa às famílias mostra amplamente a incorporação de uma moralidade pelas pessoas simples. Pela manutenção da moral, muitas pessoas não hesitavam em procurar as autoridades para corrigir os “desvios” e tudo aquilo que era visto como “indecente”.³⁶⁰ Em seguida, o depoimento da segunda testemunha do caso Erondina:

Teodorico Ferreira, brasileiro, casado, com quarenta e sete anos de idade, comerciante, católico, sabendo ler e escrever, residente na Rua Pinheiro Machado nesta cidade. Que o depoente há uns quinze dias atrás se recordando que meu irmão foi procurado pelo senhor Zyres Natal ao qual expôs-lhe que em virtude de um telefonema que o mesmo recebera de seu amigo Otávio Ferreira (irmão de Teodorico), residente em Irati tinha necessidade que o depoente o acompanhasse até a residência do senhor Luiz Vieira que o depoente acedeu incontinenti visto tratar de um caso de honra da família, que em conversa com o senhor Zyres o depoente soube que Otávio lhe pedia para intervir junto a sua filha Erondina Ferreira (sobrinha de Teodorico) que residia em casa de seu irmão Ubirajara a qual estava noiva de um rapaz de nome Rui Cordeiro e este sem motivo justificado havia escrito uma carta desfazendo o noivado. Em posse desses informes o depoente e o senhor Zyres dirigiram-se a casa de Luiz Vieira (amigo da família) e em companhia deste a residência de Ubirajara que ali chegando interrogaram Erondina, tendo a mesma declarado que recebera uma carta de Rui desfazendo o noivado por encontrar-se enfermo e sem recursos, motivo pelo qual não podia assumir a responsabilidade de casar-se, que então o depoente perguntou-lhe se era verdade que a mesma havia sido deflorada por Rui ao que Erondina respondeu afirmativamente dizendo que Rui no mês de Janeiro corrente, não discriminando o dia deflorou-a depois de iludida e deflorada para mais tarde desfazer o noivado e mandou uma carta a Ubirajara que de posse dessas informações dirigiu-se em companhia de Zyres Natal e Luiz Vieira a casa de Rui a quem falaram a respeito de seu noivado com Erondina, sendo que por Rui foi confirmado os dizeres de sua carta; então o depoente falou-lhe que Erondina havia declarado que Rui deflorou-a em Janeiro, ao que o mesmo disse-lhe que já estava cansado dessa vida de solteiro e que Erondina possuía dotes, motivo que casando seria melhor que em vista desta afirmativa de Rui, todos confiavam em seu casamento com aquela, motivo em que o senhor Zyres convidou Rui para aquele mesmo dia pelas treze ou quatorze horas ir a sua residência dar uma solução definitiva ao caso, retirando-se em

³⁵⁹ Ibid.

³⁶⁰ Segundo a Historiadora Sueann Caulfield, no código penal brasileiro de 1890, as ofensas sexuais eram crimes contra a segurança da honra e a honestidade das famílias. CAULFIELD, Sueann. Op. cit., p.74.

seguida, que o depoente não sabe se Rui foi ou não em casa do senhor Zyres sabendo que o mesmo negou-se a casar com Erondina em virtude do presente processo; que o depoente afirma nada mais saber em relação ao presente fato. Nada mais disse e lhe foi perguntado.³⁶¹

É perceptível uma contradição no depoimento da testemunha, pois, nas falas de Erondina e de Rui, o ato sexual havia ocorrido no dia 24 de dezembro de 1940 e não em Janeiro de 1941, como afirma a testemunha. Tal contradição mostra toda a astúcia de Erondina, pode-se dizer, tática para se livrar do “peso” de ser apontada na rua, ficar falada. Seu objetivo maior era conseguir a todo custo casar com Rui. Tanto que, em suas declarações a Zyres, Erondina acaba se confundindo com a data do ocorrido, falando que seu defloramento ocorreu em Janeiro e não em Dezembro. Uma questão saliente na fala da testemunha é que, atendendo ao pedido do irmão Otávio, o depoente não hesitou em atendê-lo por tratar-se de algo referente à honra de sua família. Assim, são perceptíveis como os laços de parentesco e amizade no contexto estudado eram armas de exercício de poder sobre os corpos que fugiam à normatividade.

Para Erondina, o mais interessante seria punir o noivo pelo “mal” que ele havia causado, antes que ela fosse punida por exercer o papel de “mulher fácil”. Rui muitas vezes denominou-a de “histérica”, querendo a todo o momento ter relações sexuais, algo inaceitável naquele momento para uma “donzela”. Tendo Erondina, por conta própria, tomado a iniciativa de convidar Rui para ter relações sexuais e ainda cuidar de todos os detalhes, acarretou o solapamento de todas as convenções sociais que deveriam ser seguidas por uma “moça de família”. Na interpretação que se faz da fala de Rui, Erondina, com suas táticas, burlou o domínio instituído e procurou, ao mesmo tempo, sanar a imagem negativa que ganharia caso não casasse imediatamente; por isso ela denunciou-o.

Em seu depoimento, Rui disse ter percebido que Erondina era uma moça conhecedora de *métodos empregados por uma mulher viciada*.³⁶² “Sendo homem” e já tendo frequentando “prostíbulos”, admirou-se com as práticas de Erondina e os meios utilizados para satisfazer “a si própria”. Erondina ainda teria lhe contado que “já havia ficado grávida do ex-namorado” e com ajuda de uma senhora teria provocado um aborto, por isso ela exigia que Rui usasse um método para evitar

³⁶¹ Processo nº 319, Op. cit.

³⁶² Ibid.

filhos. Todos esses métodos empregados por Erondina fizeram com que Rui recuasse em seu pedido de casamento.

A questão de saúde e de falta de recursos alegada pelo mesmo pode ser interpretada como uma tática para o réu fugir, deixando de lado Erondina, não querendo para si uma esposa que fugia totalmente ao modelo de mulher que a maioria dos homens procurava para casar. Com esse posicionamento, Rui reafirmou a visão masculina dominante na época.

Finalizados os depoimentos, o delegado regional de polícia, senhor Otávio Laroca, chegou à conclusão final do caso. Antes de passá-lo ao juiz criminal da comarca, o delegado disse que: “Não poderia Erondina ter sofrido a ruptura da membrana do hímen sem soltar um gemido sequer e este teria sido ouvido por Ubirajara e sua esposa o que chamaria atenção”.³⁶³ Ou seja, a conclusão da autoridade policial é que, se Erondina fosse realmente virgem na noite do ato, provavelmente, seu irmão Ubirajara, que se encontrava dormindo, ouviria algum barulho, o que não ocorreu. O fato demonstra que o delegado se colocou a favor do réu Rui Cordeiro.

O caso de Erondina e Rui não se resolveu com a conclusão final da polícia. O inquérito foi levado para ser avaliado pelo judiciário, porém, sem delongas nem novos depoimentos³⁶⁴, o juiz da comarca apenas se pôs a avaliar o caso e a dar a sentença final. No relatório final do então processo, o que chama atenção é que, no período em que o trâmite estava sendo encaminhado para o parecer final do juiz, Rui foge de Ponta Grossa para a cidade de Entre Rios (PR). Nessa cidade, casa-se com Erondina, como atestou a certidão de matrimônio anexada aos autos do processo.³⁶⁵

³⁶³ Ibid.

³⁶⁴ De início, o caso de Erondina e Rui tratava-se de um inquérito policial. Os inquéritos são o principal instrumento de coleta de informações a fim de compor um possível processo crime. Nos procedimentos penais, cabe ao Estado reunir elementos que comprovem a infração cometida pelo indiciado por meio da instauração de um inquérito policial. Por ser um elemento pré-processual da ação penal, o momento que antecede e justifica a necessidade de instauração de um processo crime, os inquéritos são considerados a porta de entrada da justiça. O inquérito de Erondina e Rui tornou-se um processo porque a polícia não chegou a conclusão alguma sobre a materialidade do desvirginamento da vítima, sendo o caso remetido ao Ministério Público. E se averiguou as causas do inquérito e o levou para o parecer final do juiz da comarca. SARTORI, Guilherme Rocha. **Práticas discursivas: um estudo sobre crimes de defloração (1920-1940) na comarca de Bauru (SP)**. In: Anais Fazendo Gênero 9, diásporas, diversidades e deslocamentos: 23 a 26 de Agosto de 2010. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277830548_ARQUIVO_trabalhocompleto.pdf

³⁶⁵ Processo nº 319. Ver anexos.

No veredicto final, o Juiz Joaquim Meneleu de Almeida Torres³⁶⁶ finalizou a sentença da seguinte forma:

Erondina afirma ter sido deflorada em vinte e quatro de Dezembro de 1940, [...] contradizendo-se quando afirmam as testemunhas ter sido no final de Janeiro. Não poderia Erondina sofrer a ruptura do hímem sem soltar nenhum gemido sequer. E esse teria sido ouvido por seu irmão e a esposa que dormiam no quarto ao lado. Usando a Camisa de Vênus e vendo que Erondina era experiente, Rui percebeu que ela não era mais virgem e que há muito já havia sido deflorada. Porém é visto que o casamento, no caso do defloramento de mulher virgem e menor é de fato a causa excludente da pena. E a certidão dafls 32 de certidão de casamento anexa aos autos prova que o acusado contraiu matrimônio com a menor ofendida. Perempta ficou assim a presente ação penal, dada a exclusão da pena pelo casamento. Tendo o mal sido reparado. Pelo exposto julgo extinta a pena e que se archive o processo; pondo-se sobre ele perpétuo silêncio discricção. Publique-se, institua-se e registre-se.³⁶⁷

Segundo o delegado que conduziu o caso, houve muitas contradições nos depoimentos; a contradição se fez sentir também na decisão do juiz. Pois algumas testemunhas afirmaram que Erondina havia sido deflorada em Janeiro, sendo que ela, em depoimento, afirmou o contrário; em sua versão, o fato ocorreu na noite de 24 de dezembro de 1940. Para pôr um fim ao processo, Rui acabou casando com

³⁶⁶ *Joaquim Meneleu de Almeida Torres*: São poucas as informações que foram possíveis levantar do juiz que conduziu os quatro processos criminais analisados neste trabalho. Devido à quase inexistência de fontes que tratassem de sua vida, tracei um quebra cabeças para resgatar sua atuação profissional. Por meio de pesquisas na biblioteca de direito da UFPR, de atas no Arquivo Público do Paraná e pesquisas na internet, foi possível construir o perfil biográfico do juiz. Porém, com muitas lacunas e informações deslocadas. Sabe-se que Joaquim Meneleu de Almeida Torres foi professor e juiz por muitos anos no Estado do Paraná, exerceu essas funções não só em Curitiba, mas em cidades do interior do estado. É possível dizer que tratava-se de um homem com formação excepcional. Nas atas do Ginásio Paranaense disponíveis no Arquivo Público do Paraná, consta que foi professor daquela instituição entre 1926 e 1927. Na lacuna que separa sua carreira no magistério e de jurista, foi descoberto que foi o primeiro juiz da Comarca de Siqueira Campos, no ano de 1927. Segundo José Maria Petroski, como jurista, Meneleu de Almeida Torres era “íntegro, sempre manteve uma linha impecável, soube impor-se entre seus pares, e suas sentenças sempre foram acatadas e respeitadas”. Como professor, teve muitos discípulos e seguidores. Entre 1937 e 1949, foi juiz interino da Comarca de Ponta Grossa. Católico fervoroso, faleceu em Outubro de 1952, quando estava em pleno exercício de sua função como juiz da 1ª Vara Criminal de Curitiba.

Essas informações encontram-se disponíveis em: VERNALHA, Milton Miró. **Juízes do Paraná**. Curitiba: Tribunal de Justiça do Paraná, 1991, p.97. Arquivo Público do Paraná: atas do Ginásio Paranaense (1926-1927): disponível em: http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosSecretarios/Ano_1925_1926_MFN_814_Parte3.pdf; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **O projeto de desenvolvimento dos Campos Gerais-PR e a Educação**. UEPG/UNICAMP. Grupo de pesquisa Campos Gerais-PR. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/revis/revis11/art19_11.htm. BLOG DA FAMÍLIA PETROSKI: Site: <http://familiapetroski.blogspot.com.br/2010/04/praca-joaquim-menelau-de-almeida-torres.html>.

³⁶⁷ PROCESSO nº 319. Op. cit.

Erondina na cidade de Entre Rios e, em seguida, embarcou com a esposa para o Estado de São Paulo, onde, a partir de então, não se teve mais notícias de ambos.

Uma possível razão dessa “fuga” para São Paulo pode ser o fato de os noivos sentirem a necessidade de ficar afastados das pessoas envolvidas em suas vidas particulares. A perda da virgindade de Erondina ficou conhecida por seus parentes, seu pai e seu irmão. A forma mais fácil de o caso ser esquecido, naquele momento, era deixar Ponta Grossa e viver em outro lugar.

Existem inúmeras possibilidades de analisar o caso de Rui e Erondina. Rui reafirmou sua a posição de homem, desqualificou a noiva, colocou nela a culpa pelo fato ocorrido. Mesmo que tenha sido simplesmente para se livrar de um processo e de uma punição por defloração, ele atribuiu a Erondina palavras que, além de desqualificá-la como pessoa, colocaram-na sob a pejoratividade que então marcava todas as mulheres que fugiam à norma. A “qualquer”, a “vulgar”, a “indecente”, a “furada”.³⁶⁸

Para o judiciário, Rui, ao tomar a atitude de casar com Erondina, reparou o “mal cometido”, tanto que tal expressão foi proferida pelo próprio juiz quando do veredicto final. Na análise desse caso, pode-se visivelmente identificar os estereótipos sobre a mulher que desempenhava a sua sexualidade e, também, a reafirmação do papel masculino. Rui, ao denominar Erondina de “histérica”, “mulher viciada” e “conhecedora do sexo”, legitimou o papel feminino tradicional, ou seja, para uma “moça casadoira”, um comportamento como o descrito por Rui não traria uma boa imagem. Ao almejar ser mãe e esposa, Erondina deveria, em primeiro lugar, “exercer o papel sexual somente para a procriação”, jamais sentir prazer ou demonstrar desejo.

Outros detalhes chamam atenção na fala de Rui. Ao dizer que, “sendo homem”, portanto conhecedor de casas de prostituição, ele reafirmou o seu “papel masculino”. Na época em questão, o homem exercia tranquilamente a sexualidade, sem consequências. Em suma, para satisfazer os desejos masculinos, o “bordel” ou “cabaré” desempenhava sua função. No entanto, para o casamento e a maternidade dos filhos, era muito mais “conveniente” para um homem uma “moça de família”, “recatada” e “sexualmente inexperiente”. Todos esses valores e normas morais e

³⁶⁸ Expressões populares dos anos 1930, 40 e 50. Trabalhados por Mary Del Priore em sua obra: **Histórias íntimas**. Op. Cit., p.165-6.

comportamentais aparecem novamente na fala das autoridades, na qual Erondina é vista como a verdadeira culpada.

O delegado e o juiz, ao encontrarem indícios de contradição na fala das testemunhas, como o dia do defloramento, por ela exigir do noivo o uso de um método contraceptivo ou pelo fato de, na noite da relação, não haver indícios de “gemidos” ou barulho algum (algo que aconteceria se ela fosse virgem); esses argumentos reforçaram a defesa de Rui e moldaram a figura de Erondina como sedutora e “devassa”.

Os fatos apurados pelos interrogatórios pesam sobre Erondina. Ela passa a ter uma imagem negativa perante a justiça, ganhou a fama de “mulher fácil”, “conhecedora do sexo”, “violadora dos fins sexuais”, ou seja, a procriação. Todas essas atitudes de Erondina levaram, principalmente, o delegado a ficar a favor de Rui, nesse caso, o “homem seduzido”. Tanto que a denúncia feita por ela acaba sem fundamento, quando o delegado afirmou as contradições das versões expostas. Mesmo assim, Rui acabou casando com Erondina e mudando-se para o Estado de São Paulo, algo elogiado pelo judiciário. Quando do encerramento do caso, o juiz comentou que “esta atitude foi bem pensada para reparar os males cometidos”.³⁶⁹ Esses “males”, sem dúvida, foram a prática de sexo antes do casamento.

Em relação à fala das testemunhas, os mesmos valores são reafirmados. Os laços de parentesco e a defesa da família são claros quando o pai, os tios e o irmão de Erondina tentam convencer Rui a se casar. Os valores morais e a defesa da honra familiar, de forma muito semelhante, são explicitados no processo seguinte.

3.3 PROCESSO Nº 317: MARIA E RAUL

O processo nº 317³⁷⁰, de 1941, de Ponta Grossa, não foge muito ao de Rui e Erondina. No entanto, com novos personagens: Maria Cardim, com vinte anos de idade, considerada menor³⁷¹,

³⁶⁹ PROCESSO nº 319. Op. cit.

³⁷⁰ Processo crime nº 317 do acervo do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa, ano 1941. Caixa 2.

³⁷¹ Até o código penal de 1940 entrar totalmente em vigor, a maioria no Brasil era de 21 anos. Homens e mulheres eram emancipados do pátrio poder aos 21, embora as mulheres renunciassem a essa emancipação legal no ato do casamento. SEVERIANO, Jorge. **Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Jacinto Ribeiro dos Santos, 1923, p.62.

Há dois anos havia iniciado namoro com um moço chamado Raul. O rapaz aparecia frequentemente na casa de Maria, mas não entrava porque não era convidado, assim conversavam no portão. Raul nunca havia pedido Maria em casamento, porém falava sempre que o final do namoro seria o casamento. Maria disse que sempre passeava a noite com o namorado e voltava para casa no carro de Raul. Certa noite passeando com namorado em uma rua afastada do centro, Raul a “deflorou”, Maria tentou agir em defesa de sua “honra”, mas Raul conseguiu seus “intentos”.³⁷²

Segundo a vítima, desde o início do namoro Raul tentava induzi-la a se entregar, com a promessa de casamento. Como é possível identificar na denúncia formal feita ao Ministério Público³⁷³ e formalizada pelo promotor da Vara Criminal de Ponta Grossa:

O representante do ministério público, abaixo nomeado, no uso de suas atribuições, vem perante vossa excelência para apresentar denúncia contra o indivíduo Raul Pedro Dal Col, com vinte e dois anos de idade, solteiro, comerciante, brasileiro, católico, sabendo ler e escrever, residente nesta cidade, pelo fato criminoso que passa a expor:

[...]

O denunciado há mais ou menos dois anos, conheceu a menor Maria da Penha Abilhoa Cardim, daí surgindo um namoro entre os dois, indo sempre o denunciado palear com Maria nas imediações da casa desta, e fazia alguns passeios pelos pontos centrais da cidade na companhia de sua namorada. Até que em outubro do ano de 1940, o denunciado Raul adquiriu um automóvel (baratinha) e nesse veículo fez ainda alguns passeios com Maria até que em outubro mesmo, quando passeavam pelos arredores de oficinas (bairro da cidade- grifo nosso) desta cidade as 20h30 horas mais ou menos, o denunciado após repetir mensagens de casamento que antes fizera a sua infeliz vítima, conseguiu dentro do próprio automóvel deflorá-la repetindo por outras vezes o coito com sua namorada, sem que, no entanto cumprisse o prometido. A vítima é menor, de vinte anos, honesta, virgem e miserável.³⁷⁴

Na delegacia a denúncia foi feita pela mãe da vítima, a Senhora Alzira Cardim:

Alzira Cardim, viúva, brasileira, católica, residente nesta cidade, mãe da menor Maria da Penha Abilhoa Cardim, com 20 anos de idade, vem com todo acatamento requerer que seja instaurado um inquérito competente contra Raul Dal'Col residente nesta cidade, pois o mesmo é antigo namorado de sua filha menor sob promessas de casamento, seduziu-a

³⁷² Processo nº317, Op. Cit.

³⁷³ Nota-se que o extrato social a que Maria Cardim pertencia era de pobreza, visto que ela foi declarada como miserável. Nos processos em que as vítimas eram muito pobres, geralmente, a polícia concluía que a família não poderia arcar com os custos do processo o que justificava a intervenção do Ministério Público. CAULFIELD, S. Op. cit., p.206.

³⁷⁴ Processo nº317. Op. cit.

deflorando-a isso há quatro meses, e agora vem se esquivando de cumprir a sua promessa.³⁷⁵

A mãe de Maria requereu para a defesa da honra de sua filha cinco testemunhas que, de imediato, foram convocadas para a abertura do inquérito. No depoimento de Maria, os fatos são relatados da seguinte forma:

Aos vinte dias do mês de fevereiro de 1941 nesta cidade de Ponta Grossa na delegacia regional de polícia às nove horas da manhã, presente o major Scheleder, delegado regional, comigo escrivão de seu cargo abaixo assinado, compareceu Maria da Penha Abilhoa Cardim, menor, de 20 anos de idade, católica, filha legítima de José Gambôa do Vale Cardim, já falecido e de Alzira Abilhoa Cardim que também está presente, natural de Pernambuco (Recife), sabendo ler e escrever, doméstica, católica, a qual declarou o seguinte: que mais ou menos há dois anos conheceu um moço chamado Raul Dal' Col, residente na rua Carlos Cavalcante nº45, com ele iniciando um namoro do qual sua genitora teve logo conhecimento por intermédio da própria declarante que costumava contar a sua mãe tudo que consigo sucedia; que Raul aparecia frequentemente em casa da declarante, mas não entrava, porque para isso não era convidado; assim conversaram no portão e às vezes pela calçada; que Raul nunca pediu a declarante em casamento, porém falava sempre que o final do namoro seria o casamento; que a declarante algumas vezes foi a praça da estação, á noite conversar com Raul, outras vezes iam juntos a Praça Rio Branco, na fonte luminosa, e voltavam para casa que, em outubro último Raul comprou um automóvel (baratinha) e a declarante ia passear com ele, a seu convite pelas ruas afastadas do centro e a noite, que em certa noite do referido mez de outubro quando passeavam de baratinha no bairro das oficinas, no interior do próprio automóvel, Raul abusou da virgindade da declarante, deflorando-a, que ela declarante tentou agir em defesa de sua honra, mas, Raul insistiu até conseguir seu intento; que a mais ou menos um ano atrás, e por diversas vezes Raul já havia tentado induzir a declarante a se lhe entregar sob promessa de casamento que depois de haver sido deflorada ainda a declarante passeou algumas vezes sempre no interior da baratinha que Raul depois disso ausentou-se da casa da declarante esquivando-se de com ela conversar; que em dezembro último a declarante ficou doente por vinte dias, e durante todo esse tempo Raul não apareceu, procurando fugir da presença da declarante, que em Janeiro último a declarante falou com Raul sobre o prometido casamento e ele respondeu que daria tudo que a declarante precisasse; mas que não casaria; que tendo se agravado o estado de saúde da declarante, sua família desconfiou e por fim veio a saber da realidade dos fatos que a mãe da declarante chamou em sua casa o autor de sua desonra para tratar do assunto, e Raul esquivou-se do mal alegando motivos inconsistentes, Raul chegou ao desplante de dizer que não tinha sido ele o autor do desvirginamento da declarante atribuindo esse ato a outro homem; que diante da recusa de Raul, a mãe da declarante resolveu trazer o fato ao conhecimento da polícia, para as providencias legais, que há diversas testemunhas que sabem do namoro da declarante com Raul, bem como sabem dos passeios, feitos na baratinha. E como nada mais disse e foi perguntado mandou a autoridade encerrar o presente auto de declarações que lido e achado conforme vai assinado pela autoridade, pela declarante, pela genitora da declarante e por mim escrivão que a datilografei.³⁷⁶

³⁷⁵ Ibid.

³⁷⁶ Ibid.

Apreende-se, na denúncia e no depoimento de Maria, que, depois de deflorada, a vítima ainda passeou de carro algumas vezes com Raul, mantendo com ele contato mais duas vezes. Logo depois, Maria ficou doente por vinte dias, e, nesse tempo, Raul nem sequer apareceu. Ao se falar em casamento, Raul disse que daria tudo que Maria precisasse, pois estava grávida, mas não casaria. A mãe da moça, Dona Alzira, chamou o autor da “desonra” em sua casa. Não querendo reparar o “mal”, ele acabou sendo denunciado por essa senhora como deflorador. Nos autos dos exames de corpo de delito, Maria foi considerada “honesta”, “virgem” e “miserável”.³⁷⁷ Ainda na versão de Maria, Raul há muito tempo já vinha “induzindo-a” a entregar-se a ele com promessa de casamento.

Raul, ao ser chamado para depor, disse que tudo não passava de uma calúnia e que não havia deflorado Maria. Algo exposto em seu depoimento:

Aos nove dias do mês de março do ano de 1941, nesta cidade de Ponta Grossa, Estado do Paraná na delegacia de polícia, compareceu Raul Dal'Col, com vinte e dois anos de idade, solteiro, comerciante sabendo ler e escrever, católico, natural deste estado e desta cidade. Sendo perguntado sobre os fatos disse: que não é verdade que o declarante fosse o autor do desvirginamento de Maria da Penha Abilhoa Cardim, não passando a queixa apresentada de uma calúnia com fatos inconfessáveis; que si de fato o declarante fosse o autor do defloramento da presente vítima não teria dúvida nenhuma em reparar o mal feito. Nada mais lido e achado.³⁷⁸

Nota-se uma defesa receosa, um tanto sem argumentos, por parte de Raul. Falando somente o necessário, o réu decidiu aguardar seu advogado para, somente em juízo, se pronunciar. Na contramão, a defesa de Maria agilizou o quadro de testemunhas, a maioria vizinhos da vítima. Em defesa de Maria, elas disseram que ela era uma “moça de família”, “honesta”, de “bons costumes” e que a ofendida sonhava em casar e contava com isso como algo certo. A primeira testemunha é dona Carmem, vizinha de Maria:

Com vinte e oito anos de idade, doméstica, casada, católica, residente nesta cidade, brasileira, sabendo ler e escrever, aos costumes disse ser amiga íntima da vítima e amiga do denunciado, motivo pelo qual deixou de prestar promessa legal e sendo inquirida sobre a denúncia de folhas que lhe foi lida disse: saber do namoro, no entanto nunca os viu passear de carro, a testemunha disse conhecer Maria há quatro anos e saber que ela é uma moça de bons costumes e que nunca namorou outro rapaz que não fosse Raul.³⁷⁹

³⁷⁷ Processo nº317.

³⁷⁸ Ibid.

³⁷⁹ Ibid.

Em juízo, essa mesma testemunha reafirmou ser Maria uma “moça honrada e de família”. E sabe que: “toda a vizinhança aponta o acusado como culpado, pois a ofendida contava com o casamento, pois moça de família que é e sempre foi e namorando o acusado, ela só poderia esperar casamento”. Algo que chama atenção no depoimento de Carmem é uma insistência do advogado de Raul, Dr. José Moisés Deiab, em perguntar sobre a mãe de Maria, dona Alzira.

Essa senhora era viúva há alguns anos, no entanto, vivia com um homem, o que, na época, era visto como concubinato. Aproveitando-se de tal situação, o advogado de Raul insistiu em perguntar à testemunha, dona Carmem, se Alzira, sua vizinha e conhecida, era “amasiada” com o tal homem. A testemunha respondeu que não sabia, mas garantiu que “o viver da mãe de Maria era um viver honesto e digno nada tendo a depoente observado que depusesse contra a conduta moral de dona Alzira”.³⁸⁰ Em seguida, o juiz da comarca, Dr. Joaquim Meneleu de Almeida Torres, fez perguntas relacionadas a Maria e sua mãe à testemunha dona Carmem:

O M. Juiz para complementar fez reperguntas a depoente: se a depoente pode informar se a vez que o denunciado saiu do automóvel em companhia da ofendida conforme ouviu dizer, ele o fez a noite ou de dia? Respondeu que a vez que Maria Xavier, amiga da depoente viu o réu passeando de automóvel com a ofendida, conforme a informação da mesma foi à noite às 20 horas. Reperguntado se a depoente soube ter sido Maria da Penha Abilhoa Cardim desvirginada, informada pela ofendida e pela mãe desta, passou-lhe pela mente que não pudesse ter sido outra pessoa o autor de sua desonra a não ser o réu do desvirginamento. Reperguntado por que a depoente assim pensou: respondeu que assim concluiu, porque Maria da Penha Abilhoa Cardim era namorada do réu e a depoente a viu conversando com ele por duas vezes à tardinha e ainda por ter sido informada por sua amiga Maria Paz Xavier, que havia encontrado a mesma conforme já relatou, a ofendida passeando com o réu de automóvel. Reperguntado se a depoente sabe qual o viver da mãe da vítima, se é um viver honesto ou não respondeu que a mãe da vítima é vizinha da depoente e por isso pode afirmar que o viver da mesma é um viver honesto, nada tendo a depoente observado que depusesse contra a conduta da mesma. Reperguntado se a ofendida costumava sair acompanhada por outros a noite ou durante ou de dia a não ser com o réu. Respondeu que a depoente nunca teve a ocasião de ver a vítima sair acompanhada de qualquer rapaz, sabendo apenas por informação como já declarou que a mesma saiu à noite com o réu. E como nada mais disse e lhe foi perguntado, mandou o M. Juiz encerrar o depoimento.³⁸¹

A segunda testemunha do caso Maria e Raul foi Maria Kogut, vizinha de Maria; essa senhora afirmou ser a vítima uma moça de “bons costumes”; em juízo, ela: “disse achar assim como outros vizinhos que Raul namorava a ofendida só para

³⁸⁰ Ibid.

³⁸¹ Ibid.

passar o tempo, mas nunca disseram isso à ofendida, que esperava casar com Raul, que sempre foi o único namorado da moça, pois ela era honesta e recatada”.³⁸² O advogado de Raul, com a estratégia de desviar o foco do fato, incitou a desqualificação da figura de Maria e sua mãe. Insistiu em perguntar sobre dona Alzira.

A depoente disse que “dona Alzira era uma mulher honesta que mantinha a moralidade em sua casa”. Dr. Deiab, ao perguntar para a depoente por que a vizinhança achava que Raul só queria passar o tempo com a ofendida, a depoente disse que: “um moço que tem intenções de casar com uma moça procura manter relações com a família e frequentar sua residência, o que ele não fazia, pois conversavam no portão e passeavam de carro à noite”.³⁸³

A terceira testemunha, dona Maria Paz Xavier, também vizinha da vítima, enfrentou um interrogatório um tanto pesado do advogado de Raul Dr. Deiab:

Maria Paz Xavier, com vinte e nove anos, doméstica, viúva, católica, residente nesta cidade, brasileira, sabendo ler e escrever, aos costumes disse nada. Disse conhecer a ofendida por ser sua vizinha, sabe que a mesma namorava, passeava, e conversava com o denunciado. Dada a palavra a doutor José Moisés Deiab, advogado do denunciado, por este foram feitas perguntas, que deferidas a testemunha respondeu: perguntado se a ofendida não mantinha flerte com outros rapazes, a testemunha respondeu que efetivamente a ofendida mantinha flerte com outros rapazes antes de começar a namorar com o denunciado e de ter conhecimento que o denunciado estava apenas passando o tempo com a ofendida; respondeu que a depoente assim pensou porque um moço que tem intenções de casar com a moça procura ter relações com a família da mesma e frequentar a sua residência, fato esse que o denunciado evitava. Ele procurava conversar no portão e passear de automóvel a noite, reperguntado qual a relação de amizade entre a depoente e a ofendida, respondeu que a depoente é amiga íntima da ofendida e que esta sempre frequentou a residência da depoente até o dia em que se tornou público o fato desse processo, deixando então desde essa ocasião de frequentar a residência da depoente; que a depoente sabe perfeitamente o significado da amizade íntima. Pelo advogado foi dito que contestava o presente depoimento que por motivo oportunamente aduzirá. Pela testemunha foi dito que confirmava o depoimento por ser a expressão da verdade. O M. Juiz para completar e esclarecer o depoimento da testemunha fez as seguintes reperguntas. Reperguntado porque no início do depoimento porque lhe foi perguntado se era amiga de uma das partes respondeu que não era; respondeu que ela depoente, não ter compreendido a pergunta feita no início de seu depoimento, tendo suposto que a pergunta iria defender uma das partes. Reperguntado se antes de ter conhecimento do defloramento da ofendida suspeitava que o réu houvesse feito mal a mesma; respondeu que de fato não só a depoente, mas, como também os vizinhos antes de ter conhecimento do defloramento da ofendida já desconfiavam que o réu a houvesse feito mal. Reperguntado porque surgira essa desconfiança;

³⁸² Ibid.

³⁸³ Ibid.

respondeu que essa desconfiança surgiu devido aos passeios noturnos que a ofendida fazia com o réu de automóvel e ainda pelo fato dela gostar muito do réu. Nada mais disse e lhe foi perguntado.³⁸⁴

Nota-se a contradição no depoimento dessa testemunha. Algo que ocorreu devido às perguntas insistentes do advogado de Raul e do Juiz. Questionamentos que acabaram por deixar o parecer da testemunha confuso. No depoimento, ao invés da mesma se posicionar pela defesa de Maria, colocou-a em uma situação comprometedora perante o tribunal, principalmente, quando foi feita a pergunta se Maria havia anteriormente flertado com outros rapazes que não Raul. Ao responder que sim, a testemunha pôs sua vizinha em uma “saia justa”, pois o defensor de Raul poderia levar o fato em questão para ajudar na defesa do réu.

A quarta testemunha, dona Eulália, também vizinha da vítima, disse que a família tinha conhecimento do namoro e que alimentavam a esperança de casamento. A depoente dizia conhecer a família da ofendida e afirmou que se tratava de “gente honesta, recatada e que mantinha a moralidade dentro de casa”. Sobre o defloramento, só soube boatos e não afirmou nada.³⁸⁵

A quinta testemunha, o Sr. Thomaz Capri, confirmou os passeios noturnos, os viu diversas vezes no carro na Rua 19 de Dezembro, centro de Ponta Grossa, e confirmou que ambos, de fato, eram namorados. O depoente afirmou que conhecia a moça desde menina e que era uma “moça honesta”, “recatada” e de “bons costumes”. Disse conhecer também a mãe da ofendida, dona Alzira, que é uma mulher de respeito; afirmou que a casa dessa senhora era uma “casa de família” e nunca soube que a ofendida tivesse outro namorado. Em relação ao defloramento, o depoente disse que “a mesma só poderia ter se entregado e se deixado deflorar, seduzida, crente de que viria a se casar com o namorado, pois moça decente que é não esperaria outra coisa”.³⁸⁶

A sexta e última testemunha de defesa de Maria é o Sr. Ernesto Lacerda: disse que além de deflorá-la, segundo os vizinhos, Raul também era “pai de uma criança nascida”, a qual Maria havia tido há pouco tempo. Dada a palavra ao advogado de Raul, Dr. Deiab, este novamente conduziu o interrogatório no sentido de desqualificar a imagem de Maria perante o juiz e com tendência a confundir o depoimento da testemunha, Sr. Ernesto Lacerda:

³⁸⁴ Ibid.

³⁸⁵ Ibid.

³⁸⁶ Ibid.

[...] Dada a palavra ao Dr. José Moisés Deiab, por este foram feitas reperguntas deferidas, a testemunha respondeu: reperguntado se o depoente sabe ou ouviu dizer de alguém que o denunciado houvesse pedido em casamento a ofendida; respondeu que o depoente não sabe e jamais ouviu dizer que o denunciado houvesse pedido em casamento a vítima. Reperguntado qual era a opinião do depoente a respeito de uma moça que sai desacompanhada, à noite, em automóvel em companhia de um simples namorado respondeu que nada sabe a esse respeito. Reperguntado então como o depoente pode quando desfavorável ao réu afirmar que ele tivesse realmente intenções de se casar com a vítima; respondeu que o depoente com ciência própria não sabe que a vítima tivesse sido deflorada, iludida por promessa de casamento, entretanto fez aquela afirmação porque no seu modo de ver; uma moça quando namora é sempre com esse intuito. Reperguntado se o depoente pode dizer o nome de algumas pessoas que lhe contaram dos fatos narrados em seu depoimento, respondeu o depoente que não pode indicar o nome de nenhuma pessoa, daquelas de quem ouviu os fatos narrados no presente depoimento. Reperguntado se o depoente tem interesse que essa causa seja decidida em favor da vítima; respondeu que o depoente nenhum interesse tem na presente causa, pois, não é amigo de nenhuma das partes. Reperguntado se o depoente pode informar se a mãe da ofendida é casada ou amasiada, respondeu que o depoente nada pode informar a respeito, entretanto a mãe da vítima vive como casada. Reperguntado se o depoente pode dizer sua impressão sobre a ofendida, se é moça ingênua ou com conhecimento da vida, respondeu que sobre a presente repergunta, nada pode dizer; pelo advogado foi dito que contestava o presente depoimento, evidentemente parcial, pois a testemunha só manifestou opiniões em assuntos prejudiciais ao réu, negando-se a responder as reperguntas que viessem a esclarecer a descoberta da verdade. Nada mais disse e lhe foi perguntado.³⁸⁷

Devido à forma cautelar com que a última testemunha se portou a respeito da “ofendida”, a impressão que se tem é que o Sr. Ernesto Lacerda não tomou parte alguma pela defesa de Maria. Ao contrário, mesmo que confuso com as perguntas do advogado de Raul, ele afirmou que não estava em defesa de nenhuma das partes. Todavia, a testemunha disse que Maria nunca foi pedida em casamento por Raul, também que a “ofendida” esperava se casar com o namorado, pois, a seu ver, “moça séria que namora só poderia esperar por tal fim”. Quando perguntado sobre a mãe de Maria, a testemunha, apesar de não entrar em grandes detalhes, afirmou que ela vivia como se fosse casada.

A expressão “como se fosse” pode ser vista como uma ironia ou algo pejorativo, pois, naquela época, oficialmente, casava-se uma só vez, sendo que não havia divórcio.³⁸⁸ Logo, outras formas de união fora do casamento caíam na esfera

³⁸⁷ Processo nº317. Op. cit.

³⁸⁸ Em 1942, foi introduzido no Código Civil o artigo 315, que estabeleceu a separação sem dissolução de vínculo, ou seja, o desquite. Os desquitados de ambos os sexos eram vistos como má companhia, mas as mulheres sofriam mais com a situação. As “bem casadas” evitavam qualquer contato com elas. Sua conduta ficava sob a mira do juiz e qualquer passo em falso as fazia perder a guarda dos filhos. DEL PRIORE, M. **Histórias íntimas...** Op. cit., p.168-9.

da ilegalidade. O que é notável é a insistência da defesa do réu em confundir as testemunhas fazendo perguntas que colocavam “em cheque” a moral da vítima. Isso é contundente em perguntas como “qual a opinião do depoente a respeito de moça que sai desacompanhada a noite?”. Para desqualificar Maria e sua mãe, dona Alzira, Dr. Deiab não mediu esforços.

Após a análise das testemunhas favoráveis a Maria, se colocaram em juízo as testemunhas de defesa do réu Raul. A primeira testemunha a favor do réu, foi Orlando, conhecido de Raul:

Primeira testemunha: Orlando Emílio Magi, com vinte anos de idade, comerciante, solteiro, residente nesta cidade, brasileiro, católico, sabendo ler e escrever, aos costumes não disse nada. Disse que o depoente conhece o denunciado a mais ou menos dois anos e nunca soube nada que o desabonasse; que o depoente não sabe e nem ouviu de ninguém que o denunciado fosse namorado ou noivo da vítima; que o depoente conhece de vista a vítima e nunca a viu em companhia do denunciado. Dada a palavra ao promotor público por estes foram feitas reperguntas. Reperguntado se a depoente sabe mesmo por ouvir dizer que a vítima foi deflorada, respondeu só há dois meses atrás foi que o depoente soube, contado pelo denunciado, que este estava sendo processado como autor do desvirginamento da vítima e que antes disso o depoente ignorava que a vítima tivesse sido deflorada, sendo certo que o depoente ouviu de pessoas vizinhas do denunciado dizer que o denunciado podia não ser o autor do defloramento porque o seu procedimento era muito bom, mas essas pessoas não diziam de maneira positiva que não conheciam bem o caso, apenas no seu modo de ver achava que o denunciado não era o autor desse defloramento. Reperguntado se o depoente soube ou ouviu dizer que a vítima tivesse sido deflorada por outra pessoa que não o denunciado; respondeu que o depoente não soube e nem ouviu dizer que a vítima tivesse sido deflorada por outra pessoa. Reperguntado se o depoente sabe ou ouviu qualquer fato que desabone a conduta da vítima; respondeu que nunca ouviu qualquer referência sobre o mau procedimento da vítima. Nada mais disse e lhe foi perguntado.³⁸⁹

A segunda testemunha, Alexandre Winiarczyck, disse ter conhecido o denunciado há cerca de dois anos e pode afirmar que era um moço de “bom comportamento”, “trabalhador” e “respeitador das famílias”. O depoente conhecia de vista Maria, no entanto, nunca a viu em companhia de Raul; ainda disse nunca ter ouvido falar que Raul fosse noivo ou namorado da vítima.³⁹⁰ A terceira e última testemunha a favor de Raul foi o Sr. José Galvão:

[...] com trinta anos de idade, comerciante, casado, residente nesta cidade, brasileiro, sabendo ler e escrever, católico, aos costumes disse nada. Disse que o depoente conhece Raul acerca de um ano e tem conhecimento que o

³⁸⁹ Processo nº317. Op. cit.

³⁹⁰ Ibid.

mesmo é um moço de bom comportamento e trabalhador, que o depoente conhece só de vista a vítima que o depoente não sabe e nunca ouviu dizer que o denunciado fosse noivo ou namorado da vítima, que o depoente nada sabe sobre a conduta da vítima.³⁹¹

Vê-se, nas testemunhas de defesa de Raul, que nenhuma nunca ouviu dizer que ele fosse noivo ou namorado de Maria, não sabiam se ele namorava a vítima. Na fala de cada um, a afirmativa categórica é que nunca ninguém os viu juntos e que Raul é um “bom rapaz e trabalhador”, algo indispensável para “um homem de bem”, naquele contexto. Na contramão, a defesa de Maria a colocou como honesta, inocente e iludida. No presente processo, nota-se que tanto um lado quanto o outro desqualifica o opositor à sua maneira. A defesa de Maria colocou Raul como um aproveitador, malandro, que abusava da “inocência” de moças virgens e ingênuas.

Para reverter o caso a favor de Raul, seu advogado fez o que pode para desqualificar não só Maria, mas também sua mãe. Essa estratégia se deu com a intenção de tirar o julgamento de seu foco principal, o desvirginamento da vítima. A estratégia de desqualificar a mãe de Maria pode ser interpretada da seguinte forma: ao fazer essa senhora ser vista pelo juiz como mulher fácil, que não mantinha a “decência” em casa, a culpabilidade de Maria perante o defloramento seria provada. Em suma, a tentativa do advogado foi fazer da mãe de Maria “uma devassa”, justamente, para não se esperar muito da filha.

É visível, nesse processo, os conceitos de “moça de família”, “bons costumes”, “moralidade”, “recato” e “honestidade”, metas a serem atingidas por uma moça naquela sociedade. Trata-se de valores que demonstram claramente a construção idealizada de mulher e a legitimação do casamento nesse período e nessa sociedade. Maria, sendo “desonrada” e, ainda, grávida, estaria “fugindo à norma”. Tal norma seria a de mãe casada sob a égide cristã. Em virtude dos fatos, a mãe da vítima denunciou Raul na esperança de o rapaz reparar o “mal cometido”. Antes de o juiz proferir a sentença final do caso, o advogado de Raul, Dr. Deiab, expôs o seguinte parecer ao meritíssimo Joaquim Meneleu de Almeida Torres:

[...] em abono e critério já foi dito que hoje em dia dado os nossos costumes e formas de vida, não são raros os casos em que a mulher não é a única vítima da sedução. Já foi dito e com acerto que nos crimes sexuais, nunca o homem é tão algoz que não possa ser também, um pouco vítima, e a mulher nem sempre é a maior e a única vítima dos seus pretendidos infortúnios sexuais. [...] o denunciado nega a autoria do crime. Moço

³⁹¹ Ibid.

exemplar de comportamento não se negaria a reparar o mal se efetivamente fosse ele o autor do desvirginamento da vítima. O acusado afirma sua inocência no caso presente, entretanto o crime de defloramento não se caracteriza somente pelo ato da cópula. Há um ato moral, a sedução que não se provando o defloramento não é crime. No caso destes autos não se prova a sedução. A vítima é uma moça de quase 21 anos de idade, com experiência de vida, simples namorada do denunciado, não podia ter se entregue ao réu, mediante promessa de casamento, que quando é ela própria que declara perante a autoridade policial que Raul nunca pediu a declarante em casamento. A grande parte das testemunhas também ignora completamente que o denunciado fosse noivo ou tivesse pedido em casamento a queixosa. Isto posto, atendendo aos novos rumos do direito penal brasileiro traduzido na vida de nossa sociedade, o denunciado aguarda que se decrete sua absolvição.³⁹²

Mesmo com os apelos do defensor de Raul em colocar Maria como uma mulher com quase 21 anos que sabia bem o que estava fazendo, o juiz proferiu a seguinte sentença:

Recebida a denúncia e proposta a ação e decorrido o tribunal legal dentro ao qual o réu apresentou sua defesa, foram ouvidas cinco testemunhas de acusação e três de defesa. Encerradas as inquirições e feito o interrogatório oficiou-se nos autos do promotor público optando pela condenação do acusado, nos termos da denúncia, por entender que os elementos que integram a figura delituosa do defloramento estão, na espécie, bem caracterizados e comprovados. [...] Quanto ao defloramento alegou que esse não se caracteriza exclusivamente pela cópula, havendo também um elemento moral, a sedução que não se acha provada na hipótese dos autos e sem ele deixa o defloramento de ser crime. [...] Passo a decidir preliminarmente que não procede a nulidade. [...] o crime, em sua materialidade está plenamente provado pelo auto de exame de defloramento. A vítima foi desvirginada, e as provas colhidas, no processo contém que o autor de seu desvirginamento foi o réu. Das testemunhas inquiridas, quatro delas informaram que viram o réu várias vezes, conversando a noite com a vítima, sua namorada no portão de casa, desta e outras vezes, também com ela passeando a sós de automóvel. O crime de defloramento não se caracteriza, porém unicamente, pela cópula. É necessário ainda para que se integre a figura jurídica do crime que a mulher sendo menor, tenha o seu consentimento viciado pela sedução, pelo engano ou pela fraude. Provados estão como se vê todos os elementos integrantes do crime a condenação do réu por isso se impõe. Reconheço, entretanto em seu favor, com apoio na prova dos autos, a circunstância atenuante do bom comportamento anterior. Pelo exposto julgo procedente a denúncia para condenar, como condeno o réu Raul Pedro Dal'Col a um ano de prisão celular mínima do art. 267 das leis penais da república. Designo a penitenciária do Ahú em Curitiba para o cumprimento da pena. (Joaquim Meneleu de Almeida Torres- Juiz da Comarca de Ponta Grossa- PR).³⁹³

A posição de parte do judiciário em relação aos crimes sexuais é clara. Para Dr. Deiab, advogado de Raul, a mulher nem sempre é tão vítima, assim, o homem também pode sê-lo. Não se deve esquecer que a sociedade em que estavam

³⁹² Ibid.

³⁹³ Ibid.

inseridos esses personagens reais pautava-se pela tradição familiar. Contudo, algo chama atenção em relação ao juiz, Joaquim Meneleu de Almeida Torres. Logo após expor sua posição em relação ao caso, colher evidências a respeito do crime e contrabalançar todas as testemunhas, tanto de acusação como de defesa, o magistrado acaba condenando Raul.

Uma possibilidade para tal sentença pode ter sido a gravidez de Maria, que, de alguma forma, deveria ser amparada. O que chama atenção é que esse fato é pouco discutido no processo, quase silenciado. Todavia, esse agravante pode ter pesado na decisão do juiz, sem contar que Maria havia ficado grávida após o ocorrido, ou seja, mais uma possível prova de que Raul realmente a tenha deflorado. Outra hipótese pode partir da seguinte questão: Como seria possível uma “mãe solteira”? Como Maria seria vista por sua mãe e por toda a vizinhança caso Raul tivesse sido absolvido, não assumindo a paternidade e, ainda, abandonando Maria à própria sorte?

Devido a esse fato, o juiz acabou condenando Raul a um ano de prisão e ao pagamento de cem mil réis de indenização, uma forma de “amparar” a então “inocente” e “ingênua” moça de família. Porém, quando se pensa que, com a sentença, foi colocado um fim ao caso, engana-se. A estratégia final do advogado de Raul, Dr. Deiab, foi recorrer da decisão para extinguir a pena, algo que foi conseguido com grande facilidade.³⁹⁴

A estratégia de Moisés Deiab foi a prévia consulta ao novo código penal de 1940, que estava entrando em vigor.³⁹⁵ O novo código colocou fim ao crime de defloração e imputou a este um novo nome: crime de “sedução”. Sendo que a sedução, no novo código, aplicar-se-ia somente em casos cometidos com mulheres menores de 18 anos, como coloca o advogado em sua apelação ao tribunal: “Ora pelo código penal vigente a sedução ou defloração de mulher virgem maior de 18 anos não é mais considerada crime”.³⁹⁶ A partir disso, Dr. Deiab montou seu argumento:

³⁹⁴ Processo nº317.

³⁹⁵ Neste processo que é do ano de 1941 o Juiz Joaquim Meneleu de Almeida Torres proferiu a sentença se baseando no Código Penal de 1890, pois o Código de 1940 ainda estava entrando em vigor. Mesmo assim, nota-se certo atraso do juiz em questões penais, pois a estratégia do advogado de Raul foi justamente estar a par das novas leis.

³⁹⁶ Processo nº317. Op. cit.

Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória. Extingue-se a punibilidade pela retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso. Art. 108, código penal.³⁹⁷

Todavia, por meio da estratégia do advogado de Raul, a sentença foi revista e não pode ser outra senão:

[...] Passo a decidir, extinta está a punibilidade do réu, pois, deixou de ser crime, pelo novo código penal o defloramento de mulher virgem maior de 18 anos. E maior dessa idade a vítima o era, ao tempo do evento conforme se verifica pela sua certidão de nascimento. A nova lei penal instituindo que ninguém pode ser punido por fato que lei superior deixa de considerar crime cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória, deixou bem claro que as condenações, nas condições referidas anteriores a nova lei deverão ser declaradas extintas. Mas, a extinção da punibilidade, em que face que dispõe o artigo 13 do referido decreto- lei nº 3.931, só poderá ser declarada pelo juiz da primeira instancia sendo a sentença condenatória irrecorrível. Compete, pois, a esse juízo que dispõe do citado artigo 13 declarar extinta a pena a que foi o réu Raul Pedro Dal' Col condenado e por isso extinta eu declaro. Expeça-se em seu favor competente alvará de soltura. (*Ponta Grossa, 6 de Janeiro de 1942- Joaquim Meneleu de Almeida Torres- Juiz da Comarca de Ponta Grossa*).³⁹⁸

Analisando cuidadosamente cada processo selecionado, apreende-se que ideais de honra e normatização social permeavam as relações familiares em Ponta Grossa, no período estudado. Em relação às personagens femininas, nos dois casos descritos, percebe-se que tanto Maria quanto Erondina legitimavam o casamento, tanto que, em nome dele, ambas chegaram a reivindicá-lo perante a justiça.

³⁹⁷ Na lei penal de 1940, a família permaneceu definida como instituição patriarcal, na qual o marido continuou na posição de chefe do casal e a esposa como incapaz para fins de representação jurídica. Quanto aos delitos sexuais, foram separados em duas categorias diferentes: crimes contra a família e crimes contra os costumes. A honra da família desaparecia do texto do código, no entendimento de que as violências sexuais constituíram ofensas contra os costumes sociais e não mais contra a família, desatrelando a associação existente no código de 1890 entre honestidade sexual das esposas/filhas e honra dos maridos/pais/família. Assim, adultério, bigamia, fraude matrimonial e abandono dos filhos foram incluídos como crimes contra a família, enquanto estupro, sedução, rapto e atentado ao pudor, como crimes contra os costumes sociais. Dentre esses, o crime de defloramento, do antigo código penal, passou a ser denominado “sedução”, conforme disposto no artigo 108 do código de 1940. Nele explicam-se os critérios para a sua caracterização: “emprego de meios de sedução, com abuso na inexperiência ou justificável confiança da mulher; desvirginamento mediante conjunção carnal; idade da ofendida entre 14 e 18 anos”. A substituição do defloramento por sedução, ao invés de romper com a cultura do hímen, como defendida por um grupo de juristas, reafirmou-a ao manter a exigência legal da “virgindade física” anterior à evidência do crime, o elemento relativo ao precedente *status virginitalis* da vítima. Ver: MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. **Gênero, poder e o código penal de 1940:** as construções de “crise moral”, “mulher moderna” e “virgindade moral”. Anais Anpuh- XXIII Simpósio Nacional de História- Londrina, 2005, p.6; e HUNGRIA, Nelson; LACERDA, Romão Cortes. **Comentário ao Código Penal**. 13ªed. Rio de Janeiro: ed. Forense, 1956, p.187.

³⁹⁸ Processo nº317. Op. cit.

Casando-se, se livrariam do estigma da mulher “fácil”, que, em ambos os casos, manifestar-se-ia.

Em Erondina, pelo fato do exercício da sexualidade; no caso de Maria, não só por isso, mas, também, por ser mãe solteira. É notável que a normatização social apoia-se em discursos que são justificados pela sociedade. Para Foucault, os discursos judiciários, médicos, psiquiátricos, psicológicos e religiosos são sustentados por uma teoria do direito, ou seja, baseiam-se em *regimes de verdade* e, conseqüentemente, são aqueles que exercem poder.³⁹⁹

Nos discursos, o que está em jogo é o desejo de poder.⁴⁰⁰ Podem-se analisar os vários discursos que envolviam essas mulheres como um jogo de poder ou dominação; ousaria dizer, controle social. Restringindo-se ao papel de mãe e esposa, a mulher seria valorizada, ou, como lembra Dom Antônio Mazzarotto, assemelhar-se-ia à Virgem Maria.⁴⁰¹ Se a mulher fugisse à norma, era considerada uma decaída. Talvez, vendo a questão por esse lado, pode-se entender melhor a denúncia por crime de defloração.⁴⁰²

Outro conceito que constantemente aparece nos processos estudados é o de honra. Esse conceito, durante um longo período, foi usado com êxito. O argumento da legítima defesa da honra muitas vezes foi utilizado pelo judiciário para justificar atitudes dos homens quando praticavam homicídios ou qualquer tipo de violência às mulheres.⁴⁰³ A questão da honra e as representações do papel social das mulheres na sociedade princesina daquele período intensificar-se-ão no processo seguinte.

³⁹⁹ FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder...** Op. cit., p.52.

⁴⁰⁰ Id. **A ordem do discurso.** Op. cit., p.18.

⁴⁰¹ CARTA PASTORAL de Dom Antônio Mazzarotto. **O Matrimônio Cristo.** Op. cit., p.16-7.

⁴⁰² Nos últimos anos, inúmeros historiadores têm se dedicado a estudos de processos criminais relacionados a crimes de defloração. Destaca-se o trabalho da historiadora brasileira estadunidense Sueann Caulfield, da Universidade de Michigan. Em 2000, ela publicou o livro “Em defesa da honra”, pela editora da Unicamp, resultado de sua tese de doutorado na *New York University*. O foco de sua pesquisa são processos criminais sobre defloração no Rio de Janeiro de 1920 a 1940. Em sua análise, Caulfield, além de problematizar as fontes, faz uma ampla discussão do código penal da República de 1890, bem como do posicionamento de inúmeros juristas brasileiros do período sobre os crimes contra a “honra” e suas percepções acerca da mulher moderna.

⁴⁰³ SAFFIOTI, Heleith. I. B. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, p.46.

3.4 PROCESSO Nº 612: IVO, RICARDO E VITÓRIA

No processo nº 612, de 1943, as partes envolvidas são Ricardo, Vitória e Ivo. Respectivamente: marido, mulher e amante; local: Ponta Grossa.

No dia 13 de novembro de 1943, por volta das 23 horas, Vitória tenta disparar dois tiros contra o marido Ricardo. Ao acordar assustado, Ricardo corre para o quintal de sua casa e sofre uma lesão corporal por parte de Ivo, que segundo as testemunhas era o amante da ré.⁴⁰⁴

Os laudos confirmam que as lesões ocasionaram no “ofendido”, Ricardo, a incapacidade para trabalhar por mais de trinta dias.⁴⁰⁵ Já de início, foi requerida pelo promotor a prisão de 14 anos para Vitória. Em juízo, Ivo confessou que tentou matar o marido de Vitória com um tiro de pistola, pois ele e a ré pretendiam fugir juntos para Guarapuava. Todas as testemunhas confirmaram a culpa de Vitória no crime. Para Ivo, que tinha vinte anos e era, portanto, menor de idade, o promotor também sugeriu uma pena de 14 anos.

A denúncia feita por Ricardo à promotoria de justiça diz o seguinte:

Vitória trinta anos, doméstica, casada. Ivo vinte anos de idade, solteiro. Os dois por traição tentaram matar Ricardo que dormia tranquilamente. Vitória andava de *amores pecaminosos e ilícitos* com Ivo, empregado da casa. Ivo tentou atirar com uma pistola na cabeça de Ricardo que estava dormindo. A fim de fazer parecer um assalto em sua casa, Vitória gritou por socorro chamando os vizinhos. Antes, Ivo, conforme combinado, espalhou roupas pela casa e colocou uma capa perto do portão da chácara, a fim de despistar os fatos pelas autoridades. [...] Em suas declarações a polícia, a denunciada esclarece que cometeu o crime a instancias de seu amante Ivo, que queria com ela fugir com destino a comarca de Guarapuava, recebendo a pistola, no dia em que verificou o fato, das mãos dele, com dois canos engatilhados e prontos para o disparo. Colhe-se dos autos que ambos os denunciados confessaram a autoria do crime. E tudo faz crer por outro lado que não se verificou a morte da vítima Ricardo Schnell por circunstancias alheias à vontade dos denunciados. (Ary Florêncio Guimarães- Promotor Público).⁴⁰⁶

Em seu interrogatório, a vítima disse que adormeceu por volta das 19h30, só dando-se conta do que houve quando já se encontrava no hospital. Vitória fez tudo o que pode para se defender das acusações, chegou a dizer, em sua versão, que o crime foi plano somente de Ivo, pois ele tinha planos de fugir com ela, mas Ricardo

⁴⁰⁴ Processo nº 612, 1943, caixa 4, acervo do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG.

⁴⁰⁵ Processo nº 612.

⁴⁰⁶ Ibid.

acabou “não morrendo”. Em um dos laudos, o promotor público afirmou que foi provada a traição de Vitória, e ficou evidente que eles pretendiam matar Ricardo para viverem juntos⁴⁰⁷, entregando-se a seus “amores torpes e indecentes”.

Para o promotor, houve um motivo claro que levou ao crime. Tanto que as consequências do ato de Vitória, diz o promotor: “levaram Ricardo a desquitar-se de sua esposa “infiel e criminosa”.⁴⁰⁸ Esse fato descrito pelo promotor foi muito bem usado pela acusação. Consta no processo que Vitória, ao prestar depoimento, parecia “nervosa e chorando”. Já Ivo, ao ser interrogado, confessou o local onde ele havia escondido a espingarda com a qual disparou os tiros. As testemunhas colocam-se quase todas a favor de Ricardo e contra Vitória. Porém, antes de abordar as testemunhas, cabe trazer a posição da promotoria sobre o caso de Vitória e Ivo:

A história do furto na residência é pura invencionice dos réus. “Ela foi, com efeito, creada pelos acusados antes do crime para fazer crer que se tratava de crime cometido por amigos do alheio” tudo com fim cometido e premeditado de tirar a vida da vítima em futuro próximo. em juízo alegam os réus que os autores do crime foram os meliantes. Mentira desvelada porque tal hipótese não resiste a menor análise, porquanto é inconcebível que ladrões penetrem numa casa, cheguem até o quarto de dormir, desfechem tiros de pistola e ninguém pressinta qualquer barulho ou anormalidade no interior da moradia. Tudo indica que os réus queriam eliminar a vítima, tendo iniciado a execução do crime de homicídio execução que não se consumou, por circunstâncias alheias aos réus à vontade dos réus Ivo e Vitória. Finalmente aparecem bem provadas as qualificativas do motivo torpe e da traição, a ré atirando no marido enquanto ele dormia, fê-lo a traição e está bem evidenciado que esses pretendiam eliminar-lhe a vida, para viverem juntos, entregue a seus amores torpes e pecaminosos. Torpe foi portanto o motivo que os levou ao crime. Houve crime de tentativa de homicídio é o que nos adianta a própria vítima Ricardo Schnell, que está a desquitar-se de sua esposa infiel e criminosa, conforme faz certo a certidão de fls. 68, passada pelo Dr. Escrivão interino do 3º cartório cível desta comarca. Em vista do exposto espera-se que a egrégia da primeira câmara, analisando com maior sabedoria as provas existentes nos autos, haja por bem dar provimento as apelações para por fim condenar os réus as penas de direito. (Ary Florêncio Guimarães- Promotor Público).⁴⁰⁹

Apreende-se, no promotor público, um posicionamento claro de condenação aos réus. São visíveis fortes valores morais em sua fala, ao designar o caso de Vitória e Ivo como algo indecente, pecaminoso e torpe, conceitos muito ligados ao que provavelmente era compartilhado pela sociedade pontagrossense de então. Quando o promotor classifica o adultério como algo pecaminoso, tornam-se vivos os

⁴⁰⁷ Processo 612.

⁴⁰⁸ Ibid.

⁴⁰⁹ Ibid.

valores cristãos que permeavam sua conduta ao julgar o caso. Provavelmente, em seu posicionamento em relação a Vitória, a condenação deveria se dar não somente pelo crime, tentativa de homicídio, mas, principalmente, pelo ato de uma esposa “infiel”. Em juízo, foi prestada a fala das testemunhas: a primeira foi o Senhor João Samuel, que passava pelo local, quando a polícia chegou, e viu Ivo mostrar o lugar onde estava a pistola.

João Samuel com trinta e dois anos de idade, casado, católico, residente no Rio Verde, neste município, comerciante, sabendo ler e escrever. Aos costumes não disse nada, disse: que no dia 10 de setembro de 1943, passando pela casa do depoente no Rio Verde de automóvel, o delegado do segundo distrito, Cesário Rosa, estando com o mesmo Ivo Pereira dos Santos (réu), dois praças e um trabalhador da estrada, a autoridade policial referida convidou o depoente para ir até os campos de propriedade de Gerônimo Carraro, situado também no Rio Verde que o automóvel parou no portão da chácara de Vitória Carraro e dali guiados por Ivo Pereira dos Santos, entraram no terreno da chácara depois atravessaram um paço e foram ter a um terreno que dizem ser de Gerônimo Carraro, guiados sempre por Ivo Pereira dos Santos; foram até o local onde se achava a pistola que foi apreendida. Que ali chegados o depoente não viu o lugar onde estava a pistola que foi mostrada por Ivo [...] que Ivo Pereira dos Santos quando se dirigiu ao local onde estava a pistola para indica-lo ia, fez calmamente, sem constrangimento algum que depois disso regressaram aonde estava o automóvel, tendo deixado o delegado o depoente em casa. Nada mais foi dito e perguntado.⁴¹⁰

A segunda testemunha é o próprio Ricardo, o marido traído. Diz ele que, na sua casa, junto de sua mulher e de seus filhos, morava seu empregado Ivo. Quem contou todos os detalhes do caso foi sua sogra, dona Irene, que disse que a filha era uma “criminosa”. Segundo Ricardo, seus próprios filhos contaram que “a mãe afastava-os para ficar a sós com Ivo”. Ricardo ainda disse que Ivo não era um bom empregado e que sempre fazia os trabalhos reclamando.

Ricardo Schnell, vinte e seis anos de idade, casado, católico, residente em Ponta Grossa, marceneiro, exercendo a atividade no local acima mencionado (em casa), sabendo apenas assinar o nome, aos costumes disse ser a vítima, disse: que ele depoente na noite do crime deitou-se com sua mulher às 19h e 30 minutos, sendo que sua mulher foi se deitar 15 ou trinta minutos depois; que na casa além do depoente, sua mulher e seus filhos estava também um empregado, Ivo Pereira dos Santos; que o depoente logo que deitou dormiu só vindo ter a noção dos fatos, quando no hospital, não tendo por isso sabido o que ocorreu na sua casa, naquela noite, que o depoente quando despertou no hospital, estava ferido no rosto com um ferimento produzido por bala; que só três dias depois veio, a saber, o que havia ocorrido na sua casa pela boca de sua sogra, dona Irene que indo ao hospital lhe contou ser a filha uma *criminosa, vulgar e indigna de*

⁴¹⁰ Ibid.

*criar seus netos, pondo-se essa senhora a chorar; que sua sogra nada mais quis lhe dizer e só pelos jornais veio, a saber, depois dos fatos ocorridos.*⁴¹¹

O marido traído descreveu cada detalhe sobre como ficou sabendo que sua mulher e seu empregado haviam combinado a sua morte:

[...] o depoente soube então que os réus haviam se combinado há muito tempo para mata-lo e na noite do crime haviam posto em execução o plano sem que, entretanto houvessem atingido o seu fim; que já anteriormente vinham preparando tudo para levarem a efeito seus planos, tanto que quinze dias antes mais ou menos haviam feito desaparecer uma pistola e uma espingarda de propriedade do depoente que se achava aquela em uma dispensa dentro da casa e essa na gaveta em um Bidet, no quarto do depoente; que isso ocorreu durante a noite e ao amanhecer o depoente levantando-se encontrou a casa toda aberta e toda remexida, não tendo encontrado as armas que haviam desaparecido; que nessa ocasião o depoente supôs que sua casa houvesse sido visitada por ladrões e deu parte a autoridade policial do que havia acontecido que três dias mais tarde, a espingarda apareceu na frente da casa, embaixo de um cedro, distante da casa uns cinquenta metros encontrada pela mulher do depoente que o foi chamar para mostra-la que a espingarda por ter estado exposta ao tempo, quando foi encontrada estava toda enferrujada; que a pistola não foi, porém encontrada; que depois do crime soube o depoente que a sua pistola foi a arma empregada para o crime, mas não chegou a vê-la. Tendo apenas disso sabido pela autoridade policial; que reconhece, entretanto a arma que agora lhe foi apresentada como sendo a pistola que desaparecera de sua casa, de sua propriedade, que o depoente anteriormente ao crime não tinha desconfiança alguma de sua mulher, só depois é que veio, a saber, por seus próprios filhos de certos atos comprometedores como, por exemplo, quando a ré procurava afastá-los para ficar a sós com Ivo; que entre o depoente e sua mulher, nunca houve briga, só algumas vezes como é natural, pequenas discussões houve entre ambos; que durante o tempo de casado, quinze para dezesseis anos, viveram sempre em harmonia; que o empregado Ivo Pereira dos Santos quando ocorreu o crime fazia uns seis meses que se achava na casa do depoente, onde fora a procura de serviço, sendo empregado por ele depoente; que a mulher do depoente pouco saía e quando fazia era a serviço, raramente a passeio, que o depoente depois de ferido não se recorda de ter voltado a si ainda na sua casa, só se recordando de ter despertado depois que se encontrava no hospital, que quando desapareceram as armas do depoente, não desconfiou ele de nenhuma das pessoas da casa supondo que de fato fossem ladrões os autores da subtração das armas e isso porque a sua mulher e o seu empregado assim afirmavam.⁴¹²

Dada a palavra ao advogado de defesa de Vitória, o mesmo fez perguntas diretas a Ricardo:

Dada a palavra ao advogado Manoel Soares dos Santos, defensor da ré Vitória Schnell por ele foram feitas reperguntas deferidas pelo M. Juiz, este a formulou e a testemunha a respondeu do modo seguinte: que ele no

⁴¹¹ Ibid.

⁴¹² Ibid.

hospital prestou algum esclarecimento à autoridade policial, Cezário Rosa, delegado do segundo distrito, mas, não se recorda quais foram essas informações, porque ainda não estava em suas ideias lúcidas; que o depoente como já disse não está lembrado do que declarou a autoridade policial, por ter ficado sem sentido alguns dias e por isso não pode afirmar que tenha declarado o que consta no ato de suas declarações de folhas seis, dos autos que lhe foi lido, como também não se recorda se de fato voltou a si logo, depois de atirado e lançou mão de uma espingarda, indo até a porta do quarto, tendo ouvido então o seu filho dizer que ali se achava; que de nada disse que se recorda, de quando desapareceu as armas de propriedade do depoente, pela primeira vez verificando que a casa estava aberta notou que a porta não estava arrombada, pois quem abriu fe-lo por dentro tendo sido aberta por quem do interior saia da casa.⁴¹³

Nota-se que tudo havia sido planejado minuciosamente por Ivo e Vitória, se for levado em conta o depoimento da vítima, o marido Ricardo. O plano de dar a entender às autoridades que havia sido um roubo à residência não foi bem sucedido. A tentativa de homicídio facilmente foi desvelada, algo que pesou contra Vitória e Ivo no tribunal. Com a confissão de Ivo e as testemunhas desfavoráveis a Vitória, ambos foram condenados.

Contudo, após meses no cárcere, Vitória ficou muito doente e pediu para seu defensor que ficasse presa na parte alta da detenção⁴¹⁴ ou no hospital de caridade de Ponta Grossa. Depois de dois anos e seis meses de reclusão, Vitória foi condenada pelo tribunal a dez anos de prisão em regime fechado. Porém, ela, por meio de seu advogado, recorreu à liberdade vigiada devido a seu estado precário de saúde. Vitória teve, em 27 de dezembro de 1945, sua pena consultada pelo judiciário federal a pedido de seu defensor público, sendo que a pena foi reduzida para oito anos de reclusão.⁴¹⁵

Mas oito anos pareceu muito tempo para Vitória, pois, segundo seu defensor, o estado de saúde da ré piorou muito na prisão, não havendo possibilidade de ela ter continuado presa. Naquele momento, Vitória necessitava urgente de tratamento médico especializado. A ré recorreu à liberdade vigiada; o pedido foi feito por seu defensor:

[...] a suplicante sempre manteve conduta exemplar no presídio, sendo portadora de moléstia grave adquirida na prisão, onde não pode se tratar, convenientemente vem mui respeitosamente à presença de vossa excelência. Suplicar se digne a conceder-lhe benefício da liberdade vigiada,

⁴¹³ Ibid.

⁴¹⁴ No processo, deu-se a entender que a parte alta da penitenciária seria melhor para Vitória devido às celas estarem mais arejadas e menos úmidas. Algo recomendável para a então deteriorada saúde da ré Vitória, que estava passando por um tratamento médico na prisão. Processo 612, 1943.

⁴¹⁵ Ibid.

depois de ouvido o ilustre promotor por ser medida de equidade e de justiça.⁴¹⁶

Segundo o defensor da ré, na cadeia, Vitória estava sofrendo de insuficiência cardíaca e hipertensão arterial; estava tendo crises de histeria e encontrava-se emocionalmente transtornada. Vitória fora tratada como uma delinquente em processo de regeneração pelo Conselho Penitenciário do Estado.⁴¹⁷ A decisão final do juiz foi a seguinte:

[...] é certo que o delito imputado à requerente pelo qual a mesma cumpre pena foi cometido por excesso de perversidade, mas, a sentenciada é delinquente primária, com bons antecedentes e possui bons comportamentos carcerários. [...] já cumpriu mais da metade da pena, está regenerada e possui aptidão para prover sua própria subsistência mediante trabalho honesto. Nestas condições eu concedo o livramento condicional; fica, porém a delinquente obrigada a fixar residência nesta cidade de Ponta Grossa de onde não poderá ausentar-se sem a autorização deste juízo; adotar dentro de três meses profissão honesta e útil; apresentar-se mensalmente a autoridade policial do distrito de sua residência, sob cuja vigilância ficará, comunicar-se trimestralmente com o diretor do presídio e prestar contas de onde está saindo os recursos de seu sustento, economias que juntar e depositar. Deve também Vitória Schnell pagar dentro de um ano as custas do processo e a taxa penitenciária. (*Joaquim Meneleu de Almeida Torres- Juiz de direito da Comarca de Ponta Grossa- Ponta Grossa, 26 de Julho de 1948*).⁴¹⁸

Vitória teve o pedido atendido, no entanto, foi obrigada a morar em Ponta Grossa e a não se ausentar sem a autoridade da justiça, além de adotar uma profissão “honesta e útil”, apresentar-se mensalmente à polícia, comunicar ao presídio sua residência, emprego, salário, economias que conseguisse depositar e pagar em menos de um ano a taxa penitenciária.⁴¹⁹

Remetendo-se a Foucault, pode-se dizer que Vitória foi tratada pelo judiciário como uma delinquente. Um corpo *não dócil* que necessitava ser *corrigido, vigiado e punido*⁴²⁰. Nas alegações do processo, Vitória várias vezes foi designada

⁴¹⁶ Ibid.

⁴¹⁷ Ibid. Alegações finais do processo.

⁴¹⁸ Ibid.

⁴¹⁹ Ibid.

⁴²⁰ Em “Vigiar e Punir”, Foucault afirma que a partir dos séculos XVIII e XIX a punição sofreu várias mudanças. Ela deixou o campo da percepção quase diária e entrou no da consciência abstrata. A partir de então, sua eficácia foi atribuída à sua fatalidade, não a sua intensidade visível. A certeza de ser punido é que deveria desviar o homem do crime e não mais o abominável teatro do suplício. A mecânica da punição muda as suas engrenagens na sociedade moderna. Por essa razão, a justiça não assume mais publicamente a parte de violência que estava ligada a seu exercício. Essa nova visão da justiça procurou corrigir, reeducar e curar. FOUCAULT, M. **Vigiar...**, Op. cit.

como uma “depravada”, e o promotor público chegou a dizer que a mesma cumpria pena por seu “excesso de perversidade”.⁴²¹

Ivo foi considerado culpado e cumpriu a pena em regime fechado no presídio do Ahú, em Curitiba. No entanto, em 1949, também recorreu e conseguiu liberdade condicional vigiada. O posicionamento do juiz Joaquim Meneleu de Almeida Torres ao proferir a sentença final de Ivo foi um pouco diferente:

O delinquente é primário, de bons antecedentes e tem se revelado em suas atividades no meio penitenciário como indivíduo bem dotado de sua formação neuro mental, no presídio tem se mostrado dócil, atencioso e com boas maneiras é boa sua conduta carcerária. Aprendeu avicultura, trabalha na granja e no aviário da penitenciária, desempenha funções neste setor, e dirige e orienta o aviário do hospital psiquiátrico Nossa Senhora da Luz em Curitiba, revelando excelente atividade organizadora e de direção, segundo informa o relatório do diretor do presídio. Já cumpriu mais da metade da pena de condenação tendo começado a cumpri-la em dezesseis de setembro de 1943, data em que foi preso preventivamente em Ponta Grossa. Tem o penado todos os requisitos legais para o livramento condicional. Nestas condições concedo o benefício. Fica, porém, Ivo Pereira dos Santos sujeito as seguintes condições: fixar residência neste município de Ponta Grossa, onde não poderá se ausentar sem a autorização deste juízo, adotar dentro de um mês profissão honesta, apresentar-se mensalmente a autoridade policial do distrito de sua residência sob cuja vigilância ficará a comunicar mensalmente ao diretor do presídio a sua residência e ocupação e pagar dentro de um ano a taxa penitenciária e os custos do processo. (*Joaquim Meneleu de Almeida Torres- Juiz de direito da Comarca de Ponta Grossa. 3 de setembro de 1949*).⁴²²

Nota-se uma maior suavidade do juiz com Ivo, seja nos elogios pelo bom comportamento no presídio, seja pelo aprendizado de uma profissão e utilidade no cárcere. Mesmo que também considerado um delinquente, Ivo conseguiu liberdade provisória aceita em primeira instância, ao contrário de Vitória, que teve esse pedido negado pela primeira vez, como se vê nos autos:

[...] o egrégio conselho penitenciário se pronunciou contra a pretensão da requerente, por não julga-la ainda regenerada apesar de seu bom comportamento carcerário, ao que consta das informações do diretor do presídio. (*Joaquim Meneleu de Almeida Torres- juiz de direito da Comarca de Ponta Grossa*).⁴²³

Algo visível nesse processo é também o estado psíquico de Vitória após o ocorrido. Ao contrário de Ivo, que conseguiu, durante o tempo em que esteve preso,

⁴²¹ Processo 319. Op. cit.

⁴²² Ibid.

⁴²³ Em primeira instância, o pedido de liberdade vigiada para Vitória fora negada pelo juiz. Processo nº 612. Ver anexos.

desenvolver trabalho, aprender uma profissão e “impressionar” o juiz Meneleu, Vitória foi acometida por um estado de nervos absoluto, ficou doente, desenvolveu pressão alta, fortes dores de cabeça e histeria, como deixam claros os laudos médicos.⁴²⁴ Mas por que tal diferença em relação ao impacto dos acontecimentos? Ambos eram jovens: Ivo com vinte anos e Vitória apenas dez anos mais velha, com trinta. A diferença sem dúvida foi o peso que os fatos acarretaram na vida de cada um.

Vitória, a começar, era uma mulher casada há dezesseis anos com Ricardo; tinha, com seu marido, dois filhos, ou seja, possuía uma representação social: era esposa e mãe. Como foi analisado anteriormente, havia uma conduta a ser seguida por uma mulher em tais condições, algo imputado pela religião, compartilhado pelas famílias e reafirmado pela cultura. Vitória quebrou com todo esse consenso social, traiu o marido com um rapaz, planejou fugir com ele, “quicá deixando os filhos”, algo que a fonte não permite afirmar. Para tal intento, junto com o amante, planejou assassinar o marido. Vitória foi enquadrada como uma mulher não somente “delinquente”, mas também “amoral”, “indecente”, “pecaminosa”, como afirmou o promotor público ao se referir à traição. Também foi tida como “indigna de criar seus filhos”, “vulgar e criminosa”, como afirmou sua mãe, dona Irene, ao então genro traído, Ricardo.

Algo que se destaca nesse caso é que, quando visitou o genro no hospital, a mãe de Vitória declarou, sem constrangimentos, que sua filha era uma mulher “vulgar e indigna de criar seus netos”, passando a apoiar o genro Ricardo. Cito a mãe de Vitória, em separado, simplesmente por sua posição em relação à filha. A quebra com os valores do matrimônio pesaram contra Vitória; além de condenada, ela passou a ser desrespeitada pela maioria das testemunhas. Pode-se dizer, por todas, visto que o processo não apresentou muitas além do marido Ricardo e o vizinho do casal, o senhor João Samuel. A mãe de Vitória, mesmo não sendo uma testemunha oficial, como as outras, sua posição em relação à filha deve ser levada em consideração para entender como essa senhora incorporou os valores sociais do meio no qual vivia.

Para essa senhora, a filha praticou o que era inconcebível a uma mulher “decente” na época. Ela traiu o marido, quebrou com a indissolubilidade matrimonial,

⁴²⁴ Processo nº 612.

tão exaltada por religiosos como Dom Antônio e por inúmeros juristas⁴²⁵, como foi possível compreender. Em uma sociedade de cunho conservador, como Ponta Grossa, esse comportamento não era só um escândalo, mas também poderia ser considerado uma verdadeira afronta aos padrões da família e da moral. Segundo Maio, em Ponta Grossa, no período estudado, a tradição de conduzir a filha até o altar, apoiada nos braços do pai, tinha um significado bilateral de transferência da autoridade sobre a mulher para o futuro marido, sem intermediário; também, ao pisar no vestido da noiva, o futuro esposo assegurava sua autoridade como chefe da nova família que estava se formando.⁴²⁶

“Autoridade”, uma palavra que, sem dúvida, leva ao questionamento do que está posto ou dado como verdade absoluta. Uma dessas verdades, possivelmente, poderia ser a imposição do casamento indissolúvel, a submissão feminina ao esposo ou a “dominação masculina”.⁴²⁷ Bourdieu define a *Dominação Masculina* como resultado daquilo que ele denomina de *Violência Simbólica*: violência suave, insensível, invisível às suas próprias vítimas, que se exerce, essencialmente, pelas vias da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento: “[...] Essa dominação é exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante, quanto pelo dominado”.⁴²⁸

Bourdieu segue sua análise da Dominação Masculina identificando os principais locais de sua atuação: “Seu lugar mais visível seria no âmbito doméstico, onde o discurso feminista concentrou a maior parte de seus olhares. Na Escola ou Estado onde se elaboram os princípios da ‘Dominação’”. Bourdieu é claro ao dizer que a unidade doméstica é um dos lugares em que a Dominação Masculina se manifesta de maneira mais indiscutível; afirma que ali se perpetuam as relações de forças materiais e simbólicas.

A autoridade masculina no espaço doméstico é explicitada no processo nº698, de 1945, em Ponta Grossa. Nesse processo, a estrutura familiar é

⁴²⁵ Dom Antônio Mazzarotto, na carta pastoral “O Matrimônio Christão”, condena veementemente o adultério como um pecado abominável (CARTA PASTORAL de Dom Antônio Mazzarotto. Op. cit., p.12). No processo crime de Vitória, o promotor público, por meio de palavras pejorativas, desqualifica o ato da ré como pecaminoso e torpe. Segundo Caulfield, tal postura era algo comum nos juristas brasileiros de então; tratava-se homens que zelavam pela moral familiar e pelos bons costumes Ver: CAULFIELD, S. Op. cit., p.159.

⁴²⁶ MAIO, C. A. Op. cit., p.124.

⁴²⁷ BOURDIEU, Pierre. **A dominação...** Op. cit., pp.11 e 138.

⁴²⁸ Ibid.

questionada, não com uma traição, como no anterior, mas sim com a desobediência que levou também a uma tentativa de homicídio.

3.5 PROCESSO Nº 698: ALBINO E VERÔNICA

[...] No dia 14 de novembro de 1944, foi denunciada, procurada em sua casa pelo seu marido Albino de quem vivia separada a cerca de dois meses, o qual depois de trocar com ela algumas palavras, insultou-a tentando Verônica então voltado ao interior da casa onde regressou empunhando um revólver carregado com duas balas, disparando ainda de dentro da casa, pela janela onde havia vidros quebrados, dois tiros todos que eram possíveis contra Albino, que, porém não foi atingido.⁴²⁹

Na denúncia, a posição de vítima de Albino, o marido, fica evidente. Mas, segundo a ré Verônica, em seu depoimento prestado na delegacia de Ponta Grossa, nesse mesmo dia, 14 de novembro de 1944, seu marido, do qual estava separada há dois meses, chegou à frente de sua casa e começou a insultá-la com pesadas palavras. Disse que ela não era capaz de criar os filhos, pois o filho menor estava machucado.⁴³⁰ Albino continuou provocando Verônica; ela pediu para ele se retirar, caso contrário, atiraria; ele disse que não sairia e “que Verônica atirasse”. No processo, consta que, desde a separação de Albino, Verônica vinha sofrendo todo o tipo de perseguição, chegando ao ponto de quase não poder sair de casa, pois constantemente era abordada na rua e agredida pelo marido, que muitas vezes chegava a fazer escândalo em público.

A primeira impressão que se tem com o processo de Albino e Verônica é que o ideal de mãe dedicada e responsável pelos filhos como obrigatoriedade aparece claramente quando Albino diz que “Verônica não era capaz de criar os filhos”, sendo que o garoto mais novo estava com o pé machucado e, segundo Albino, sua esposa, até aquele momento, não havia levado o menino ao médico.⁴³¹ Passando para o depoimento das testemunhas, a consideração a que se chega é que Verônica sofria constantes repressões por parte do esposo. As testemunhas, a maioria vizinhos da ré, chegam a relatar que Verônica não era autorizada a sair de

⁴²⁹ Processo nº698, caixa 4. Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

⁴³⁰ No dia anterior ao desentendimento entre Albino e Verônica, o filho caçula do casal havia ferido um dos pés ao pisar em um arame farpado quando brincava com outras crianças.

⁴³¹ Entre as inúmeras alegações de Albino, em juízo, contra sua esposa, estaria a suposta incapacidade de a ré criar os três filhos separada do marido. Albino afirma que sempre manteve os garotos em suas necessidades materiais e sua mulher, ao desquitar-se, estaria impedindo-o de exercer suas funções de pai. Processo nº 698. Op. cit.

casa sem a companhia de Albino, nem mesmo para ir à missa ou a novenas na igreja.

A primeira testemunha a favor de Verônica é dona Maria, vizinha da ré:

Maria Campos, filha de José Tomé Galindo e de dona Maria José Galindo, com vinte e sete anos, casada, brasileira, doméstica, religião católica, natural de Pernambuco, residente nesta cidade na rua senador Pinheiro Machado número 404, sabendo ler e escrever, aos costumes disse nada; a depoente mora como vizinha da senhora dona Verônica Schmidt Hagemayer, há mais de dois meses; que no dia quatorze do corrente mês, mais ou menos as oito e trinta horas da manhã; a depoente encontrava-se ainda em seu leito e ouviu uns gritos na frente da casa; que pelos gritos reconheceu que era o senhor Albino Hagemayer, marido de Verônica, o qual dizia palavras ofensivas para verônica, insultando-a; que a depoente escutou a senhora Verônica dizer a seu marido Albino que fosse embora e que largasse mão de fazer escândalo na frente da casa; que Albino respondeu que não ia e que ninguém mandava nele que a depoente ouviu ainda a senhora Verônica dizer a Albino “agora eu vou buscar o revólver e quero ver se você não vai embora; e você pense bem, porque não quero te fazer mal algum e Albino tornou a responder que não ia e continuou a fazer escândalo na frente da casa; que a depoente logo em seguida ouviu dois tiros de revólver tiros esses dados por Verônica do interior de sua casa contra seu marido Albino, que a depoente adianta que Albino Hagemayer foi por diversas vezes a casa de Verônica, exclusivamente com o fim de procurar discussões com Verônica. E como nada mais disse e lhe foi perguntado lhe foi mandado a autoridade encerrar o presente depoimento.⁴³²

A testemunha concluiu dizendo que quem atormentava Verônica era Albino, sendo que ela não tinha intenção de matá-lo e usou o revólver somente para intimidar o marido, que blasfemava pesadas palavras contra a ré em frente a sua casa, para toda a vizinhança ouvir. Segundo a testemunha, Verônica, ao sentir-se humilhada, provavelmente, não encontrou outra maneira de defender-se do esposo.⁴³³

A segunda testemunha no processo é Horácio Vargas; esse senhor passava pela rua com seu automóvel no dia do incidente e conta que notou um homem correndo pela rua, viu em uma das casas uma mulher com um revólver na vidraça detonando tiros. O depoente parou o carro e levou Albino até a delegacia. Albino disse a Horácio que sua esposa havia atirado para matá-lo, sendo que ele já estava separado há mais de três meses. A testemunha presenciou Albino correndo e ofereceu-lhe uma carona para prestar queixa.

⁴³² Ibid.

⁴³³ Ibid.

Em seu interrogatório na delegacia, constatou-se que Verônica trabalhava, era funcionária na Casa de tecidos Rener e exercia o cargo de ajudante de alfaiate. Portanto, tratava-se de uma mulher trabalhadora, que era proibida de sair de casa pelo marido; nesse sentido, nota-se que parte dos conflitos gerados entre o casal era justamente por Verônica trabalhar fora sem o consentimento do esposo.⁴³⁴ Ambos estavam casados há onze anos; Albino era oficial de justiça e exercia seu ofício na Comarca Judiciária de Ponta Grossa, a mesma que viria julgar o caso de sua mulher.⁴³⁵

O casal tinha três filhos, sendo que o menino mais velho estava com dez anos. A vida cotidiana dos cônjuges, segundo a ré, era permeada de uma constante desarmonia, mas nunca se separaram, pois Verônica pensava muito em seus filhos. Segundo a ré, “seu casamento chegou a um momento que se tornou insuportável”. A convivência com Albino era inconcebível, pois ele era violento, autoritário e não respeitava suas vontades. A ré reafirmou sua versão dos fatos em juízo perante o promotor público:

Verônica Hagemayer, casada, 28 anos de idade, brasileira, profissão de alfaiate, residente na Rua Senador Pinheiro Machado, nº404 em Ponta Grossa. Sabendo ler e escrever, religião católica. Prestou as seguintes declarações. Dada a palavra ao M. juiz foram feitas as seguintes perguntas: Perguntado se é verdadeira a imputação que é feita a ela, respondeu que é verdadeira. Conhece-se o instrumento com que foi imputado a infração e que a mesma é que agora foi apresentada. Perguntado todos os demais fatos e pormenores que conduzem a elucidação dos antecedentes e circunstâncias da infração e si outras pessoas concorram para a infração e quais sejam, respondeu que na tarde do dia anterior ao fato que narra a denúncia, um filho da interrogada ferira o pé com um arame, inflamando o corte, motivo pelo qual no dia seguinte ficara seu dito filho deitado até mais tarde; que eram sete e meia da manhã quando apareceu o marido da interrogada, pondo-se a destrata-la na janela de casa, pelo lado de fora que a interrogada estava se preparando para ir ao trabalho e disse ao marido que não estava disposta a aturar os seus insultos; que a vítima continuando a insultá-la, lhe disse que aprontasse o filho, pois queria leva-lo ao médico,

⁴³⁴ Como pudemos analisar, o Código Civil de 1916 especificou a questão do trabalho feminino; esse só poderia ser exercido com prévia autorização do marido. Mary Del Priore, ao analisar o código, conclui que ao marido cabia representar a família, administrar bens comuns e aqueles trazidos pela esposa e fixar o domicílio do casal. Quanto à esposa, essa ficaria ao nível dos menores de idade e dos índios. Del Priore ainda destaca que o código, claramente, especificava o papel a ser exercido por marido e mulher. A ela cabia a identidade doméstica e a ele, a pública. Nesse sentido, percebe-se que, no caso de Verônica, há uma “inversão de valores” quando a mesma vai trabalhar fora sem a autorização de Albino e, ainda, o “afronta” com a clara posição de discordância do esposo. Ver: DEL PRIORE, M. **História do amor...**, Op. cit., p.246.

⁴³⁵ Albino Hagemayer era oficial de justiça e desempenhava sua profissão na Comarca de Ponta Grossa. Na análise dos 4 processos, nota-se que em todos ele é citado como uma das partes presentes nas audiências, juntamente com o promotor público e o Juiz da Comarca. O curioso é que o mesmo tribunal no qual Albino trabalhava viria a julgar o processo de sua esposa Verônica.

que a interrogada respondeu que não era necessário, pois, ela própria iria leva-lo; que os insultos continuaram a ser proferidos pelo marido da interrogada e ela exasperada lhe disse que não a continuasse a insultar, porque do contrário lhe atiraria; que continuando os insultos a serem proferidos; ela a interrogada foi armar-se com uma arma de fogo e voltando depois a ameaça-lo, esperando com a simples ameaça fazer com que ele desistisse de insultá-la, desfechando contra o mesmo, um tiro por não ter conseguido que cessasse os insultos; que desfechando o primeiro tiro, o seu marido que estava do lado de fora da casa na janela, correu atravessando a rua para se abrigar em um automóvel que no momento passava, de Horácio Vargas que nesse momento a interrogada desfechou o segundo tiro. Mas em ambas as vezes não teve a intenção de acertar em seu marido, e sim apenas amedrontá-lo, que a vítima chegando ao automóvel de Horacio Vargas, disse a este “o senhor é testemunha que minha mulher me atirou”; que tendo a vítima entrado no automóvel de Horácio Vargas e se retirado, a interrogada resolveu apresentar-se ao delegado de polícia do segundo distrito, apresentando a arma de que utilizara e narrado aquela autoridade tudo o que ocorrera; Perguntado sobre sua vida pregressa, si foi presa ou processada alguma vez e, no caso afirmativo, qual o juízo do processo, qual a pena imposta e si a cumpriu, respondeu que nunca foi presa e processada é esta a primeira vez que o é, não é reincidente. Conta a ré que é casada há 11 anos com Albino, vivendo sempre em desarmonia com a vítima, mas nunca se separaram a não ser agora; [...] que a interrogada trabalha no ofício de alfaiate, há um ano, mais ou menos, que do seu ofício ganha quatrocentos e cinquenta cruzeiros por mês e é com essa importância que mantém os meninos que são três, estando o mais velho com dez anos; que a interrogada mora com sua mãe desde que deixou o seu marido, há quatro meses. A interrogada declarou que não tem advogado e nem recursos suficientes para contratar um defensor e por isso lhe pedia que lhe fosse nomeado um para defendê-la. O M. Juiz atendendo ao pedido nomeou o Dr. José Moisés Deiab para defendê-la. E como nada mais lhe disse e foi perguntado, mandou o M. juiz encerrar o interrogatório.⁴³⁶

Verônica afirmou que, com seu trabalho, sustentava os três filhos; dessa forma, é possível entender melhor parte do comportamento de Albino. Sem dúvida, ele não admitia que sua mulher trabalhasse fora e fosse autossuficiente. No depoimento, Verônica disse que foi obrigada a deixá-lo devido aos maus tratos que recebia e que, após a separação, passou a ser perseguida por ele, sofrendo inclusive ameaças de morte.⁴³⁷ O medo de uma agressão física por parte do marido a levou a atirar, mas com o intuito de apenas intimidá-lo e não matá-lo.⁴³⁸

Na versão de Albino, no depoimento em juízo, Verônica aprendeu o ofício de alfaiate e, em setembro de 1944, conseguiu um emprego na Casa de tecidos Renner;

⁴³⁶ Processo nº698. Op. cit.

⁴³⁷ Constantemente perseguida por Albino, consta no processo que Verônica, várias vezes, em público, era perseguida pelo marido e, por meio de terceiros, ficou sabendo que o esposo a ameaçou de morte caso ela não reatasse o casamento. Nesse sentido, ela recusou-se a devolver o revólver que havia roubado de Albino ao sair de casa e ir morar com sua mãe.

⁴³⁸ A interpretação que se pode tirar é que Verônica, para se autodefender, apropriou-se do revólver calibre 32 pertencente ao marido, sendo que, no dia do escândalo, detonou tiros contra Albino para intimidá-lo.

um mês depois, conta a “vítima”, sua esposa veio com “ideias e comportamentos diferentes” daqueles que tinha quando se dedicava somente aos ofícios domésticos. Relatou o depoente que, logo depois, “abandonou o lar” e foi morar com a mãe, sua sogra, levando os filhos e também um revólver calibre 32 que pertencia à vítima.

[...] Venho com presente afim de me expor a vossa excelência que havendo necessidade de esclarecer a ingratidão que estou sendo vítima. Que em Maio de 1944 convido um amigo o senhor Mario Marques a insinar a minha mulher a costura de calças para alfaiate para assim concorrer na educação melhor de meus filhos com a costura em casa. Contra minha vontade que dia 29 de Julho de 1944, se emprega na agencia de tecidos Renner que depois de um mês de trabalho vinha com ideias diferentes em sua casa, no dia 27 de setembro abandona o lar, e leva em intenção mal um meu revolver calibre 32 por dizer de eu ter desrespeitado a sua cunhada viúva Julia Schmidt que foi para a casa de sua mãe, e entrega a arma a sua mãe para guardar, passado cinco dias sua mãe ao fazer uma viagem entrega a arma novamente à filha.⁴³⁹

Nota-se, no trecho do depoimento de Albino, a tentativa de demonização de sua mulher, como se ela fosse “insensível”, ao ponto de abandonar o lar por motivos fúteis. Para Albino, o “desejo de vingança” tomou conta de sua esposa. Albino tentou convencer o juiz de que Verônica desejava matá-lo a todo custo. Porém, o que se percebe em Albino é o orgulho de “homem ferido”. Albino foi desafiado pela mulher, uma “inversão de valores” para a época. Ele ainda deixou escapar em sua fala que um dos motivos da “ira” da esposa foi ele ter desrespeitado a cunhada, viúva, de Verônica. Esse fato possibilita inúmeras interpretações, porém, a fonte em si não fornece nada de concreto.⁴⁴⁰

⁴³⁹ Processo nº698. Op. cit.

⁴⁴⁰ Apoiando-nos no viés desenvolvido por Natalie Zemon Davis acerca das lacunas deixadas nas fontes, pode-se levantar hipóteses sobre a desarmonia no casamento de Albino e Verônica. Partindo do que o processo fornece, compreende-se que o comportamento agressivo e temperamental de Albino fez com que Verônica se separasse, saísse de casa, levasse consigo os filhos e um revólver para defender-se. Contudo, o fato de Verônica ter mencionado um suposto desrespeito de Albino com sua cunhada viúva leva a uma segunda interpretação do caso. Uma tentativa de sedução de Albino a outra mulher pode ter contribuído para arrefecer ainda mais o já desgastado casamento de ambos. Nesse sentido, o “desrespeito” ao casamento se daria por parte de Albino, mas a fonte não possibilita ir além. O que foi descrito parte de uma dedução após ler cuidadosamente o processo e compreender os discursos e pontos de vista dos envolvidos. Para Davis, as lacunas deixadas pelas fontes possibilitam ao historiador narrar as experiências coletivas expressas pelos indivíduos, levantar interpretações, buscar em outras fontes o contexto em que as personagens reais pesquisadas viviam para que se possa chegar a um resultado aproximado. Esse método foi utilizado em sua obra “O Retorno de Martin Guerre”, de 1983, em que Davis depara-se com a questão da falta de documentação e, por isso, recorre às experiências coletivas, hipóteses e possibilidades interpretativas. O método de Davis não pode ser visto como uma mera invenção, mesmo porque em história precisamos do documento. Na falta deles, “criamos”, porém, sempre atentos à escuta das vozes do passado. DAVIS, Natalie Zemon. **O retorno de Martin Guerre**. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p.21.

Verônica, ao tomar a decisão de sair de casa, quebrou com a ótica “naturalizada” de dominação, colocou em cheque a autoridade de um casamento que a sufocava cotidianamente. Albino disse que a ré o proibiu de ver os filhos e não entendia porque ela era “tão perversa”. Ele era apenas um “bom pai de família” e sua esposa queria “tirar-lhe a vida”.

Ao responder às perguntas do juiz, a primeira testemunha, dona Maria Campos, afirmou que Verônica levava uma “vida honesta”, que vivia de seu trabalho de alfaiate e morava na casa da mãe com os filhos. O defensor de Verônica, Dr. José Moisés Deiab, alegou ao juiz que a intenção da ré era apenas assustar Albino e não matá-lo. A segunda testemunha, Horácio Vargas, não acrescentou grandes detalhes aos autos, sendo que apenas acompanhou Albino até a delegacia, oferecendo a ele uma carona quando o viu correr dos tiros disparados. A terceira testemunha, senhor José Baltazar, apenas reforçou tudo o que já havia sido dito nas versões da ré, da vítima e da testemunha Maria Campos:

José Baltazar, com cinquenta anos de idade, casado, católico, residente nesta cidade à Rua Pitanguy, nº286, ferroviário, exercendo sua profissão na rede Paraná-Santa Catarina, sabendo ler e a escrever, aos costumes não disse nada, disse: que no dia referido da denúncia o depoente que trabalha na delegacia do segundo distrito, chegando ali e vendo um revólver carregado, perguntou a Raulino Camargo (delegado) e ao sargento Vernize de quem era aquela arma, ambos lhe disseram que era da mulher de Albino Hagemayer que o havia descarregado contra o marido; que é a única coisa que o depoente sabe sobre o caso é isso mesmo porque, como já referiu na delegacia ouviu as duas pessoas referidas contarem o que relatou. Dada a palavra ao doutor promotor público da comarca e ao defensor da ré, por eles nada foi requerido, e como nada mais lhe disse ou foi perguntado, mandou o M. Juiz encerrar o presente depoimento que depois de lido e achado conforme, vae por todos.⁴⁴¹

Por fim e por unanimidade, Verônica acabou sendo absolvida pelo juiz em 15 de Julho de 1946, pois nos autos não constava a intenção de assassinato. O promotor público também se colocou favorável à absolvição da ré e intercedeu para que não fosse submetida a júri popular:

Verônica Schmidt foi denunciada como inclusa na pena do artigo 121, combinado com o artigo 12 nº2 do código penal, pelo fato de haver no dia 14 de novembro de 1944 desfechado dois tiros de revólver contra seu marido, Albino Hagemayer sem, contudo feri-lo. Em seu interrogatório declara a Ré que separada a dois meses de seu marido devido a maus tratos que vinha recebendo, foi, na data requerida da denúncia insultada

⁴⁴¹ Processo nº 698. Op. cit.

pelo mesmo em sua própria casa; declara ainda ter sido inútil os pedidos feitos a seu marido, no sentido de que se retirasse; resolveu pegar o revolver e com ele, despachou dois tiros com o intuito unicamente de intimidar o agressor. Foram tomados neste processo o depoimento de três testemunhas sendo que uma delas nada relatou sobre o evento. O depoimento da testemunha Maria Campos a qual declara que ouviu da casa da ré, que fica junto a sua, Albino Hagemayer ofendendo com pesadas palavras a sua mulher e esta disse a ele que não a maltratasse e fosse embora que Albino respondeu a ré que não ia embora e que ninguém mandava nele continuando a maltratá-la. [...] Muito embora o depoimento da testemunha Maria Campos fosse desfavorável a ré não constituiria o suficiente, por isso que é princípio jurídico que uma testemunha só não faz prova alguma. Pelo depoimento que neste processo consta fica evidente a tentativa de homicídio. Mas, pelo depoimento de Maria Campos e pelas declarações da ré, que na espécie são de se apreciar, visto que não se dissociam as demais provas e verifica-se que a tentativa de homicídio não ficou caracterizada pelo concurso destes elementos: primeiro a intenção de matar- segundo começo e execução do crime- 3º não consumação do crime, pois circunstancia independente da vontade do agente. Ora a ré segundo se depreende da prova não teve a intenção de matar seu marido, quis apenas amedrontá-lo afim de que cessasse a opressão. Contudo do que ficou exposto acima somos de parecer que a ré deve ser pronunciada, principalmente atendendo-se a circunstancia de que, provada que está a sua vida honesta, dedicada no trabalho para a manutenção dos filhos menores não merece sofrer o vexame de ser submetida ao júri popular. Sendo assim como representante do ministério público, cujo interesse é tão somente, fiscalizar a execução da lei, esperamos que vossa excelência, como superior fará justiça.

*(Epaminondas Santos Ribas- Promotor Público da Comarca de Ponta Grossa).*⁴⁴²

O parecer final do Juiz não foi diferente do almejado pelo promotor público, pois aquele também entendeu que a intenção da ré não foi a de matar a vítima:

[...] e assim é que no caso sub júdice, pesando o valor do depoimento de Maria Campos, achei-o digno de credibilidade, e, conquanto omissivo, no que de perto interessa é a subjetividade do ato da denunciada, de modo algum poderia isso importar na afirmativa de que a intenção desta era matar, que a prevalecer um tal critério, valeria por autentico atentado a honesta lógica judiciária, sobre ter de se opor, a uma série de circunstancias ponderáveis que justamente defendem a tese contrária. Não se encontra efetivamente nos autos, prova alguma ou sequer indícios de que a acusada tivesse a intenção de matar. [...] Atendendo ao quanto expedido ficou, preceitos atinentes a espécie, e de sobretudo a de não haver se positivado a intenção de praticar o delito, por cuja tentativa lhe foi instaurado o presente processo, julgo improcedente a denúncia de fls. 2 e consequentemente de acordo com o artigo 386 nºII do código de processo penal, absolvo Verônica Schmidt Hagemayer da acusação dando-lhe baixa na culpa. *(De Palmeira para Ponta Grossa, 15 de Julho de 1946- Heliandro Guimarães de Camargo. Juiz de direito substituto).*⁴⁴³

⁴⁴² Ibid.

⁴⁴³ Na ocasião da sentença final do processo de Albino e Verônica, o juiz da Comarca de Ponta Grossa, Joaquim Meneleu de Almeida Torres, encontrava-se de licença e a sentença foi proferida pelo juiz substituto, Heliandro Guimarães de Camargo, que encontrava-se em Palmeira-PR.

Analisando a fala da testemunha Maria Campos e da própria Verônica, percebe-se que Albino era um homem rígido e impunha um padrão de comportamento à esposa. Verônica passou a ser uma mulher independente, trabalhava como ajudante de alfaiataria. Nesse caso, a posição contrária ao trabalho feminino fora do lar manifesta-se por meio de Albino, que questionou a mudança de comportamento de sua mulher após ela ter começado a trabalhar. Uma reação não incomum para a época, pois a presença feminina no mercado de trabalho ainda era uma novidade. O código civil de 1916 explicitou que o trabalho das esposas fora de casa só deveria ser exercido sob imediata autorização do marido.

Em relação à decisão do juiz de absolver Verônica, há que se levar em conta que, ao contrário de Vitória, Verônica nunca traiu o esposo, apesar dos maus tratos e da desarmonia conjugal. A testemunha principal é favorável a ela ao dizer que Verônica é boa mãe e cuida dos filhos. Também pesou a questão de Verônica sozinha sustentar os filhos com seu ganho, bem como as perseguições, proibições e maus tratos de Albino. Mas, na visão de Albino, era inadmissível Verônica ter saído de casa, levado os filhos consigo e, ainda, trabalhar e ser independente. Verônica, para Albino, quebrou o laço “indissolúvel” do casamento, subverteu a norma ou o “conveniente” para a maioria das mulheres casadas da época.

Em todos os processos, nota-se a enorme rede de poderes nos quais as personagens estudadas estavam inseridas. A “mulher perfeita” na sociedade pontagrossense da época não seria uma mulher como Vitória, adúltera; nem poderia ser Erondina, que exercia sua sexualidade; de forma alguma poderia ser Verônica, que passou a ser independente depois da separação do marido autoritário. Tampouco Maria, “desonrada” pelo namorado Raul, grávida e abandonada.

O que se pode perceber é que os conceitos presentes em todos os processos, tais como moralidade, respeito, mulher viciada, mulher histérica, mulher com excesso de perversidade, moça de família, moça honesta, rapaz respeitador das famílias, honra, mulher perversa, mulher delinquente, entre inúmeros outros, faziam parte de um universo em que a “família tradicional” possuía o poder simbólico de outorgar uma norma. Isso não significa que a sociedade princesina, como um todo, a seguisse. No entanto, nas décadas de 1930 e 40, o discurso maior ou “conveniente” pautava-se na conservação da família tradicional. Estrutura na qual o domínio masculino se fazia presente, juntamente com interdições relacionadas à sexualidade.

No presente trabalho, foi perceptível que as mulheres pesquisadas foram vítimas dos inúmeros discursos proferidos a seu respeito, tanto na fala religiosa quanto na judiciária. Mas, ao mesmo tempo, as fontes demonstram que elas conseguiram burlar esses discursos e, “à sua maneira”, adaptarem-se ao domínio. Para tanto, se muniram de inúmeras táticas no exercício de seus intentos. Erondina e Maria utilizaram a tática da denúncia por defloração para não ficarem mal faladas. Vitória, por meio de uma tática, arquitetou com o amante o assassinato do marido. Verônica utilizou a mesma tática que Vitória, porém, para afastar um esposo violento.

Também foi possível ver que, no discurso eclesiástico, a mulher é enquadrada em um “naturalizado” papel de mãe e esposa. Essa representação sempre lhe foi destinada como algo inquestionável, sendo que, para a Igreja Católica da época, os modelos que fugiam a tal normatização eram vistos como “corruptores da índole feminina”, da “dignidade materna” e a “perversão de toda a família”, como destacou Pio XI em sua encíclica *Casti Connubi*, de 1930.

No período estudado, a Igreja colocava a família como o local “natural e necessário” para a educação dos filhos, algo que se percebe no discurso das personagens dos processos criminais. Nesse sentido, pode-se notar que esses discursos obtiveram grande receptividade nos casamentos, nas famílias e nas mulheres de Ponta Grossa. A proposta final é justamente fazer a conexão dos fatos apurados nos processos com o discurso eclesiástico católico.

Como as encíclicas de Pio XI e, acima de tudo, o discurso pastoral de Dom Antônio Mazzarotto se relacionam com as fontes judiciárias. Lembrando que Dom Antônio era bispo de Ponta Grossa nos anos em que se deram os conflitos selecionados. Nas fontes jurídicas, nota-se a alta dose de valores cristãos na fala dos promotores, do juiz e em grande parte nas testemunhas. O próximo capítulo consistirá justamente em analisar os resultados conectivos dos discursos desses dois âmbitos. Por meio dessa análise, retornarei à minha questão de partida, respondendo até que ponto esses discursos foram absorvidos pelas famílias e mulheres de Ponta Grossa.

CAPÍTULO 4 – JUSTIÇA E RELIGIÃO: RESISTÊNCIAS E PROXIMIDADES NOS DISCURSOS SOBRE A FAMÍLIA E A MULHER EM PONTA GROSSA

Anteriormente, foram discutidas as facetas discursivas sobre a mulher e a família, os discursos religiosos e judiciários. Em Ponta Grossa, o discurso religioso se fez por meio dos escritos do primeiro bispo da cidade, Dom Antônio Mazzarotto. A recepção desses discursos pode ser identificada nos conflitos existentes nos processos criminais.

A conjuntura social na qual Ponta Grossa estava inserida nas décadas iniciais do século XX possibilitou à cidade a modernização e sua inserção na ótica burguesa. Algo refletido no consumo e no desfrute de hábitos culturais semelhantes aos vividos em centros urbanos como Curitiba, Rio de Janeiro e São Paulo. Adriana Cançado aponta que esses hábitos foram interiorizados e reproduzidos nos cinemas, cafés e teatros. Hábitos urbanos que acarretaram significativas mudanças de comportamento na então “rústica” e “camponesa” cidade do interior do Paraná.⁴⁴⁴

Edson Armando Silva destaca que essas mudanças comportamentais refletiram-se na cidade. Segundo o autor, o aumento populacional fez que também crescessem os crimes contra a propriedade pública e privada. Os crimes contra a segurança das pessoas começaram a fazer parte das páginas do jornal local, com destaque para os homicídios praticados entre pessoas que possuíam vínculo amoroso.⁴⁴⁵ Para esses historiadores, o que acarretava a maioria desses crimes eram questões relacionadas a ideais de honra e honestidade. Esses conflitos, em sua maioria, aconteciam dentro das famílias.

Cabe destacar a especificidade do conceito de honra em Ponta Grossa. Não muito diferente de outros locais do Brasil no período, pode-se dizer que a honra masculina era algo estruturado na representação social do bom homem, trabalhador, honesto, bom marido e pai, algo interiorizado, também, pelas mulheres da cidade. Elas deveriam zelar pela honra desses homens, fossem seus pais, maridos ou irmãos. Tratava-se de um capital simbólico de forte vínculo junto à sociedade. Um

⁴⁴⁴ CANÇADO, Adriana. Paixão e honra: crime passionnal em Ponta Grossa na década de 30. In: DITZEL, C. de H. M.; SAHR, C. L. L. (orgs). Op. cit., p.194.

⁴⁴⁵ SILVA, Edson Armando. **O povo faz a história: Ponta Grossa (1920-1945)**. Ponta Grossa: UEPG, 1994, p.36.

pai e marido com tais características seria a garantia de uma boa imagem para o homem perante a sociedade.⁴⁴⁶

Em relação às mulheres pontagrossenses, elas deveriam honrar a imagem masculina, mediante o recato, a obediência, a modéstia e o bom comportamento. À mulher cabia, ainda, guardar sua virtude e sua vergonha perante a sexualidade. Portando-se de tal forma, as mulheres garantiriam reconhecimento perante o grupo de “senhoras honestas” e de “boa índole”.⁴⁴⁷ Para os casados, a honra da família estava diretamente relacionada ao bom comportamento da esposa e à coragem do homem perante os desafios da vida.

Todas essas questões refletem-se diretamente nas fontes, tanto nos documentos religiosos como nos processos criminais. Pio XI e Dom Antônio Mazzarotto, nas encíclicas e cartas pastorais, delimitam irreversíveis papéis sexuais dentro da família, algo que em nada difere dos posicionamentos do juiz, dos promotores e dos advogados que conduziram os quatro processos crimes. Trata-se de homens instituídos para desempenhar sua autoridade em nome da lei de Estado, assim como os padres e bispos em nome da fé católica. Todavia, esses homens da lei, em muitos pontos, compartilhavam do discurso religioso, principalmente, no que concerne a moralidade e costumes.

Esses homens da religião e da lei se utilizaram de estratégias para manter o *statu quo* da moral e dos costumes. Dessa forma, impugnaram discursos de cunho conservador perante uma sociedade que, a seu ver, estava fugindo às normas socialmente convenientes. Quando falo de conveniência social, trato, especificamente, de comportamentos das mulheres no casamento e na família. Em Ponta Grossa, assim como em outros lugares do país, elas absorveram a mesma carga de discursos restauradores por parte da Igreja e das leis de Estado. As mulheres foram o alvo principal dos discursos estratégicos dessas instituições. As *estratégias* utilizadas por esses homens da religião e da lei podem ser compreendidas perante uma leitura mais aprofundada do conceito de Michel de Certeau:

A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio de ser a base de onde se pode gerir as relações com uma exterioridade de alvos e ameaças. Toda a racionalidade estratégica procura

⁴⁴⁶ CANÇADO, A. Op. cit., p.200.

⁴⁴⁷ Ibid.

em primeiro lugar “distinguir” de um ambiente um “próprio”, isto é, o lugar do poder e do querer próprios.⁴⁴⁸

Na visão de Certeau, que toma o exemplo da estratégia em uma empresa, pode-se compreender a estratégia da Igreja e da lei como algo calculado e manipulado. Uma relação de força que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder, como essas instituições, se coloca como a base onde se podem gerir relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças. No caso desta pesquisa, a exterioridade é a sociedade; os alvos, o casamento, a mulher e a família; e as ameaças são as “consequências morais” do mundo moderno. Essa explanação ficará mais clara com a sobreposição dos discursos religioso e jurídico.

4.1 O DISCURSO CATÓLICO

A Igreja Católica entende a família como o átomo da sociedade civil, sendo que a instituição a concebeu, ao longo dos séculos, sob a égide de valores estruturados na tradição. Valores que instituíram papéis masculinos e femininos “legitimados por Deus”. Para homens e mulheres, a Igreja delimitou comportamentos, fronteiras morais entre o aceito e o não aceito, moral/imoral, virtude/pecado. Por meio da família, tais fronteiras tornaram-se claras. Ao homem, atribuiu-se o domínio dentro da estrutura familiar; seu papel era provê-la, cabendo a ele autoridade sobre esposa e filhos. Essa representação de família naturalizou-se no discurso da Igreja, solidificando-se em um dogma inquestionável.

A partir do século XIX até a metade do século XX, o discurso restaurador dos costumes ganhou força dentro da Igreja, logo, a proteção e a defesa da família se fizeram presentes nos escritos dos papas do período, entre eles, Pio XI. Também na postura evangelizadora dos bispos, o que, em Ponta Grossa, reafirmou-se nas práticas discursivas de Dom Antônio Mazzarotto. Pela família, a Igreja tentou manter-se como a guia moral da sociedade, uma estratégia política que ganhou força no Brasil a partir da década de 1920 e reforçou-se na Era Vargas (1930-1945). Trata-se de um momento em que Estado brasileiro e Igreja aproximam-se em

⁴⁴⁸ CERTEAU, M. Op. cit., p.94.

relação amistosa, tornando-se parceiros da manutenção da ordem, da disciplina e da moral.⁴⁴⁹

Dom Antônio Mazzarotto, em sua primeira carta pastoral, *O Reino de Cristo*, de 1930, saúda intensamente as autoridades públicas, entre eles, o presidente do Estado do Paraná, agradecendo sua colaboração para a criação da diocese de Ponta Grossa. Também comenta a necessidade e o indispensável apoio dos governantes à “verdadeira religião” de Cristo na condução das almas. Por meio desse discurso, fica clara a então colaboração entre Igreja e o Estado:

[...] saudamos ao atual presidente do Estado do Paraná, Dr. Afonso Alves de Camargo, que sempre pautou suas deliberações pelo patriotismo de que deu inequívocas provas, saudamos com vivo afecto e com decidido empenho de prestar-lhe toda a cooperação que nos faz capaz a autoridade religiosa.⁴⁵⁰

No trecho seguinte, Dom Antônio destaca a catolicidade dos homens públicos, a exemplo do então ex-presidente do Estado do Paraná, Caetano Munhoz da Rocha:

A diocese de Ponta Grossa juntamente com a província eclesiástica a que pertence, foi creada há cinco annos, durante o benemérito governo do Dr. Caetano Munhoz da Rocha. Este facto nos evoca a nobre figura do então presidente do Estado e actual senador da República, figura de Catholico destemido e exemplar que não pouco cooperou para o incremento da religião.⁴⁵¹

Dom Antônio conclui a carta saudando as câmaras municipais das cidades que abrangiam os domínios do bispado, falando da importância do reconhecimento do verdadeiro poder na sociedade. Para o bispo, esse poder não era o temporal e, sim, o espiritual:

Saudamos as câmaras municipaes que entram em circumscripção do bispado. O passado delas nos assegura de que continuarão a respeitar os sentimentos religiosos do povo que as constitui. [...] O poder legítimo na sociedade humana é prestigiado pela igreja que ensina com São Paulo que

⁴⁴⁹ FAUSTO, B. Op. cit., p.332-3.

⁴⁵⁰ CARTA PASTORAL de Dom Antônio Mazzarotto. *O Reino de Cristo*. Roma: Tipografia Nazionale, 1930, p.33.

⁴⁵¹ Ibid. Caetano Munhoz da Rocha governou o Estado do Paraná entre 1924 e 1928, período em que foi criada a Diocese de Ponta Grossa. Ver: ESTADO DO PARANÁ. **Governantes do Paraná**. Curitiba: Secretaria de Estado da cultura e do esporte. Biblioteca Pública do Paraná, 1985, p.23.

toda a autoridade vem de Deus e como tal se lhe deve obediência obsequiosa e reverente.⁴⁵²

Na sua benção final, o bispo saúda os educadores, as famílias e todas as classes da sociedade, no intuito de, com elas, conduzir seu rebanho rumo à construção do Reino de Cristo:

Aos educadores da infância e da mocidade e mais professores públicos e particulares desejamos, colham abundantes fructos no seu magistério que é um nobre apostolado. [...] sobre todas as classes da sociedade, sobre todos os nossos diocesanos e suas famílias chovam a flux as bençams do céu e os dons do divino espírito santo.⁴⁵³

Nota-se que Dom Antônio, em seu projeto pastoral, procurava trazer todos os fiéis do bispado para a Igreja. O bispo tinha em mente restaurar a sociedade “toda em Cristo”, assim como o papa Pio XI - *Instaurere omnia in Christo*. Para isso, contava com a colaboração das famílias, das escolas, do Estado e da sociedade como um todo. Na carta pastoral *A doutrina Christã*, de 1931, Dom Antônio coloca a necessidade da educação católica para as crianças desde a tenra idade, sendo os pais os principais responsáveis para conduzi-los dentro da moralidade:

[...] a família catholica se deveria assemelhar em que como sacerdotes vigilantes, assídua e incansavelmente presidem os paes. A vós paes, a sublime e nobilíssima missão de multiplicardes os seguidores de Jesus, ensinado-lhes a sua doutrina e apontando-lhes os exemplos. Não esqueçaes nunca que os filhos pertencem sempre a Deus e Deus vol-os entrega como depósito sagrado sem renunciar ao seu soberano e absoluto domínio.⁴⁵⁴

Dom Antônio também expõe o porquê da necessidade de educar a prole em um ambiente cristão:

[...] para que não cresçam vossos filhos no vício, para a deshonra vossa e para o opprobrio do paiz, é necessário que cedo, muito cedo, quando a razão começa a bruxolear, lhes apresenteis as primeiras noções da doutrina christã, lhes fomenteis as boas inclinações e lhes detenhaes e refreeis com o temor de Deus as ruins paixões que são a triste herança do primeiro pecado. Ao ensino ajuntae, queridos paes, a contínua vigilância e a força irresistível de vossos bons exemplos.⁴⁵⁵

⁴⁵² CARTA PASTORAL de Dom Antônio Mazzarotto. **O Reino...**, Op. cit., p.34.

⁴⁵³ Ibid.

⁴⁵⁴ CARTA PASTORAL de Dom Antônio Mazzarotto. **A Doutrina Christã**. Curitiba: Typografia A Cruzada, 1931, p.13.

⁴⁵⁵ Ibid., p.14.

É perceptível o esforço católico em normatizar a família por meio da educação cristã desde a infância. Com isso, almejava-se a florescência de uma sociedade restaurada na doutrina católica. Todavia, para a manutenção desse vínculo, Dom Antônio pregava em suas cartas pastorais, dentre outras coisas, o matrimônio, a submissão da mulher ao marido, o controle deste sobre a esposa e a prole, também o cuidado da mulher com os filhos, o recato feminino, seguido de obediência, piedade e dedicação exclusiva ao lar.

O que se destaca no entrecruzamento dos discursos dessa pesquisa é que, mesmo de forma não oficial, os poderes do Estado, como a justiça, assumiram em sua ação cotidiana valores essencialmente cristãos. Postura que ficou clara nas fontes judiciais.

4.2 PROCESSOS CRIMINAIS: OS VALORES CRISTÃOS DENTRO DO DISCURSO JURÍDICO

A forma como se estruturam os processos do contexto estudado é algo interessante do ponto de vista moral: além de identificarem réus, vítimas, testemunhas, autoridades policiais e jurídicas, a lei penal também se prestava a vasculhar cada detalhe da vida cotidiana daqueles que em suas grades estavam envolvidos. Em todos os processos, na identificação de cada indivíduo, aparece a pergunta: idade, profissão, moradia e “religião”.

A impressão que se tem é a de que subsistiam ainda as normas do padroado, quando Estado e Igreja eram unidos. Os valores cristãos que permeiam os processos tornam-se óbvios na postura dos homens da lei. Os promotores, inúmeras vezes, em seus posicionamentos, disseminaram juízos de valor sobre costumes e comportamentos. Fato que é perceptível nos promotores que conduziram as acusações.

Os advogados também se mostraram muito moralistas em seus posicionamentos sobre as mulheres “transgressoras”. Como, por exemplo, o caso de Dr. José Moisés Deiab, defensor do réu Raul Dal Col. Aquele senhor, a todo o momento, quando interrogava as testemunhas, conduzia as perguntas com a intenção de desqualificar a vítima Maria Cardim, com questões do tipo “o que o senhor acha de uma moça solteira que passeia a noite sozinha com um rapaz?” Ou

“se é verdade ou não que a mãe da ofendida vivia amasiada com um homem”.⁴⁵⁶ Sabe-se que, além de uma estratégia para defender seu cliente, tal postura demonstra o quanto a honra feminina era importante naquele contexto e quão pesado poderia ser o julgamento moral em relação às moças que fugiam de um comportamento “conveniente”.

A cidade, que tinha como bispo Dom Antônio Mazzaroto, de postura conservadora, é a mesma do advogado Dr. José Moisés Deiab, dos promotores públicos defensores da moral e das senhoras de família guardadoras dos costumes, tais como *Dona Irene*, a mãe da ré *Vitória*. Na carta pastoral *Males Gravíssimos*, de 1941, Dom Antônio se posiciona sobre os costumes da sociedade moderna. Nesse documento, o discurso do bispo assemelha-se amplamente com os processos quando defende a moralidade feminina:

[...] lastimamos haver senhoras de rosto buzuntado, lábios pintados e, o que é ainda mais repugnante, pernas e braços descobertos [...] entretanto o principal sentimento inseparável da mulher cristã devesse ser o da modéstia, da mais perfeita modéstia. O pudor é seu mais bello ornamento qual foi sempre as de todas as heroínas da Igreja.⁴⁵⁷

Nessa pastoral, Dom Antônio não poupa críticas à vaidade e à sensualidade feminina: “[...] certas mulheres hoje, que se dizem catholicas e que com suas vaidades e immodestias se tornam escândalo para o próximo, verdadeiros ardis do demônio na ruína das almas”.⁴⁵⁸ Após críticas ao típico comportamento da mulher “moderna”, o bispo expõe como deveria se portar uma “respeitosa” senhora católica: “[...] incumbe-se a vós senhoras catholicas, defenderdes, pela vossa modéstia no vestir, mais bella, a mais cara, a mais vulnerável de todas as virtudes, a virtude da castidade”.⁴⁵⁹

Dom Antônio Mazzarotto também aconselha firmeza por parte dos sacerdotes para repelir da “santa missa” mulheres com vestimentas inconvenientes:

[...] com prudência e com firmeza, repillam, portanto os nossos reverendos sacerdotes da Santa Missa e Comunhão e dos outros sacramentos, bem

⁴⁵⁶ Processo nº319, Op. cit.

⁴⁵⁷ CARTA PASTORAL de Dom Antônio Mazzarotto. **Males Gravíssimos**. Curitiba: Typografia A Cruzada, 1941, p.8.

⁴⁵⁸ Ibid., p.9.

⁴⁵⁹ Ibid.

como do templo santo de Deus, as mulheres que se apresentarem com vestes inconvenientes.⁴⁶⁰

Os posicionamentos de Dom Antônio, do Judiciário e dos envolvidos nos processos demonstra que Ponta Grossa era uma cultura calcada na moralidade, que valorizava a honra e a virtude. Isso é perceptível no discurso do bispo, mas não somente: nos processos também presencia-se posturas moralizantes. Um dos exemplos é a dos tios de Erondina; esses senhores defenderam a moralidade da família ao exigir que Rui “reparasse” o “dano causado”, fazendo-o casar com a moça.

Na Ponta Grossa das décadas de 1930 e 40, o domínio sexual masculino sobre a mulher mostra-se latente. Episódios como a postura de Rui em relação à forma como sua noiva Erondina se comportava sexualmente dão subsídios para tal consideração. Trata-se da interdição da sexualidade feminina; Erondina, ao expressar seus desejos, quebrou com algo socialmente convencionado.

O domínio sexual também é medido no sentido de que as mulheres o justificavam. Essas senhoras incorporavam tais valores; a própria Maria Cardim ficou conhecida por toda a vizinhança, a maioria mulheres, por namorar no portão e passear a noite de carro com o namorado. A virgindade era um valor indispensável para uma moça, e o papel das mães estava em manter a moralidade das filhas, assim como expõe Dom Antônio na carta pastoral *Males Gravíssimos*:

[...] como são culpadas essas mães que, em vez de educarem as filhas passam longo tempo diante de um espelho em se arrebicarem, vestindo-se inconvenientemente. Modéstia, pudor e verecúndia são palavras que, desde cedo, se vão, para as filhas, tornando vazias de sentido.⁴⁶¹

Com uma tonalidade moralizante sobre o corpo da mulher, o bispo também condena a forma feminina de vestir-se, colocando que a “depravação da mulher” estava diretamente ligada à forma como a jovem fora criada. Para tanto, se baseia no discurso proferido pelo papa Pio XII para uma plateia de moças em outubro de 1940:

[...] mais tarde, quando essas meninas forem jovens, já não estranharão os trajes indecentes e escandalosos, nem as exhibições públicas em desportos excessivos e em exercícios gymnasticos impróprios á natureza feminina. O

⁴⁶⁰ Ibid.

⁴⁶¹ Ibid., p.11.

santo padre Pio XII, falando em 7 de outubro do anno passado, a 14.000 donzelas, assim se expressa: *“lamentamos profundamente o ponto a que infelizmente chegou a moda feminina no mundo inteiro. A jovem catholica pode ser graciosa, moderna, desportiva, sem renunciar ao pudor. Moda e modéstia são termos que se devia separar. Desgraçadamente a modéstia não está mais na moda”*.⁴⁶²

Na mesma carta pastoral, Dom Antônio remete todas as desgraças de seu tempo diretamente à deturpação da sociedade moderna e à “perda dos valores cristãos”:

[...] Nesta hora trágica tremendas calamidades assolam o mundo. A guerra, como pavoroso incêndio, já lavra em muitos paizes e ameaça alastrar-se em outros. O sangue humano corre pela terra, pelo ar e pelo mar. É que a sociedade contemporânea endurecida no mais frio egoísmo e insaciavelmente sedenta de gozo, se chafurdou na lama do sórdido sensualismo, renovando os crimes e as torpezas de Sodoma e Gomorra. Todas as graves e múltiplas infrações da lei divina provocam o tremendo castigo de Deus.⁴⁶³

A condenação do bispo ao “afrouxamento” dos costumes reflete-se em seu discurso. O bispo procurou, em seu projeto pastoral, construir o “Reino de Cristo”; para tanto, visou combater o que desagradava a instituição a que pertencia. Dom Antônio reprimiu com rigor tudo o que fugia à aprovação do catolicismo; questões relacionadas à família e à moral são um de seus principais alvos. O reflexo desse discurso é notadamente identificado na sociedade pontagrossense.

Ponta Grossa valorizava o casamento, independentemente das condições cotidianas dos cônjuges. Mulheres como Verônica Hagemayer muitas vezes submetiam-se a maus tratos, perseguições e vários impedimentos por parte dos maridos, como exercer uma profissão. Muitas cediam em nome dos filhos, como no caso de Verônica, que “só estava casada com Albino devido aos filhos”, mesmo sendo seu casamento permeado de uma constante desarmonia.

⁴⁶² Ibid., p.12.

⁴⁶³ Ibid.

4.3 AS DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS ENTRE FONTES RELIGIOSAS E OS PROCESSOS CRIMINAIS

Ao trabalhar com fontes outrora pensadas diferentes em sua forma e estilo, tais como documentos religiosos e processos criminais, é possível existir um julgamento inicial equivocado por parte do historiador. Ao contrário do que se pensa, os discursos de ambos assemelham-se em vários sentidos. No que tange à família, à moral e aos costumes, tanto as leis jurídicas como a religião católica identificavam-se em vários aspectos. O que as diferencia é a linguagem, a cena e quem estão representando. Dom Antônio, por exemplo, fora instituído para falar em nome de Deus, ou seja, do sagrado. O juiz, o promotor, o delegado e os defensores, em nome da lei do Estado.

As personagens dos processos analisados eram parte da sociedade. Sociedades são permeadas por leis, logo, os indivíduos a elas são submetidos. As leis são calcadas em normas, assim como a doutrina católica. Quem foge à norma é julgado, seja pelas leis “temporais”, seja pelas “espirituais”. As leis do Estado e da religião normatizam, corrigem e atribuem valores.⁴⁶⁴

Mas, onde há o domínio, existe a resistência, a tática e a astúcia. Os indivíduos tendem a se apropriar de formas de resistência não desinstituindo o discurso maior, ou seja, o dominante. A partir do estudo dos processos criminais, os envolvidos questionam o sistema de dominação por meio de táticas para torná-lo flexível a seus anseios individuais, todavia, seus corpos são perpassados pelo poder dos discursos.

O poder é algo que está presente em todas as esferas sociais; para Foucault, ele está disseminado em várias teias ou grades, não se concentra exclusivamente nas mãos de um ou outro indivíduo, sendo que nas instituições locais, como a família, ele dissemina-se em sua forma micro.⁴⁶⁵ Todavia, devido à heterogeneidade existente, o indivíduo é dotado, segundo Certeau, da astúcia, que se caracteriza como o gesto do “fraco” na ordem estabelecida pelo “forte”. Para Certeau, a astúcia é a arte de dar golpes no campo do outro, é uma mobilidade de manobra. Na perspectiva deste trabalho, não se nega a existência do poder, mas este não é analisado de forma triunfante sobre o indivíduo, pois as táticas, apesar de

⁴⁶⁴ Leis temporais seriam as leis do Estado e espirituais, da Igreja.

⁴⁶⁵ FOUCAULT, M. **Microfísica...**, Op. cit.

possuírem um caráter de resistência, não têm em si mesmas um projeto global. Isto é perceptível nos quatro processos.⁴⁶⁶

Erondina, para não ficar “mal falada”, denunciou seu noivo por tirar sua virgindade, mesmo que, em sua versão dos fatos, as incoerências apareçam. Prestando-se a tal atitude, ela reafirmou os valores do meio ao qual pertencia. Com o casamento, sua possível imagem de mulher fácil apagar-se-ia, sua “respeitabilidade” e a honra de sua família estariam garantidas. Porém, cabe uma contextualização da atitude de Erondina. Em seu contexto, o casamento era legitimado pela Igreja, pelo Estado e pela sociedade como um todo, sendo perpassado de um forte ideal de honra e honestidade.⁴⁶⁷ Dom Antônio Mazzarotto, na carta pastoral *O Matrimônio Cristão*, de 1934, historiciza o sacramento e lhe atribui um alto valor:

[...] não houve, desde o começo do mundo, paiz civilizado, nem bárbaro, que não tenha procurado o culto no dia do estabelecimento da família. E se em seus matrimônios, não invocaram os gentios ao verdadeiro Deus é porque o não o conheceram, mas nunca deixaram entretanto, de celebrar as núpcias com sacrifícios e ritos religiosos e de pedir a proteção daquelas deidades que cuidavam haviam de presidir ao lar doméstico. [...] o matrimônio, pois, por sua própria natureza e por vontade expressa de Deus, é um contrato essencialmente religioso. [...] Nutrimos a firme convicção de que entre nossos bem amados filhos, não haverá pae tão desalmado que atire sua filha aos braços de um homem que não seja seu marido e nem mãe tão impiedosa que consinta que um homem arranque da frente da filha o veo branco que a cobre, a não ser aquele que sendo marido, pode fazê-lo em nome de Deus.⁴⁶⁸

Esperava-se que Erondina⁴⁶⁹ tivesse contato com o discurso da Igreja sobre o casamento e como deveria portar-se uma moça. No final de cada pastoral, Dom Antônio pedia para que os padres lessem e explicassem seus escritos aos fiéis, uma maneira de fazer com que os católicos incorporassem o discurso moral da instituição. Para identificar essa incorporação, cabe a análise da fala das testemunhas.

No processo de Maria Cardim, a testemunha Thomás Capri diz: “que a ofendida sendo moça recatada e de bons costumes só esperaria casamento do então namorado Raul, pois moça decente não esperaria outra coisa”.⁴⁷⁰ Isso faz com

⁴⁶⁶ CERTEAU, M. Op. cit., pp.94-5 e 109-10.

⁴⁶⁷ CANÇADO, A. Op. cit., p.202.

⁴⁶⁸ CARTA PASTORAL de Dom Antônio Mazzarotto. **O Matrimônio...**, Op. cit., p.10

⁴⁶⁹ Quando perguntado sobre sua religião, Erondina se declara católica. Processo nº317, Op. cit.

⁴⁷⁰ Processo 319, Op. cit.

que se identifique o quanto o casamento era uma instituição legitimada, que permeava valores e construía sujeitos ideais. O discurso sobre o matrimônio perpassava os indivíduos de forma a não haver questionamento, pois o casamento traria honra e respeitabilidade social a homens e mulheres.⁴⁷¹

O caso de Maria Cardim reflete, ainda, outros aspectos sobre o casamento. Nota-se a insistência do advogado de Raul, Dr. Moisés Deiab, em desqualificar dona Alzira, a mãe da vítima. Pelo que se percebe na fala de todas as testemunhas, essa senhora era viúva e vivia com um homem, segundo a linguagem popular, na “mancebia”. Para Sueann Caulfield, uma das estratégias utilizadas pelos advogados de defesa dos réus envolvidos em crimes sexuais era justamente apelarem para questões de moral e costumes em relação à família das vítimas:

[...] geralmente eles enfatizavam a “corrupção moral” das moças mantendo o foco na situação irregular de sua família. Frequentemente eles argumentavam que as pseudovítimas ou as “virgens impuras” haviam sido criadas com liberdade excessiva, ou que a moça não era educada num ambiente recatado.⁴⁷²

Foi justamente o que o advogado de Raul fez ao se reportar à mãe de Maria. Cabe também resgatar o posicionamento da Igreja sobre as uniões ilícitas. Como foi visto, a cruzada feita pela Igreja para combater os concubinatos foi intensa nos discursos do papa Pio XI e do bispo Dom Antônio. Sobre a “mancebia”, o bispo se posicionou da seguinte forma:

[...] Esta breve carta, vem lembrar a todos que os caríssimos diocesanos que entre os cristãos baptizados é pecaminosa e feia mancebia, toda e qualquer união, fora do sacramento do matrimônio. [...] aconselha finalmente com muita instância que todos, sob guia vigilância dos paes se preparem, com necessária diligencia, para receber dignamente o matrimonio e, desta maneira, fazerem jus a todas as graças de que elle é copiosa fonte.⁴⁷³

Na pastoral *Males Gravíssimos*, de 1941, Mazzarotto reafirma o discurso da carta de 1934:

[...] esses vivendo em torpe concubinato, estão separados da alma da Igreja e são excluídos dos atos legítimos eclesiásticos, como serem padrinhos, benzerem-se-lhes as casas, receberem as senhoras a bençã depois do

⁴⁷¹ CANÇADO, A. Op. cit., p.200.

⁴⁷² CAULFIELD, S. Op. cit., p.209.

⁴⁷³ CARTA PASTORAL de Dom Antônio Mazzarotto. **O Matrimônio Christão...**, Op. cit., p.4.

parto etc. [...] aludimos aos que casam sem as necessárias disposições, sem a indispensável instrução religiosa, sem a piedade e a honestidade de costumes que devem proceder ao matrimônio para poderem elles, os nubentes, fazer jus ás graças do sacramento.⁴⁷⁴

Dom Antônio, além de condenar a “mancebia”, também chama a atenção dos pais para o cuidado e a vigilância das filhas em idade matrimonial. Pois a perda da virgindade para a mulher, antes do casamento, era encarada como uma fatalidade, algo que a marcaria por toda a vida perante a família, os vizinhos e os parentes. Nas palavras da historiadora Sueann Caulfield:

[...] a perda da virgindade era um evento crítico na vida de uma mulher solteira, provocando fofocas na vizinhança (às vezes até matérias nos jornais) e abrindo a possibilidade de uma atitude tão energética quanto à de um processo contra o deflorador. Os eufemismos usados em relação aos defloramentos sugerem que o evento vitimizava e estigmatizava a mulher aos olhos dos amigos, dos parentes e dos vizinhos que testemunhavam a seu favor. As testemunhas descreviam a ofendida como “desgraçada”, “desvirtuada” ou “abusada”.⁴⁷⁵

Se reportando ao processo de Maria Cardim, a “mancebia de sua mãe” e seu namoro um tanto “diferente” foi algo que suscitou comentários entre os vizinhos mais próximos. As testemunhas afirmaram que Maria e Raul namoravam no portão, ou seja, o rapaz não entrava na casa de dona Alzira. Assim afirma a testemunha Carmen Zulien.⁴⁷⁶ O posicionamento das testemunhas refletiu-se de forma negativa sobre Maria, tanto que Maria Paz afirmou categoricamente que Raul parecia só querer “passar o tempo” com a vítima, pois, para essa senhora, “moço que tem intenções de casar com moça de família procurava ter relações com os pais e frequentar a residência da moça”, fato que o denunciado evitava. Na contramão, Raul procurava conversar no portão e passear de automóvel à noite com Maria.⁴⁷⁷

Nos apontamentos de Caulfield, os bailes, os divertimentos e os passeios noturnos, apesar de insignificantes e até recomendáveis para os homens, nas primeiras décadas do século XX, para as moças, soavam como algo que desqualificaria sua imagem respeitosa. No imaginário popular da época, mulheres de respeito deveriam resguardar-se no recôndito do lar e não exibirem-se como *sirigaitas*. Em relação aos divertimentos, passeios e bailes, Dom Antônio os

⁴⁷⁴ Id. **Males...**, Op. cit., p.10.

⁴⁷⁵ CAULFIELD, S. Op. cit., p.226.

⁴⁷⁶ Processo nº 319, Op. cit.

⁴⁷⁷ Ibid.

condenou veementemente, de forma a identificá-los como locais de depravação e de todo tipo de excesso:

Quantos divertimentos desgraçados profanam o dia do senhor. Quantas diversões peccaminosas! Quantos encontros lúbricos! Quantos bailes que são saturnaes que licenciosidade! Quantos excessos na bebida! Quantos conflictos, por vezes sangrentos! Numa palavra, nesses dias que lhes são consagrados é Deus, por uma paradoxal irrisão, mais ofendido do que nos demais.⁴⁷⁸

Na contramão desse padrão de comportamento proposto pelo bispo, procedeu Maria Cardim. A moça namorava no portão, passeava pelo centro da cidade com o namorado e ainda entrava no carro de Raul para passeios noturnos. O comportamento feminino aos moldes de Maria é ainda mais demonizado pelo bispo de Ponta Grossa:

[...] quanta infelicidade para quem a preparação ao matrimônio consiste em namoros fúteis em conversas inconvenientes, em actos indecorosos... Longe da vista dos paes de quem quer que seja. Enlameiam-se na culpa e deste modo, em lugar de conseguirem as bençams divinas de que lhes felicita a família, correm perigo de atrair as maldições que as desgraçam.⁴⁷⁹

O discurso do bispo não soa estranho quando o comparamos com a postura do advogado do réu Raul ao se referir a Maria. Dr. Deiab perguntou à testemunha Ernesto Lacerda “o que esse senhor achava de uma moça solteira que saía desacompanhada a noite de automóvel em companhia de um simples namorado”.⁴⁸⁰ Tal postura reafirma a condição normatizadora da mulher, pois, segundo o defensor de Raul, Maria “não estava na postura de uma moça de família ao tomar tais liberdades”.⁴⁸¹

Devido a todas as semelhanças, nota-se a proximidade de muitas posturas das pessoas envolvidas nos processos com o discurso oficial da Igreja Católica. Casando, Maria e sua família livrar-se-iam da “vergonha” da desonra que, para a mulher, estava diretamente ligada à sua sexualidade. No período estudado, o casamento era o remédio para todos os “males”, principalmente, quando atingiam a honra feminina.⁴⁸² No caso de Maria, sua honra estaria ainda mais comprometida,

⁴⁷⁸ CARTA PASTORAL de Dom Antônio Mazarotto. **Males...**, Op. cit., p.6.

⁴⁷⁹ Ibid., p. 10.

⁴⁸⁰ Processo nº319, Op. cit.

⁴⁸¹ Ibid.

⁴⁸² CAULFIELD, S. Op. cit., p.206.

pois, além de desvirginada, ela era mãe solteira. Se Maria permanecesse nesse estado, “largada”, consequentemente, ficaria “na boca do povo”, expressão de cunho popular.

Nitidamente, é perceptível que Erondina e Maria legitimavam o casamento por uma questão própria de honra, de respeitabilidade e para não serem vistas como mulheres “fáceis” entregues a vícios. Uma imagem que se tinha de prostitutas, por exemplo.⁴⁸³ Em nome da honra maculada, ambas chegaram a reivindicá-la perante a justiça. Reportando-se ao caso de Erondina, chama atenção que, no depoimento de seu noivo Rui, ele afirmou categoricamente que Erondina insistiu em usar métodos contraceptivos, pois, quando namorou com outro rapaz, havia ficado grávida e provocado um aborto.⁴⁸⁴

Fazendo uma ponte entre os processos de Erondina e de Maria, nota-se que os mesmos valores morais são compartilhados por ambas: a perda da “honra”, o abandono e o receio de ficarem marcadas como mulheres fáceis. Percebe-se, também, o extrato social ao qual suas famílias pertenciam; Maria, por exemplo, declarou-se miserável no momento de sua denúncia ao delegado. Geralmente, quando as vítimas assim declaravam-se, a polícia concluía que a família não poderia arcar com os custos do processo, o que justificava a intervenção do Ministério Público.⁴⁸⁵

⁴⁸³ Partindo das análises de Margareth Rago e Mary del Priore, pode-se dizer que, durante as primeiras décadas do século XX, empreendeu-se a construção de um modelo normativo de mulher. Conforme tal modelo, calcado na disciplina, era necessário atentar para os mínimos detalhes do dia a dia feminino, sendo que cada um dos membros da família deveria vigiar os horários das mulheres, prevenir e punir qualquer sinal de desvio. O discurso médico-sanitarista, por exemplo, representava a mulher como a guardiã do lar. Todavia, é possível colocar o discurso jurídico e religioso também como forma de disciplinar as mulheres no que tange a seu comportamento. Esses discursos atribuíram a elas uma função social: exercer a maternidade dentro do casamento e zelarem pela moral e costumes. As que fugiam a essa “norma” imposta identificavam-se com mulheres desviantes; poderiam ser vistas como prostitutas, viciadas e decaídas. Ver: DEL PRIORE, M. **Histórias íntimas...**, Op. cit., p.120. e RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar**. 3ªed. São Paulo: Paz e Terra, 1985, p.61-116.

⁴⁸⁴ Mary del Priore aponta que, além da nudez e da prostituição, um velho fantasma assustava as mulheres nas décadas iniciais do século XX: o aborto. Segundo a historiadora, até o século XIX, a Igreja tinha certa tolerância em relação a ele, pois acreditava que a alma só passava a existir no feto masculino após quarenta dias de concepção e, no feminino, depois de oitenta. Tudo se complicava, porém, se pairassem dúvidas sobre o aborto ser resultado de uma ligação extraconjugal. O código penal da República, promulgado em 1890, passou a punir a mãe que arrancasse o filho do ventre, fato que se reforçou durante o Estado Novo, pois, nesse período, valorizou-se a ideia de coesão social necessária para fortalecer a pátria. Esse apelo implicava a definição de um modelo de família que expurgaria todas as ameaças à ordem: imoralidade, sensualidade e indolência. A norma era preservar a família e nada de controlar seu tamanho, mas cuidar dela para não produzir casamentos desfeitos. DEL PRIORE, M. **Histórias íntimas...**, Op. cit., p.144-5.

⁴⁸⁵ CAULFIELD, S. Op. cit., p.206.

Entre Erondina e Maria, existiam muitas pessoas movidas por uma cultura na qual o discurso sobre a sexualidade era interdito. Tratava-se de pessoas ligadas a fortes laços de parentesco, em que honra era algo vital para uma vida “digna”. Nota-se, nesse contexto, que a vida era medida por padrões de comportamento, um discurso que vinha de cima e era ressignificado pelos indivíduos em suas relações cotidianas. Mas como ficavam as mulheres casadas que, em partes, questionavam a normatização do matrimônio? É o que o processo de Verônica fornece.

Verônica, apesar de revoltada com o marido violento, não abriu mão dos filhos e, à custa de seu trabalho, decidiu sair de casa para mantê-los. Com tal atitude, Verônica legitimou seu papel social de mãe, valor incorporado pelas mulheres de então. Qualquer descuido com os filhos já era motivo para a responsabilização feminina, algo que o Marido da ré soube utilizar a seu favor.⁴⁸⁶ Albino, em seu depoimento, afirmou que o motivo que o havia levado a fazer escândalo na casa da ex-mulher foi justamente a esposa não ter levado seu filho menor ao médico. A tática de Albino para denegrir Verônica perante as autoridades remete à análise do quanto o valor familiar ligado à maternidade também estava presente no cotidiano dessas pessoas.

É possível enxergar em Verônica a figura de uma mulher disciplinada, trabalhadora e religiosa, pois uma dentre tantas de suas revoltas com Albino estava na proibição de sair de casa para ir à missa. Verônica legitima e, ao mesmo tempo, foge de alguns valores morais pregados às mulheres. Legitima-os no sentido de cuidar e tratar bem os filhos e quebra-os quando desobedece ao marido e começa a trabalhar fora. Com essa atitude, Verônica deixou de lado a docilidade e a obediência recomendada às esposas.

⁴⁸⁶ Ao deparar-se com discursos que defendem a maternidade e o cuidado feminino com os filhos, devemos problematizá-los. A maternidade, afirma Elisabeth Badinter, é algo conquistado e não natural em toda mulher. Badinter parte do pressuposto de que a cultura naturalizou o amor materno e que nem toda mãe tem uma pulsão irresistível de se ocupar do filho. Em nossa cultura, não amar um filho é um crime inexplicável; nesse sentido, Badinter historiciza a maternidade, apontando que os comportamentos maternos assumiram diferentes aspectos no decorrer dos séculos. Os discursos médicos, científicos, religiosos calcados na moral, a partir do século XIX, tenderam a naturalizar o amor materno e colocar sobre a mulher a obrigação de cuidar e amar os filhos. Nesse sentido, a crítica de Badinter calca-se na cultura ocidental, que, desse período em diante, patologizou as mulheres que burlaram tal norma. Partindo dos apontamentos da autora, analisa-se que a mãe indiferente ao filho tornou-se “anormal” por excelência. Ao deparar-se com o caso de Verônica, nota-se que o discurso acerca do cuidado com os filhos, além de naturalizar-se, perpassou todos os âmbitos sociais, se impondo como algo convenientemente aceito. BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**. O mito do amor materno. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985, p.19-25.

Dom Antônio Mazzarotto recomendava tal atitude para as boas e respeitosas senhoras: “[...] a doce autoridade do marido é obedecida pela esposa que o cerca de uma coroa de filhos, em os quaes se perpetua o nome e a physionomia de ambos”.⁴⁸⁷ Em contraposição ao recomendado pelo bispo fica a atitude de Verônica. Em juízo, seu Marido Albino denigre-a devido à sua “desobediência”:

[...] contra minha vontade que dia 29 de Julho de 1944, minha esposa se emprega na agencia de tecidos Renner que depois de um mês de trabalho vinha com ideias diferentes em sua casa, no dia 27 de setembro abandona o lar, e leva em intenção mal meu revolver calibre 32.⁴⁸⁸

Verônica foge à norma porque desobedece ao marido, sai de casa e corre o risco de ficar “mal falada”, justamente, por ser uma mulher “separada”. Todavia, sua “docilidade como mãe” é elogiada pela testemunha Maria Campos. Assim, não é difícil levantar hipóteses de por que Verônica foi absolvida pelo Juiz. Primeiramente, porque, no processo, não houve depoimentos suficientes para incriminá-la, a não ser o da testemunha Maria Campos, que, de certa forma, trouxe à tona mais as qualidades da ré como mãe do que sua desarmonia com o marido. Essa testemunha ainda destacou o sofrimento causado a Verônica devido ao excesso de autoritarismo de Albino.

O juiz absolveu-a pela simples falta de prova, pois, caso houvesse outras testemunhas a favor de Albino, o veredicto poderia ter sido diferente, pois, segundo Sacchelli: “[...] em nome da honra ultrajada era prática comum o marido punir a mulher com a morte. Alegando o estado completo de privação dos sentidos”.⁴⁸⁹ Vê-se que Albino chegou a ameaçar de morte a esposa, caso ela não reatasse o casamento e regressasse ao lar imediatamente.⁴⁹⁰

Em Ponta Grossa, a normatização dos comportamentos femininos se deu de forma à esposa não questionar a autoridade do marido, nas palavras de Sacchelli: “[...] em Ponta Grossa comportamentos considerados desviantes da ordem instituída poderiam distorcer a imagem da bela e civilizada cidade do interior”.⁴⁹¹ Contudo, a normatização do papel feminino era exercida com total aval das instituições sociais,

⁴⁸⁷ CARTA PASTORAL de Dom Antônio Mazzarotto. **O Matrimônio...**, Op. cit., p.11.

⁴⁸⁸ Processo nº698, Op. cit.

⁴⁸⁹ SACCHELLI, Myriam Janet. Homens probos, homens bons: a instauração da justiça em Ponta Grossa. In: DITZEL, C. de H. M.; SAHR, C. L. L. (orgs). Op. cit., p.175.

⁴⁹⁰ Processo nº698, Op. cit.

⁴⁹¹ SACCHELLI, M. J. Op. cit. p.175.

tais como Igreja, as leis do Estado e, acima de tudo, na família. Algo de forte peso no processo de Ivo e Vitória, por exemplo.

O processo de Vitória foge à regra; seu debilitado estado de saúde, verificado na sentença final, foi o reflexo imediato do cataclismo a que ela foi submetida no julgamento. Vitória teve sua imagem exposta, não só no tribunal, mas também para seus vizinhos, marido, filhos e mãe. O julgamento moral de todas essas partes fez com que sua condição psíquica fosse tomada pela culpa: uma afirmação coerente, se for levado em conta o contexto em que a mesma estava inserida. O processo de Vitória, sem dúvidas, foi considerado um verdadeiro “escândalo”. Trair o marido, por si só, já ocasionava irreversíveis problemas; tentar matar o cônjuge pioraria ainda mais a condição de uma mulher casada. As testemunhas, a justiça, representada pelo juiz e o promotor público, condenaram Vitória; dona Irene, sua mãe, também não poupou esforços ao classificá-la como “imoral”.

Dom Antônio, na carta pastoral *Males Gravíssimos*, deixa uma clara mensagem para os adúlteros: “[...] profanam o leito nupcial com os mais asquerosos pecados, especialmente com o abominável adultério”.⁴⁹² Contra Vitória, pesou a tentativa de homicídio contra o marido, especialmente, porque foi planejada com seu amante, Ivo. Devido a seus atos, Vitória foi desrespeitada pela mãe; dona Irene designa a filha de “vulgar”, “indigna de criar os filhos”. Nas entrelinhas do processo, capta-se que, no hospital, quando visitou o genro ferido, essa senhora pôs-se a chorar de vergonha por ter uma filha “adúltera e criminosa”.⁴⁹³

Os processos criminais ajudam a compreender que os valores morais socialmente compartilhados pela família, muitas vezes, são calcados em discursos autoritários irreversíveis. Estes exercem um poder “fabuloso”, mas é por meio das microrrelações que eles disseminam-se, pois, como aponta Foucault: o poder não se legitima por si, ele necessita penetrar nas redes, nas grades. A família seria o lugar onde o mesmo coloca-se de forma ampla.⁴⁹⁴ Também nota-se sua presença nas relações cotidianas, nos laços de parentesco, nas sociabilidades. Nesses locais é onde o poder aparece como algo naturalizado. Nas falas mais “banais” dos

⁴⁹² CARTA PASTORAL de Dom Antônio Mazarotto. **Males...**, Op. cit., p.10.

⁴⁹³ Processo 612, Op. cit.

⁴⁹⁴ FOUCAULT, M. **Microfísica...**, Op. cit., p.282.

processos crime o poder é sentido. O poder é algo que vem de cima para baixo, das instituições centrais para as periféricas.⁴⁹⁵

4.4 MORALIDADES COMPARTILHADAS: IGREJA E JUSTIÇA EM UM SÓ ÂMBITO, A FAMÍLIA

Os valores estruturados na moral e nos costumes disseminados pela Igreja aparecem, nitidamente, nos processos judiciais. Neles, percebe-se o papel atribuído às mulheres. As que fugiram do “discurso dominante”, da boa mãe, esposa e rainha do lar, sofreram pesados julgamentos pelo próprio meio a que pertenciam. Isso é visível no caso de Erondina, de Maria, de Vitória e de Verônica. Essas mulheres foram enquadradas, não só pela lei do Estado, mas pelas testemunhas que sobre elas atribuíram inúmeros juízos de valor. O que é presenciado nos processos são falas de indivíduos profundamente envolvidos em uma forte moralidade, e isso inclui o próprio discurso jurídico.

No processo de Vitória, o promotor público, várias vezes, fez questão de expressar, em seu parecer, que a ré praticava com seu amante “atos torpes e pecaminosos”. A expressão “ato pecaminoso” revestiu a fala de um indivíduo perpassado de uma moralidade muito próxima da defendida por Dom Antônio Mazzarotto. No julgamento de Vitória, é notável o que estava em jogo: além da tentativa de homicídio da ré, o seu adultério. Vitória quebrou com a lógica do “sacramento indissolúvel” e desafiou a instituição mais defendida, não só pela Igreja e justiça, mas pela sociedade: a família.

A família tradicional e o casamento galgavam papéis em que cada um deveria desempenhar uma função; eram papéis estruturados em deveres e obrigações. Tratava-se de algo que funcionava como um ciclo naturalizado entre marido, esposa e filhos. Mesmo assim, é interessante ver o quanto a religião católica estava presente nos processos criminais. Em todos os casos analisados, uma das primeiras coisas que se perguntava para esses indivíduos, após nome, idade e profissão, era a religião, e todos, sem exceção, se disseram católicos: réus, vítimas e

⁴⁹⁵ Michel Foucault não nega a existência de um poder central, porém, se foca nas múltiplas sujeições que existem e funcionam no corpo social. Para Foucault, o poder em suas instituições locais se corporifica em técnicas e se corporifica e se imune em intervenções materiais eventualmente violentas. Nesse sentido, é possível entender o poder nos lugares onde ele se implanta e produz seus efeitos reais. Ibid., p.282-3.

testemunhas. Todavia, nesse período, o judiciário, como um dos poderes do Estado, desde 1890, não era mais ligado à Igreja. Mesmo assim, a moral cristã continuou presente nos discursos e práticas jurídicas.

A percepção dessa moral é nítida nas entrelinhas dos discursos proferidos por juízes e promotores. Também na forma como eram conduzidos os interrogatórios e as formas utilizadas para desqualificar as partes, algo notável na figura do advogado de Raul, José Moises Deiab. Quando parte-se, essencialmente, para a fala das pessoas envolvidas nesses conflitos, os valores tornam-se ainda mais presentes. Por exemplo, o caso da mãe de Vitória, dona Irene. As testemunhas de defesa de Maria Cardim, também, quando indagadas sobre a mãe da vítima, dona Alzira, afirmaram que essa senhora mantinha a moralidade dentro de sua casa e que sua filha Maria era uma moça de respeito, que só podia esperar por casamento.

Em relação a Erondina, seus parentes cobraram casamento de Rui para não manchar a “honra familiar”. Em Verônica, a moralidade é identificada em seus atos mais comuns. Verônica “suportou”, por anos, o “sofrimento” de conviver com um marido violento e autoritário, simplesmente, para exercer seu “sagrado papel” de mãe. Algo outorgado a toda mulher de então.

O conveniente, a família tradicional cristã, a legitimação do casamento, a condenação da sexualidade feminina, os ideais de honra, são recorrentes e identificados em todas as fontes estudadas. Na fala dos religiosos, na fala das personagens reais envolvidas nos quatro processos e na fala judiciária. Esses três conjuntos discursivos exerceram um poder profundo em seus enunciatários.⁴⁹⁶ Os religiosos, as testemunhas dos processos, bem como juiz, promotor e advogados tentaram construir a representação perfeita da mulher, mãe e esposa.

Na fala religiosa, o poder é exercido por meio da imposição, que, para reforçar seu poder simbólico, utiliza-se do sagrado. Isso faz com que o discurso professado tente atingir com eficácia seus receptores, os fiéis católicos. No discurso das pessoas envolvidas nos processos crime, os elementos do senso comum, ou do “socialmente aceito”, são hegemônicos, ou seja, a conveniência vigente na época manifesta-se com intensidade.

⁴⁹⁶ Partindo das definições de Iñiguez, enunciatário é aquele que recebe o discurso; no caso das cartas pastorais, o corpo sacerdotal e os fiéis católicos. Em relação aos processos, os réus perpassados de seu poder. IÑIGUEZ, Lupicínio (coord). **Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2005, p.302.

O discurso judiciário, que possui a função de julgar e condenar segundo a lei do Estado, nesses processos, pautou-se em um profundo tradicionalismo, pela manutenção do *Statu Quo* no que concerne aos crimes sexuais⁴⁹⁷, tentativas de homicídio e adultério. Não é incomum encontrar a posição de defesa masculina na fala do juiz ou dos promotores públicos nos quatro casos. Nesses processos, a honra masculina, e não a feminina, era a que deveria manter-se intacta. Algo notável quando se lê os veredictos proferidos pelo juiz Meneleu de Almeida Torres e as falas dos promotores, advogados e testemunhas masculinas.

Um dos exemplos é a designação de Erondina como “histérica” e “viciada”, de Vitória como “mulher com excesso de perversidade”. Um dos pontos mais reveladores dessa postura é a posição do promotor público no processo de Maria Cardim em relação aos crimes sexuais; sua visão era que: “o homem não se faz sempre culpado, sendo que a mulher também pode ser um pouco”.⁴⁹⁸

Esses discursos dão uma dimensão possível de como eram as relações matrimoniais em Ponta Grossa e até que ponto essas pessoas absorveram para si a normatização imposta pela Igreja e a família. Os processos crime possibilitaram identificar a recepção e a perpetuação dos discursos e a importância da manutenção da família na sociedade princesina. Tratava-se de discursos legitimados pelo senso comum e reforçados nas práticas discursivas cotidianas, tal e qual acontecia nas redes jurídicas e religiosas.

Um fato óbvio em Ponta Grossa era que os discursos acerca da sexualidade, principalmente, a feminina, eram interditados pela sociedade como um todo. Sobre o assunto, não se falava e, quando se falava, era de forma a designar comportamentos “imorais de indivíduos que fugiam à norma”. Fatos que puderam ser identificados nos processos criminais, por meio dos conflitos existentes entre maridos e esposas, noivos e namorados.

⁴⁹⁷ Os crimes sexuais em voga na época em questão eram: estupro, defloração (sedução, após o código de 1940) e atentado ao pudor. CAULFIELD, S. Op. cit., p.252.

⁴⁹⁸ Processo nº319, Op. cit.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças comportamentais das mulheres nas décadas iniciais do século XX incomodaram conservadores, deixaram perplexos os desavisados e estimularam debates nos mais progressistas. Era muito recente a presença das moças das elites que se aventuravam sozinhas pelas ruas da cidade, e os contemporâneos interpretaram tais mudanças como o soar de um alarme.⁴⁹⁹

Segundo Margareth Rago⁵⁰⁰, os valores burgueses da sociedade foram fortemente absorvidos pelas camadas populares, sendo que, ao reproduzirem essa exigência, as populações mais simples valorizaram amplamente o ideal feminino de mãe, esposa e dona de casa. Para a mulher, coube atentar para os mínimos detalhes da vida cotidiana doméstica, principalmente, no que se refere ao cuidado com os filhos e marido.

No entanto, uma senhora que soubesse conservar a seriedade deveria impor respeito a todos. A mulher casada deveria evitar sair à rua com um homem que não fosse seu esposo, caso contrário, seria vítima de comentários.⁵⁰¹ Os processos criminais demonstraram o quanto os costumes ligados à moral sexual impunham um modelo a ser seguido para as mulheres.

Neste trabalho, é notável que as mulheres transgressoras do socialmente instituído foram excluídas, simbólica e fisicamente, das relações sociais. Como exemplos, pode-se citar a punição de Vitória com a prisão, os comentários que Maria Cardim sofreu por parte da vizinhança quando da perda da sua virgindade, a fama de mulher fácil atribuída a Erondina por seu namorado Rui e a não aceitação da postura “rebelde” de Verônica pelo marido Albino. Esses exemplos representam a reprodução de uma norma comportamental na qual as damas deveriam enquadrar-se.

Nos processos, a partir da postura das testemunhas, foi possível notar a legitimação de um modelo sexual a ser seguido pelas mulheres da família pontagrossense. A maioria das testemunhas eram pessoas das classes populares envolvidas em uma cultura que legitimava valores masculinos de virilidade e femininos

⁴⁹⁹ MALUF, Marina. MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau (org). **História da vida privada no Brasil**. Op. cit., p.386.

⁵⁰⁰ RAGO, M. Op. cit., p.70-4.

⁵⁰¹ MALUF, M.; MOTT, M. Op. cit., p.369.

de submissão. Essa norma pode ser entendida como uma pedagogia, no sentido de que era legitimada por meio das instituições, tais como o judiciário e a Igreja.

Tal modelo de família era legítimo perante as instituições sociais; tratava-se de algo que reafirmava uma prática socialmente naturalizada, baseada em uma longa tradição ligada aos discursos fundadores do cristianismo. O contexto estudado conjugou esforços para disciplinar toda e qualquer iniciativa que pudesse ser interpretada como ameaçadora à ordem familiar. Nos anos 1930 e 40, a família era o modelo tido como o mais importante, “suporte do Estado” e a única instituição social capaz de represar as intimidadoras vagas da modernidade.⁵⁰²

Todavia, as mudanças comportamentais femininas soaram como algo preocupante para os mantedores do *Modus Vivendi*. A mulher não se restringindo somente ao lar poderia soar, na época, como algo impensável, evasor, uma quebra com algo que parecia eterno. A mulher moderna sintetizou o pensamento de uma época intranquila, de mudanças, por isso, essa época foi ágil na construção e na difusão de representações da mulher ideal. Essa representação a limitou ao lar e reduziu ao máximo suas atividades e aspirações para encaixá-la no papel de “Rainha do Lar”, construção sustentada pelo tripé mãe, esposa e dona de casa.⁵⁰³

Várias instituições sociais pautaram-se por esse ideal de continuidade. A Igreja Católica, por exemplo, foi uma das que fez de tudo para enquadrar as mulheres nesse pressuposto “natural”. Para a instituição, tratava-se de algo ligado aos discursos fundadores da cristandade. Seja em Paulo, Santo Agostinho, Pio IX, Leão XIII, Pio XI ou Dom Antônio Mazzarotto, o discurso da Igreja sobre a mulher manteve-se sempre o mesmo. Contudo, os documentos religiosos analisados passaram uma visão geral sobre a postura católica perante a emancipação feminina nas décadas iniciais do século XX. Combatendo esse que seria, para a Igreja, um desdobramento do mundo moderno, o clero romanizado agarrou-se na insistente representação da Virgem Maria. Modelo ideal que, seguido por todas as mulheres, as faria “dignas e honradas”.

No entanto, em meados do século XX, esse modelo já dava seu sinal de desgaste; novos tempos estavam por vir, tempos de contestação do próprio papel da mulher. Por via da militância, as feministas foram ágeis na contestação da condição

⁵⁰² Ibid., p.372.

⁵⁰³ Ibid., p.373.

feminina. Intelectuais, operárias e militantes políticas foram precursoras de um movimento, algumas sem mesmo dizerem-se feministas. Um exemplo estudado nos processos é Verônica, com sua atitude de desafiar o marido para poder trabalhar fora. Uma ação aos moldes feministas, mesmo que ela nunca tenha sequer ouvido falar dessa palavra.

As mulheres estudadas nos processos se utilizaram de táticas, pois viviam em um contexto em que o discurso predominante era o da mulher mãe, esposa e dona de casa. Verônica é um exemplo ao desafiar o marido e emancipar-se; Vitória, ao ter um amante e quebrar com a “indissolubilidade matrimonial”; Maria, ao consentir em entregar-se ao namorado com a esperança de matrimônio; Erondina, ao exercer sua sexualidade sem “temer as consequências”.

Todas essas táticas demonstraram que o discurso hegemônico, apesar de ser regra em uma sociedade, ao mesmo tempo, é burlado ou reinventado pelas personagens da vida real. Como analisa Certeau, há uma distinção entre os “lugares” criados e dominados pelas instituições e os “espaços” defendidos pela improvisação, pela astúcia cotidiana.⁵⁰⁴ Essas improvisações é que dão sentido às táticas que cada indivíduo utiliza em um meio. No estudo dos processos, cada personagem utilizou dessas táticas e improvisações para, à sua maneira, tentar escapar ao domínio.

No entanto, como o objetivo deste trabalho foi demonstrar a proliferação do discurso e como o mesmo exerce seu poder, é possível dizer que, na leitura das fontes, foi perceptível que a cidade de Ponta Grossa possuía uma postura conservadora e, de certa forma, rígida quando se tratava da moral sexual. Os comportamentos femininos almejados pelo judiciário e defendidos pelas personagens envolvidas nos processos não fogem ao comportamento enunciado pelo bispo diocesano Dom Antônio Mazzarotto e pelo pontífice Pio XI nas suas estratégias de romanização.

Após a análise das fontes, considero que tanto o discurso católico como o discurso jurídico pautavam-se em inúmeras representações a respeito da mulher. Os valores de ambos envolviam as personagens estudadas de forma a produzir representações e modelos de comportamento para os sexos. Contudo, nota-se que o discurso normatizado estava direcionado com mais afinco às mulheres.

⁵⁰⁴ CERTEAU, Michel de. Op. cit., p.45-9.

O ideal de mulher que permeava a família pontagrossense não seria nada além de uma imagem construída pelo meio social. Em suma, a mulher mãe e esposa do período estudado pode ser considerada uma representação do real. Representação essa construída por inúmeros discursos normatizadores, discursos que exerciam seu poder e que eram permeados por diversos micropoderes dentro das teias de sociabilidade (família, vizinhos e parentes). Esses poderes eram difundidos na família, na Igreja e na sociedade como um todo. Todavia, não se tratava de algo hegemônico. Através das fontes, é evidente que inúmeras brechas existentes propiciaram a desobediência cotidiana. Algo que ocorre onde o domínio impõe seu poder aos sujeitos. Todavia, esse domínio não deixa de exercer seu poder e interditar os discursos não convencionados.

A motivação deste trabalho despertou em mim a possibilidade de uma pesquisa futura. Atualmente, a sociedade brasileira está diante de um dilema que urge aos pesquisadores produzir novos trabalhos. Trata-se do atual cenário religioso nacional. O crescimento das denominações neopentecostais e seus ideais restauradores da tradição, calcados em um amplo discurso conservador no que se refere a costumes e moral, possibilita múltiplas interpretações. Dessa forma, em uma futura pesquisa, será possível desenvolver novos debates.

Percebe-se que a moral sexual pregada por muitas dessas novas igrejas, em inúmeros pontos, assemelha-se com o discurso católico ultramontano no que se refere à família e à mulher. Todavia, são discursos ampliados, diferenciados no tempo e no espaço. É o tempo presente resgatando o costume e a tradição, com a diferença de que, agora, o discurso religioso não é mais hegemônico na sociedade. Os discursos evangélicos são discursos de uma minoria. Seria agora a tática da religião para sujeitar as mulheres, diversas e sexualmente liberadas? Trata-se de um projeto que tenho pensado constantemente e que será aprofundado futuramente.

FONTES

BÍBLIA SAGRADA. Tradução: Centro Bíblico Católico. 34ª Ed. rev. São Paulo: Ave Maria, 1982.

_____. Antigo e Novo Testamento. 2ªed. Tradução de João ferreira de Almeida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1993.

CARTA PASTORAL de Dom Antônio Mazzarotto. **A Doutrina Christã**. Curitiba: Typografia A Cruzada, 1931.

_____. **Males Gravíssimos**. Curitiba: Typografia A Cruzada, 1941.

_____. **O Matrimônio Cristão**. Ponta Grossa, 1934.

_____. **O Reino de Christo**. Roma: Tipografia Nazionale, 1930.

CARTA PASTORAL de Dom José de Camargo Barros. **Saudando aos diocesanos no dia de sua sagração**. Roma: 1894.

DIOCESE DE PONTA GROSSA. **Cinquentenário (1926-1976)**: no seu Jubileu Áureo. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1976.

Jornal “**O Progresso**”, nº588, Ponta Grossa, 20 de Julho de 1912.

PAPA LEÃO XIII. Encíclica **Arcanum Divinae Sapientiae**: sobre a constituição cristã da família. Petrópolis: Vozes, 1958.

PAPA PIO IX. Bula **Ineffabilis Deus**: Dogma da Imaculada Conceição de Maria. Disponível em:
<http://www.montfort.org.br/index.php?secao=documentos&subsecao=decretos&artigo=20060220&lang=bra>. Acesso em: 13/09/2013.

PAPA PIO XI. Encíclica **Casti Connubi**: sobre o Matrimônio Cristão. São Paulo: Vozes, 1956. 4ªed.

_____. Encíclica **Divinni Illius Magistri**: sobre a Educação Cristã da Juventude. São Paulo: Vozes, 1965. 4ª ed.

PAPA PIO XII. Encíclica **Sacra Virginatas** (A sagrada virgindade). Disponível em:
http://www.vatican.va/holy_father/pius_xii/encyclicals/documents/hf_p-xii_enc_25031954_sacra-virginatas_po.html. Acesso em: 15-09-2013

BRASIL. Lei nº 3.071, de 1º de Janeiro de 1916. **Código Civil Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 2000.

ESTADO DO PARANÁ. **Governantes do Paraná**. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte. Biblioteca Pública do Paraná, 1985.

HUNGRIA, Nelson; LACERDA, Romão Cortes. **Comentário ao Código Penal**. 13ª ed. Rio de Janeiro: ed. Forense, 1956.

Processos Crimes. 1ª Vara Criminal da Comarca de Ponta Grossa (1884-1975). Disponível para consulta na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Laboratório de História - Dehis.

Processos pesquisados:

-Nº. 317, caixa dois

-Nº. 319, caixa três

-Nº. 612, caixa quatro

-Nº. 698, caixa quatro

SEVERIANO, Jorge. **Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Jacinto Ribeiro dos Santos, 1923.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Inês Lacerda. **Foucault e a crítica do sujeito**. 2ªed. Curitiba: UFPR, 2008.

ARIÉS, Philipe; BÉJIN, André (orgs). **Sexualidades ocidentais**: contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade. Tradução de Lygia Araújo Watanabe e Thereza Christina Ferreira Stummer. São Paulo: Brasiliense, 1983.

AZZI, Riolando. O movimento brasileiro de reforma católica durante o século XIX. **Revista Eclesiástica Brasileira**. Petrópolis. Vozes, v. 34, fasc. 135, pp. 646-662, Setembro de 1974.

_____. **História da educação católica no Brasil Vol. II**: consolidação da obra de Champagnat no Brasil (1922-1947). São Paulo: Loyola, 1997.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: O mito do amor materno. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

BALHANA, Carlos Alberto. **Ideias em confronto**. Curitiba: Grafipar, 1981.

_____. **Ideias em Confronto**. Dissertação (Mestrado). Curitiba: UFPR, 1980.

BELLOTTI, Karina Kosicki. História das Religiões: conceitos e debates na era contemporânea. **Revista História Questões e Debates**, nº55, Curitiba: UFPR, Jul/Dez. 2011.

BEOZZO, José Oscar. A Igreja entre a “Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização”. In: FAUSTO, Boris (org.) **História geral da civilização brasileira Vol 4 Tomo III**: O Brasil Republicano: economia e cultura. São Paulo: Difel, 1984.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. 24ªed. Petrópolis: Vozes, 2004.

BLOCH, Marc. **A sociedade feudal**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. **A economia das trocas linguísticas**: o que falar quer dizer. São Paulo: USP, 1996.

_____. **A economia das trocas simbólicas**. Tradução de Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 1998.

_____. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomáz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRAUDEL, Fernand. A longa duração. In: **Escritos sobre a História**. Lisboa: Perspectiva, 1992.

BREPOHL, Marion; CAPRARO, André Mendes; GARRAFFONI, Renata Senna (orgs). **Sentimentos na História**: linguagens, práticas e emoções. Curitiba: UFPR, 2012.

BRUUN, Geoffrey. **La Europa del siglo XIX (1815-1914)**. México (DF): Fondo de cultura econômica, 1964.

BURKE, Peter. **O que é História Cultural**. Tradução de Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CANÇADO, Adriana. Paixão e honra: crime passional em Ponta Grossa na década de 30. In: DITZEL, Carmencita de Holleben Mello; SAHR, Cecilian Luiza Lowen (orgs). **Espaço e Cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais**. Ponta Grossa: UEPG, 2001.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CASTELLS, Manuel. O Poder da Identidade. In: **A era da Informação**: economia e cultura vol. II. Tradução de Alexandra Lemos. Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

CHALHOUB, Sydney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CHARBONNEAU, Paul Eugène. **Moral conjugal no século XX**: origens e perspectivas. São Paulo: Editora Herder, 1968.

CAPRI, Elizabeth Johansen. **De católicos poloneses a pontagrossenses católicos**: A Escola Sagrada Família - 1933-1945. Dissertação (Mestrado na Universidade Federal do Paraná). Curitiba: UFPR, 2003.

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra**. Tradução de Elizabeth de Avelar Solano Martins. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano 1**: as artes de fazer. 19ªed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis. Vozes, 2012.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo Lisboa. Difel, 1990. Coleção Memória e Sociedade.

CHÂTELET, François. La ideologia del hombre. In: **Historia de las ideologias**. Madrid: Ediciones AKAL, 1989.

CHAVALIER, Philippe. O Cristianismo como confissão em Michel Foucault. In: CANDIOTTO, Cesar (org.). **Foucault e o Cristianismo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

CHAVES, Niltonci Batista. "A Cidade Civilizada": Cultura, lazer e Sociabilidade em Ponta Grossa no início do século XX. In: DITZEL, Carmencita de Holleben Mello, SAHR, Cicilian Luiza Lowen. **Espaço e Cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais**. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2001.

COTT, Nancy F. A mulher moderna e o estilo americano dos anos vinte. In: PERROT, Michelle; DUBY, Georges. **História das mulheres no ocidente Vol. 5**. Porto, Portugal: Afrontamento, 1991.

DAVIS, Natalie Zemon. **O retorno de Martin Guerre**. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DEL PRIORE, Mary. **História do Amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. **Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta, 2011.

DITZEL, Carmencita de Holleben Mello. **Manifestações Autoritárias: O integralismo nos Campos Gerais (1932-1955)**. Florianópolis: UFSC, 2004.

DUBY, Georges. **Eva e os padres: as damas do século XII**. Tradução de Lúcia Machado. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

ECCO, Clóvis. Ideário católico sobre família e sociedade a partir dos documentos da Igreja Católica. **Revista Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v.21, nº 4/6, Abr./Jun. 2011.

ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano: a essência das religiões**. Lisboa: edição "Livros do Brasil" s/d.

FAUSTO, Boris (org.) **História geral da civilização brasileira Vol.4 Tomo III: o Brasil Republicano: economia e cultura**. São Paulo: Difel, 1984.

_____. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da USP, 2006.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **O Paraná e seus municípios**. Maringá: editora Memória Brasileira, 1996.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e Ideologia**. 7ªed. São Paulo: Ática, 2000.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do discurso**. 13ªed. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola. 2006.

_____. **História da Sexualidade 1: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza Albuquerque. 21ªed. Rio de Janeiro. Graal, 2011.

_____. **História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres.** Tradução de Maria Thereza Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. **Microfísica do Poder.** Tradução de Roberto Machado. 12ªed. Rio de Janeiro: Graal. 1998.

_____. O combate pela castidade. In: ARIÉS, Philipe; BÉJIN, André (orgs). **Sexualidades ocidentais:** contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade. Tradução de Lygia Araújo Watanabe e Thereza Christina Ferreira Stummer. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. **Vigiar e Punir.** O nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FLORENZANO, Modesto. **As revoluções burguesas.** São Paulo: Brasiliense, 1988.

GUARIZA, Nádía Maria. **As guardiãs do lar:** a valorização materna no discurso ultramontano. Dissertação (Mestrado). Curitiba: UFPR, 2003.

GIDDENS, Anthony. **Para além da Esquerda e da Direita.** Tradução de Álvaro Hattner. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.

GRUNDEL, Johannes. A moral sexual e matrimonial. **Revista Eclesiástica Brasileira**, Petrópolis, v.31, n.123, p.581-589, set. 1971.

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução de Guacira Lopes Louro e Thomás Tadeu da Silva. 7ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs). **A Invenção das Tradições.** 3ªed. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

HOBSBAWM, Eric. **A era das revoluções (1789-1848).** Tradução de Maria Tereza Teixeira. 25ªed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

_____. **A era do capital (1848-1875).** 3ªed. Tradução de Luciano Costa Neto. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

_____. **A era dos impérios (1875-1914).** 7ªed. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. **A era dos extremos (1914-1991).** 2ªed. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Cia das Letras, 2001.

HOORNAERT, Eduardo. A Igreja latina diante do casamento. **Revista Eclesiástica Brasileira.** Petrópolis, v.27, nº 4, p.889-910, Dez. de 1967.

HUIZINGA, Joan. **O declínio da Idade Média.** Tradução de Augusto Abelaira. Braga/Portugal: Editora Ulisséia, s/d.

ÍÑIGUEZ, Lupicínio (coord). **Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais**. Petrópolis: Vozes, 2005.

KÜNG, Hans. **A Igreja Católica**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais da Idade Média**. Tradução de Margarida Sérvulo Correia. Lisboa: editora Gradiva, 1983.

_____. Le Refus Du Plaisir. **Historie**, nº spécial: 52-59, 1983.

LE MOS, Carolina Teles. Maternidade e devoções marianas: uma ancora na manutenção das desigualdades de gênero. In: SOUZA, Sandra Duarte. (org.). **Gênero e Religião no Brasil: ensaios feministas**. São Paulo: Universidade Metodista, 2006.

LIBÂNEO, João Batista. **A volta da grande disciplina: reflexão teológico-pastoral sobre a atual conjuntura da Igreja**. São Paulo: Loyola, 1983.

MAACK, Reinhard. **Geografia física do Estado do Paraná**. Rio de Janeiro: José Olympio. Curitiba: Secretaria da Cultura e do Esporte do Governo do Estado do Paraná, 1981.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. 3ªed. Tradução de Freda Indursky. Campinas (SP): Editora da Unicamp, 1997.

MAIO, Carlos Alberto. **A Igreja, a mulher e o matrimônio cristão em Ponta Grossa - 1930-1965**. Dissertação (Mestrado da Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista) Assis: UNESP, 1997.

MANOEL, Ivan. **O Pêndulo da História: tempo e eternidade no pensamento católico**. Maringá: UEM, 2004.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENCKO, Nicolau (org.) **A História da Vida Privada no Brasil vol.3: República: da Belle Époque à era do rádio**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

MARCHI, Euclides. **A Igreja e a Questão Social: o discurso e a práxis do catolicismo no Brasil (1850-1915)**. Tese (Doutorado da Universidade de São Paulo). São Paulo: USP, 1989.

_____. O Mito do Brasil Católico: D. Sebastião Leme e os contrapontos de um discurso. **História Questões & Debates**. Curitiba: ano 15, nº28, Jan/Jul de 1998.

_____. Igreja e povo: católicos? Os olhares do Padre Júlio Maria e de Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra sobre a catolicidade do brasileiro na passagem do século XIX para o XX. **Revista História: Questões e Debates**, Curitiba: Editora UFPR, nº55, p.83-110, jul/dez. 2011.

MARQUES, Adhemar et al. **História Contemporânea através de textos**. São Paulo: Contexto, 2003.

MATOS, Henrique Cristiano José. **História do Cristianismo: estudos e documentos** Vol. III. Período Moderno. Circulação interna *ad experimentum*. Belo Horizonte, 1989.

_____. **Nossa história 500 anos da presença da Igreja Católica no Brasil**. São Paulo. Paulinas. 2003.

MAYER, J. Arno. **A força da tradição: a persistência do Antigo Regime (1848-1914)**. São Paulo: Cia das Letras. 1987.

MAZOWER, Mark. **Continente sombrio: a Europa no século XX**. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Cia das Letras. 2001.

MIRANDA, Maria Bernadete. Homens e Mulheres: a isonomia conquistada. **Revista Eletrônica: direito, justiça e cidadania**. V.2, nº1, 2011.

MONASTIRSKY, Leonel Brizolla. A Mitificação da Ferrovia em Ponta Grossa. In: DITZEL, Carmencita de Holleben Mello; SAHR, Cecilian Luiza Lowen. **Espaço e Cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais**. Ponta Grossa: UEPG, 2001.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. **Gênero, poder e o código penal de 1940: as construções de “crise moral”, “mulher moderna” e “virgindade moral”**. Anais Anpuh - XXIII Simpósio Nacional de História - Londrina, 2005.

PEREIRA, Denise. **Um Bispo romanizador dentro de uma festa popular: D. Antônio Mazzarotto e a Festa de Sant’Ana em Ponta Grossa - (1930-1965)**. Trabalho de Conclusão de Curso. Ponta Grossa: UEPG, 2006.

PINTO, Elisabete Alves; GONÇALVES, Maria Aparecida Cezar. **Ponta Grossa: um século de vida (1823-1923)**. Ponta Grossa: Kugler, 1983.

PINTO, Louis. **Pierre Bourdieu e a teoria do mundo social**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

PROENÇA, Wander de Lara. **O poder simbólico do carisma: surgimento e projeção de líderes neopentecostais no período da ditadura militar**. Texto integrante dos Anais eletrônicos da XXII Semana de História - O golpe de 1964 e os dilemas do Brasil Contemporâneo. UNESP. Assis, 19 a 22 de Outubro de 2004.

OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. Catolicismo popular e romanização do catolicismo brasileiro. **Revista Eclesiástica brasileira**. Vol. 36, fasc, 141, Março de 1976.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **A Linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. Os falsos da forma. In: **Palavra, fé e poder**. São Paulo: Pontes, 1987.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RICHARD, Lionel. **A República de Weimar**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

ROMANO, Roberto. **Brasil: Igreja contra Estado**: uma crítica ao populismo católico. São Paulo: Kairós, 1979.

_____. **Conservadorismo Romântico**: origem do totalitarismo. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SANTO AGOSTINHO. **Confissões**. Coleção os Pensadores. São Paulo: Nova Cultural, 2004.

SAFFIOTI, Heleiteth. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital (orgs). **Dicionário Mulheres do Brasil**: de 1500 até a atualidade. Biográfico e ilustrado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

SACCHELLI, Myriam Janet. Homens probos, homens bons: a instauração da justiça em Ponta Grossa. In: DITZEL, Carmencita de Holleben Mello. SAHR, Cecilian Luiza Lowen (orgs). **Espaço e Cultura: Ponta Grossa e os Campos Gerais**. Ponta Grossa: UEPG, 2001.

SEVCENKO, Nicolau. Prelúdio Republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. NOVAIS, Fernando (coord.). **História da Vida Privada no Brasil vol.3: República: da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

SILVA, Edson Armando. **O povo faz a história**: Ponta Grossa (1920-1945). Ponta Grossa: UEPG, 1994.

SOUZA, Jessie Jane Vieira de. **Círculos Operários**: A Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

_____. Uma sociedade *juxta jotum naturare* ou um corporativismo incompleto? **Revista Topoi**, v.7, nº 13, Julho- Dezembro, 2006.

SOUZA, Pedro; CANDIOTTO, Cesar (orgs.). **Foucault e o Cristianismo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SWAIN, Tânia Navarro. “Todo homem é mortal. Ora, as mulheres não são homens; logo são imortais.” In: RAGO, Margareth; NETO, Alfredo Veiga (orgs.) **Para uma vida não-fascista**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2009.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. **Clotildes e Marias**: mulheres de Curitiba na primeira República. Curitiba: Farol do Saber, 1996.

VAINFAS, Ronaldo. **Casamento, amor e desejo no ocidente cristão**. 2ªed. São Paulo: Ática, 1992.

VERNALHA, Milton Miró. **Juizes do Paraná**. Curitiba: Tribunal de Justiça do Paraná, 1991.

VICTOR, Nestor. **A terra do futuro**: impressões do Paraná. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1996.

VIEIRA, Dilermano Ramos. **O processo de reforma e reorganização da Igreja no Brasil (1844-1926)**. Aparecida- SP: Editora Santuário, 2007.

VILLAÇA, Antônio Carlos. **O Pensamento Católico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

VINCENT, Gérard. Os católicos, o imaginário e o pecado. In: ARIÈS, Philippe; DUBY, Georges. **A História da vida privada vol.5**: da Primeira Guerra aos nossos dias. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Cia. Das Letras, 2009.

WATIKINS, Frederick. **A Idade da Ideologia**. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1966.

WEILER, Anton. História eclesiástica como autocompreensão da Igreja. **Concilium Revista Internacional de Teologia**, nº67/7. Petrópolis: Vozes, Julho de 1971.

WERNET, Augustin. **A Igreja paulista no Século XIX**: a reforma de Dom Antônio Joaquim de Melo (1851-1861). São Paulo: Ática, 1987.

ZULIAN, Rosângela Wosiack. **Entre o Aggionamento e a Solidão**: práticas discursivas de D. Antônio Mazzarotto, primeiro bispo diocesano de Ponta Grossa-PR (1930-1965). Tese (Doutorado na Universidade Federal de Santa Catarina). Florianópolis: UFSC, 2009.

_____. "A Nova Ponta Grossa:" cidade religiosa? Catolicismo e Educação em Ponta Grossa (1889-1930). In: DITZEL, Carmencita de Holleben Mello; SAHR, Cicilian Luiza Lowen. **Espaço e Cultura. Ponta Grossa e os Campos Gerais**. Ponta Grossa. Editora da UEPG, 2001.

_____. A vitoriosa rainha dos campos: Ponta Grossa na conjuntura republicana. **Revista de História Regional**. Ponta Grossa, v.3, nº2, 1998.

_____. **Identidade e Experiência**: uma escola confessional na República Velha. Curitiba: Editora Champagnat, 2005.

_____; PEREIRA, Denise. Ponta Grossa: rumos aos pressupostos da romanização. **Revista de História Regional**. nº11, Vol.2. Ponta Grossa: UEPG, 2006. p.p. 71-92.

_____. Um filho de imigrantes "genuinamente brasileiro". In: PEDRO, Joana Maria; ISAIA, Arthur César; DITZEL, Carmencita de Holleben Mello (orgs). **Relações de poder e subjetividades**. Ponta Grossa (PR): Editora Toda Palavra, 2011.

SITES CONSULTADOS

Arquivo Público do Paraná: atas do Ginásio Paranaense (1926-1927). Disponível em:

http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosSecretarios/Ano_1925_1926_MFN_814_Parte3.pdf. Acesso em: 11-06-2013.

Biografias dos santos. Disponível em:

<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/index.html?submit=Home+Page>. Acesso em: 15-09-2013.

Blog da Família Petroski. Disponível em:

<http://familiapetroski.blogspot.com.br/2010/04/praca-joaquim-menelau-de-almeida-torres.html>. Acesso em: 11-06-2013.

Currículo Lattes da professora Rosângela Zulian. Disponível em:

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?metodo=apresentar&id=K4778605Z0>. Acesso em: 09-01-2014.

Estatuto da Mulher Casada. Disponível em:

<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1962/4121.htm>. Acesso em: 15-06-2013.

KUHN, Adriana. **Gênero e religião:** a sexualidade na história da Igreja. Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/A/Adriana_Kuhn_24_B.pdf. Acesso em: 08-01-2014.

Informações sobre Michel Foucault. Disponível em:

<http://www.infoescola.com/psicologia/michel-foucault/> Acesso em: 05/01/2014.

Informações sobre o Papa Pio XI. Disponível em:

<http://fratresinunum.com/2011/08/31/pio-xi-o-papa-dos-desafios/>. Acesso em: 09-01-2014.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes; MELO, Hidete Pereira de. **Que sejam felizes para sempre!** A mulher e seus direitos na sociedade conjugal. Um exame do estatuto civil da mulher casada de 1962. Disponível em: http://historia_demografica.tripod.com/bhds/bhd39/estatuto.pdf. Acesso: em 04-06-2013.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. **O projeto de desenvolvimento dos Campos Gerais- PR e a Educação.** UEPG/UNICAMP. Grupo de pesquisa Campos Gerais-PR. Disponível em:

http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/revis/revis11/art19_11.htm. Acesso em: 11-06-2013.

RIBEIRO, Silvana Motta. **Ser Eva e dever ser Maria, paradigmas do feminismo no cristianismo.** Comunicação apresentada ao IV Congresso Português de Sociologia. Universidade de Coimbra, 2000. Texto Disponível em:

https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5357/1/MotaRibeiroS_EvaMaria_00.pdf. Acesso em: 25-08-2012.

SARTORI, Guilherme Rocha. **Práticas discursivas: um estudo sobre crimes de defloramento (1920-1940) na comarca de Bauru (SP)**. In: Anais Fazendo Gênero 9, diásporas, diversidades e deslocamentos: 23 a 26 de Agosto de 2010. Disponível em:

http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277830548_ARQUIVO_trabalho_completo.pdf. Acesso em: 10-06-2013.

STF(SuperiorTribunalFederal). Disponível em:

<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=165749>. Acesso em: 13-09-2013.

ANEXOS

IMAGEM 1: Dom Antônio Mazzarotto, foto oficial. Ref. **Cinquentenário da Diocese de Ponta Grossa (1926-1976)**: em seu Jubileu Áureo. Curitiba: Grafipar, 1976. p.7.

IMAGEM 2: Documento Judiciário, laudo sobre a condição de saúde de Vitória Schennel. Processo nº 612, Ponta Grossa, Caixa 4;

IMAGEM 3: Documento Judiciário, parecer sobre a liberdade condicional de Vitória Schennel. Processo nº 612, Ponta Grossa, Caixa 4.

IMAGEM 4: Certidão de casamento de Erondina e Rui. Processo nº 698, Ponta Grossa, Caixa 2.



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL

J. seja ouvido o Sr. Promotor Público.

Ponta Grossa, 16 de setembro de 1944

[Signature]

Diz Victoria Schnell, presa na Detenção local, por seu defensor nomeado abaixo assinado, no processo crime que responde neste Juízo, no qual foi ela ré condenada pelo Egrégio Tribunal de Apelação, mas foi requerido em favor da mesma, perante o referido Colendo Tribunal, a revisão do mencionado processo, que ali acha-se em andamento, e encontrando-se a Suplicante bastante doente, e em tratamento com o Dr. Antonio Schwansee, conforme faz ver do atestado médico junto, é a presente para pedir a V. Excia. que se digna permitir que a requerente fique presa na parte alta da Detenção, ou no Hospital de Caridade desta cidade, onde já esteve, ha alguns meses, em tratamento médico, afim de poder conseguir o seu completo restabelecimento.

Por ser de grande JUSTICA o que pede, J. esta aos autos do seu processo, e ouvido o Sr. Dr. Promotor Público da Comarca,

E. R. deferimento.

Ponta Grossa, 16 de Setembro de 1944.

[Signature]
Defensor nomeado.

11/10/44

Cl.

Exponho a que de molimento a multa em nome a Instituição de Saúde Ponta Grossa, 11 de setembro de 1944

[Signature]

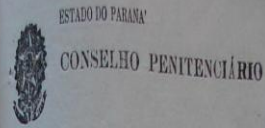
DATA 11/10/44

[Signature]

ENTADA 11/10/44

[Signature]

[Signature]



N.º _____

CURITIBA

CERTIDÃO

CERTIFICO que, nos autos suplementares do processo em que a sentenciada VITÓRIA SCHWILL solicita graça, consta o decreto do teor seguinte: "O PRESIDENTE DA REPÚBLICA: A vista do parecer favorável do Conselho Penitenciário do Estado do Paraná, e atendendo a que a sentenciada VITÓRIA SCHWILL já cumpriu mais de 2 anos da pena de 10 anos e 6 meses de reclusão, a que foi condenada como incurso no art. 121, § 2º, ns. I e IV, combinado com o art. 12, n. II e parágrafo único, do Código Penal, por acórdão do Tribunal de Apelação daquele Estado, que reformou a sentença absolutória do Tribunal de Juri da Comarca de Ponta Grossa, PRÉSTIMO, usando da atribuição que lhe confere o art. 74, letra n, da Constituição Federal, comutar a referida pena para 8 anos. Rio de Janeiro, em 27 de dezembro de 1945, 1242 da Independência e 578 da República. (ss) José Linhares. A. Sampaio Doria. CONFERE: (s) Lúcia Amélia Gonçalves Gaffrée, Prot. Esc. VI. CONFORME: (s) Tício de Lacerda Freitas Filho, Chefe de Seção". - E, por ser verdade, eu, Edmar Schuch, Escrivão do Conselho Penitenciário do Estado, lavrei a presente certidão que dato e assino.

Curitiba, em 12. Janeiro - 1946Edmar SchuchEscrivão

ESTADO DO PARANÁ
ENTRE RIOS - COMARCA DE PALMEIRA

Antonio Fidelis Sobrinho
ESCRIVÃO VITALICIO

CASAMENTO N. 10

CO que a fls. 60 do livro n. 9 de Registro de Casamentos foi feito
ssento do matrimonio de Antônio Cordão Antunes
Rosa de Figueira
perante o Juiz Sr. Constantino Carbonar
munhas Srs. Virgínia Figueira de França
Leandro de Mattos São
nascido em Bararé - Estado de São Paulo
de dois dias de maio do ano de 1920
perante o Juiz Sr. Constantino Carbonar
em esta Distrito
legitimo de Sedro Antunes
nascido em Santa Rosa
na legitima Cordão Antunes
nte em Santa Rosa
cida em Entre Rios
nte e pois de maio do ano de 1920
domestica, solteira
nte em Entre Rios
legitima de Ermano Ferreira dos Nascimento
nte em Entre Rios
na Rosa Fernando dos Nascimento
nte em esta Vila
passa assinar-se Ermano Ferreira Antunes
representados os documentos o que se refere o art. 180 do Código Civil.
ções Este casamento foi feito em 14 de maio
1920 em Antonio Fidelis Sobrinho, Escrivão
e escrevi e assino.
O referido é verdade e dou fé.

Entre Rios, 2 de outubro de 1941
Antonio Fidelis Sobrinho
Oficial do Registro